



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO ESPÍRITO SANTO

JOSÉ RAIMUNDO RODRIGUES

**AS SEÇÕES DE SURDOS E DE OUVINTES NO
CONGRESSO DE PARIS (1900):
PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE O PASTORADO E A
BIOPOLÍTICA NA EDUCAÇÃO DE SURDOS**

**VITÓRIA
2018**



Centro de Educação

Programa de Pós-Graduação em Educação

Marca d'água da capa:

"Litogravura de Ferdinand Berthier (1803-1886). Estudante e professor no Instituto Nacional dos surdos-mudos de Paris, aos vinte anos. Este trabalho perturbador na confluência do pensamento religioso, antropologia e psicanálise, refere-se à pejoração da palavra – 'O que sai da boca é o que contamina o homem' (Mateus 15,11).), 'O que você não manteve silêncio?' (Jó 13,5), a cabeça da serpente aponta para o ouvido, o personagem segura uma máscara de morte: 'Como se, para Berthier, palavra e audição representassem a morte' (Aude de Saint-Loup, historiador, em carta ao autor)". Disponível em: https://lesmerveilles-de-l-injs.blogspot.com/2015_06_14_archive.html. Acesso em set. 2018.



JOSÉ RAIMUNDO RODRIGUES

**AS SEÇÕES DE SURDOS E DE OUVINTES NO
CONGRESSO DE PARIS (1900):
PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE O PASTORADO E A BIOPOLÍTICA
NA EDUCAÇÃO DE SURDOS**

Dissertação apresentada ao Programa de PósGraduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, na área da Educação Especial e Processos Inclusivos.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lucyenne Matos da Costa Vieira-Machado.

VITÓRIA

2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Rodrigues, José Raimundo, 1971-
R696s As seções de surdos e de ouvintes no Congresso de Paris (1900) :
problematizações sobre o pastorado e a biopolítica na educação de
surdos / José Raimundo Rodrigues. – 2018.
202 f. : il.

Orientador: Lucyenne Matos da Costa Vieira-Machado.
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do
Espírito Santo, Centro de Educação.

1. Biopolítica. 2. Cuidado pastoral. 3. Educação bilíngüe. 4. Surdos
– Congressos – Paris (França), 1900. 5. Surdos – Educação. I. Vieira-
Machado, Lucyenne Matos da Costa, 1979-. II. Universidade Federal do
Espírito Santo. Centro de Educação. III. Título.

CDU: 37



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

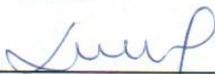
JOSÉ RAIMUNDO RODRIGUES

AS SEÇÕES DE SURDOS E DE OUVINTES NO CONGRESSO DE PARIS (1900): PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE O PASTORADO E A BIOPOLÍTICA NA EDUCAÇÃO DE SURDOS

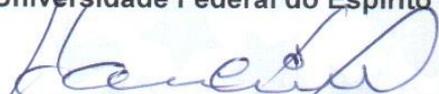
Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Educação.

Aprovada em 04 de dezembro de 2018.

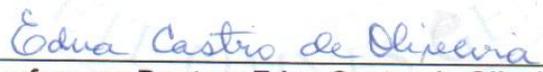
COMISSÃO EXAMINADORA



Professora Doutora Lucienne Matos da Costa Vieira Machado
Universidade Federal do Espírito Santo



Professor Doutor Hiran Pinel
Universidade Federal do Espírito Santo



Professora Doutora Edna Castro de Oliveira
Universidade Federal do Espírito Santo



Professora Doutora Solange Maria da Rocha
Instituto Nacional de Educação de Surdos



Professora Doutora Andréa Benvenuto
Université Paris 8

Eu quase que nada sei, mas desconfio de muita coisa.

(Guimarães Rosa, 1994, p. 13-14).

__ Como?! Você pensa que eu teria tanta dificuldade e tanto prazer em escrever, que eu me teria obstinado nisso, cabeça baixa, se não preparasse - com as mãos um pouco febris - o labirinto onde me aventurar, deslocar meu propósito, abrir-lhe subterrâneos, enterrá-lo longe dele mesmo, encontrar-lhe desvios que resumem e deformam seu percurso, onde me perder e aparecer, finalmente, diante de olhos que eu não terei mais que encontrar? Vários, como eu sem dúvida, escrevem para não ter mais um rosto. Não me pergunte quem sou e não me diga para permanecer o mesmo: é uma moral de estado civil; ela rege nossos papéis. Que ela nos deixe livres quando se trata de escrever. (FOUCAULT, 2000, p. 20)

Aos que se arriscam a recontar histórias e nelas se reescrevem para que os surdos sejam, cada vez mais, construtores da educação que desejam.

Gratidão para com,,,

Lucyenne Matos da Costa Vieira-Machado, pela acolhida e por ter-me presenteado com a oportunidade de refletir sobre uma preciosidade; arriscando-se a orientar-me sem saber-me libriano, e mesmo sabendo que era um desconhecedor da LIBRAS apostou em meu jeito mineiro perguntador. Obrigado pela aposta!

Hiran Pinel, Edna Castro de Oliveira e Solange Maria da Rocha, pelas leituras, respectivamente, fenomenológica, política e histórica, muito atentas e pelas contribuições por ocasião da qualificação e da defesa da dissertação. Os olhares de vocês três permitiram rever meu olhar sobre o texto que produzia.

Andrea Benvenuto, por sua disponibilidade em participar do exame desta pesquisa que dialoga com França e com temáticas tão bem estudadas por ela.

Gabriel Silva Nascimento e Ana Karyne Loureiro G. W. Furley, amigos de pesquisa na linha de Educação Especial e Processos Inclusivos, pelas partilhas, apoios, carinho e afeto que alimentavam a coragem de estudar.

GIPLES, por me acolherem e me permitirem ser eu. De modo particular, Eliane T. de B. Vieira, pela amizade nascida que passou a ser regada a muita conversa sobre comida, afetos, risos e exploração dos múltiplos sentidos das palavras. Também a Katiúscia Olmo, por tornar-me partícipe de sua história e da história da educação de surdos de Linhares.

Pedro Witches, pela parceria serena, partilha e rigor prazerosamente intelectual.

Florence Encrevé, pela generosidade e acessibilidade ao oferecer a este desconhecido o texto original de sua pesquisa, favorecendo meu estudo sobre a realidade dos surdos na França do século XIX.

Maria de Monte, pela pesquisa nos arquivos italianos a fim de sanar um equívoco.

Elisabeth Guesnier, pela revisão das minhas traduções dos originais franceses.

Turma 31 do Mestrado em Educação do PPGE-UFES, por me rejuvenescer.

Professores do PPGE-UFES, pela inspiração a continuar lutando pela educação apesar de todos os golpes sofridos nos últimos tempos.

Romeu Barata, por suportar-me neste percurso de novo mergulho no estudo.

à vida, que sempre me surpreende...

RESUMO

“As seções de surdos e de ouvintes no Congresso de Paris (1900): problematizações sobre o pastorado e a biopolítica na educação de surdos” trata-se de uma pesquisa acerca da educação de surdos no final do século XIX. Procuramos refletir sobre como no Congresso de Paris (1900) a educação de surdos se constituiu na articulação entre pastorado cristão e biopolítica. Tivemos como objetivo geral “Analisar o processo de constituição da educação de surdos a partir de um estudo do monumento Congresso de Surdos de Paris (1900) e suas articulações entre pastorado cristão e biopolítica”. Optamos por uma pesquisa bibliográfica de cunho monumental que prioriza a análise de textos dos congressos de surdos no período de 1878-1900. Especificamente, tomamos como *corpus* de análise de nossa investigação os textos da seção de surdos e da seção dos ouvintes do Congresso de Surdos de Paris (1900). O referencial teórico-metodológico baseia-se nas obras de Michel Foucault e nos servimos de dois de seus conceitos-ferramentas. Consideramos que a constituição da educação de surdos ao final do século XIX se dá entre duas formas de condução das pessoas: uma direcionada aos indivíduos e outra às populações, mas em contínuo movimento e inter-relação. Com o intuito de melhor situar os congressos de educação de surdos, apresentamos uma atmosfera histórico-político-cultural do final do século XIX. Após uma retomada dos congressos das duas últimas décadas de 1800, analisamos os conteúdos e resoluções das seções de surdos e ouvintes do Congresso de Paris (1900), bem como apresentamos elementos de pastorado e biopolítica presentes em cada uma das seções. Concluimos que o Congresso de Paris na seção dos ouvintes confirma e atualiza as decisões do Congresso de Milão (1880) e na seção dos surdos abre perspectivas ainda hoje desafiadoras; entretanto, em ambas se explicitam relações de continuidade entre pastorado e biopolítica.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de surdos; Pastorado; Biopolítica; Congressos de Educação de Surdos; Congresso de Paris (1900).

ABSTRACT

“The deaf and hearing sections at the Paris Congress (1900): problematizations of the pastorate and biopolitics in deaf education” deals with a research of deaf education at the end of the 19th century. We aim at reflecting on how deaf education was constituted in the articulation between Christian pastorate and biopolitics in the Paris Congress (1900). Our general objective was to “analyze the process of constitution of deaf education from a study of the monument Deaf Congress of Paris (1900) and its articulations between Christian pastorate and biopolitics”. We have opted for a monumental bibliographical research, which prioritizes the analysis of texts of the deaf congresses from 1878 to 1900. Specifically, we have taken the texts of the deaf section and hearing section at the Deaf Congress of Paris (1900) as a *corpus* of analysis in our investigation. The theoretical-methodological referential is based on the works of Michel Foucault and we have considered two of his tool-concepts. We consider that the constitution of deaf education at the end of the 19th century happens in two forms of conduction of people: one that is directed to the individuals and the other that is directed to the populations, however in continuous movement and interrelation. Having the aim to best situate the deaf education congresses, we present a historical-political-cultural atmosphere of the end of the 19th century. After the resumption of the congresses of the two last decades of 1800, we analyze the contents and resolutions of the deaf and hearing sections of the Paris Congress (1900) as well as present pastorate and biopolitics elements that are present in each one of the sections. We conclude that the Paris Congress confirms and updates the decisions of the Milan Congress (1880) in the hearing section and opens perspectives in the deaf section that are still challenging nowadays; nevertheless, in both sections continuity relations between pastorate and biopolitics are made explicit.

KEYWORDS: Deaf education; Pastorate; Biopolitics; Deaf Education Congresses; Congress of Paris (1900).

LISTA DE QUADROS E IMAGEM

Quadro 1 - Congressos de surdos no final do século XIX	p. 89
Imagem 1 - Formulário modelo para estatística	p. 92
Quadro 2 - Textos lidos no Congresso de Milão	p. 98
Quadro 3: Potências estrangeiras e número de delegados em Paris (1900)	p. 115
Quadro 4: Perfil dos participantes	p. 117
Quadro 5: Seção dos ouvintes - Trabalhos apresentados, autores e países de origem	p. 119
Quadro 6: Seção dos surdos - Trabalhos apresentados, autores e país de origem	p. 131
Quadro 7: Seção dos surdos - Memórias, autores e países de origem	p. 134
Quadro 8: Síntese dos temas das resoluções	p. 148

SUMÁRIO

INVITATÓRIO	13
CAPÍTULO 1 - APRESENTAÇÃO E PROPOSIÇÃO DO PROBLEMA	16
1 REESCREVER-ME EM UMA PESQUISA	17
2 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA INVESTIGATIVO.....	21
2.1 Objetivos	23
2.1.1 Geral	23
2.1.2 Específicos.....	23
2.2 Hipóteses	24
2.3 Justificativa.....	24
3 NOSSA PESQUISA NO CONTEXTO DAS PESQUISAS FOUCAULTIANAS DO GIPLES-UFES	25
Para seguir o caminho.....	28
CAPÍTULO 2 - POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS E SEUS DESCAMINHOS INVESTIGATIVOS	29
1 NA COMPANHIA DE FOUCAULT	30
2 FOUCAULT, A HISTÓRIA E OS MONUMENTOS	32
3 A ESCOLHA DAS FERRAMENTAS: CRITÉRIOS E USOS QUE O OBJETO NOS EXIGE	35
3.1 Pastorado: uma arte de “governar homens”	36
3.2 Biopolítica: um poder de governar populações.....	38
Para avançar nessa pesquisa.....	40
CAPÍTULO 3 - UNIR-SE NA ARTE DE INVESTIGAR, PROBLEMATIZAR E ARRISCAR-SE A SEMPRE MAIS PERGUNTAR	41
1 LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO	42
1.1 Eugenia e educação de surdos no século XIX.....	44
1.2 Escolarização de surdos e o Congresso de Milão (1880)	47
1.3 A invenção da educação de surdos na França dos séculos XVIII e XIX	49
1.4 Pesquisas documentais sobre a surdez no contexto brasileiro.....	55
1.4.1 Educação de surdos no Estado Novo.....	55
1.4.2 Educação de surdos e governo linguístico.....	57
Para se fazer mais e mais perguntas... ..	60
CAPÍTULO 4 - A ATMOSFERA HISTÓRICO-POLÍTICO-CULTURAL DO FINAL DO SÉCULO XIX	62
1 POLÍTICA E ECONOMIA.....	63
2 FILOSOFIA.....	65
3 PSICOLOGIA E PSIQUIATRIA	69
4 SOCIOLOGIA	71
5 BIOLOGIA E ESTATÍSTICA	74

6 RELIGIÃO.....	78
7 ARTES.....	81
8 EDUCAÇÃO	83
Respirar essa atmosfera para nela situar os congressos de surdos.....	85

CAPÍTULO 5 - OS CONGRESSOS DE SURDOS DO FINAL DO SÉCULO XIX.....	86
1 OS ANTECEDENTES.....	86
2 CONGRESSO DE PARIS (1878).....	89
3 CONGRESSO DE MILÃO (1880)	96
4 CONGRESSO DE BRUXELAS (1883).....	102
5 CONGRESSO DE PARIS (1889).....	103
6 CONGRESSO DE CHICAGO (1893).....	105
7 CONGRESSO DE GENEVRA (1896)	106
8 CONGRESSO DE DIJON (1898).....	109
E assim nos aproximaremos de mais um congresso....	110

CAPÍTULO 6 - CONTEÚDOS E RESOLUÇÕES DO CONGRESSO DE SURDOS DE PARIS (1900).....	112
1 A SEÇÃO DOS OUVINTES DO CONGRESSO DE PARIS (1900).....	113
2 ANÁLISE DAS RESOLUÇÕES DA SEÇÃO DOS OUVINTES	120
2.1 Primeira resolução	121
2.2 Segunda resolução	121
2.3 Terceira resolução.....	122
2.4 Quarta resolução.....	124
2.5 Quinta resolução	124
2.6 Sexta resolução.....	126
2.7 Sétima resolução.....	127
2.8 Oitava resolução	128
2.9 Síntese das resoluções da seção dos ouvintes	129
3 A SEÇÃO DOS SURDOS DO CONGRESSO DE PARIS (1900).....	129
4 ANÁLISE DAS RESOLUÇÕES DA SEÇÃO DOS SURDOS.....	135
4.1 Primeira resolução	135
4.2 Segunda resolução	136
4.3 Terceira resolução.....	136
4.4 Quinta resolução	137
4.5 Sexta resolução.....	138
4.6 Sétima resolução.....	138
4.7 Oitava resolução	139
4.8 Nona resolução	139
4.9 Décima resolução.....	140
4.10 Décima primeira resolução	141
4.11 Décima segunda resolução	142
4.12 Décima terceira resolução	143
4.13 Décima quarta resolução.....	143
4.14 Décima quinta resolução	144
4.15 Décima sexta resolução	144
4.16 Décima sétima resolução	145
4.17 Décima oitava resolução	146

4.18 Décima nona e vigésima resoluções	147
4.19 Síntese das resoluções da seção dos surdos.....	147
5 Síntese das resoluções das duas seções	148
Para se começar uma leitura do pastorado e da biopolítica em Paris (1900).....	150
CAPÍTULO 7 - PASTORADO E BIOPOLÍTICA NO CONGRESSO DE PARIS (1900).....	151
1 O PASTORADO PRESENTE NA SEÇÃO DOS OUVINTES DO CONGRESSO DE PARIS (1900)	152
2 A BIOPOLÍTICA PRESENTE NA SEÇÃO DOS OUVINTES DO CONGRESSO DE PARIS (1900)	160
3 O PASTORADO PRESENTE NA SEÇÃO DOS SURDOS DO CONGRESSO DE PARIS (1900)	167
4 A BIOPOLÍTICA PRESENTE NA SEÇÃO DOS SURDOS DO CONGRESSO DE PARIS (1900)	171
Para se iniciar um fechamento... ..	179
CONSIDERAÇÕES FINAIS SOB O PESAR DE A VIDA SER BREVE E O TEMPO AVASSALADOR	181
a) Retomada dos capítulos:.....	181
b) Aberturas para possíveis pesquisas.....	186
REFERÊNCIAS	193

INVITATÓRIO

Um sentir é do sentente, mas outro do sentidor.

(Guimarães Rosa, 1994, p. 439).

[...] Escrevendo essa página, damo-nos a nós mesmos, damos à nossa existência uma espécie de absolvição. Essa absolvição é indispensável para a felicidade do dia. Não é a escrita que é feliz, é a felicidade de existir que depende da escrita, o que um pouco diferente. (FOUCAULT, 2016, p. 64)

O que você lerá é fruto de um desejo, misto de esforço de investigação e experiência de leitura-escrita. No capítulo 1, procuro me apresentar. Apenas neste primeiro capítulo utilizamos a primeira pessoa do singular. No decorrer do texto optamos pela primeira do plural, pois aqui neste escrito não vão somente meus pensamentos, por mais que seja eu a digitá-los; não vão apenas os meus questionamentos, já que muitos nasceram nos momentos de grupo de pesquisa e nas conversas e discussões sobre a educação de surdos.

Escrevemos atravessados por muitas pessoas, com mãos várias a transitar nossos corpos. E esse plural quer recordar que não se trata de um trabalho asséptico, nem tão pouco extremamente subjetivista. É um texto encarnado. Escrevemos também atravessados pelas pessoas que dos textos dos congressos de educação de surdos do final do século XIX e, particularmente, do Congresso de Paris (1900), foram nos penetrando.

Ainda no primeiro capítulo, procuramos apresentar também nosso tema, problema e os objetivos que guiam esta empreitada, as hipóteses envolvidas e o que justifica essa investigação. Acreditamos que o título já o sugira bem. Queremos investigar como se constitui a educação de surdos, enquanto articulação entre pastorado cristão e biopolítica, a partir de uma análise do monumento Congresso de Surdos de Paris (1900).

No segundo capítulo, apresentamos nossas possibilidades metodológicas e seus descaminhos investigativos. Escolhemos Foucault para nos auxiliar a compreender um texto monumental. Esse trabalho de arqueogenealogia, de buscar no monumento

Congresso de Paris (1900) aquilo que será o *corpus* desta pesquisa. Ao trabalhar com Foucault, metodologia e referencial teórico se misturam em movimentos contínuos. Apesar disso, optamos por brevemente discutir os dois conceitos-ferramentas: pastorado cristão e biopolítica. O uso destas ferramentas se deu após leitura dos textos do Congresso de Paris (1900) e, justamente, por serem ferramentas acreditamos que nos permitem mover reflexivamente no monumento.

Cientes de que nossa pesquisa não inaugura discussões, nem irrompe um novo paradigma, procuramos no terceiro capítulo fazer uma revisão bibliográfica. Optamos por trabalhos que tenham abordado a educação de surdos por uma discussão dos congressos de surdos e que tenham trabalhado com pesquisa documental na perspectiva foucaultiana.

No quarto capítulo propomos uma atmosfera do final do século XIX, período em que acontecem vários congressos de surdos. Intentamos oferecer uma visão ampla de diversas questões que eram naquela época discutidas, vivenciadas, e que podem ter incidido direta ou indiretamente sobre a realização dos congressos de surdos e, particularmente, no ocorrido em Paris (1900). Notamos nessa atmosfera do final do século XIX uma transição entre pastorado cristão e biopolítica.

Adentrar no universo dos documentos dos congressos de surdos é o objetivo do nosso quinto capítulo. Procuramos retomar a história dos congressos de surdos realizados em Paris (1878; 1889; 1898), Milão (1880), Bruxelas (1883), Chicago (1893), Genebra (1896) e Dijon (1898). Exceto o texto de Milão, os outros textos dos congressos não foram ainda traduzidos para língua portuguesa, constituindo-se em material bastante rico e com informações ainda restritas a um pequeno grupo. Procuramos, ao longo dessa retomada, apontar como já se delineavam ali práticas de pastorado e biopolítica.

Após uma exposição sobre os congressos em geral, analisamos o monumento Congresso de Paris (1900), procurando refletir sobre sua condição de umbral entre pastorado cristão e biopolítica. Apresentamos o conteúdo e organização dos textos da seção dos ouvintes e da seção dos surdos. Em seguida nos detivemos sobre as resoluções votadas em cada seção, procurando compreendê-las em seu contexto.

Tanto o texto dos ouvintes quanto o dos surdos se constituíram no nosso *corpus* de análise.

No sétimo capítulo procuramos apresentar especificamente os elementos de pastorado e biopolítica presentes no monumento Congresso de Paris (1900). Ao fazê-lo, mais uma vez, respeitamos a forma como o evento se deu, analisando os elementos no conjunto das sessões de ouvintes ou das sessões de surdos. Como pedra arremessada em lago sereno, inúmeras questões relacionadas ao pastorado e à biopolítica se descortinaram.

Por fim, procuramos organizar algumas das constatações que fizemos. São considerações diante da necessidade de encerrar uma pesquisa que abriu muitas outras possibilidades de se pesquisar os conteúdos do Congresso de Paris (1900). São sementes! Algumas ainda a serem lançadas numa terra fecunda; outras já em processo de germinação. Sementes que exigem mãos habilidosas e dedicadas.

Este é nosso convite à leitura do resultado de nossa pesquisa. Em muito nos alegrará saber que esse texto cai em suas mãos e que você pode com ele interagir pela leitura, pelos questionamentos, pelas sugestões, vendo aquilo que não fomos capazes de perceber e, por isso, fazer-se parte também desse “nós” que escreveu essa pesquisa. Que esta leitura seja oportunidade de compartilhar conosco uma forma de reescrevermos a nós mesmos.

CAPÍTULO 1 - APRESENTAÇÃO E PROPOSIÇÃO DO PROBLEMA

“O mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando.”

Guimarães Rosa

A escrita consiste essencialmente em compreender uma tarefa graças à qual e ao final da qual poderei, para mim mesmo, encontrar alguma coisa que não tinha visto inicialmente. Quando começo a escrever um estudo, um livro, qualquer coisa, não sei aonde isso vai, nem em que vai dar, nem o que demonstrarei. Só descubro o que tenho para demonstrar no próprio movimento da escrita, como se escrever fosse precisamente diagnosticar aquilo que eu queria dizer no exato momento em que comecei a escrever. (FOUCAULT, 2016, p.49)

Compartilhamos com Foucault dessa escrita agonística como campo de forças em que nem sempre se tem evidente o que se deseja expressar, nem tampouco se consegue reter nas mãos aquilo que se colocará como produção de um texto. É compreendendo a escrita enquanto tarefa que nos dispomos a palmilhar essa estrada cheia de encruzilhadas, aberta a possibilidades, constantemente a nos sinalizar a provisoriade de nossa escrita e, ao mesmo tempo, a nos indicar que há muito a se dizer e a se escrever para que se continue a investigar.

Todo trabalho de pesquisa movimenta processos de transformação. O pesquisador, ao investigar uma dada realidade, ao refletir e escrever sobre ela, experimenta transformar-se a si mesmo. Necessita, portanto, ultrapassar-se a si mesmo (FISCHER, 2007b). Afetado pela pesquisa o pesquisador estabelece novos movimentos e diálogos, abandona perspectivas, vislumbra horizontes, põe-se, inevitavelmente, a trilhar descaminhos.

Desejamos escrever sobre a surdez a partir de uma proposta de debruçarmo-nos sobre o passado, tomando como tema de pesquisa a constituição da educação de surdos a partir do monumento Congresso de surdos de Paris (1900) enquanto articulação entre pastorado cristão e biopolítica. Com Foucault (2000) queremos visitar este texto do passado, procurando ali raridades, descontinuidades, rupturas.

Com Le Goff, compreendemos o texto do Congresso de Paris (1900) como um monumento:

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. (LE GOFF, 1990, p. 547-548)

1 REESCREVER-ME EM UMA PESQUISA

Mas como me relaciono com esse texto de um congresso de surdos? O debruçar-me sobre o meu passado faz-se aqui necessário como forma de se estabelecer o lugar de onde parto, de onde tenho me situado e algumas direções que vão se delineando incertamente, como escrita também de mim. Nesse processo de volver o olhar para trás, não como elaboração biográfica, mas como movimento de atenção sobre o que tenho me tornado, a escrita deste texto é também uma escrita da forma como tenho me esculpido.

A minha formação inicial em filosofia, concluída em 1993, em um contexto bastante delimitado no seio da Igreja Católica, foi quase suplantada pelo estudo da teologia, concluído em 1999. O apreço aos textos da tradição judaica e cristã despertou-me para o estudo da Bíblia como literatura inspirada. A palavra revelada, aparentemente inquestionável, apresentava-se à minha frente como motivação para um modelo de vida focado na santidade (do hebraico *kadosh* = separado por Deus). Permiti-me tornar-me pastor, pensando agir em prol do rebanho, sentindo-me eu mesmo um “separado” por Deus.

Num dado momento, a compreensão de minha condição de encarnado levou-me a estudar como, na tradição do século I da era comum, uma comunidade assumiu a afirmação do mistério da encarnação de Deus como boa-nova. “O Verbo se fez carne” (Jo 1,14a), ponto central da tradição cristã, continha, para mim, uma questão fundamental e desafiadora que era o significado do vocábulo “carne” (*sarx*). Após dois anos de pesquisa, analisando as ocorrências hebraicas e gregas do termo

“carne”, pude compreender a condição perecedoura, mortal, frágil, vulnerável aplicada ao “Salvador da humanidade” por aqueles que escreveram o Evangelho segundo João. Infelizmente, por estar no campo da exegese bíblica passei à deriva de Foucault que tanto discute a carne como o corpo atravessado pelo desejo. Hoje, talvez, me perguntaria: Não seria a carne do Verbo atravessada pelo desejo?

O estudo da condição mortal do Verbo lançou-me no horizonte da imanência e, numa nova pesquisa, procurava compreender como os cristãos assumiram a condição de “enviado” da parte de Deus. O termo “enviado” ocorre muitas vezes no texto joanino como autopromoção da pessoa de Jesus. A análise exegética das ocorrências do termo “enviado” ao longo dos textos sagrados para judeus e cristãos permitiu-me aproximar a reflexão da comunidade do evangelista João, no século I, que compreendia o enviado como um “embaixador” de Deus – um humano com uma missão divina –, com as comunidades cristãs da atualidade, vinculadas à Renovação Carismática Católica, que assumem Jesus como um Deus encarnado, algumas vezes, até mesmo negando sua condição humana.

Durante quase dez anos, na condição de ministro religioso, pastoreei: fiz uso da palavra para anunciar verdades reveladas (e infalíveis!), estabelecer modos de viver e fomentar práticas comunitárias e sociais. Durante esse tempo pude ouvir pessoas que se me apresentavam rasgando sem reservas suas vidas, dando-me a conhecer suas ações mais íntimas, pedindo-me orientações e conselhos, confiando que a vida delas, pela palavra confessada, poderia ser por meu intermédio transformada, conduzida. Dentro de uma via cristã, orientava as pessoas, perscrutava seus exames de consciência, fomentava uma busca da verdade em si mesmo, decifrada em meios a obstáculos e exposta na confissão. Alimentava meu rebanho com o pão do sagrado, perdoava-lhe os pecados, impunha as penitências, olhava a cada uma e todas as ovelhas, receando por perdê-las... Tenho claro que contribuía para que vivessem segundo uma técnica disciplinar. Foram dez anos afinando o ouvido, sensibilizando o olhar, mas burilando também meu jeito de ser.

Em 2010, tendo rompido com a prática religiosa, inicio minha atividade como educador, procurando me recolocar no mercado de trabalho, percebendo-me em uma nova constituição de mim. Assumi a função de coordenador de turno em uma escola da rede municipal de ensino de Vitória-ES e tive meus primeiros contatos

com a educação básica. Experimentei esse espaço como estranha novidade, carregada de inúmeras exigências sobre outro modo de ser de minha pessoa. Desvinculado do discurso religioso, tateando sobre as verdades pedagógicas (algumas também inquestionáveis e quase infalíveis), sendo continuamente questionado pelas experiências cotidianas, considerei a necessidade de dedicar-me ao estudo da pedagogia. Sentia-me inseguro naquele novo espaço cheio de vida e contradições, com práticas as mais diferenciadas, inusitadas.

Uma das realidades que mais me inquietava no contexto escolar era a presença dos alunos público-alvo da educação especial. Esses “recém-chegados” que desestabilizam, que desafiam, que explicitam novas demandas da escola. Eu que também era recém-chegado à educação captava muito fortemente os questionamentos trazidos pela in-exclusão: a presença dos alunos com suas diferenças únicas e constituidoras; as resistências dos professores sob o argumento do despreparo; a dependência de estagiários a quem se designa uma tarefa muito acima da sua condição de estudante; as angústias familiares no intuito de responder às exigências da escola; a inoperância do sistema público de saúde; a aparentemente inevitável associação ao modelo médico-clínico.

O desejo de fazer o mestrado em educação surge desse contexto, como forma de propiciar-me uma melhor reflexão sobre as questões legais, sobre as práticas experimentadas, sobre os avanços e os retrocessos vividos. Ao capacitar-me sobre os processos inclusivos, em geral sobre a educação, eu percebia também certos enraizamentos do pastorado. O pastor dá a vida pelo rebanho, arrisca-se por ele. Ao cuidar de mim, pelo estudo, estou também cuidando, conseqüentemente, dos outros que comigo experimentam a escola. E sobre o cuidado de si, compartilhamos com Galvão que

[...] se trata de um “duplo-retorno”, primeiramente um “retorno para si” e, num segundo momento, um “retorno para o outro e para o mundo”. Porém, esse “duplo-retorno” proporciona o aparecimento de uma questão de cunho ontológico, pois o sujeito, ao retornar para si, confronta-se com sua atual condição. (GALVÃO, 2014, p. 159)

Participar do processo seletivo do mestrado em educação foi decisão motivada pelo desejo de estar na escola numa condição de melhor profissional. A proposta inicial de pesquisa, numa perspectiva fenomenológica, ganhou novos direcionamentos

quando me foi possibilitado estabelecer contato com aqueles que pesquisam sobre surdez sob a abordagem foucaultiana. Ter Foucault como referencial teórico favorece a investigação sobre aquilo que nem sempre se questiona, sobre o que ainda é pouco abordado, sobre o que, por vezes, está também já estabelecido. Debruço-me novamente sobre a filosofia, agora com outro olhar. Ao escrever este projeto também me reescrevo no contexto educacional, retomando meu próprio passado pastoral cristão e percebendo-me outro; por vezes, não me compreendendo nem desejando ser compreendido. Afinal, para se ser sempre o mesmo é preciso mudar constantemente e a escrita isso também possibilita. Foucault o diz da seguinte maneira: “Sou um experimentador no sentido em que escrevo para mudar a mim mesmo e não mais para pensar na mesma coisa de antes” (FOUCAULT, 1980/2010a, p. 290)

Deparo-me com um novo desafio: refletir sobre a surdez compreendida a partir de uma diferença cultural e linguística e não simplesmente como uma deficiência física. Território novo em que adentro às apalpadelas, procurando me aproximar da surdez enquanto invenção antropológica e cultural (LOPES, 2007). E, nesta pesquisa, procuro fazer isso por um viés que se aproxima da historiografia, no caso de Foucault, um procedimento arqueogenealógico.

No intuito de aproximar-me dos surdos, no final de 2017 consegui remover minha cadeira de coordenador de turno para uma escola referência para matrículas de alunos surdos, a Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Suzete Cuendet. Acolhido pela equipe bilíngue da escola, fui apresentado aos nove surdos que estão matriculados regularmente no vespertino e que vão no matutino quatro dias da semana para terem aulas de Libras com o surdo professor, aprendizado de Língua Portuguesa com as professoras bilíngues e serem acompanhados na execução das atividades escolares.

Esta experiência tem me proporcionado um contato direto com os surdos alunos e alguns de seus familiares, impulsionando-me a com eles aprender Libras, fazendo-me perceber junto com a equipe gestora da escola que, apesar de ser uma escola referência para surdos, estamos muito distantes de uma proposta de escola bilíngue e que a chegada deste público a partir de 2015 na EMEF Suzete Cuendet não foi ainda assumida pela escola e, talvez, nunca o seja. Os surdos estão lá, são

assíduos, a equipe atua de forma bastante excepcional, muitas crianças ouvintes aprenderam Libras, seja pelas aulas no ciclo de alfabetização, seja pelo surdo colega de sala; mas há muito mais a se realizar para que os surdos que ali frequentam possam experimentar uma escola que, para além da acolhida, lhes dê o suporte cultural necessário para a vivência do ensino-aprendizagem.

O fato de estar nesta escola também me faz questionar as atuais políticas públicas municipais em relação aos surdos que estão matriculados na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. Atualmente, oito escolas estão incluídas na chamada “Política de Educação Bilíngue” do município de Vitória-ES. Dentre os surdos matriculados, alguns fizeram implante coclear, outros ouvem parcialmente. Este grupo de alunos poderia ser melhor compreendido amplamente se levássemos em conta a questão da família. Há na escola alunos ouvintes que são filhos de surdos pais. A escola é, na verdade, uma referência não só para o surdo aluno e poderia assim potencializar espaços-tempos para discussão entre a comunidade escolar acerca das práticas realizadas e as questões de acessibilidade nelas implicadas.

Tendo feito essa escrita de mim, esse retrospecto em que me ex-ponho enquanto professor – coordenador de turno e também aceno para algumas questões que tocarei nessa pesquisa, gostaríamos de delimitar o que pretendemos investigar.

2 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA INVESTIGATIVO

Não faremos aqui uma retomada da história dos surdos por considerar que tal empreitada já seria suficientemente exigente para uma dissertação e está disponível em diversas publicações. Queremos recordar que ao longo da história da educação de surdos pode-se perceber um movimento de aproximação e formação de comunidades entre aqueles que se sentem pares. Esse movimento se deu graças a pessoas que começaram a se acercar dos surdos com a intenção de educá-los. Nomes como Pedro Ponce de Leon, no século XVI; Jacob Rodrigues Pereira, Abade L’Epée e Samuel Heinicke, no século XVIII; Thomas Hopkins Gallaudet, século XIX, dentre outros tiveram iniciativas pessoais de ensino aos surdos (STROBEL, 2008). Alguns atuaram como preceptores, outros como professores, e foram assim configurando formas de se educar os surdos.

Os surdos, antes dispersos ou não orientados para a formação nos estudos, com o surgimento das escolas tenderam a se congregarem. No contexto da revolução industrial, na Europa, os surdos começaram a ser encaminhados para instituições que os acolhem e oferecem o ensino e também alguma formação laboral. Os orfanatos de surdos, os internatos de surdos, os colégios de surdos foram ações do Estado que cercaram e segregaram parcela da sociedade que não era suficientemente compreendida, mas também possibilitaram a organização dos surdos, fomentando muitas práticas de associação entre eles (BENVENUTO; SÉGUILLON, 2016).

Neste movimento, em que os educadores começam a experimentar formas de se educar os surdos e buscam discernir qual o melhor método para fazê-lo, ganha evidência a organização de congressos, inicialmente, apenas para os educadores e, posteriormente, também com a participação dos surdos. A internacionalidade desses eventos é um aspecto a se ressaltar. Educadores de diversos países procuravam nos debates apresentar os resultados de suas pesquisas e práticas junto aos surdos. As decisões desses congressos, apesar dos limites tecnológicos da época, eram rapidamente divulgadas e, em alguns casos, também assumidas.

No período de 1872 a 1900 aconteceram oito congressos para discutir a educação de surdos. Os registros destes congressos, alguns ainda sem tradução para a língua portuguesa, são monumentos que nos oferecem um diálogo com o passado. Eles mostram a trama complexa e intrincada, repleta de inúmeras inter-relações e contradições, em que a educação de surdos foi se constituindo. Este material nos permite conhecer o que na época se consignou como regime de verdade à posteridade, como elaboração de um discurso, como monumento na compreensão de Foucault.

Dos congressos ocorridos dentro do período acima mencionado, somente o de Milão (1880) se tornou popular nos estudos sobre a educação de surdos. Como veremos adiante, as pesquisas voltam-se para o Congresso de Milão, considerando-o como evento determinante para uma “erradicação” da língua de sinais. Entretanto, a aproximação com os textos dos outros congressos e, principalmente, com o monumento do Congresso de Paris (1900) permite-nos diversos questionamentos: Teria Milão erradicado a língua de sinais? Os defensores da língua de sinais, quer sejam professores de surdos ou surdos alunos, acolheram passivamente a decisão

de Milão? O oralismo foi assumido como única modalidade de ensino dos surdos? Em que contextos? Por que razões? Como em Paris (1900) se pode perceber o embate entre oralismo e língua de sinais como práticas coexistentes? Por que se silencia sobre os demais congressos? A oposição oralismo versus língua de sinais, na época referida como gestual, é uma construção de nosso tempo acerca do que foi vivido no passado?

A partir disso, pretendemos nos aproximar da educação de surdos, sob a perspectiva foucaultiana em uma análise monumental. Tomamos como provocação a intuição de Fischer (2007b) de que

o trabalho inicial, quando propomos determinado tema, talvez seja exatamente este: formular perguntas, aceitando que o estamos fazendo dentro das possibilidades daquele exato momento de “inauguração” de nosso estudo. Mas, sobretudo, tenhamos o cuidado de formular perguntas de um modo tal que elas não repitam simplesmente o que já está dado. (FISCHER, 2007b, p. 55)

Desta forma, o problema que ora nos colocamos é: Como no Congresso de Paris (1900) a educação de surdos se constitui nas articulações entre pastorado cristão e biopolítica?

Se o olhar se volta para o passado é para também imediatamente dialogar com nosso tempo presente. Acreditamos, pois, que essa análise monodocumental pode trazer indicativos importantes para se pensar a educação de surdos.

2.1 Objetivos

2.1.1 Geral

Analisar o processo de constituição da educação de surdos a partir de um estudo do monumento Congresso de Surdos de Paris (1900) e suas articulações entre pastorado cristão e biopolítica.

2.1.2 Específicos

- Descrever a atmosfera histórico-político-cultural do final do século XIX como transição entre pastorado e biopolítica;

- Examinar os congressos de surdos que antecederam o Congresso de Surdos de Paris (1900) e seus entrelaçamentos com pastorado e biopolítica;
- Refletir sobre os textos do Congresso de Surdos de Paris (1900), apresentando seus conteúdos e analisando as resoluções votadas;
- Discutir o texto do Congresso de Surdos de Paris (1900), explicitando como nele a educação de surdos se constitui no “entre” pastorado cristão e biopolítica.

2.2 Hipóteses

Acreditamos que o processo de estudo sobre um *monumento* que versa sobre a surdez pode contribuir para se refletir, discutir e investigar atuais questões relacionadas aos surdos. Desta forma, cientes de que o processo de pesquisa convida ininterruptamente à revisão do pensamento, das ideias, dos propósitos, postulamos não uma única hipótese, mas hipóteses que se complementam devido à interdependência que explicitam:

- a) O monumento Congresso de Paris (1900) retrata a constituição de uma biopolítica direcionada à população surda, mas conservando elementos de pastorado cristão;
- b) O monumento Congresso de Paris (1900), analisado sob a perspectiva do pastorado cristão e da biopolítica permite uma compreensão dos dispositivos disciplinares e mecanismos de segurança destinados aos surdos;
- c) A compreensão da surdez a partir do monumento Congresso de Paris (1900) colabora para uma revisão das atuais demandas trazidas pelas comunidades surdas e que impactam diretamente nos contextos escolares in-exclusivos.

2.3 Justificativa

Acreditamos que nossa pesquisa, pessoalmente, se justifica pelo interesse em investigar um documento - aqui compreendido como monumento -, fonte primária, ainda de pouca divulgação nos meios que debatem as questões de educação de surdos. Toda pesquisa acadêmica é sempre uma investigação, mas, particularmente, nesta, ao se propor dialogar com um monumento do fim do século XIX, há uma série de questões a serem refletidas.

A relevância para a educação é que ao se retomar um texto que trata da história da educação de surdos se revisitam contextos que também dialogam sobre a educação de modo geral, ao mesmo tempo, que nos permitem visitar as atuais práticas escolares. Especificamente, em relação à educação de surdos, nossa proposta de pesquisa pode colaborar para um aprofundamento histórico tão urgente para se debater as atuais questões das políticas de in-exclusão.

Considerando-se o momento socio-político-econômico que vivemos no Brasil, pensamos que nossa pesquisa também colabora ao olhar o contexto do século XIX na Europa e perceber ali as bases de inúmeras práticas que impactaram diretamente sobre o Brasil colônia e que nos questionam até os dias atuais. Num momento em que o neoliberalismo forja práticas políticas que retrocedem, há que se ter certa vigilância e a história continua a ser uma das ciências humanas a nos auxiliar a ler o presente.

3 NOSSA PESQUISA NO CONTEXTO DAS PESQUISAS FOUCAULTIANAS DO GIPLES-UFES

Precisamos salientar o lugar dessa pesquisa no conjunto de pesquisas sobre educação de surdos desenvolvidas por participantes do Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Libras e Educação de surdos (GIPLES), particularmente, as que trabalham com o referencial foucaultiano e orientadas pela professora Lucylene M. da Costa Vieira-Machado. A ênfase dada nas pesquisas, até a presente data, discutia os processos de subjetivação docente, pensados em estreita relação com profissionais que atuam diretamente na educação de surdos e nos processos inclusivos destes sujeitos.

O referencial teórico que tem balizado as reflexões dos participantes do grupo é pós-estruturalista, prioritariamente foucaultiano, procurando exercitar seus conceitos-ferramentas. Notamos nas produções a predominância de trabalhos que se servem dos conceitos-ferramentas de *governamentalidade*, *governo*, *subjetivação*, *normalização*, *intelectual específico*, *confissão*, *experiências de si* e *tecnologias do eu*. Isso evidencia como tais conceitos-ferramentas foucaultianos têm contribuído para uma reflexão sobre a educação de surdos. Recordamos que a aproximação

dos estudos surdos com as reflexões de Michel Foucault possibilitou uma séria guinada na forma como os próprios surdos se compreendem e como os discursos acerca dos surdos são elaborados quer seja por eles ou por ouvintes. A seguir, retomamos, brevemente as produções do GIPLES-UFES.

Carvalho (2016) investigou os processos de subjetivação de surdos professores de Libras, evidenciando que o ser surdo não é suficiente para ser professor de outros surdos e que a qualificação se faz necessária como processo em que o surdo que se assume como professor - como poderia assumir outras funções-, pode elaborar a sua forma de docência. Eliane Vieira (2016) apresentou o processo de constituição de uma hipervalorização de diferentes modos de ser surdo a partir das práticas pedagógicas do Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às pessoas com Surdez (CAS) de Vitória-ES. Estes dois trabalhos estão imediatamente ligados à questão da docência e um dos espaços em que ela é exercida, realçando neste também o aspecto da análise arquitetônica. Santos (2016) discutiu como os intérpretes de Libras, enquanto profissionais que se fizeram necessários no contexto de inclusão do século XXI, se subjetivam por meio dos rituais de passagem e aleturgias próprios ao exercício da função. A preocupação com uma ética que perpassa a constituição dos intérpretes está presente neste trabalho.

Andrea Drumond (2017) problematiza a educação inclusiva na proposta bilíngue para surdos, contemplando as políticas públicas e as práticas escolares no contexto do município de Vitória-ES. Nilma Penha (2017) discutiu a compreensão da formação do surdo que é professor através da aproximação com reflexões filosóficas, dando continuidade a uma indagação captada por Daniel Carvalho (2016). Brígida Pimenta (2017) servindo-se das reflexões de Deleuze e Guattari e do método cartográfico – única produção que, trabalhando com a filosofia da diferença, não recorre a Foucault – analisou como os encontros surdo-surdos produzem comunidade a partir da potência do encontro-amizade. Notamos que a reflexão ampliou-se para o aspecto comunitário, passando a considerar os espaços escolares bilíngues e as comunidades surdas. Esse aspecto fazia-se presente nos trabalhos anteriores, mas não se constituía como temática das pesquisas.

As produções mais recentes do grupo mostram certa continuidade no aprofundamento sobre o papel do intérprete e a constituição das escolas bilíngues. Tratamos aqui de pesquisas em andamento. Fernanda Nogueira (2018) refletiu sobre a condição do intérprete comunitário, compreendendo-o como cosmopolita que age na liberdade do movimento e é legitimado pelos surdos e também pelos não surdos em diversos contextos. Josué Rego (2018) retomou a história dos intérpretes de Língua de Sinais no Espírito Santo como resistência, propondo olhar como os pioneiros intérpretes se constituíram e ainda se constituem na relação com os surdos e com as comunidades de onde emergiram. Katiúscia Olmo (2018) investigou as práticas bilíngues na educação de surdos no contexto das políticas de AEE no município de Linhares-ES, utilizando os conceitos-ferramentas de matriz de experiência e heterotopias. Adília Alves (2018) pesquisou sobre surdos professores, focando nas narrativas de formação docente, especificamente na região sul do Espírito Santo.

Atualmente, em consonância com um projeto de pesquisa proposto pela professora Lucyenne Vieira-Machado durante a orientação de pós-doutorado de Leila Couto Mattos, há uma retomada de documentos relevantes para o estudo da surdez, fazendo, portanto, uma curvatura histórica. Foucault permanece como referencial teórico, mas podemos afirmar que há um movimento para contato com outros conceitos-ferramentas propostos pelo filósofo e uma ênfase em relação à sua concepção arqueogenealógica para análise documental. A pesquisa de Gabriel Nascimento também tem o Congresso de Paris (1900) como ponto de partida para discutir a língua de sinais como língua “própria” dos surdos. Eliane Vieira, agora em pesquisa de doutorado, propõe-se a tratar do ensino emendativo no Espírito Santo, assumindo também certa perspectiva histórica. Cássio Oliveira propõe discutir a formação-experiência de tradutores e intérpretes de Libras/Língua Portuguesa, inaugurando outro ciclo de pesquisa que se debruça sobre os cursos de Letras-Libras.

É neste contexto de produções do GIPLES-UFES que nosso projeto de pesquisa se encontra, incorporando ao grupo o uso dos conceitos-ferramentas de pastorado e biopolítica.

Para seguir o caminho...

Optamos por nos apresentar desde o lugar no qual nos constituímos pesquisadores e para o qual desejamos caminhar. A reflexão sobre meu passado enquanto “pastor” nos aproxima daquilo que pretendemos investigar no monumento Congresso de Paris (1900). Tendo em vista a proposição do problema, dos objetivos geral e específicos, bem como a apresentação das hipóteses, procuramos ainda contextualizar nossa pesquisa no GIPLES-UFES.

No próximo capítulo, por considerarmos que o enunciado metodológico é fundamental na escrita desta pesquisa, proporemos como compreendemos o pesquisar na companhia de Foucault e como isso incide na produção de um texto que investiga outro texto do passado. Como tomar um monumento como o do Congresso de Paris (1900) sem se aproximar do Foucault que ressignifica a história e o papel do historiador? Que metodologia nos orienta nessa tarefa?

CAPÍTULO 2 - POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS E SEUS DESCAMINHOS INVESTIGATIVOS

“O real não está nem saída nem na chegada, ele se dispõe pra gente é no meio da travessia...”

(Guimarães Rosa, 1994, p. 85)

Quando escrevo, não sei dizer se estou fazendo história da filosofia. Muitas vezes me perguntaram o que era, para mim, escrever aquilo que escrevia, de onde eu falava, o que aquilo queria dizer, porque aquilo e não outra coisa, se eu era filósofo, ou se eu era historiador, ou sociólogo, etc. Eu ficava bem embaraçado para responder. Se tivessem me dado uma liberdade de resposta tão grande quanto a que você me oferece hoje, acho que teria respondido com toda brutalidade: não sou um nem outro, sou médico, digamos um diagnosticador. (FOUCAULT, 2016, p. 48)

Dialogar com Foucault em uma pesquisa pode nos trazer um questionamento nada teórico: é possível falar de uma metodologia foucaultiana? A leitura de obras de Foucault nos colocam em contato com um autor genial, que extrapola limites acadêmicos, ativa tensões no pensamento, conversa com seus contemporâneos e, ao mesmo tempo, deles se afasta, mantendo-se original. Um autor que não se deixa apreender nos rótulos teóricos ou ideológicos, uma pessoa que a própria vida foi uma escrita, uma construção, uma experiência, uma fomentação. Um autor que transitou pela mais profunda busca do saber em diversas áreas do conhecimento e também penetrou nos meandros delicados de um compromisso social, como por exemplo, com grupos de presidiários. Teria Michel Foucault um método ou quisera ele ensinar-nos uma metodologia? Qualquer resposta imediata poderia ser uma afronta ao que ele nos legou.

Arrisquemo-nos, pois a elaborar como aqui, nessa pesquisa, iremos caminhar na companhia de Foucault. Uma primeira afirmação é de que temos nele mais uma experiência metodológica que um método em si. É ele um experimentador e nas suas trilhas podemos vislumbrar como se aproximar de um objeto de estudo, como tentar extrair dele o que não se espera diuturnamente, como ver ali presentes as manifestações até então impensadas. Essas trilhas foucaultianas são caracterizadas

por infinitas possibilidades de revisão, retificação ou alteração (NETO, 2015). Titubear se apresenta como típico do ato de pesquisar. Ao isolar um objeto, Foucault nos mostra como procurar os instrumentos mais adequados para analisá-lo. Os instrumentos devem ser construídos já que não se encontram instrumentos suficientes capazes de abarcar toda a gama de objetos que podemos nos propor a investigar.

Um segundo ponto é saber que ao transitar nas trilhas de Foucault pode-se experimentar com ele a análise mais específica de uma problematização como também sua generalização. Ele pode tratar de uma instituição para depois inferir análises que ultrapassarão em muito a regionalidade daquela organização e dirão respeito a toda a sociedade. Acompanhar suas análises é fazer o movimento do particular ao geral para depois voltar a outros particulares e a um próprio particular que é o sujeito leitor sem nunca perder de vista a complexidade na qual nos inserimos. Não se sai ileso de uma leitura de um texto de Foucault. Sua meticulosa capacidade de diagnosticar, de com o bisturi teórico penetrar na carne de nossa cultura, expõe o que, curiosamente, estava ali aos nossos olhos, mas até então não percebido.

1 NA COMPANHIA DE FOUCAULT

Como tomaremos o curso Segurança, território e população, ministrado em 1978, como obra que nos auxiliará na aproximação com a compreensão foucaultiana de pastorado cristão, podemos buscar nela alguns indicativos metodológicos sugeridos pelo próprio autor. Foucault apresenta cinco proposições sobre a análise dos mecanismos de biopoder bem sintetizadas por Neto (2015):

- 1) não se busca uma teoria geral, mas simplesmente saber por onde, como, por quem, quais procedimentos e com que efeitos; 2) as relações de poder não são fundadas em si mesmas, mas imanentes ao conjunto das relações sociais; 3) sua análise pode se abrir para uma análise global da sociedade; 4) não há discurso teórico ou imperativo, mas indicadores táticos; e, 5) finalmente, se há uma relação desgastada entre luta e verdade, resta um imperativo: nunca fazer política. (NETO, 2015, p. 413)

Foucault não desejou fazer uma teoria sobre o poder. O que quis foi investigar como mecanismos e procedimentos são organizados tendo em vistas a manutenção do

poder. Essa análise dos mecanismos de poder pode mostrar como as lutas, entrechoques e embates produzem efeitos de saber (FOUCAULT, 2008). Tomar os textos dos congressos de surdos como efeitos de saber produzidos nos combates acerca da educação de surdos é pois o que nos compete fazer.

Trabalhar com Foucault é arriscar-se destemidamente, colocar-se em processo de curiosidade que busca aproximar-se das realidades como quem investiga não só o que se apresenta, mas também a forma como nos colocamos a pesquisá-las e a pensá-las. Assumimos com Fischer (2007) que

[...] o que importa é assumir essa atitude de suspender o consolador estado das certezas para, no lugar delas, construir e pensar fatos, coisas, dados, situações inquietantes de nosso tempo, a partir de alguns conceitos que nos propiciem exatamente complexificar esse real que nos é dado provisoriamente para acessar. (FISCHER, 2007b, p. 61)

Compreendemos que em toda pesquisa é preciso que o pesquisador evidencie seu lugar e suas opções metodológicas. Assumimos localizarmo-nos no contexto do paradigma complexo, em que não é possível compreender uma parte se não a tivermos em conta no conjunto maior em que se encontra e a ele afeta e é por ele afetada. Sabemos, portanto, que desejamos elaborar um discurso e nele estaremos também nos elaborando, que optamos por conclusões provisórias em vez de metanarrativas.

Partimos também do fato de que não temos pretensão de acesso à uma verdade derradeira, instalada ou instauradora, capaz de iluminar todas as coisas. A provisoriedade de alguma verdade que venhamos a discutir não a impede de ser dita, pois nesta condição de fala passageira, fugaz, explicita-se uma maneira de o mundo compreender. Reconhecemos que essa pesquisa é apenas a elaboração de mais um discurso, especificamente, sobre um monumento pouco conhecido que apresenta parte de um momento histórico vivido pelos surdos. Uma verdade que será muito mais resultado da forma como o *corpus* será analisado do que tão somente uma cópia fidedigna e imutável do que se apresenta no texto do Congresso de Surdos de Paris (1900) como verdade escavada no passado. Ler tais escritos não tem por objetivo decifrar ou fazer explicitar algo que neles pudesse estar ocultado.

Assumimos essa pesquisa como qualitativa, tendo por referência que se buscam mais os sentidos dados aos fatos e a forma como nós os pensamos e agora os

elaboramos discursivamente que qualquer tipo de mensuração ou quantificação que aprisione a realidade sob números, tabelas, estatísticas – por mais que para isso nos debrucemos também sobre esta pretensa exatidão usada na ciência e também parcialmente assumida no contexto do(s) monumento(s) em questão. As elaborações conceituais dos participantes do congresso, suas produções de verdades e seus movimentos de narração dessas verdades é que nos interessam.

Assumimos a arqueogenealogia praticada por Foucault e com ela toda a sua condição de transitoriedade, possibilidade de retomadas e correções. Não se toma aqui a arqueogenealogia de Foucault como se fosse um manual metodológico com passos a serem seguidos, mas sim como intuição que legitima uma reflexão mais atenta às regularidades que por ventura serão propostas, como análise das contradições inerentes a todo discurso, como ênfase na elaboração mesma do discurso, como compreensão de rupturas que nele se apresentem.

A escolha de Foucault permite uma sábia infiel fidelidade caso em algum momento seus conceitos-ferramentas não sejam os mais adequados para uma determinada discussão. “Conceitos e teorias existem para serem mergulhados numa prática, para o entendimento de uma realidade que instiga, que acena em sua incompreensibilidade, em sua beleza, poesia ou mesmo em sua potencialidade destrutiva” (FISCHER, 2007a, p. 41). Gozamos, pois, da liberdade de nos acercarmos do pensamento de Foucault, servindo-nos ora dos seus próprios escritos, ora de seus comentadores. As ferramentas foucaultianas nos auxiliam a nos aproximar do monumento para com ele estabelecer um diálogo que possibilite-nos escrever como a educação de surdos foi compreendida naquele contexto entre séculos e entre duas formas de condução: pastorado e biopolítica.

2 FOUCAULT, A HISTÓRIA E OS MONUMENTOS

Como nossa pesquisa tem um caráter monumental, consideramos importante situar Foucault e sua relação com a história. Le Goff (1990) analisa que Foucault inaugura uma nova compreensão de história: foi um dos maiores historiadores novos; diagnosticou a renovação da história (o questionar do documento; a noção de descontinuidade; a história geral como relação entre as diferentes séries; o uso de

novos métodos) e propôs uma filosofia original da história vinculada à prática e à metodologia.

Uma pesquisa documental que trabalha com ferramentas foucaultianas assume ler os textos do passado como monumentos. A etimologia de monumento nos conecta com a palavra latina *monumentum*, evocando a ideia de memória. “O verbo *monere* significa ‘fazer recordar’, de onde ‘avisar’, ‘iluminar’, ‘instruir’. O *monumentum* é um sinal do passado” (LE GOFF, 1990, p. 535 - grifo do autor). A arqueologia de Foucault realça que diante do monumento se procura fazer aparecer as contradições, se deseja falar de cortes, de falhas, aberturas, “[...] procura soltar todos os fios ligados pela paciência dos historiadores; multiplica as diferenças, baralha as linhas de comunicação e se esforça para tornar as passagens mais difíceis [...]” (FOUCAULT, 2000, p. 194).

O documento tomado sob a orientação foucaultiana é percebido como monumento. Não se trata de uma realidade objetiva e explícita, nem de uma tradução imediata do real, o monumento exige decodificação em suas camadas sedimentares. No caso do monumento sobre a educação de surdos, cabe-nos lê-lo sob a perspectiva de que ali, naquele contexto do século XIX estão em jogo as construções de identidades pessoais ou grupais que coincidem com uma dada verdade (RAGO, 1993).

Essa postura de insistência nas discontinuidades se dá porque não existe enunciado que não esteja em relação com outros, que não esteja inserido num campo de coexistências, em um emaranhado de interpositividades com limites nem sempre evidentes. “A comparação arqueológica não tem um efeito unificador, mas multiplicador” (FOUCAULT, 2000, p. 183).

O olhar foucaultiano para a história não a contempla como tendo uma teleologia de fundo ou como se fosse uma realidade dialética, menos ainda como se fosse uma cópia exata do real. Na crueza da história, com todas as suas contradições, encontra-se a possibilidade de se compreender as práticas humanas como construções, de rever as periodizações como ficções e os discursos como acontecimentos e não simples teorias (RAGO, 1993).

O que tomaremos como *corpus* de nossa investigação são discursos, memórias, recordações, relatórios que foram compilados há cerca de um século. Não se vai ao

monumento com certezas a serem nele confirmadas, nem procurando desvendar mistérios ocultos, se vai até o monumento para que suas memórias relidas no hoje possam ser compreendidas em suas múltiplas facetas, em suas incertezas, na invisibilidade do que está visível. Sem expectativas remetidas ao passado, mas também sem retrospectivas que queiram ditar rumos ao futuro, nos aproximaremos do monumento. Portanto, o trabalho que ora propomos é propriamente exploratório, bibliográfico (MOREIRA; CALEFFE, 2008). Não desmerecemos as pesquisas de campo, mas procuraremos compreender a educação de surdos naquele contexto do fim do século XIX, na passagem para o século XX. O encontro com esses textos originais, o acesso aos monumentos, tem possibilitado retomar várias indagações como bilinguismo e escolas bilingues, *status* de língua para a Língua de Sinais, oposição oralismos versus Língua de Sinais, sugerindo a existência de algumas verdades assumidas até então nas comunidades surdas e nas pesquisas sobre surdez.

O período entre 1878 e 1900 se configura como o recorte temporal por nós escolhido. Contudo, não pretendemos trabalhar com linearidades, nem com uma reconstrução histórica de cunho positivista. Queremos captar as positivities desse tempo. Para Foucault, positividade se relaciona com discurso, com saber, e não com ciência. A positividade “[...] define um campo em que, eventualmente, podem ser desenvolvidos identidades formais, continuidades temáticas, translações de conceitos, jogos polêmicos. Assim, a positividade desempenha o papel do que se poderia chamar um a priori histórico” (FOUCAULT, 2000a, p. 144). Por isso queremos olhar para as positivities enquanto objeto de análise que pode “mostrar segundo que regras uma prática discursiva pode formar grupos de objetos, conjuntos de enunciações, jogos de conceitos, séries de escolhas teóricas” (FOUCAULT, 2000a, p. 203). Se não trabalharemos com linearidades, não trabalharemos também com diacronias. É uma opção pelo não sucessivo presente nas formações discursivas, pois

A análise arqueológica individualiza e descreve formações discursivas, isto é, deve compará-las, opô-las umas às outras na simultaneidade em que se apresentam, distingui-las das que não têm o mesmo calendário, relacioná-las no que podem ter de específico com as práticas não discursivas que as envolvem e lhes servem de elemento geral. Bem diferente, ainda nisto, das descrições epistemológicas ou "arquitetônicas" que analisam a estrutura interna de uma teoria, o estudo arqueológico está sempre no plural: ele se exerce em uma multiplicidade de registros; percorre interstícios e desvios;

tem seu domínio no espaço em que as unidades se justapõem, se separam, fixam suas arestas, se enfrentam, desenham entre si espaços em branco. (FOUCAULT, 2000, p. 177)

Como se pode notar, para Foucault, a função da arqueologia é a de um agir que compreende a história não como uma sucessão de fatos, com seus heróis idealizados, mas como histórias que nascidas das práticas de subjetivação são múltiplas e simultâneas. Especificamente, no caso desta pesquisa, procuraremos compreender os monumentos congressos de surdos como formações discursivas que nos permitem conhecer como a educação de surdos no século XIX é marcada por uma série de ambiguidades, de contradições, de rupturas e nisso se constroi um modo de educar. Longe da ideia de propósitos claros, inequívocos, a história dessa educação de surdos nos coloca diante de diversas práticas. Assim, para Foucault, a história tem muito a ver com o método e com a descrição das simultaneidades. Uma rápida passada de olhos sobre alguns de seus escritos, como por exemplo, História da loucura na idade clássica (1961) ou História da sexualidade (1976-1984), mostra como o filósofo francês ocupou-se desta tarefa.

3 A ESCOLHA DAS FERRAMENTAS: CRITÉRIOS E USOS QUE O OBJETO NOS EXIGE

Foucault nos oferece várias possibilidades de manejo de seus escritos. Parece ter sido realmente este o desejo de que suas pesquisas, publicações, palestras, pudessem ser manuseadas como ferramentas para se discutir outras coisas sobre as quais ele não se deteu, ou também usadas sobre os mesmos objetos permitindo elaborar novas associações por ele não percebidas.

A partir de uma primeira leitura do texto do monumento Congresso de Surdos de Paris (1900), acreditamos que duas ferramentas de análise propostas por Foucault muito contribuirão: pastorado e biopolítica. Neste projeto, de alguma forma, já as utilizamos, notando assim como elas nos permitem aproximar do objeto de pesquisa e nos auxiliam na produção desta escrita.

Usar as ferramentas é procurar nos adequarmos ao que o objeto que se nos está à frente nos exige. Como o marceneiro que oscila entre usos de uma ou outra ferramenta, que mensura qual deveria ser o melhor encaixe de uma peça, nos

colocamos nessa prática de arriscar aplicar ao objeto as ferramentas que consideramos úteis. A utilidade diz respeito ao que essas ferramentas potencializam na reflexão, ao que elas nos fazem confrontar, nos mobilizam a, nos fazem desestabilizar nossas certezas.

Como Foucault compreende o pastorado e a biopolítica? Como essas duas ferramentas teórico-metodológicas poderão nos auxiliar na compreensão da educação de surdos presente no monumento Congresso de Paris (1900)? Com que outras ferramentas também nos aproximaremos? Como nosso objeto se delinea, mas também se escamoteia, diante de tais usos? Que sentidos nos damos ao fazer tal pesquisa e utilizar tais ferramentas? Não nos ocuparemos aqui de uma descrição pormenorizada das ferramentas escolhidas por considerarmos como Foucault (2006a) que, será no uso, na aplicação das ferramentas que, possivelmente, melhor as definiremos. Todavia, como parte de um percurso metodológico, mesmo entrevendo seus desvios ou descaminhos, algumas proposições sobre elas apresentaremos.

3.1 Pastorado: uma arte de “governar homens”

Em “Segurança, território e população”, Michel Foucault descreve as características do pastorado (aula de 8 de fevereiro de 1978), analisando-o no contexto judaico-cristão (aulas de 15 e 22 de fevereiro de 1978) e mostrando como entra em crise (aula de 1º de março de 1978). Em um primeiro esboço do pastorado, Foucault elenca que ele é exercido sobre uma multiplicidade em movimento, que se trata de um poder benéfico em vistas da salvação do rebanho e que é um poder que conjuga sabiamente o cuidado do rebanho com o cuidado de cada ovelha, ou seja, é um poder que individualiza (FOUCAULT, 2008).

Ao retomar a relação pastor-rebanho na literatura, Foucault detalha como tal metáfora aplicada ao campo político é rara na política clássica. Assim, a história do pastorado como forma de governo dos homens no Ocidente cristão é algo que se relaciona diretamente com o cristianismo. Do mundo judaico se herda essa compreensão de que Deus é o pastor que guia suas ovelhas, ao mesmo tempo em que designa homens para que ajam em seu nome como pastores. O pastor zela pela

vida das ovelhas, sacrifica-se para salvá-las, responde por todas e por cada uma em particular. É o responsável por apascentá-las na segurança, apesar de toda a constante movimentação do rebanho pelos mais diversos territórios. Os textos hebraicos enaltecem o agir de Deus como pastor e dos seus líderes como aqueles que traduzem na terra a vontade do Pastor Eterno (FOUCAULT, 2008).

Nos textos cristãos do primeiro século, há uma associação da imagem do pastor com a pessoa de Jesus, historicamente sendo assumido como o pastor em contraposição ao poder político de César. Desta maneira, ele passa a ser o pastor que deve conduzir o povo/rebanho para a salvação e o faz morrendo na cruz. O pastorado cristão está relacionado com a salvação, com a lei e com a verdade. De certa forma, nestas três relações também se explicitam a condução, a vigilância e a pedagogia/ensino (FOUCAULT, 2008). As ovelhas dependem do pastor, nele encontram a sua verdade, por ele caminham para a vida. Para Foucault, o pastorado cristão é uma arte de “governar os homens”:

[...] o pastorado no cristianismo deu lugar a toda uma arte de conduzir, de dirigir, de levar, de guiar, de controlar, de manipular os homens, uma arte de segui-los e de empurrá-los passo a passo, uma arte que tem a função de encarregar-se dos homens coletiva e individualmente ao longo de toda a vida deles e a cada passo da sua existência. (FOUCAULT, 2008, p. 218-219)

Foucault analisa o pastorado cristão, mostrando como o cristianismo acrescentou à compreensão de relação integral e distributiva do pastor com o rebanho outros quatro princípios: 1) responsabilidade analítica: o pastor ao fim da vida no mundo deverá prestar contas de todas as ovelhas; 2) transferência exaustiva e instantânea: o bem e o mal que acontecem com as ovelhas são sentidos pelo pastor; 3) inversão do sacrifício: “para salvar suas ovelhas o pastor tem de aceitar morrer” (FOUCAULT, 2008, p. 226); 4) correspondência alternada: as fraquezas ou virtudes do rebanho constituem o pastor, da mesma forma que suas fraquezas ou méritos constituem o rebanho.

A prática pastoral cristã será essencial para a formulação da governamentalidade do Estado moderno, pois esse poder de ação individualizante, marcado pela obediência e pela renúncia de si para seguir ao pastor em um aprendizado de controle de si é um prelúdio do que se desenvolverá a partir do século XVI (FOUCAULT, 2008).

Em relação ao nosso objeto de pesquisa, a ferramenta pastorado nos permite compreender como a educação de surdos apresentada no monumento Congresso de Surdos de Paris (1900) e nos outros que o antecederam foi uma prática de governo dos surdos, que procurava guiá-los e salvá-los, tendo algumas pessoas - em muitos casos os ouvintes - como seus pastores-guias-protetores. Ao tomar o texto de Paris (1900) nos perguntarmos: Há elementos de pastorado nas práticas propostas pelos congressistas de Paris? Como aparece no monumento a preocupação com a salvação, lei e verdade em relação aos surdos? Como o pastorado cristão impulsionou também um modo de se educar os surdos? E, para além dessas questões, investigar se no fluxo daquela época, aparecem também elementos de biopolítica aplicados à educação de surdos.

3.2 Biopolítica: um poder de governar populações

Considerando a população como núcleo central em torno do qual se articulam uma série de práticas, Foucault investiga sobre a biopolítica. Ele desejou analisar a biopolítica a partir da verdade econômica que se manifestava no interior da razão governamental própria do liberalismo. Propõe ter o liberalismo como quadro geral da biopolítica, procurando identificar três grandes temas: lei e ordem; Estado e sociedade civil; política da vida (FOUCAULT, 2008b).

No resumo do curso ministrado no Collège de France nos anos de 1978-1979, Foucault explica como compreendia a biopolítica:

[...] eu entendia por isso a maneira como se procurou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas postos à prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raças... Sabe-se o lugar crescente que esses problemas ocuparam desde o século XIX e que desafios políticos e econômicos eles vêm constituindo até hoje. (FOUCAULT, 2008b, p. 431)

Foucault irá desenvolver a noção de biopolítica como forma de poder que se ocupa em administrar a população constituída de sujeitos de direito sob determinada jurisdição política. A biopolítica, diferentemente da disciplina, atinge o homem enquanto população, enquanto pertencente a uma espécie biológica. Os fenômenos de massa, as séries de longa duração são importantes para se entender o funcionamento da biopolítica, pois ela não considera apenas os fenômenos

individuais. Os mecanismos da biopolítica dizem respeito à previsibilidade, à mensuração estatística, ao controle de medidas globais. A biopolítica visa ao equilíbrio da população, à sua regulação, à sua homeostase (CASTRO, 2016).

Esta ideia de equilíbrio será retomada na obra “Em defesa da sociedade” (1975-1976), quando Foucault procura esclarecer a tecnologia de poder que é a biopolítica:

E trata-se sobretudo de estabelecer mecanismos reguladores que, nessa população global com seu campo aleatório, vão poder fixar um equilíbrio, manter uma média, estabelecer uma espécie de homeostase, assegurar compensações; em suma, de instalar mecanismos de previdência em torno desse aleatório que é inerente a uma população de seres vivos, de otimizar, se vocês preferirem, um estado de vida: mecanismos, como vocês veem, como os mecanismos disciplinares, destinados em suma a maximizar forças e a extraí-las, mas que passam por caminhos inteiramente diferentes. (FOUCAULT, 2005, p. 293-294)

A biopolítica se constitui enquanto uma ação sobre o modo de se viver. Ela procurará proteger a vida, assegurá-la, ampliá-la, e o fará como um poder que age sobre os acidentes, controlando-os; sobre o que é aleatório, procurando suas determinações; sobre as deficiências, objetivando corrigi-las; sobre a própria morte, tentando limitá-la. E para assim atuar, esse poder faz uso das ciências, das estatísticas, dos estudos, dos controles, das práticas de higienização, assegurando aquele equilíbrio esperado de organismos vivos.

A homeostase, conceito cunhado por Walter Cannon (1871-1945), e retomado por Foucault, significa a “existência de sistemas regulatórios que automaticamente fazem ajustes para manter a constância interna” (HILL; WISE; ANDERSON, 2012, p. 12). Para Foucault, a biopolítica realiza isso a nível de população, de coletividade, de agrupamento.

A biopolítica enquanto conceito-ferramenta que será utilizado na investigação do monumento Congresso de Surdos de Paris (1900) pode contribuir na percepção de práticas relacionadas à educação de surdos que se serviram de estatísticas, medidas, controles, estudos sistemáticos classificatórios e comparativos. Práticas que procuraram esquadrihar os surdos, contemplando-lhes a vida, procurando determiná-la. Nos perguntamos: Como os congressistas fizeram uso de práticas biopolíticas em seus pronunciamentos? Como a nascente biopolítica se aplica aos surdos? Seriam os surdos uma população a ser controlada, quantificada, corrigida? Que elementos de biopolítica se delineiam no monumento? E, ao mesmo tempo,

arriscamos investigar a possibilidade de uma presença da biopolítica em coexistência ao pastorado, numa grade de inteligibilidade que controla os surdos tanto na individualidade quanto na coletividade.

Para avançar nessa pesquisa...

Ao nos colocarmos na esteira de Foucault sabemos que escolhemos um referencial teórico-metodológico em que a capacidade de investigar se sobrepõe às tendências de respostas fáceis, imediatas e pretensamente universais. A metodologia proposta por Foucault exige do pesquisador uma abertura ao novo, ao inusitado, que pode se dar na própria pesquisa. As intuições iniciais apontam pistas por onde investigar, mas não oferecem rotas certas e promissoras.

Os conceitos-ferramentas de pastorado e biopolítica, brevemente expostos, serão utilizados no manuseio do monumento Congresso de Surdos de Paris (1900). Sendo essa pesquisa monumental, amparada nos textos de Foucault como suporte para a análise dos congressos de surdos e, especificamente, do Congresso de Paris (1900), as ferramentas foucautianas nos auxiliarão a visualizar as discontinuidades, as rupturas, as séries, as organizações, as contradições presentes nos regimes de verdade que são expostos nos textos.

A seguir faremos uma retomada dos trabalhos que, tendo também Foucault por referencial teórico, abordaram especificamente o Congresso de Milão (1880) e outros momentos da história da educação de surdos. E já nos questionamos: Como os pesquisadores que estudam a educação de surdos têm investigado os monumentos?

CAPÍTULO 3 - UNIR-SE NA ARTE DE INVESTIGAR, PROBLEMATIZAR E ARRISCAR-SE A SEMPRE MAIS PERGUNTAR

“Vivendo, se aprende; mas o que se aprende, mais, é só fazer outras maiores perguntas.”

(Guimarães Rosa, 1994, p. 588)

Empreender a história do que foi dito é refazer, em outro sentido, o trabalho da expressão: retomar enunciados conservados ao longo do tempo e dispersos no espaço, em direção ao segredo interior que os precedeu, neles se depositou e aí se encontra (em todos os sentidos do termo) traído. (FOUCAULT, 2000, p. 140)

Optamos por apresentar primeiramente o percurso teórico-metodológico que pretendemos percorrer para evidenciar que na revisão de bibliografia já o estamos praticando. Os textos de pesquisadores com os quais queremos dialogar são aqueles que utilizaram também o referencial foucaultiano, fazendo uso das mesmas obras ou de obras diferentes do filósofo e que tomaram como *corpus* de análise a ser investigado os textos, genericamente falando, dos congressos dos surdos.

É comum se encontrar nas pesquisas em torno da educação de surdos um retrospecto histórico e, mais comum ainda, é nesse retrospecto ver enfatizado que o Congresso de Milão (1880) significou a total proibição da língua de sinais. Incomodava-nos muito esse realce exacerbado dado ao texto de Milão e certo silêncio em relação aos textos dos demais congressos que aconteceram antes e depois dele.

Parece-nos arriscado supor que, apesar da ampla adesão que o Congresso de Milão (1880) possa ter conquistado, se tenha banido o uso de língua de sinais das escolas e das práticas cotidianas dos surdos. Não seria tal ênfase devida a um enfoque histórico que polariza posições, contrapondo oralistas e defensores da língua de sinais? Seria possível pensar outros enfoques? Poderíamos, talvez, nos questionar sobre os motivos pelos quais não se tem pesquisado sobre tal documento. Como mencionamos, uma questão que dificultava e ainda dificulta o acesso aos textos dos congressos é o fato de ainda não serem todos traduzidos para a Língua Portuguesa.

1 LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

Ao se fazer o levantamento de pesquisas que abordam análises de documentos de congressos dos surdos percebemos que há pouca produção sobre o assunto. Apesar disso constituir-se um desafio e acarretar maior dificuldade na produção de nossa pesquisa, igualmente, afirma a necessidade de se investigar o problema que nos colocamos e tentar perceber sua atualidade como tarefa a ser assumida numa relação de responsabilidade com as comunidades surdas e suas lutas e as políticas públicas de in-exclusão dos surdos.

Inicialmente, considerando o fato de que os textos dos congressos não estavam traduzidos, procuramos delimitar que contemplaríamos produções acadêmicas entre os anos 2011 e 2017. A publicação pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES¹, situado no Rio de Janeiro, de uma série histórica sob a curadoria da professora Solange Rocha, permitiu, a partir de 2011, o acesso a documentos dos quais se tinham apenas traduções de fragmentos e que, quase sempre no caso dos congressos dos surdos, se conhecia apenas as decisões sem se ter acesso aos debates, discussões, atritos narrados pelas atas. Num esforço de tornar acessível obras de relevância sobre a educação de surdos, a professora Solange Rocha empreendeu o trabalho de coordenação da tradução de obras e também de publicação de algumas nacionais.

Considerando, portanto, o ano de 2011 como momento em que, graças à publicação do texto de Milão pela Coleção Histórica do INES, possivelmente, se favorece uma produção sobre o Congresso de Milão (1880) e que em 2013 foi publicado o texto das seções dos ouvintes do Congresso de Surdos de Paris (1900) - a parte das seções dos surdos ainda não foi publicada - , fizemos o levantamento no acervo digital de teses e dissertações da CAPES e na base de periódicos *Scielo*.

¹ Acerca do INES, recordamos que “o Collegio Nacional para Surdos-Mudos de Ambos os Sexos foi criado em meados do século XIX, por iniciativa do surdo francês E. Huet” (ROCHA, 2010, p. 41). Ao longo de mais de 160 anos, o INES tem prestado relevantes serviços para a educação de surdos, sendo uma referência nacional para a área, bem como, espaço de interlocução política, social e cultural para a comunidade surda. Sobre a história do INES remetemos aos trabalhos da historiadora Solange Maria da Rocha que tem se dedicado incansavelmente a estudar e refletir sobre a educação de surdos no Brasil a partir de fontes documentais do acervo do instituto.

Quanto aos descritores utilizados na pesquisa e os resultados obtidos temos: “Congresso de Paris (1900)”, inexistência de registros; “Congresso dos surdos - Paris (1900)”, sem registros na base; “Foucault e educação de surdos”², não encontrando nenhum registro; “Pastorado e educação de surdos”, igualmente sem registros; “Biopolítica e educação de surdos”, também sem registros; “Educação e história dos surdos”, quatro registros; “Congresso de Milão (1880), um registro. Os filtros utilizados foram: período escolhido, ou seja, 2011-2018; programas de pós-graduação em Educação, compreendendo, portanto, a educação como área de conhecimento, área de avaliação, área de concentração e nome do programa. Iremos pois dialogar com três dissertações e duas teses. Esta consulta à base de dados foi realizada no período de 30 de janeiro a 08 de junho de 2018.

Acreditamos que os cinco trabalhos encontrados nos permitirão um diálogo enriquecedor com os documentos dos congressos. Dois dos trabalhos interessam-nos, particularmente, pelo uso de conceitos-ferramentas foucaultianos, pois tratam de análise documental sobre a educação de surdos no Brasil, constituindo-se em uma referência também teórico-metodológica já que não discutem os congressos, mas permitem uma aproximação com questões presentes neles.

A pesquisa na base de periódicos *Scielo* e também uma varredura via site de buscas não obtiveram resultados positivos quanto a artigos/publicações sobre o Congresso de Paris (1900). Evidencia-se que tal congresso, embora tenha sido ocasião de profundas reflexões sobre a educação de surdos não atingiu publicidade em nosso contexto brasileiro nem tem sido objeto de pesquisas nos últimos anos. Apenas a pesquisa de Dores (2017) aborda parcialmente o Congresso de Paris.

Gostaríamos de assinalar que nas buscas nos bancos de dados, particularmente no de produções de teses e dissertações, fica notório que se tem feito muito uso de Foucault para se discutir a educação de surdos, mas não aplicado às questões documentais que versam sobre ela. E, poderíamos nos perguntar: Por que o diálogo com Foucault não costuma passar pelas fontes documentais sobre a educação de

² Apesar de não obter retorno para o descritor proposto para o período de 2011 a 2018 é importante notar a produção do GIPES - Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Educação de Surdos que, pioneiramente, faz uso de ferramentas foucaultianas como, a título de exemplo, as pesquisas de Madalena Klein (2003) sobre “Tecnologias de governamento na formação profissional dos surdos”; de Márcia Lunardi-Lazzarin (2003) sobre “Produção da anormalidade surda nos discursos da Educação Especial”.

surdos, logo ele que se dedicou tanto a escarafunchar documentos e constituí-los elementos de análise? Que usos temos feito de Foucault em nossos trabalhos? Coisas a se investigar...

1.1 Eugenia e educação de surdos no século XIX

Morena da Silva (2015), na dissertação “Marcas eugênicas na educação de surdos no século XIX”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas, na linha Psicologia Educacional, investiga sobre práticas de eugenia e seus efeitos na educação de surdos. Para isso analisa os seguintes documentos: Atas do Congresso de Milão (1880); “Memórias: sobre a formação da variedade surda da raça humana”, livro de Alexander Graham Bell, publicado em (1883); e “A cura da fealdade”, obra de Renato Kehl publicada em 1923. Silva utiliza o conceito-ferramenta foucaultiano de biopoder, principalmente no capítulo em que trata da eugenia.

Considerando a importância da biologia enquanto ciência que mais contribuiu no desenvolvimento da eugenia, a autora traça um retrospecto desta teoria, aponta como o determinismo mecanicista, que considerava o mundo como uma máquina a serviço do homem, foi fundamental para uma compreensão de que a vida na sua totalidade poderia ser explicada pela dimensão físico-química. O advento do evolucionismo foi outro fator determinante para a eugenia, pois, rapidamente, algumas concepções darwinistas foram aplicadas à sociedade com a intenção de legitimar práticas de controle (SILVA, 2015).

Segundo Silva (2015), os impactos da eugenia chegam ao Brasil e, apesar de algumas divergências, somam-se às práticas higienistas. O médico Renato Kehl chegou a propor em sua obra que algumas ações poderiam contribuir para certo aprimoramento da condição humana:

[...] propôs regras de profilaxia da “fealdade”, maneiras de eliminar fatores degenerativos nas gerações posteriores (proibição de casamentos com ou entre pessoas com caracteres “degenerados”, descasamentos, esterilizações compulsórias) e indicações terapêuticas para curar a “fealdade” física. (SILVA, 2015, p. 30)

Práticas que intervinham diretamente no biológico eram aceitas como forma de realizar a profilaxia desejada para se alcançar a raça pura, prevenindo anormalidades. A autora encerra o capítulo sobre eugenia com uma reflexão sobre as tendências atuais de intervenções biológicas mediadas pelas altas tecnologias e questiona sobre o futuro das pessoas com deficiência ou com singularidades que escapem aos padrões normativos.

No segundo capítulo da dissertação, Silva detém-se especificamente sobre a obra de Kehl, “A cura da fealdade”. Aborda como o autor brasileiro do início do século XX deposita total confiança na genética como forma de se assegurar a constituição de um sujeito saudável, normal, desde que devidamente aliada ao meio ambiente que pode ser ou não favorável às predisposições biológicas (SILVA, 2015).

Ao se referir, especificamente, sobre a educação de surdos, Silva remonta ao Brasil imperial e traça, inicialmente, um histórico nacional apoiado na obra da historiadora Gilberta Januzzi (2006), posteriormente, abrindo-se para o panorama internacional relativo aos surdos. A pesquisadora conclui que:

A intenção de normalizar o surdo, de obrigá-lo a se ver e agir como ouvinte, o chamado ouvintismo, é claramente influenciada pelos preceitos eugênicos que buscam homogeneizar a sociedade, eliminando ou maquiando a fealdade. Impondo aos diferentes que se disfarcem o máximo possível, para não escandalizar a sociedade com seus defeitos [...]. Desconsiderando a riqueza que consiste na variedade humana. (SILVA, 2015, p. 107)

A autora considera que uma educação bilíngue seja uma forma de contraponto ao ouvintismo e à eugenia. Partindo desse pressuposto, ela revisita o texto do Congresso de Milão (1880), cujas atas enfatizariam “a concepção do surdo como inferior e sofredor, que deve fazer de tudo para se passar por ouvinte para amenizar seu sofrimento; e a constante relação entre surdez e doenças diversas, mas, em especial, pulmonares” (SILVA, 2015, p. 126). A pesquisadora analisa, particularmente, o estudo apresentado pelo Dr. E. Symes-Thompson, intitulado “A saúde dos surdos-mudos”. Com base nesta análise e aproximação com outras exposições de congressistas, Silva discute como houve uma associação entre oralização e eugenia. Assim, procura-se discutir a questão do método oral puro e suas implicações para a educação de surdos. O foco do trabalho passa a ser, claramente, a discussão sobre a oralização no contexto do Congresso de Milão (1880).

Baseando-se em Kehl (1923), Silva (2015) considera que:

Essa busca do Congresso de Milão [...] por maquiagem a surdez a partir da oralização e da fala o mais perfeita possível, assim como a proibição dos sinais demonstraria uma concepção de ideal de homem, de sociedade e de princípios bem semelhantes ao pensamento eugênico, no qual aqueles que não se enquadrassem em determinados padrões seriam considerados inferiores e deveriam buscar alternativas para se aproximar o máximo possível do ideal [...]. (SILVA, 2015, p. 145)

A pesquisadora ainda se debruça sobre a obra de Graham Bell (1883) que, a partir de uma análise dos registros de casamentos entre surdos, conclui que se estava em curso a formação de uma variedade surda da raça humana. Tido como eugenista, Bell, manifestava excessiva confiança na hereditariedade como fator preponderante para o aumento do número de surdos. Silva recorda que Bell (1883) lista cinco ações que favoreceram a aproximação dos surdos e, conseqüentemente, os vínculos matrimoniais: a criação de escolas para surdos; a criação de associações; o uso da língua de sinais; o uso de uma escrita simplificada; o preconceito dos ouvintes em relação aos surdos.

Bell (1883) defendia um ensino com base na oralidade e em estabelecimentos junto com ouvintes. Assim se faria frente a uma possível organização dos surdos e seu crescimento populacional. Conforme Silva (2015):

Os planos de formação de um povo surdo-mudo, já na década de 1880, eram presentes e, para tanto, foi buscada a seleção contínua consciente de surdos por surdos em casamento, objetivando a formação de uma prole surda. Tendo em vista a concepção de Bell [1883?] em relação à hereditariedade da surdez, ele se colocou contra tais uniões, pois acreditava que delas poderiam realmente advir a formação de um povo surdo. (SILVA, 2015, p. 156)

A pesquisadora conclui que as três obras analisadas versam sobre práticas eugênicas tendo sempre um ideal de homem ou beleza como suporte inicial, o desejo de uma purificação dos defeitos da raça e que a educação desempenhou também papel relevante nestas tentativas de “cura das fealdades” e tem incidências na atualidade.

1.2 Escolarização de surdos e o Congresso de Milão (1880)

Clarissa das Dores (2017), surda pesquisadora, em sua dissertação de mestrado “Escolarização de surdos e o Congresso de Milão: eclosão da normalização para oralidade”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Ouro Preto, considera os textos dos congressos de Milão (1880) e Paris (1900) como dois monumentos que marcam a educação de surdos e se propõe a:

[...] evidenciar como emergiram as práticas que estruturam a educação de surdos com base na oralidade, por meio de fontes documentais, práticas que operam na educação de surdos, tendo como documentos/monumentos os anais do Congresso de Milão e os registros do Congresso de Paris. (DORES, 2017, p. 16-17)

A autora serve-se do referencial foucaultiano e faz opção por trabalhar com a genealogia da confissão na produção da fala para surdos em processo de escolarização, tendo como perguntas norteadoras de seu trabalho: “Quais as relações de poder constituem as diferentes perspectivas para fazer o surdo falar? Como essas relações propõem a constituição do sujeito surdo pelos falantes?” (DORES, 2017, p. 23).

As duas perguntas se ampliam em várias outras que vão se constituir na forma como a autora se aproxima dos textos monumentos dos Congressos: a) Quais discursos/estratégias/práticas são descritos para normalizar os surdos nesses documentos/monumentos? Como se propunha torná-los “tão inteligentes como os ouvintes”? b) Quais processos de subjetivação são propostos? Como eles são configurados? c) Quais práticas de exame e confissão são elaboradas a partir daquelas criadas pela moral católica e desenvolvidas pelas ciências biomédicas, jurídicas e *psi* na Idade Moderna? d) Quais tecnologias de disciplinamento e controle são propostas? Como elas funcionam e quais efeitos pretende produzir? e) Quais mecanismos éticos e morais são propostos? Quais são seus princípios políticos, científicos e sociais? (DORES, 2017, p. 23). Para a pesquisadora importa perceber a classificação/subjetivação dos sujeitos, a maneira como se compreende a linguagem para o surdo e a própria escolarização deste grupo (DORES, 2017).

O uso das ferramentas foucaultianas se baseia nas obras “História da sexualidade I”, “A vontade do saber”, “Os anormais” e um dos capítulos de “Vigiar e Punir” (“Os

recursos para o bom adestramento”). A partir delas se reflete sobre a genealogia da confissão e do exame de consciência enquanto produção e extração da verdade do sujeito em relação ao conjunto de sua vida, mas, particularmente, em relação àquilo que possa desviar-lhe da normalidade ou da aceitabilidade social. A prática da confissão, no contexto do pastorado cristão, adquire portanto a configuração de ação que lida com verdades sobre o sujeito e procura, mediante a função do confessor, constituído como figura soberana de autoridade, punir, absolver, orientar, estimular. A autora associa à questão da confissão as reflexões sobre o poder disciplinar em relação aos anormais.

A surdez é analisada por esse viés de anormalidade e os surdos necessitam, pelo poder disciplinar, ser adequados às convenções e a fala se apresenta como elemento essencial. Após breve descrição dos Congressos de Milão (1880) e de Paris (1900), explicita-se a compreensão das fontes documentais como monumentos e expõe-se, em seguida, as resoluções dos dois congressos, concluindo que “a imagem do surdo como potencial ouvinte fez com que os participantes do Congresso de Paris votassem a favor do oralismo. O mesmo aconteceu no Congresso de Milão, dando ênfase a um caminho de subjetivação do surdo falante” (DORES, 2017, p. 49).

Para Dores (2017),

[...] as práticas de subjetivação ditadas nos documentos/monumentos são elaboradas tanto em termos pedagógicos como terapêuticos, buscando dar resultados nas práticas escolares e extraescolares a favor de tipos específicos de linguagem. O princípio é regular os surdos nos contornos da conduta que precisam ser fixados, mostrando que tais contornos não podem ser ultrapassados, procurando estabelecer os lugares de ser sujeitos a partir dos quais todos devem se posicionar com certa especificidade. (DORES, 2017, p. 66-67)

Os surdos são considerados no conjunto de outros desviantes presentes na história da sociedade moderna. As práticas de normalização a eles dirigidas se assemelham a outras práticas disciplinares destinadas a corrigir os desviados sociais, com impactos ainda presentes na atualidade, tendo a questão do método de ensino dos surdos grande relevância em função dessa normalização:

Além de se partir do princípio que as linguagens falada e escrita estão estritamente ligadas à produção de uma lógica de expressão e de entendimento do mundo, coloca-se também a necessidade de que os sujeitos – normais, anormais; ouvintes, surdos – estejam sob processos de

subjetivação similares, mesmo que os métodos para isso sejam diferentes. É importante atentar também que essa lógica tem dívidas à confissão cristã que, como já mostrado, inspirará toda uma série de estratégias, tecnologias e práticas em diversos campos (biomédico, psi, jurídico e pedagógicos) para a subjetivação dos sujeitos, sua localização dentro de uma classificação específica e sua normalização. A fala para o surdo deixa de ser apenas uma técnica para falar a Deus e passa, igualmente, a ser uma técnica para falar a todos. (DORES, 2017, p. 80)

Acerca da escolarização dos surdos, enquanto categoria analisada nos monumentos, Dores considera que a escolha do método oral puro como forma de se educar os surdos foi uma escolha que teve por meta diagnosticá-los e normalizá-los a partir de um modelo ouvinte, como reflexo das práticas de confissão, ou seja, como resultado desse poder disciplinar de conduzir a vida por uma produção e extração da verdade (DORES, 2017). A autora se serve de vários fragmentos dos textos dos congressos para embasar suas análises, evidenciando como os documentos/monumentos ao serem indagados podem nos fazer dialogar sobre os mecanismos de poder que se antepuseram à educação de surdos.

1.3 A invenção da educação de surdos na França dos séculos XVIII e XIX

Leandro Calbente Câmara, na tese de doutorado intitulada “A invenção da educação de surdos: escolarização e governo dos surdos na França de meados do século XVIII a meados do século XIX”, defendida em 2018 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas, tem por objetivo refletir sobre formação das relações de saber-poder que possibilitaram a criação de mecanismos escolares voltados para o governo dos surdos. Compreendendo que algumas das questões que hoje se levantam em relação à educação de surdos continuam estruturadas em categorias produzidas no século XIX, Câmara (2018), servindo-se do referencial foucaultiano e suas diversas ferramentas, elabora uma revisão histórica como uma “ontologia crítica de nós mesmos” (CÂMARA, 2018, p. 32).

A tese está dividida em cinco capítulos. No primeiro, Câmara discute a relação entre educação, governo e a invenção da surdez. O pesquisador analisa a emergência do dispositivo escolar no século XVIII e de uma nova noção de surdez focada na condição de deficiência de um corpo que pode ser treinado e modificado. Inspirando-se nas pesquisas de Jorge Ramos do Ó (2003), Câmara nota como o dispositivo escolar é criado num movimento entre pastorado e biopolítica:

Desta maneira, pensar as instituições escolares do ponto de vista de uma "história da governamentalidade" implica na percepção de que estas nasceram de uma combinação um tanto surpreendente, a do "modo cristão de organização da conduta pessoal e as formas de governo desencadeadas pela burocracia estatal". Foi no cruzamento desse processo que a lógica do pastorado se articulou com novos mecanismos de governo, como aqueles relacionados com a razão de Estado e com as práticas de polícia, e possibilitou a emergência de dispositivos voltados para o governo de camadas mais amplas da sociedade. Entre esses múltiplos dispositivos, encontra-se o dispositivo escolar. (CÂMARA, 2018, p. 58)

No segundo capítulo, Câmara trata da constituição de um campo de saber em torno da educabilidade dos surdos entre os séculos XVI e XVIII. Inicia por discutir o potencial de educabilidade do corpo surdo que se evidencia naquele período e como a obra de L'Apèe rompeu com as relações de saber-poder que estavam organizadas, iniciando a institucionalização da educação dos surdos. Na sua análise histórica, o pesquisador mostra como antes de L'Apèe o trabalho de Jacob Rodrigues Pereira (1715-1780) se manifesta como uma síntese dos diversos esforços desenvolvidos desde o século XVI para a articulação da voz e educação dos surdos. L'Apèe terá fundamental importância na proposição de uma educação de surdos que privilegia o uso de sinais. De acordo com Câmara, o trabalho de L'Apèe viabiliza uma forma de comunicação em sinais, mas dependente da língua oral:

Existe claramente um trabalho de produção linguística muito intenso na obra de l'Épée. Seu esforço girou em torno da conversão, ou talvez mesmo da tradução, de toda a gramática do francês para um sistema de signos manuais, buscando um efetivo caminho para a expressão dessa língua em imagens motoras. Isso possibilitava a plena transliteração de uma frase, um discurso ou mesmo de um texto inteiro para sinais. E por trás desse movimento, existia a imperiosa necessidade de uma correspondência termo a termo. Por isso, era necessário criar uma forma de marcar claramente, nos sinais, a função gramatical de todos os termos, recriando o funcionamento do francês em um sistema visual. (CÂMARA, 2018, p. 103)

L'Apèe se serve do mesmo artifício de Jacob Pereira, fazendo demonstrações públicas do sucesso de seu método. Utilizando pois os mesmos parâmetros do francês, os sinais metódicos propostos por L'Apèe quando aplicados à educação de surdos tinham também por finalidade "docilizar os surdos e apresentar-lhes os princípios da religião e os demais conhecimentos úteis" (CÂMARA, 2018, p. 106).

Um elemento pouco discutido em outras pesquisas e bastante aprofundado por Câmara é que o trabalho de L'Apèe não exclui a articulação da voz. Desta maneira, L'Apèe e Jacob Rodrigues não estariam em clara oposição como muitas vezes se

pensa - sinais versus oralismo -, mas apenas divergindo quanto à metodologia de se ensinar os surdos a falar. Câmara afirma que “o objetivo dos dois era o mesmo: ensinar o surdo a se manifestar oralmente, já que o religioso entendia que esta era a única forma de garantir a plena integração do surdo na sociedade” (CÂMARA, 2018, p. 107).

Assim, a condução dos surdos à sociabilidade só seria possível pela articulação da voz:

O projeto do religioso, portanto, pode ser dividido em dois movimentos. O primeiro envolvia a utilização dos sinais metódicos, mas a educação dos surdos só estaria completa quando ocorresse um segundo movimento, qual seja, o aprendizado da articulação do som. Era após percorrer esse segundo movimento que o indivíduo surdo se encontraria plenamente introduzido na sociedade de seu tempo. E para atingir esse duplo movimento, [...] era necessário instaurar uma intensa rotina de disciplinas sobre o corpo, do aprendizado de uma série de técnicas capazes de operar sobre o próprio corpo do indivíduo surdo, tornando-o capaz de articular sons e se comunicar com os ouvintes. (CÂMARA, 2018, p. 107)

Itard e Sicard no processo de institucionalização da educação dos surdos nas primeiras décadas do século XIX é o tema do terceiro capítulo da tese. Escapando à tradicional oposição que vê em Itard (1745-1826) o precursor do método articulatório francês e em Sicard (1742-1822) um aprofundamento do método gestualista de L'Apèe, Câmara propõe que há uma lógica biopolítica no trabalho dos dois. Neste sentido, afirma:

as ideias de Itard e Sicard, ambos profundamente influenciados pelas teses filosóficas de Condillac, são decisivas para a operacionalização do dispositivo escolar voltado para o governo das subjetividades surdas que teria profundas implicações nos debates subsequentes. Dispositivo pelo fato de se tratar de uma rede de discursos, práticas e saberes que produziam um movimento contínuo de subjetivação do corpo-surdo segundo uma lógica do disciplinamento (marcado por um constante exercício do corpo-surdo de modo a domesticar sua atenção e regrar suas ações) normalização (a passagem do selvagem para o civilizado), mas também da produção de uma positividade (uma verdade) sobre a natureza mesma da língua de sinais (esta não é uma língua tal qual a língua francesa). (CÂMARA, 2018, p. 179)

No capítulo quatro da tese, Câmara analisa os debates em torno de um método para educação dos surdos nas primeiras décadas do século XIX (1830-1850). Novamente, o pesquisador opta por não tratar tais debates na oposição entre os defensores dos métodos articulatórios e os dos métodos gestualistas, propugna que o período é caracterizado por uma vontade de saber sobre a surdez. Isso se justifica

pelo interesse em se discutir metodologias, assegurar a universalização do ensino, centralização por parte do Estado das discussões e práticas relacionadas à educação de surdos. Câmara dedica parte do capítulo à análise dos debates entre Auguste Bébien (1789-1839) e seus opositores no Instituto de Paris que participaram da elaboração das circulares que privilegiavam propostas articulatórias. Câmara sintetiza essa oposição da seguinte maneira:

[...] é importante lembrar que Bébien era uma das vozes dissonantes em um contexto no qual começava a ganhar cada vez mais força e validade institucional as práticas e saberes relacionados com métodos predominantemente articulatórios ou mesmo que consideravam legítimo banir o uso da língua de sinais para a instrução dos surdos. Esse processo de transformação pelo qual atravessa o Instituto de Paris pode ser melhor compreendido quando analisamos mais detidamente as Circulares produzidas no período. Nestes documentos, é possível observar a construção de um regime de verdade que atribui uma prerrogativa crescente às técnicas disciplinares necessárias para a oralização do surdo, tanto por meio da articulação, quanto por meio da leitura labial. (CÂMARA, 2018, p. 207)

O último capítulo da tese de Câmara é o que mais diretamente dialoga com nossa pesquisa. Ao tratar do oralismo na consolidação da educação dos surdos (1850-1880), o pesquisador discute como as práticas e saberes médico-pedagógicos foram se consolidando em uma ortopedia do corpo surdo que o considera como um ouvinte defeituoso a ser corrigido. Câmara retoma textos de pedagogos e médicos defensores do oralismo, como Jean-Jacques Valade-Gabel (1801-1879), Jean-Conrad-Samuel Kilian (1823-1904) e Alexandre Luis Paul Blanchet (1819-1867), e, por fim, analisa os textos dos Congressos de Paris (1878) e de Milão (1880).

O método intuitivo - que não descartava o uso de sinais, mas os compreendia como acessório - representado por Valade-Gabel, se consolidou, para o governo francês, entre as décadas de 1850-1870 como o que melhor permitia o ensino dos surdos e assegurava a integração entre os usuários de língua francesa, mesmo que priorizando a escrita. Segundo Câmara:

Isso possibilitaria a superação do ensino por meio da língua de sinais e a transformação efetiva do surdo em um sujeito deficiente, mas que poderia se adaptar à sociedade na qual ele vivia. Há, portanto, uma lógica articulatória subjacente a esse método. Educar o surdo consistiria basicamente em torná-lo capaz de entender o francês. Ainda assim, a ampla maioria das escolas francesas nesse período não utilizavam exclusivamente métodos de ensino oralistas puros, nos quais o objetivo principal do ensino era ensinar o aluno a articular o som da voz e a realizar a leitura labial. Na realidade, a maioria das escolas francesas utilizavam o

método intuitivo e todas as inúmeras propostas pedagógicas mistas que foram criadas durante o século XIX. (CÂMARA, 2018, p. 252).

O abandono dos métodos mistos se dará na década de 1880, demonstrando um desejo de superação da “prótese intermediária (escrita)” (CÂMARA, 2018) pela adoção da articulação da voz. O papel dos congressos de surdos promovidos por educadores ouvintes foi fundamental para a universalização da oralização. Os congressos, característicos do século XIX, eram momentos de debates em que os argumentos científicos eram expostos buscando-se uma posterior difusão do saber. Câmara realça essa dimensão:

Os congressos funcionavam tanto como espaços nos quais onde podiam ocorrer intensos debates em torno de diferentes regimes de verdade no interior dos campos de conhecimento, quanto como “lugares de legitimação” de determinados saberes. Há, assim, uma relação íntima entre os congressos e a construção das relações de saber/poder necessárias para a produção de verdades. Não apenas se discutia o que era positivo no conhecimento científico, como também se excluía as proposições e teorias consideradas falsas ou equivocadas. (CÂMARA, 2018, p. 253)

Câmara analisa os movimentos que antecederam o Congresso de Paris (1878), demonstrando como se deu a articulação política por parte do professor de surdos Marius Magnat (1833-1897) junto ao Ministério da Instrução Pública para que a proposta dos netos de Jacob Rodrigues de realização de um congresso por ocasião da Exposição Universal se efetivasse. O pesquisador nota como os interesses de uma biopolítica se delineiam desde a organização do evento até sua consecução. A análise do documento acompanha todas as discussões apresentadas e conclui que as deliberações do Congresso de Paris (1878) favoráveis à oralização foram imediatamente aplicadas, fazendo com que o Ministério do Interior enviasse observadores para conhecerem escolas articulatórias da Alemanha, Bélgica, Holanda e Suíça, possibilitando, em seguida, a organização de um congresso nacional em 1879 quando se lançam as bases para o futuro Congresso de Milão (1880) (CÂMARA, 2018).

Acerca do Congresso nacional de Lyon (1879), Câmara aponta que

Pode-se dizer, então, que, entre o Primeiro Congresso Internacional (1878) e o Primeiro Congresso Nacional (1879), legitimou-se um efetivo rebaixamento da língua de sinais em relação à língua articulada. Os sinais passaram a ser vistos apenas como um meio instrumental de transição para a articulação. O “verdadeiro” objetivo da educação dos surdos era o ensino da fala e o abandono dos sinais. Essa perspectiva, porém, não está

completamente distante das ideias defendidas por professores e médicos nas décadas anteriores. (CÂMARA, 2018, p. 271)

Câmara ressalta que é preciso perceber certa linha de continuidade entre o Congresso de Paris (1878), o de Lyon (1879) e o de Milão (1880), mas também compreender que em relação ao último há certa ruptura:

Há uma distância importante entre se afirmar que o principal objetivo da educação é ensinar o surdo a falar (nos Congressos de 1878 e 1879) e se defender que todo surdo pode e deve aprender a falar sem o auxílio de qualquer recurso a sinais, como o será defendido no Segundo Congresso Internacional. (CÂMARA, 2018, p. 271)

Sobre o Congresso de Milão (1880), Câmara recorda como a organização e participação do evento foi dominada por oralistas, retoma os eixos de discussão, os trabalhos apresentados, os embates com os defensores de línguas de sinais, as resoluções tomadas. Para Câmara,

[...] fica claro como a disputa entre os adeptos de um método articulatório mais radical e do método misto era sobretudo uma disputa sobre a natureza mesmo da língua e sua relação com o pensamento e com a antropologia humana. Defender o método misto não era apenas defender uma instrução a partir da língua de sinais, mas afirmar que esta língua era também um elemento próprio da natureza humana. Pensar não seria uma potência decorrente da fala, mas que poderia se manifestar em diversos meios de expressão, inclusive a língua de sinais. (CÂMARA, 2018, p. 284)

De acordo com o pesquisador, há no Congresso de Milão a produção de uma verdade, a constituição dessa verdade em prática de assujeitamento e posterior mobilização para que essa verdade se produza em técnicas e mecanismos de governo:

É no interior desse triângulo que se torna possível entender a forma como o oralismo se impôs como o único método verdadeiro no final do século XIX e em poucos anos passou a ser aplicado como a matriz de organização do sistema de ensino francês e de outros países ocidentais. (CÂMARA, 2018, p. 289)

Notamos que o trabalho de Câmara (2018), com quem dialogaremos oportunamente, reflete sobre a educação de surdos em um contexto mais amplo que aquele que nos propomos, pois a aborda nos séculos XVIII e XIX. Entretanto, não abarca especificamente o período sobre o qual nos deteremos que é entre os anos 1878 e 1900. Além disso, o autor analisou somente dois dos congressos de surdos que nos dispomos a refletir. Consideramos, portanto, que nossa pesquisa pode ser compreendida como continuidade deste trabalho por fazer uso das ferramentas foucaultianas, embora priorizemos pastorado e biopolítica; por se debruçar sobre

textos importantes do passado que até hoje repercutem nos contextos de educação de surdos.

1.4 Pesquisas documentais sobre a surdez no contexto brasileiro

Duas pesquisas nos interessam porque fazem análise documental acerca da educação de surdos no Brasil e aplicam nelas os conceitos-ferramentas de Foucault. Os dois trabalhos são do mesmo autor, Pedro Henrique Witchs e defendidos no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Vale dos Sinos em São Leopoldo - RS.

1.4.1 Educação de surdos no Estado Novo

Em sua dissertação, intitulada “A educação de surdos no Estado Novo: práticas que constituem uma brasilidade surda”, defendida em 2014, Witchs investiga a normalidade surda que se foi constituindo por meio de práticas de governamentalidade. Tomando como recorte temporal o período conhecido como Estado Novo (1937-1945), o pesquisador analisa cinco fontes documentais: o manual “Pedagogia emendativa do surdo-mudo” (1934); o relatório “Atividades e documentos estatísticos do Instituto Nacional de Surdos-Mudos” (1937); a reportagem “O Instituto Nacional de Surdos-Mudos” (1942); o manual “Vamos falar - cartilha para uso das crianças surdas brasileiras” (1946) e o relatório “Os surdos-mudos no Brasil segundo o Censo Demográfico de 1º de setembro de 1940” (1948). As cinco fontes fazem parte do acervo do INES.

Ao fazer uma análise histórica, Witchs assume que a condução da pesquisa se dá pelas intuições que as próprias fontes por ele manuseadas sugerem e encaminham questionamentos. Trata-se, pois, de uma experiência de pesquisa, uma construção de conhecimento, e não de algo já predeterminado. E ao compreender a surdez “como uma construção produzida na e pela linguagem” (WITCHS, 2014, p. 28), o autor aposta na linguagem como criadora, inventora, produtora da realidade, que, por sua vez, lhe permite “entender a surdez como uma *experiência*, isto é, como

uma forma histórica de subjetivação” (WITCHES, 2014, p. 28 - grifo do autor), portanto, lida também sob a perspectiva foucaultiana.

Ao refletir sobre a educabilidade enquanto tarefa típica da modernidade e, por vezes, não atribuída ao surdo, retoma a história da educação de surdos, deparando-se com as resoluções propostas no Congresso de Milão (1880) que priorizaram o método oral puro no ensino. O autor realça as aproximações entre surdez e saúde e a emergência da deficiência auditiva sob um regime de verdade científico que encontrava seu apoio na medicina.

Acerca da decisão do Congresso de Milão (1880), Witches (2014) afirma:

Entendo que os efeitos dessa decisão e das práticas oralistas reverberam na educação de surdos ainda hoje, não na obrigatoriedade da fala, mas nos modos como a língua oral em sua modalidade escrita pode ser dirigida e imposta aos surdos. No entanto, é crucial mostrar como o atravessamento do olhar clínico na educação de surdos contribui para conformar uma subjetividade constituída de noções de deficiência [...]. (WITCHES, 2014, p. 38)

Witches (2014) recorda que para atuar no governo, a normação e a normalização coexistem num jogo ininterrupto de forças. Assim, a noção de deficiente aplicada aos surdos faz com que sejam vistos durante o período do Estado Novo como aqueles que precisam se aproximar de um ideal de cidadão brasileiro, portanto, articulando à noção de deficiente surdo práticas que têm por finalidade constituir uma brasilidade surda.

Numa retomada histórica, avalia como na obra organizada pelo médico sanitário Tobias Rabello Leite, “Compêndio para o ensino dos surdos-mudos” (1881), a normalização se vincula à educabilidade dos surdos e, especificamente, à necessidade de se capacitar os professores em relação aos métodos eficazes para se atingir o objetivo proposto do ensino da “linguagem articulada”. Não se esperava que a educação de surdos formasse “homens de letras”, mas apenas os profissionalizasse.

O pesquisador propõe

pensar a identidade, [...] como esse algo que busca reduzir a diferença e unificar compreensões sobre os outros [...] a identidade surda como uma tentativa de descrever de modo reduzido as distintas formas de viver a surdez, a identidade nacional é uma tentativa de tornar uma a diferença que circula por um território (WITCHES, 2014, p. 54-55).

A questão da identidade nacional será ainda mais acirrada após a revolução da década de 1930. Num desejo de se evocar uma integração de todos os oriundos das diversas etnias sob a égide de identidade nacional, também os surdos serão alvo de práticas que visam constituir neles a pertença à sociedade brasileira. Detendo-se sobre o *corpus* de sua pesquisa, Witches (2014) investiga como se deu a regulação da conduta dos surdos para que eles a sentissem e assumissem uma identidade brasileira, pois

Por ser responsável por agir sob a ação do aluno, visando criar mudanças em seu comportamento, a escola é uma instituição conveniente para o dispositivo da governamentalidade. Assumir que a constituição de um modo surdo de ser brasileiro aconteça pela e na escola, é assumir a possibilidade de conduzir a conduta surda. (WITCHS, 2014, p. 76)

Os saberes médico-pedagógicos são mobilizados para contribuir na adequação dos surdos ao ideal de brasileiro desejado no Estado Novo: associação entre condições vantajosas para se viver em sociedade e aprendizagem de um ofício; uso do método oral puro (WITCHS, 2014).

De acordo com Witches (2014), a educação destinada aos surdos no século XX não se diferencia daquela sugerida no final do século XIX, entretanto, o impedimento de uso da língua de sinais ganha agora formatos mais poderosos, menos agressivos, graças, por exemplo, ao investimento no aprendizado da língua escrita para aqueles que não se desenvolviam com o método oral puro. Surge então a necessidade de se classificar os surdos quanto às suas aptidões de aprendizagem. Ou seja, mais modos de condução das condutas dos surdos.

1.4.2 Educação de surdos e governo linguístico

Pedro Witches (2018), em tese intitulada “Governo linguístico em educação de surdos: práticas de produção do *Surdus mundi* no século XX”, fazendo uso do conceito-ferramenta de matriz de experiência analisa como os surdos são linguisticamente conduzidos. O autor realiza pesquisa documental de vasto material do acervo do INES (livros, revistas, artigos, relatórios, compêndios, materiais de campanha, anais de conferências, entrevistas etc) tendo como recorte o período de 1909 e 1989.

Witchs (2018) parte do pressuposto de que os surdos, ao fazerem uso de uma língua, estão diante de um contexto mais amplo que diz respeito a como o próprio aprendizado de uma língua envolve práticas de condução dos sujeitos e como, ao se utilizar uma outra língua para ensinar a língua de sinais, tem-se novamente uma prática que dirige e condiciona as possibilidades de ser surdo, implicando diretamente na relação dos surdos consigo mesmos.

A pergunta que guia a pesquisa de Witchs é configurada por ele nos seguintes termos: “Como se constitui o governo linguístico em educação de surdos no contexto brasileiro do século XX?” (WITCHS, 2018, p. 16). Após retomar como, historicamente, tendências filosóficas e epistemológicas contribuíram para fundamentar modelos de educação de surdos, o pesquisador analisa o governo linguístico aplicado aos surdos. Considera, pois, que a língua tem fator predominante no fortalecimento de uma identidade, principalmente, a daqueles que “escapam” à língua oficial. Witchs (2018) afirma que

[...] o uso da língua portuguesa pelos surdos, como técnica, possui algumas finalidades que se diferem ao longo do tempo e, em vários períodos, essas diferentes finalidades coexistem. A necessidade de usar uma língua nacional, por exemplo, tem relações com a finalidade de integração a uma nação, sem mencionar a finalidade de comunicação entre indivíduos que pertencem a um mesmo grupo. (WITCHS, 2018, p. 26)

Apoiado em Davis (1993), Witchs (2018) recorda que a surdez ocupou, mais que outras deficiências, um lugar privilegiado nas discussões europeias do século XVIII, possivelmente, pela influência da ideia de que a linguagem oral era um atributo essencial da comunicação verbal. Isso se concretizará numa construção, numa invenção, da surdez na modernidade, fazendo com que coexistam constituições da surdez como anormalidade e como diferença cultural, por vezes com a polarização de uma das compreensões, numa possível dupla face da surdez. “Essa *anormalização* da surdez é percebida no constante movimento de tentar aproximar os surdos a uma norma audista” (WITCHS, 2018, p. 43 - grifo do autor).

Para o pesquisador,

A emergência da educação de surdos, contudo, não deve ser pensada como um acontecimento sustentado, em primeira instância, por práticas de benevolência e caridade, muito embora tais elementos não escapem do pensamento cristão que protagonizou essa possibilidade. Para acontecer, a educação de surdos encontra condições na necessidade de governo. [...] Isso implica ter conhecimento de que educar surdos se tornou uma

necessidade quando estes passaram a ser convocados a conduzirem não apenas a si mesmos, como também a conduzirem a administração de suas heranças. (WITCHS, 2018, p. 95)

Pedro Witchs trabalha com condutas linguísticas dos surdos consideradas almejadas e aquelas outras tidas como abjetas. “Condutas linguísticas são almejadas para que cumpram finalidades e há todo um esforço despendido para que elas sejam alcançadas” (WITCHS, 2018, p. 122). Em relação às condutas linguísticas abjetas, afirma que se tratam de condutas que escapam aos esforços de governá-las. Por isso identifica no conjunto de práticas de governo aqueles aspectos diretamente ligados à escolarização e educação de surdos como currículo, formação dos professores e suas práticas pedagógicas (WITCHS, 2018), que podem confluir para uma pedagogia surda.

Acerca do currículo, o pesquisador afirma que:

[...] como qualquer outro, cumpre uma função orientadora da organização do ensino a estes sujeitos. A partir dessa organização, são distribuídas diferentes maneiras de governar os surdos - e de eles próprios se governarem - pelo uso da língua e, em especial, pelo uso de uma língua. (WITCHS, 2018, p. 142)

Estão evidentes para o pesquisador que as práticas de governo linguístico apontam para a linguagem enquanto construtora de verdades, inseparável do poder e, conseqüentemente, vinculado à produção de um saber sobre os surdos. Quanto mais organizado na sua governamentalização, menos o Estado precisará fazer intervenções para regular indivíduos. Os sujeitos tornam-se parceiros do Estado que os governamentaliza.

Em relação à formação de professores para educação de surdos, o pesquisador comenta que “embora mudem suas técnicas, mantêm suas finalidades no contexto brasileiro do século XX: a produção de uma subjetividade governável e conveniente ao Estado, mas não exclusivamente a ele” (WITCHS, 2018, p. 159).

E sobre as práticas pedagógicas, Witchs considera que

na medida em que mobilizou um conjunto de práticas recorrente em outros territórios nacionais, a educação de surdos possibilita, no século XX, um processo de subjetivação que tem, como resultado, uma subjetividade surda com características aparentemente universais de comportamento linguístico. Ainda que as línguas faladas e sinalizadas pelo globo sejam distintas, surdos brasileiros, como em qualquer outro lugar do mundo, têm suas condutas linguísticas conduzidas para fazerem uso, seja da língua de sinais,

seja da língua falada na modalidade escrita, ampliando as possibilidades e as condições de seu governmentamento na contemporaneidade. (WITCHS, 2018, p. 172)

Witchs (2018) conclui que a educação, enquanto prática de governmentamento linguístico, possibilitou a produção de uma nacionalidade que fortaleceu a desterritorialização da surdez. Assim, pode-se afirmar que se forma um *Surdus mundi* enquanto sujeito surdo universal que é conduzido a partir de línguas orais nacionais.

Para se fazer mais e mais perguntas...

O objetivo deste capítulo era situar como nos últimos anos as pesquisas sobre educação de surdos têm refletido sobre os documentos dos congressos de surdos e como o uso de conceitos-ferramentas foucaultianos, especificamente, quando aplicados à pesquisa com textos históricos, têm colaborado nessas investigações. Para isso, tomamos as obras de Silva (2015), Dores (2017), Witchs (2014; 2018). Como vimos, apenas Dores (2017) reflete em parte sobre o Congresso de Paris (1900), mas este acaba sendo suplantado pela análise do Congresso de Milão (1880). Câmara (2018) analisa os Congressos de Paris (1878) e de Milão (1880) sob uma perspectiva muito próxima à que nos dispomos a fazer.

Oportunamente, procuraremos voltar a essas pesquisas e com elas dialogar a partir de nossa análise do Congresso de Surdos de Paris (1900). Por ora, queremos apenas levantar algumas questões que poderão depois ser refletidas. Se perguntar é uma arte e, como Larrosa (2017) afirma, aquilo que todo texto tem a nos deixar é uma possibilidade de reabrir a questão, re-pô-la e re-ativá-la, em relação ao conjunto de pesquisas que escolhemos nessa revisão podemos ainda nos questionar: As práticas eugênicas também se apresentam no monumento Congresso de Surdos de Paris (1900)? Há outras formas de se refletir sobre os documentos dos congressos de surdos que avancem para além da vitimização dos surdos e de certa leitura de normalização destas pessoas? Como Foucault tem nos impulsionado a rever documentos/monumentos? Por que ainda resistimos a nos aproximar desses registros que nos falam sobre questões contemporâneas? Currículo, formação de

professores de surdos e práticas pedagógicas presentes em Paris (1900) estão no subsolo sobre o qual se sustenta a educação de surdos no Brasil?

A partir da leitura das pesquisas aqui revisadas, sentimos necessidade de, antes de adentrar numa análise dos textos do monumento de Paris (1900), fazermos uma incursão sobre a atmosfera reinante por ocasião de tal evento. Sem a pretensão de elaborar um panorama totalizante no que diz respeito à mentalidade de então, mas no desejo de aproximarmo-nos da grade de inteligibilidade operante naquele período, propomos a seguir uma atmosfera do final do século XIX.

CAPÍTULO 4 - A ATMOSFERA HISTÓRICO-POLÍTICO-CULTURAL DO FINAL DO SÉCULO XIX

“O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem”.

(Guimarães Rosa, 1994, p. 448)

Instaura-se uma forma de reflexão, bastante afastada do cartesianismo e da análise kantiana, em que está em questão, pela primeira vez, o ser do homem, nessa dimensão segundo a qual o pensamento se dirige ao impensado e com ele se articula. (FOUCAULT; 1999, p. 448)

O personagem Ivan de “Os irmãos Karamazov” por mais de uma vez sugere que, diante da inexistência de Deus, tudo se torna permitido. Dostoiévski publica seu livro em 1879, nas proximidades do período que aqui nos interessa. Na obra, o autor russo retrata os principais problemas de seu país, mas também questões que são vivenciadas pela humanidade em geral. Uma das falas de Ivan pode nos introduzir naquilo que chamaremos nesta pesquisa como atmosfera do século XIX, ou mais precisamente, do final do século XIX:

Na minha opinião, não é preciso destruir nada, a não ser a idéia de Deus no espírito do homem: eis por onde é preciso começar. Oh! os cegos, não compreendem nada! Uma vez que a humanidade inteira professe o ateísmo (e creio que essa época, à maneira das épocas geológicas, chegará a seu tempo), então, por si mesma, sem antropofagia, a antiga concepção do mundo desaparecerá, e sobretudo a antiga moral. Os homens se unirão para retirar da vida todos os gozos possíveis, mas neste mundo somente. O espírito humano se elevará até um orgulho titânico e isto será a humanidade deificada. Triunfando sem cessar e sem limites da natureza pela ciência e pela energia, o homem por isso mesmo experimentará constantemente uma alegria tão intensa que ela substituirá para ele as esperanças das alegrias celestes. (DOSTOIÉVSKI, 1970, p. 663-664)

Que concepções de homem, de sociedade, de mundo circulam no último quartel do século XIX? Como Foucault o assinalara, estas concepções estão marcadas pelas compreensões de biologia, economia e filologia, ou seja, vida, trabalho e linguagem (FOUCAULT, 1999). Não são mais as verdades divinas, transmitidas em rituais religiosos a dirigir as almas; apesar de ainda permanecerem ali, as pessoas estão

diante do humano capaz de pensar para além do humano, de decidir sobre si, de explicitar-se até o impensado. Ivans estão presentes...

Queremos neste capítulo compor um quadro compreensivo daquilo que será o grande cenário no qual os congressos de surdos se apresentam. Trata-se de um recorte europeu que procura propor as grades de inteligibilidades possíveis no final do século XIX para que, nos próximos capítulos, se reflita sobre os congressos de surdos. Queremos refletir sobre as condições dentro das quais foi possível se pensar uma determinada educação de surdos.

Interessa-nos aqui perceber como se situavam naquele período a filosofia, a história, as ciências da natureza, a economia, a política, a cultura, a religião, a educação. Assumimos o risco da incompletude, da simplificação, do possível esquecimento, do recorte eurocêntrico, mas consideramos inevitável situar este tempo sobre o qual se perfilam os congressos de surdos. Para melhor fazê-lo, sempre que possível procuramos apresentar citações de obras daquele período que poderiam atuar como formadoras de uma dada mentalidade.

1 POLÍTICA E ECONOMIA

O século XIX na Europa é marcado por uma reconfiguração das nações, por um avanço tecnológico que estará vinculado também ao econômico e por fortes movimentações políticas. Compartilhamos do pensamento de que houve um processo gradual de reconfiguração da sociedade a que chamamos, de forma genérica, de Revolução Industrial. Compreendemos como processo por não ter se dado de uma vez por todos e com os mesmos reflexos em todos os lugares.

Houve uma passagem do capitalismo de cunho comercial para um capitalismo industrial. O século XIX se caracteriza como um tempo de forte hegemonia britânica, de processos colonialistas, de lutas dos trabalhadores. Graças ao respaldo que gozavam junto ao monarcas, os comerciantes europeus tiveram oportunidade de modificar a forma como utilizavam seus capitais. O mercado de expansão marítimo também contribuiu para que na Europa acontece uma expansão econômica. Um terceiro fator era a excedente mão de obra associada ao crescimento das cidades e

diminuição da população rural. Processava-se explosão demográfica que escapava aos controles do governo do soberano (FOUCAULT, 2005).

As primeiras máquinas a vapor, criadas no século XVIII, foram essenciais para o desenvolvimento das indústrias. Rapidamente, a Europa viu-se cheia de fábricas e houve uma grande mudança, inclusive na organização das cidades operárias. Foucault analisa a cidade operária do século XIX da seguinte forma:

Vê-se muito bem como ela articula, de certo modo perpendicularmente, mecanismos disciplinares de controle sobre o corpo, sobre os corpos, por sua quadrícula, pelo recorte mesmo da cidade, pela localização das famílias (cada uma numa casa) e dos indivíduos (cada um num cômodo). Recorte, por indivíduos em visibilidade, normalização dos comportamentos, espécie de controle policial espontâneo que se exerce assim pela própria disposição espacial da cidade: toda uma série de mecanismos disciplinares que é fácil encontrar na cidade operária. (FOUCAULT, 2005, p. 299)

A política de economia liberal, de inspiração smithiana, valorizava o individualismo e sugeria uma pouca intervenção do Estado no mercado econômico, liberando o mercado para a concorrência, privilegiando a propriedade privada, a liberdade de contrato. Foucault analisa a contribuição do pensamento de Adam Smith na nova realidade:

A partir de Smith, o tempo da economia não será mais aquele, cíclico, dos empobrecimentos e dos enriquecimentos; também não será o crescimento linear das políticas hábeis que, aumentando sempre ligeiramente as espécies em circulação, aceleram a produção mais rapidamente do que elevam os preços; será o tempo interior de uma organização que cresce segundo sua própria necessidade e se desenvolve segundo leis autóctones — o tempo do capital e do regime de produção. (FOUCAULT, 2000b, p. 309)

O ano de 1830 foi fundamental, pois marca a descentralização da Inglaterra, expandindo a industrialização para outros países. Além disso, o desenvolvimento tecnológico teve grande repercussão. A partir de 1860, graças um conjunto de inovações como o beneficiamento do aço por Henry Bessemer; a descoberta do método de fabricação da dinamite em 1864 por Nobel; a criação de um dínamo por Gramme em 1871, passou-se a uma segunda revolução industrial. Em 1876, Graham Bell inventa o telefone e no ano seguinte Edson cria o fonógrafo. No ano de 1890 acontece o primeiro voo mecânico e dois anos mais tarde surge o motor de combustão interna criado por Rudolf Diesel. As ferrovias, aprimoradas a partir de 1850, facilitaram também o acesso aos grandes centros e o comércio. Também as

embarcações eram utilizadas para transporte comercial. É o homem desenvolvendo e dominando novas técnicas.

Compreender o mapa daquele período é bastante complexo. A Alemanha, na década de 1870, fundamenta sua unificação do país, sob liderança de Bismarck após a Guerra Franco-prussiana. Em decorrência disso, houve um grande aumento de indústrias e enorme produção de ferro. Também a Itália se unifica no mesmo período e isso faz com que a industrialização avance.

No processo de evolução do capitalismo ocorreu a Grande depressão capitalista durante os anos de 1873 a 1896, impactando diretamente a Inglaterra e os Estados Unidos. Com o aumento da produção industrial, impulsionada pela substituição do vapor pela eletricidade e petróleo, houve o enriquecimento dos grandes proprietários e empobrecimento de grande parcela da população, pois imediatamente ocorreu um aumento na produtividade. Com poucos recursos financeiros, parcela empobrecida não consumia produtos industrializados, gerando assim uma crise do capital. Isso fará com que as potências industriais da Europa dividam entre si as colônias asiática e africana. Experimenta-se um neocolonialismo. A América Latina também experimentará a influência das grandes potências industriais. Uma nova fase de prosperidade surge com os novos mercados.

Neste contexto de mudanças na sociedade várias outras mudanças vão se conformando.

2 FILOSOFIA

A título de panorâmica, o século XIX foi o século do idealismo de Fichte (1762-1814), Schelling (1775-1854) e Hegel (1770-1831), do positivismo de Comte (1798-1857), Taine (1828-1883) e Spencer (1820-1903); do socialismo de Saint-Simon (1760-1825), Fourier (1772-1837), Owen (1771-1858), Proudhon (1809-1865), Feuerbach (1804-1872), Marx (1818-1883) e Engels (1820-1895); do utilitarismo de Bentham (1748-1832) e Stuart Mill (1806-1873), bem como dos independentes Schopenhauer (1778-1860), Kierkegaard (1813-1855) e Nietzsche (1844-1900).

Se os pós-kantianos estão às voltas com a tentativa de conciliar razão teórica e razão prática, seus críticos se ocuparão com os riscos de uma filosofia que se apegue ao idealismo e arrisca a afirmar o mundo a partir da razão humana. Deste modo, a filosofia ainda experimenta, no final do século XIX, aquela reação de suspeita devido às críticas ao idealismo hegeliano e a grande influência do desenvolvimento das ciências. Este aspecto, parece-nos fundamental para a compreensão dos congressos de surdos. Há uma ebulição das ciências que toca todas as áreas.

Todo conhecimento empírico, desde que concernente ao homem, vale como campo filosófico possível, em que se deve descobrir o fundamento do conhecimento, a definição de seus limites e, finalmente, a verdade de toda verdade. A configuração antropológica da filosofia moderna consiste em desdobrar o dogmatismo, reparti-lo em dois níveis diferentes que se apóiam um no outro e se limitam um pelo outro: a análise pré-crítica do que é o homem em sua essência converte-se na analítica de tudo o que pode dar-se em geral à experiência do homem. (FOUCAULT, 200b, p. 470-471)

Existiu até mesmo o desejo de que a filosofia fosse substituída pelas ciências naturais (NASSER, 2015). O experimental das ciências é o que mais questiona o papel axiológico da filosofia. A filosofia de marca romântica soava para muitos como uma contradição da experiência. Respira-se uma confiança nas ciências.

O positivismo de Comte em muito colaborou para essa nova ordem de pensamento. A busca pelas leis dos fenômenos, a investigação do real, a valorização da observação, o confronto entre subjetividade e objetividade, adentrarão à história. Para Comte, o modo de pensar da humanidade evolui da fase teológica para a metafísica e desta para a positiva, constituindo-se no ápice de seu desenvolvimento.

O *Bildung*, originário do século XVIII, enquanto desejo de se instruir o homem na sua totalidade, de clara inspiração clássica se confrontava com o crescente avanço do ensino técnico que procurava sanar as demandas da crescente industrialização. A necessidade de intelectuais com formação mais tecnológica que humanista faz com que Descartes, Locke, Hume e Kant sejam estudados em clara referência a uma supremacia das ciências empíricas. Existe, então, uma condição do homem que concilia em si, a um só tempo, o ser sujeito e o ser objeto (GERALDINI, 2007).

A razão, o método e a verdade, são portanto questionados. Diante da experiência, a razão não é mais a soberana senhora, mas o discurso racional fundamentado em dados, uma racionalidade que do particular extrai leis gerais e que tem como

verdade aquilo que, possivelmente, no futuro, poderá ser questionado pelas ciências (NASSER, 2015). O materialismo, com suas vertentes, proclamará a indissociabilidade entre força e matéria com sérios impactos sobre a filosofia, a psicologia e a religião, chegando a se buscar até mesmo certa materialidade do pensamento e a compreender o humano como determinado pela natureza.

Reduz-se, portanto, a compreensão de liberdade humana ao se pensar esse domínio da natureza sobre o humano. Na perspectiva materialista

o homem é um ser que, como o animal e a planta, obedece à natureza que, por sua vez, é imoral. Isso não quer dizer que os materialistas vulgares preguem um imoralismo; há um programa moral, mas alternativo àqueles com raízes religiosas e metafísicas. A nova referência deve ser fornecida pelos costumes sociais. O que se chama de “sentimento moral” tem a sua “origem nos instintos sociais ou no hábito”. Bem e Mal são valores relativos; são valores relativos à sociedade que em épocas distintas os definem visando a uma maximização de condições favoráveis para se viver. Bem é o que traz benefícios para a sociedade, e potencializa a felicidade humana, enquanto o Mal é aquilo que é nocivo à sociedade e promove a infelicidade. (NASSER, 2015, p. 43)

A moral no século XIX será refletida por Jeremy Bentham (1748-1832) que a compreenderá também vinculada à ideia de experiência, estabelecendo como regra a busca pelo prazer. O desafio que se interpunha ao filósofo inglês de tradição iluminista era como conciliar os aspectos individuais e coletivos na busca pelo prazer. Por isso, sua argumentação em favor do regime de governo democrático com livre concorrência entre os envolvidos. “O fim último de todo ato só pode residir no máximo de gozo que dele se possa tirar e o útil mostra-se como o meio de atingir a quantidade superior de uma tal felicidade” (DUCHESNEAU, 1983, p. 116). À ética utilitarista de Bentham se ajunta a concepção de qualidade aplicada à utilidade. Assim, não é suficiente saber o cálculo do moralmente útil, é preciso também saber a qualidade daquilo que se constitui como felicidade. Vê-se em Mill uma forte influência empirista. Para Mill, segundo Duchesneau (1983),

o regime democrático apresenta-se como o condicionamento necessário da comunidade em vista de estabelecer nela relações morais entre os indivíduos e não mais como salvaguarda do interesse particular dos indivíduos, quando esse interesse é compreendido segundo as normas do útil. (DUCHESNEAU, 1983, p. 119)

Outro filósofo, biólogo e antropólogo que marcará o pensamento do século XIX é Herbert Spencer (1820-1903). Admirador de Darwin, Spencer centra sua filosofia na ideia de evolução, sugerindo uma “análise genética dos fenômenos sociais e

psíquicos” (DUCHESNEAU, 1983, p. 126). Sua compreensão do comportamento humano é dada como se tratasse de um órgão biológico como se pode ver nas suas obras “Princípios de Biologia” (1864-1867); “Princípios de Psicologia” (1870-1872); “Princípios de Sociologia” (1876-1896). Para Spencer, a filosofia evolucionista exigia o uso da matemática e do cálculo das probabilidades para se definir uma verdade. Acreditava que todos os fenômenos estavam direcionados a um progressivo equilíbrio e os indivíduos a um auto-aperfeiçoamento. O inglês terá suas obras popularizadas ainda em vida, influenciando diversas áreas do saber. As obras de Spencer também dialogavam com Lamarck (1744-1829), naturalista francês, criador da teoria dos caracteres adquiridos.

Somente próximo ao início do século XX que uma profunda crítica ao naturalismo por parte da filosofia desencadeará um resgate do prestígio da filosofia, principalmente, com Nietzsche. Todavia, as questões vinculadas aos métodos já terão impactado a filosofia e lhe terão dado direções muito diferentes daquelas em que gozava de certa primazia sobre outros saberes.

Nietzsche (1844-1900) compreendeu a filosofia como uma “exegese do corpo e como um mal-entendido do corpo” (ONFRAY, 1990, *apud* OLIVEIRA, 2011, p. 36). O filósofo retoma a questão dos sentimentos e da própria vida como fator determinante na especulação filosófica. O corpo ganha evidência por ser ele a grande razão que orienta a pequena razão (racionalidade) (NIETZSCHE, 2011). Vivendo em uma Alemanha que passa por profundas transformações, os aforismas nietzschianos sugerem uma nova cultura, menos patriota, mais cosmopolita. A experiência ocupa lugar privilegiado para se conhecer a si mesmo, assumindo uma filosofia que toca ao humano e prescinde dos deuses:

A morte de Deus, a iminência do super-homem, a promessa e o terror do grande ano se esforçam em vão por retomar, como que termo a termo, os elementos que se dispõem no pensamento do século XIX e formam sua rede arqueológica, mas não é menos certo que inflamam todas essas formas estáveis, desenham com seus restos calcinados rostos estranhos, impossíveis talvez; e, a uma luz de que não se sabe ainda ao certo se reaviva o último incêndio ou se indica a aurora, vê-se abrir o que pode ser o espaço do pensamento contemporâneo. (FOUCAULT, 2000b, p. 361)

Assumindo também uma filosofia que vislumbra o universal:

A partir do século XIX, começa algo novo e, creio eu, fundamental. A história e a filosofia vão formular esta questão em comum: o que, no

presente, traz consigo o universal? O que, no presente, é a verdade do universal? Essa é a questão da história, essa é igualmente a questão da filosofia. Nasceu a dialética. (FOUCAULT, 2005, p. 284)

Muito próximas à filosofia e ainda se estabelecendo enquanto ciência temos a psicologia e a psiquiatria que trazemos agora para compor ainda mais o cenário do século XIX.

3 PSICOLOGIA E PSIQUIATRIA

No século XIX, em meio ao declínio da filosofia como explicação da realidade, emerge uma nova organização da psicologia, configurando-se independentemente como ciência, passando não só a conhecer, mas principalmente buscar intervenções sobre o ser humano (CAMBAÚVA; SILVA; FERREIRA, 1998). Misiak afirma que

A psicologia através de métodos científicos estuda o comportamento humano, tanto o comportamento manifesto como as atividades concomitantes como o sentir, perceber, pensar. Seja na descrição ou mensuração deste comportamento a Psicologia se vincula a outras ciências como as ciências sociais e as ciências biológicas. (MISIAK, 1964, p. 15)

O homem é pensado na sua individualidade, mas, ao mesmo tempo, procuram-se padrões, normas, práticas e experimentos que possam delimitá-lo, discipliná-lo tendo em vista uma ordem social. Tais padrões ganham um aporte objetivo no final século XIX quando a psicologia começa a usar do método científico para estudar a mente humana e procurar resolver questões psicológicas (SCHULTZ; SCHULTZ, 2000). A psicologia com seu conhecimento permitirá estabelecer o normal em contraposição ao anormal, o que culminará com a possibilidade da configuração da loucura e das instituições a ela destinadas.

Optamos nesta parte por nos aproximarmos da leitura que Michel Foucault faz da psicologia e psiquiatria do século XIX. Portanto, dialogamos com sua obra “História da loucura na Idade Clássica”. Foucault (1978) sugere que no século XIX aconteceu uma distinção entre o físico, o moral e o psicológico, descortinando a questão da culpabilidade e de como intervir em cada caso.

A distinção entre o físico e o moral só se tornou um conceito prático na medicina do espírito no momento em que a problemática da loucura se deslocou para uma interrogação do sujeito responsável. O espaço puramente moral, então definido, dá as medidas exatas dessa interioridade

psicológica em que o homem moderno procura tanto sua profundidade quanto sua verdade. (FOUCAULT, 1978, p. 361)

Foucault analisa como Leuret (1797-1851) ao compreende a terapêutica psicológica como um mecanismo que precisa fazer uso da dor para acionar aquilo que no louco ainda é sentido, percebido, e o conecta com o mundo (FOUCAULT, 1978).

A figura do anormal, do louco, só será possível porque no século XIX os conflitos apresentados pelos sujeitos são avaliados tendo como base o homem na sua condição natural e não mais sob o manto da condição de criatura que tem sua vida governada por Deus. A natureza humana foi determinante nessa compreensão em que é possível determinar o que é patológico:

A psicopatologia do século XIX (e talvez ainda a nossa) acredita situar-se e tomar suas medidas com referência num homo natura ou num homem normal considerado como dado anterior a toda experiência da doença. Na verdade, esse homem normal é uma criação. E se é preciso situá-lo, não é num espaço natural, mas num sistema que identifique o socius ao sujeito de direito; e, por conseguinte, o louco não é reconhecido como tal pelo fato de a doença tê-lo afastado para as margens do normal, mas sim porque nossa cultura situou-o no ponto de encontro entre o decreto social do internamento e o conhecimento jurídico que discerne a capacidade dos sujeitos de direito. (FOUCAULT, 1978, p. 148)

Se, por um lado, se apresenta o sujeito patológico, por outro, se apresenta a figura do médico que procura sanar o mal. E o discurso clínico ganhará força nesta articulação que busca explicar desde o surgimento do mal até sua sanção. Neste mal que se manifesta ou fisicamente ou espiritualmente como fenômeno psicológico. Foucault capta o vínculo de tudo isso com a questão da verdade: “o ser humano não se caracteriza por um certo relacionamento com a verdade, mas detém, como pertencente a ele de fato, simultaneamente ofertada e ocultada, uma verdade” (FOUCAULT, 1978, p. 575). O homem psicológico só é possível porque se atribui a ele a existência de uma razão que pode ser conhecida, posto que faz parte da sua natureza. E é a psicologia a ciência que pode acessar essa verdade de cada homem sem jamais esgotá-la.

Para Foucault,

O paradoxo da psicologia "positiva" do século XIX é o de só ter sido possível a partir do momento da negatividade: psicologia da personalidade por uma análise do desdobramento; psicologia da memória pelas amnésias, da linguagem pelas afasias, da inteligência pela debilidade mental. A verdade do homem só é dita no momento de seu desaparecimento; ela só se manifesta quando já se tornou outra coisa que não ela mesma. (FOUCAULT, 1978, p. 571)

Após essa retomada em que se priorizou a leitura de Foucault sobre a psicologia e a psiquiatria, queremos nos dialogar com a sociologia, ciência também nascente no século XIX.

4 SOCIOLOGIA

O século XVIII havia deixado uma herança de debates acerca do papel da sociedade, de sua organização, das políticas em vigor. A sociologia, que tem no positivismo de Comte seu aporte primeiro, recebe os impactos das ideias de Darwin (1809-1882). Herbert Spencer (1820-1903), por exemplo, compreendeu a sociedade como um organismo vivo superior aos indivíduos e esta ideia será de alguma forma retomada por Durkheim (1858-1917).

Marx e Durkheim tomam a sociedade como objeto de estudo e, cada um ao seu modo, propõe formas de compreendê-la que tiveram também impactos sobre a sobre diversas áreas da sociedade. Para além dos clássicos da sociologia, o século XIX terá ainda as produções como as de Ferdinand Tönnies (1855-1936), com profunda influência das correntes psicológicas e Gabriel Tarde (1843-1904), também influenciado pela psicologia.

Karl Marx (1818-1883), a partir do materialismo histórico, mostrou como as relações sociais eram decorrentes dos modos de produção e elaborou uma teoria global sobre o capitalismo. O econômico, para ele, tinha função preponderante na estrutura de desenvolvimento social. Desejoso por uma reflexão que tornasse possível a transformação social, Marx faz uma severa análise do capitalismo e seus mecanismos de exploração da classe proletária.

A questão do trabalho, enquanto ação humana que intervém na natureza e a transforma, ao mesmo tempo que transforma o homem, faz com que Marx detenha seu olhar na Europa em industrialização, denunciando os problemas sociais e propondo um novo modelo de sociedade com base numa outra forma de economia que não mais tivesse o lucro como mola propulsora. No século XIX o pensamento de Marx espalhava-se pela Europa, reverberando em processos de associações de trabalhadores. Na França, por exemplo, O capital foi traduzido em fascículos no ano de 1875 e sua leitura era motivo de diversas discussões (NETO, 2010).

O capitalismo industrial havia transfigurado o modo de produção e duas classes sociais se evidenciaram. Marx, então, resgatou a dimensão da historicidade, e, apoiando-se na obra de Hegel, afirmou a condição do real em constante transformação. O homem foi pensado como esse sujeito de transformação social via coletividade. No desejo de uma formação omnilateral do humano, Marx pensou numa formação que envolvia todas as potencialidades do humano. O Estado, na compreensão de Marx, deveria garantir os direitos dos trabalhadores, evitando que se tornem simples mercadorias.

Em “As palavras e as coisas”, Foucault criticará o marxismo:

O marxismo está no pensamento do século XIX como peixe n'água: o que quer dizer que noutra parte qualquer deixa de respirar. Se ele se opõe às teorias “burguesas” da economia e se, nessa oposição, projeta contra elas uma reversão radical da História, esse conflito e esse projeto têm por condição de possibilidade não a retomada de toda a História nas mãos, mas um acontecimento que toda a arqueologia pode situar com precisão e que prescreveu simultaneamente, segundo o mesmo modo, a economia burguesa e a economia revolucionária do século XIX. Seus debates podem agitar algumas ondas e desenhar sulcos na superfície: são tempestades num copo d'água. (FOUCAULT, 2000b, p. 359)

Compreendemos que, para Foucault, as análises de Marx no século XIX não conseguiam concretizar aquilo a que elas pretendiam. Ademais, na expectativa de uma transformação lançava-se ao futuro, num nível de promessa escatológica, numa metanarrativa. Todavia, as leituras da sociedade empreendidas por Marx foram capazes de arregimentar grupos e, mais que isso, inauguraram uma discursividade (FOUCAULT, 2009).

Outro clássico da sociologia é o francês Émile Durkheim (1858-1917). Em 1893, publica “Da divisão do trabalho social” em que considera a divisão do trabalho social como principal característica das sociedades modernas. Para Durkheim, essa divisão do trabalho gera um novo tipo de integração ou coesão social, nomeada por ele como solidariedade orgânica. Se a sociedade é, para Durkheim, um organismo vivo, a educação é um órgão nesse organismo que coopera para que haja uma solidariedade orgânica. A divisão do trabalho formaria indivíduos conscientes sobre a necessária dependência de uns em relação aos outros e a moral teria papel fundamental (DURKHEIM, 2011).

Com bases evolucionista e kantiana, Durkheim elabora uma reflexão em que a organização da sociedade é fundamental para que o humano nela se adeque, desenvolva e se adapte . Cada membro de uma sociedade que funciona de forma organizada e harmônica evita a anomia. O conjunto de regras sociais, essa consciência coletiva impulsiona os modos de agir em conformidade com a sociedade. Não mais as crenças e valores religiosos orientam a vida, mas sim as regras sociais (DURKHEIM, 2011).

Durkheim, por idealizar uma sociedade que funciona perfeitamente, propõe em sua obra “Regras do método sociológico” (1895) que a sociologia tem um objeto específico de análise que é o fato social. Servindo-se das ciências exatas, irá elaborar uma metodologia científica para análise da sociedade que procurará evitar os preconceitos e julgamentos que surgem pelo uso da subjetividade. Por fato social compreende

[...] toda maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou ainda, toda maneira de fazer que é geral na extensão de uma sociedade dada e, ao mesmo tempo, possui uma existência própria, independente de suas manifestações individuais. (DURKHEIM, 2007, p. 13).

Considerados como coisas, os fatos sociais podem ser caracterizados, ter suas causas e feitos apontados, comparados, quantificados e analisados com o objetivo de manter em equilíbrio a sociedade, não permitindo que o normal se torne patológico. Por normalidade entendia-se a generalidade dos fenômenos.

Durkheim sugere que o objetivo da humanidade não é realizar revoluções, mas forjar um novo jeito de se viver:

Não se trata mais de perseguir desesperadamente um fim que se afasta à medida que avançamos, mas de trabalhar com uma regular perseverança para manter o estado normal, para restabelecê-lo se for perturbado, para redescobrir suas condições se elas vierem a mudar. O dever do homem de Estado não é mais impelir violentamente as sociedades para um ideal que lhe parece sedutor, mas seu papel é o do médico: ele previne a eclosão das doenças mediante uma boa higiene e, quando estas se manifestam, procura curá-las. (DURKHEIM, 2007, p. 76)

Durkheim proporcionará uma compreensão de sociedade que consolida a adaptação do humano ao meio em que vive. Se filosofia e sociologia estavam em transformação, a biologia enquanto ciência que surge no século XIX terá grandes

desenvolvimentos. A ela e a estatística nos dedicaremos como uma peça fundamental neste quadro atmosférico.

5 BIOLOGIA E ESTATÍSTICA

No conhecimento clássico, os saberes eram organizados pelo método classificatório. Isso era possível graças ao esforço de comparar espécies, de aproximá-las, de observá-las.

É por isso, sem dúvida, que a história natural, na época clássica, não se pode constituir como biologia. Com efeito, até o fim do século XVIII, a vida não existe. Apenas existem seres vivos. Estes formam uma, ou antes, várias classes na série de todas as coisas do mundo: e se se pode falar da vida, é somente como de um caráter — no sentido taxinômico da palavra — na universal distribuição dos seres. (FOUCAULT, 2000b, p. 221)

No século XIX nos deparamos com uma mudança. Não será mais o elemento externo visível e comparável que interessa ao pesquisador. São os órgãos internos, enquanto partes de um organismo, com suas características específicas e, ao mesmo tempo, com suas funções inter-relacionadas a outros órgãos que ocupam as preocupações dos cientistas (GERALDINI, 2007). Isso significou um rompimento com a chamada história natural e abriu perspectivas para que uma nova ciência surgisse: a biologia.

Essa concentração sobre o não visível, sobre a função do órgão, sobre sua correlação com outros órgãos no interior de um corpo, pode ser, segundo Foucault, encontrada inicialmente no naturalista francês Georges Cuvier (1769-1832). Ao dedicar-se à anatomia comparada, Cuvier aposta na descontinuidade, naquilo que cada órgão tem de específico num organismo, possibilitando-o fazer corpo e assegurando a vida (FOUCAULT, 2000). Cuvier também foi o responsável por, antes de Darwin, afirmar certa dependência dos organismos ao meio em que vivem, evidenciando como uma espécie se adapta ao meio num ajustamento perfeito para assim sobreviver (BERNHARDT, 1983).

A ação de Cuvier colabora para as proposições de Darwin sobre quem nos deteremos um pouco mais. O naturalista britânico impacta o século XIX com sua compreensão de evolução em “A origem das espécies” (1859); de possível descendência humana a partir de formas inferiores em “A descendência do homem e

seleção em relação a sexo” (1871); das emoções em “A expressão da emoção em homens e animais” (1872).

Darwin propunha que algumas expressões humanas só poderiam ser explicadas “com a crença de que o homem existiu um dia numa forma mais inferior e animalesca” (DARWIN, 2000, p. 22). Tendo descendência comum com alguns macacos, o homem pelo uso ou desuso de alguns movimentos foi também delineando sua forma de se expressar. Na perspectiva de Darwin, serão o uso e o desuso os determinantes para que uma dada característica evolua ou desapareça ou deixe alguma lembrança:

[...] sempre que qualquer sensação desejo, aversão etc. tenha ocasionado algum movimento voluntário durante uma longa série de gerações, uma tendência à execução de movimento similar será quase certamente desencadeada toda vez que a mesma - ou semelhante e associada - sensação etc., ainda que fraca, for experimentada; não importando que o movimento seja nesse caso absolutamente inútil. (DARWIN, 2000, p. 53)

Haveria, portanto, para Darwin certa hereditariedade nas expressões e gestos. É mérito de Darwin ter feito inúmeras observações tanto de expressões animais quanto de humanos, comparando-os e mostrando suas conexões e as origens vinculadas, por vezes, a uma mesma forma animal. Além disso, Darwin procurou mostrar como as expressões das emoções estão vinculadas a reações de diversos órgãos do corpo humano (DARWIN, 2000).

A universalidade das expressões surge pela capacidade imitativa do humano, portanto, o fato de um indivíduo ou um grupo, mesmo que pequeno, usar determinados movimentos poderá se espalhar e ser reproduzido consciente ou inconscientemente (DARWIN, 2000). O britânico assevera que:

[...] todas as expressões exibidas pelo homem são iguais ao redor do mundo. Esse é um fato interessante, pois acrescenta um novo argumento em favor da teoria de que as inúmeras raças descendem de um mesmo tronco parental, que deveria ser já quase totalmente humano na estrutura, e em grande medida na mente, antes do período no qual as espécies divergiram. (DARWIN, 2000, p. 335)

Se Darwin possibilitou ao humano pensar-se numa cadeia evolutiva, colocando-se em grau elevado sobre as demais espécies, despertou também inúmeras especulações sobre como a linguagem evoluiu. Isso fez com que Sociedade Linguística de Paris, no ano de 1886, banisse qualquer pesquisa sobre o tema,

assumindo o pensamento de Whitney (1827-1894) de que toda discussão sobre a evolução da linguagem seria mera especulação. (BERWICK; CHOMSKY, 2017).

Foucault analisa a influência do evolucionismo. Enquanto pacote das noções de Darwin, o evolucionismo se estendeu para outros meios e

[...] tornou-se, com toda a naturalidade, em alguns anos do século XIX, não simplesmente uma maneira de transcrever em termos biológicos o discurso político, não simplesmente uma maneira de ocultar um discurso político sob uma vestimenta científica, mas realmente uma maneira de pensar as relações da colonização, a necessidade das guerras, a criminalidade, os fenômenos da loucura e da doença mental, a história das sociedades com suas diferentes classes, etc. Em outras palavras, cada vez que houve enfrentamento, condenação à morte, luta, risco de morte, foi na forma do evolucionismo que se foi forçado, literalmente, a pensá-los. (FOUCAULT, 2005, p. 307)

Para além de Darwin, a biologia incipiente teve avanços graças às pesquisas e experimentos de diversos estudiosos. Louis Pasteur (1822-1895), cientista francês, em 1861, desenvolve pesquisas sobre os micróbios anaeróbicos, influenciando diretamente numa série de questões da saúde e também na indústria alimentícia com a questão da esterilização. Foi também Pasteur, que após pesquisa sobre doenças infecciosas, na década de 1870, descobre bactérias como estafilococo e cria as vacinas contra raiva e contra a cólera em galinhas. Começa-se a se utilizar das vacinas microbianas atenuadas como meio de prevenir doenças e como forma de se estender a vida (MADIGAN *et al.*, 2016). Pasteur “permitiu que o hospital se tornasse um lugar de observação, de diagnóstico, de localização clínica e experimental, mas também de intervenção imediata, ataque voltado para a invasão microbiana” (FOUCAULT, 2001, p. 119). Em 1882, o alemão Robert Koch (1843-1910) descobriu o bacilo da tuberculose e, após cultivá-lo fora do organismo conseguiu mostrar a etiologia das doenças bacterianas. Mais um avanço da biologia.

Notamos, pois, que em relação à biologia do século XIX temos uma situação em que o corpo humano não é mais um mistério a ser desvendado, ele é uma realidade a ser explorada, procurando descobrir as conexões causais, isolar suas partes microscópicas de descobrir suas vinculações com o conjunto maior do corpo e da humanidade. O corpo passa a ser também espaço de intervenções em favor da vida. Esse corpo medicalizável passa a ser visto como também um corpo que pode ser adequado ou não à uma dada normalidade. Qualquer diferença passa a ser motivo de investigação e possível sanção. Pouco a pouco, a biologia também ultrapassa

em direção ao exterior do ser vivo (FOUCAULT, 2000b, p. 406) e tem-se ao final do século XIX uma biologia racista de Estado. Para Foucault, trata-se de um racismo de Estado:

[...] o Estado teve de aparecer, de funcionar e de se mostrar como o que assegura a integridade e a pureza da raça, contra a raça ou as raças que o infiltram, que introduzem em seu corpo elementos nocivos e que é preciso, conseqüentemente, expulsar por razões que são de ordem política e biológica ao mesmo tempo. (FOUCAULT, 2005, p. 101)

. E também os avanços da química na exploração do conhecimento dos elementos irão impulsionar o advento de uma nova medicina:

A noção de análise, a que já reconhecemos, aplicada a clínica, um sentido quase linguístico e um sentido quase matemático, vai agora se aproximar de uma significação química: terá por horizonte o isolamento dos corpos puros, e a tabulação de suas combinações. Passou-se do tema da combinatória ao da sintaxe e, finalmente, ao da combinação. (FOUCAULT, 1977, p. 136)

As mudanças no campo das ciências não se restringiram à biologia e à química. Também na estatística é possível perceber o século XIX e suas características. Etimologicamente, estatística vem da expressão latina *statisticum collegium* que se referia a palestras sobre assuntos do Estado (SENA, 2014). Surgida no século XVII, seu significado no século XIX passa a ser o de coleta e classificação de dados:

Estatística desenvolveu-se muito, associada ao cálculo das probabilidades que haviam se desenvolvido e à realização de trabalhos de pesquisa científica nos domínios da Botânica, Biologia, Meteorologia, Astronomia, etc. Mais tarde, a Estatística deixou de ser mera técnica de contagem de fenômenos para se transformar numa poderosa “alfaia” científica a serviço dos diferentes ramos do saber. Surge então a fase da **Estatística Aplicada**. (COSTA, 2011, p. 14 - grifo do autor)

A estatística passa então a cobrir uma série de comportamentos, de situações, de acontecimentos que vão desde os nascimentos, casamentos, passando pelas doenças até os sepultamentos; cobrirá também aqueles considerados anormais e discrepantes sociais. As condições de vida, as produções, as pessoas se tornam quantificáveis e esses números passam a ser informações importantes para que o Estado tome suas atitudes. As informações irão dizer sobre o econômico, o social, o demográfico (MARTIN, 2001).

Os censos que existiam desde os impérios da antiguidade são então transformados em ações políticas em vista de uma garantia da estabilidade do Estado e, para isso,

se constituirão departamentos especializados para tal tarefa. As informações coletadas são difundidas com certa rapidez. Segundo Martin:

O século XIX foi incontestavelmente o século da difusão da técnica estatística e das estatísticas. Ele foi também o século da instauração da realização regular de congressos internacionais de estatística (ambos a cada quatro anos a partir de 1853) destinados a organizar metodicamente a coleta das observações científicas: as administrações nacionais especializadas estavam ali presentes e, pouco a pouco, se constituiu uma rede internacional de estatísticos e de estatísticas. (MARTIN, 2001, p. 25)

A estatística se populariza e os viajantes descrevem suas viagens, médicos anotam dados, os territórios são administrados e se deposita na pessoa do estatístico uma função ordenadora da realidade. Serão os estatísticos o braço que mensura e move o Estado a propor à medicina uma série de ações como as práticas higienistas. Biologia e estatística se somam como forma de controle social. E o Estado vê na estatística, com suas probabilidades, a possibilidade de provar a necessidade de intervenções.

De fato, se a estatística tinha até então funcionando no interior do quadro administrativo da soberania, ela vai revelar pouco a pouco que a população tem uma regularidade própria: número de mortos, de doentes, regularidade de acidentes, etc.; a estatística revela também que a população tem características próprias e que seus fenômenos são irreduzíveis aos da família: as grandes epidemias, a mortalidade endêmica, a espiral do trabalho e da riqueza, etc.; revela finalmente que através de seus deslocamentos, de sua atividade, a população produz efeitos econômicos específicos. (FOUCAULT, 2001, p. 288)

Não é mais a família a ser gerenciada pela arte de governar, mas sim uma população. Um população que traz sempre consigo vínculos religiosos. Mas qual seria a situação religiosa da Europa no final do século XIX?

6 RELIGIÃO

A Igreja Católica após a Reforma Protestante (1517) assistiu ao crescimento na Europa de várias novas igrejas. Para Foucault, a Reforma teria sido uma luta pastoral já que estava em jogo uma revolta das condutas (FILHO, 2012). O processo de laicização, o acesso à leitura dos textos sacros e sua livre gerou uma nova postura religiosa. As figuras de poder antes concentradas no sacerdócio católico abriram-se a outras possibilidades tendo o homem, por mais simples que fosse, como o destinatário da salvação e capaz, graças à proximidade com as Escrituras,

de conduzir-se. Rompe-se com a hierarquização católica. O nacionalismo também se serviu da religião como elemento delimitador de uma população e as disputas por território não raro tiveram em jogo fatores religiosos.

O conflito entre razão e fé perpassava as discussões entre católicos e certo desejo por uma reforma era percebido na França, Alemanha e Itália (MARTINA, 1997). O advento das ciências exigia a aplicação de métodos históricos sobre os textos bíblicos, alvos fáceis de questionamentos os mais diversos e comparados com textos de quaisquer outras religiões. A obra “A vida de Jesus” (1863) de Renan (1823-1892) já havia mostrado um Jesus como simples homem admirável. A questão que subjaz é a da revelação divina. Afinal, os textos seriam ou não inspirados? O discurso religioso via-se então sobressaltado pela ciência.

Durante o século XIX a cristandade católica irá se posicionar contra as teorias de Darwin e enfrentará dentro de seus membros adeptos do evolucionismo. Este fato, aliado à crescente interpretação da Bíblia deu novo impulso nas teologias católica e protestante e iniciou uma onda de reinterpretação dos textos, constituindo-se também uma exegese de cunho científico, mas sempre com o desejo de se conciliar razão e fé. Entretanto, diante a exegese liberal, de tradição germânica, opera-se o movimento contrário que busca a verdade no fundamentalismo. Em 1895, “protestantes conservadores, reagindo contra o darwinismo, o progresso científico na biologia e na geologia, e a interpretação liberal da Bíblia no século XIX, formularam uma declaração de cinco pontos sobre doutrinas a ser mantidas” (FITZMYER, 1997, p. 66)

A Igreja Católica na Itália, nos trinta anos finais do século XIX, experimentou um forte anticlericalismo devido à Questão Romana, em que havia uma tensão entre Santa Sé e governo italiano, e ao avanço do positivismo que propunha a ciência como incompatível com a fé (MARTINA, 1997). O Concílio Vaticano I (1869-1870) proclamou a infalibilidade papal e condenou o Racionalismo, o Materialismo e combateu o Galicanismo. Curiosamente, Foucault sempre atento às rupturas, nos recorda que é justamente no momento em que não se tem mais certeza da ressurreição do corpo que as cidades começam a reverenciar os falecidos, destinando-lhes um campo, um espaço nos arredores da cidade (FOUCAULT, 2009).

Em 1891, o papa Leão XIII escreve a encíclica “*Rerum Novarum*: sobre a condição dos operários”. Foi um pronunciamento oficial da Igreja Católica diante das questões levantadas pela revolução industrial: exploração dos trabalhadores; salários injustos, trabalho em condições desumanas; horário excessivo de trabalho. No texto há um apoio à formação dos sindicatos dos operários, mas sérias ressalvas em relação ao socialismo. O texto discutia as relações entre Igreja e governo, trabalho e negócios e defendia os direitos à propriedade privada.

Leão XIII orienta que a justiça social deveria nascer da melhor distribuição das riquezas, que o Estado deveria intervir na economia em favor dos necessitados e que os patrões fossem caridosos em relação aos operários. A postura papal visava acalmar também setores de fiéis que esperavam um posicionamento acerca do conflito evidenciado por Marx entre ricos e pobres. Ao rejeitar o marxismo - já condenado na encíclica *Qui pluribus* do papa Pio IX (1846) - o papa acreditava que os problemas seriam solucionados pelo diálogo entre Igreja e sociedade, patrões e empregados.

Houve uma lenta e gradual compreensão por parte dos católicos em relação aos problemas sociais, pois a ideia de que as duas realidades, espiritual e material, não se misturavam gerava resistências. Martina nos dá o seguinte retrato da situação:

De uma parte, encontramos a exortação à resignação, à paciência, à aceitação da pobreza, ao reconhecimento de seu valor religioso, acompanhada de uma ação limitada estritamente ao plano caritativo, ou seja que exclui todo reconhecimento de um direito por parte do operário e rejeita como subversivo da ordem constituída qualquer tentativa de modificar as estruturas burguês-capitalistas-liberais. De outra parte, há um lento amadurecimento, que leva da consciência caritativo-assistencial a uma ação fortemente impregnada de paternalismo, depois gradualmente e não sem dificuldades ao reconhecimento dos direitos do operário, à aceitação da defesa coletivas desses direitos. (MARTINA, 1997, p. 36)

Apesar da secularização - ou talvez em função dela - ser sentida na Europa, há um novo dinamismo missionário tanto entre católicos quanto entre os protestantes. Nos primeiros, neste período, há grande surgimento de novas ordens religiosas que colocavam como objetivo missionário anunciar o evangelho em terras colonizadas pelas nações europeias. Algumas, inclusive, apostando numa prática de educação católica. No campo protestante ou reformado, houve movimentos de expansão, por vezes, dados em função de divisões internas, mas também impulsionados, principalmente, nos Estados Unidos por um espírito missionário. Some-se a isso o

fato de que os processos de imigração também colaboraram para uma dinâmica expansionista religiosa. Vale a recordação de Max Weber (1864-1920) que, ao analisar o protestantismo, percebe como a ética protestante se coaduna ao capitalismo, impulsionando uma visão de humano que herda de Deus o direito à glória já nesta vida, não tendo somente uma esperança em bens futuros (WEBER, 2004).

O pensamento cristão que conduzia as ovelhas pela salvação, lei e verdade foi confrontado. Todavia, apesar de um novo poder estar se constituindo, o pastorado cristão permanece ali no final do século XIX, contribuindo na formação de identidades, gerenciando as vidas pela confissão e aconselhamento, praticando a caridade em nome da salvação. E as religiões, cada vez mais no plural, devido ao contato com as novas colônias e os novos comércios, também dialogarão com a educação de surdos. Neste contexto de diálogo com um mundo novo, o cristianismo experimenta ver seus textos tratados como textos literários, desprovidos de áurea espiritual. Mas como a literatura e as artes experimentaram as mudanças do século XIX?

7 ARTES

No campo da literatura, o século XIX deixou para humanidade inúmeras obras de profundo valor, seja na metodologia da escrita em prosa, seja no uso da imaginação, seja na capacidade de atrair para o universo dos livros várias questões que eram discutidas naquele período. Há na Europa um choque cultural em função da revolução industrial, das novas populações e dos contatos com as colônias. A literatura, segundo Foucault (2009), surgida no limiar entre século XVIII e século XIX, abre aquele espaço em que “aparece uma linguagem que retoma e consome em sua fulguração outra linguagem diferente, fazendo nascer uma figura obscura mas dominadora na qual atuam a morte, o espelho e o duplo, o ondeado ao infinito das palavras” (FOUCAULT, 2009, p. 57).

Pode-se elencar ao menos cinco correntes literárias e todas com bastante vigor: Romantismo, Realismo, Naturalismo, Simbolismo, Parnasianismo. Foucault vê nessas correntes ou escolas certa pretensão de universalidade. “Frequentemente

um músico vai à pintura, um pintor, à poesia, um dramaturgo, à música por intermédio de uma figura englobante e através de uma estética cuja função é universalizar: romantismo, expressionismo etc” (FOUCAULT, 2009, p. 388). Mais uma vez recordamos que o objetivo é compor nossa grade de inteligibilidade do século XIX. Junto a essas escolas de literatura somam-se aquelas de pintura como impressionismo e expressionismo ou alguns pintores e outros artistas aderem aos movimentos inicialmente literários.

Enquanto movimento artístico, político e filosófico do final do século XVIII e que se estende pelo século XIX, o Romantismo propunha um retorno à natureza, uma ênfase no indivíduo e uma postura nacionalista. A subjetividade, a busca do eu, será uma de suas marcas. A valorização do sentimento como expressão máxima do humano seja por uma atitude de otimismo ou por uma postura de pessimismo. A exacerbação do sentimental fez com que se produzissem obras como: *Oliver Twist* (1838), de Charles Dickens (1812-1870); *Os miseráveis* (1862), de Victor Hugo (1802-1885).

Na França, em reação ao Romantismo surge o Realismo. Insatisfeitos com o estilo clássico do Romantismo, os autores desejavam retratar a vida das pessoas simples ou classe média, mostrando seus problemas e costumes. Flaubert (1821-1880) publica “*Madame Bovary*” (1857), Balzac (1799-1850) publica “*A comédia humana*” (1829-1846) e vai se apresentando um outro estilo de se compreender o humano, mostrando os problemas sociais.

Levando o Realismo a um grau muito elevado, encontramos o Naturalismo. A ênfase é colocada na experiência e numa tentativa de traduzir nos escritos uma observação fiel da realidade. Émile Zola (1840-1902) não se contentará em pesquisar sobre as minas de carvão para escrever “*Germinal*” (1881); irá ele mesmo permanecer naqueles espaços, identificando-se com os personagens que irá retratar. As influências de Darwin são evidentes no naturalismo. Encontramos em Rodin (1840-1917) sinais de como a escultura participou deste movimento.

O Simbolismo se caracterizará por uma resistência ao romantismo, ao naturalismo e ao positivismo. Em função dos contatos com culturas orientais, os autores tratam de mística, de espiritualidade, de temas ocultos. O estilo da escrita deseja envolver o

leitor sinestesticamente. Baudelaire (1821-1867) escreve “As flores do mal” (1857) sendo considerado o precursor do Simbolismo. Rimbaud (1854-1891) nos seus escritos apoia as causas comunistas e, ao mesmo tempo, assume uma postura anarquista. O Parnasianismo representou na poesia o espírito positivista do século XIX e sua ênfase na verdade científica. Isso se traduz na opção por estruturas fixas, por produções em que a forma ganha singular importância, que se valorizam os preciosismos e as rimas raras.

Júlio Verne (1828-1905) foi o precursor da ficção científica. Suas obras “Cinco semanas em um balão” (1862); “Viagem ao Centro da Terra” (1864), “Vinte Mil Léguas Submarinas” (1870) e “A Volta ao Mundo em Oitenta Dias” (1873) mostram o trabalho de um pesquisador e amigo de cientistas. Como a maioria dos romances eram publicados em fascículos nos jornais, acreditamos que eles também contribuíram para uma forma de se pensar e sentir a vida naquele período como realidade inseparável do avanço das ciências. Cambi comenta que:

No romance, o leitor percorre de maneira mais realista um paradigma de existência, variando sua tipologia [...] e colhendo sua dramaticidade intrínseca, redescrivendo sobre aquele paradigma a consciência de si próprio. Afina sua identidade e relê a própria experiência, operando um processo seja de formação seja de conformação (a valores, a ideais, a modelos), assim como apreende aspectos distantes da própria experiência [...], integrando-a, ou ampliando-a. (CAMBI, 1999, p. 490-491)

Uma invenção que marcará definitivamente as artes foi a do cinematógrafo, em 1895, pelos irmãos Lumière. No ano seguinte, Méliès (1861-1938) já exhibe os seus primeiros filmes. Aos poucos, os romances serão transpostos para o cinema e uma nova forma de se conviver com a arte se desenvolverá.

Cabe ainda, para finalizar esta atmosfera do século XIX, refletir sobre a educação.

8 EDUCAÇÃO

Em meio às transformações da Europa, a educação começa a ser tratada pelos trabalhadores como uma possibilidade de emancipação e pela burguesia como um mecanismo de controle. A possibilidade de acesso à educação, a responsabilização do Estado pela educação, a desvinculação com a religião e o impulso científico

geram uma necessária revisão sobre os conteúdos e metodologias a serem utilizadas (ANDRADE *et al*, 2012).

Seguindo o pensamento positivista a escola é instituição para conduzir os mais novos à uma adaptação com a sociedade. Para o pensamento socialista, a escola precisava preparar o homem para a revolução e transformação da sociedade, pois enquanto instituição reproduz ideologias (CAMBI, 1999).

Noguera-Ramirez (2011) reflete sobre a influência da biologia, enquanto ciência positiva, na educação:

Os desenvolvimentos da biologia no século XIX colocaram esse homem plano geral da evolução das espécies ao lado, muito próximo aos outros animais com os quais compartilhava e apesar da grande diferença marcada pela civilização, os mesmos processos vitais e até um amplo conjunto de características anatômicas e comportamentais. O conceito de aprendizagem é produzido nessas novas condições discursivas e não iguala homem e animal, mas fundamenta a análise da aprendizagem humana no estudo da aprendizagem animal. (NOGUERA-RAMIREZ, 2011, p. 238)

A pedagogia reflete sobre o *Bildung* propondo uma reformulação da educação, uma superação do *Homo faber*, mas ainda com um humano idealizado. A partir dos pensamentos de Schelling (1775-1854), Shopenhauer (1788-1860), Fröbel (1782-1852) e Herbart (1776-1841) há uma retomada da função educativa da arte como incentivo à fantasia e ao jogo. Pelo contato com as outras ciências a pedagogia também procura trabalhar com métodos mais rigorosos, com fundamentação epistemológica. Por fim, aconteceu uma redefinição da função da escola enquanto instituição que forma o indivíduo, mas que também age com finalidades políticas.

A pedagogia ultrapassará o final do século XIX debatendo-se entre três modelos pedagógicos: o niilismo de Nietzsche que critica severamente a cultura; a postura historicista de Dilthey (1833-1911), apontando para um distanciamento entre homem e natureza; e o voluntarismo de Bergson (1859-1941) e Sorel (1847-1922) apoiado na ética (CAMBI, 1999). Essa fecundidade pedagógica possibilitará diversas experiências educativas. Notamos um desejo de, a partir de diversas compreensões, reformular a educação e com ela a escola. Acerca da educação voltaremos ao longo do capítulo de análise do Congresso de Surdos de Paris (1900). Todavia, podemos nos questionar se não estaríamos diante de mais uma ação de controle dos corpos agora, inevitavelmente, percebidos como corpos à espera de condução educativa?

Respirar essa atmosfera para nela situar os congressos de surdos...

Neste capítulo objetivamos compor a atmosfera do final do século XIX, procurando assim situar as grades de inteligibilidades nas quais se realizaram os congressos de surdos. A passagem, mesmo que rápida, sobre política, economia, filosofia, psicologia, sociologia, ciências, religião, artes e educação nos coloca diante de um período em que o homem ocupa lugar privilegiado, sendo considerado na imanência, tendo o corpo como elemento fundante para práticas diversas que procuravam controlá-lo.

O Ivan, personagem de Dostoievsky, estava certo. Na ausência de Deus tudo é possível! Graças à supressão de uma ideia de Deus ou à supressão de um domínio religioso foi possível à humanidade desenvolver-se em diversas direções, reconhecendo que a natureza pode ser transformada, que a vida pode ser esmiuçada e que o homem se tornasse o principal ator num cenário em que economia, biologia e linguagem assumem um novo lugar, ressignificando, inclusive, o religioso. A ciência passou a ter uma primazia e seus métodos a definirem a ideia de verdade.

No final do século XIX temos várias expressões do fluxo entre pastorado e biopolítica. As tentativas de adequação entre fé e razão manifestam esse movimento em que não há ruptura, quebra, mas agora uma mudança diante do novo poder recém nascido que não mais se ocupará de governar os homens, mas as populações. E são as populações que se apresentam ao final do século XIX com suas demandas trabalhistas, com seus debates nacionalistas, com suas buscas nas expressões artísticas, com uma nova fé no corpo e na vida.

No próximo capítulo queremos nos aproximar da realidade dos congressos de surdos, procurando mostrar como surgem e como se deram os congressos no período de 1878 a 1900. Será mais uma reflexão para ajudar a compor como se constitui no Congresso de Paris (1900) uma educação de surdos que se situa entre o pastorado e a biopolítica.

CAPÍTULO 5 - OS CONGRESSOS DE SURDOS DO FINAL DO SÉCULO XIX

“Tudo que já foi, é o começo do que vai vir, toda a hora a gente está num cômputo.”

(Guimarães Rosa, 1994, p. 439)

Os discursos não são apenas uma película transparente através da qual se veem as coisas, não são simplesmente o espelho daquilo que é e daquilo que se pensa. O discurso tem sua consistência própria, sua espessura, sua densidade, seu funcionamento. As leis do discurso existem como as leis econômicas. Um discurso existe como um monumento, como uma técnica, como um sistema de relações sociais, etc. (FOUCAULT, 2016, p. 42)

Acreditamos que a atmosfera do século XIX apresentada no capítulo anterior contribua para as reflexões que faremos acerca dos congressos de surdos. Tendo em vista acercarmo-nos do monumento que estudaremos, retomaremos os congressos que trataram sobre a realidade dos surdos no contexto europeu. Muito particularmente a França sediará a maioria deles.

Manteremos aqui, em alguns momentos, a expressão surdos-mudos. O faremos por coerência com o vocabulário de época e por ser esta forma a que se encontra nos títulos dos eventos. Servimo-nos das versões dos textos, disponíveis na página da Biblioteca Nacional de França e nas publicações de domínio público da Editions du Fox.

1 OS ANTECEDENTES

Os congressos de surdos são resultados de um processo longo. Benvenuto e Séguillon (2016) ponderam que há uma grande produção historiográfica sobre a educação de surdos, mas poucas pesquisas sobre os movimentos de surdos, tendo-os como protagonistas. Movimentos estes que antecederam a realização dos congressos. Os surdos adentram o século XIX com uma série de instituições já organizadas que têm por objetivo educá-los. Na França, por exemplo, o Instituto Nacional dos Surdos-mudos foi criado em 1791. Experiências análogas aconteceram

em outros países, como no Brasil a criação em 1857 do Instituto Imperial para surdos-mudos.

A língua de sinais, bastante impulsionada durante o século XVIII, ganha característica de resistência à ideologia oralista no século XIX tendo o ano de 1834 como marco de uma fase em que, em torno de um culto ao Abade L'Apèe, vai se constituir um movimento dos surdos. Ferdinand Berthier (1803-1886)³, sob o pretexto de celebrar o aniversário de nascimento do Abade L'Apèe institui a celebração anual da data com banquetes. O banquete ganha sentido de ação política, pois, na França de Napoleão as reuniões com mais de três pessoas estavam proibidas. Até 1881, quando é revogada a proibição de reuniões, os surdos se encontram nestas ocasiões e se solicitava formalmente autorização para essas congregações (BENVENUTO; SÉGUILLON, 2016). As intenções políticas ficam evidentes quando Berthier afirma claramente o direito dos surdos à cidadania ao se candidatar nas eleições de 1848.

A organização dos banquetes não ficou a cargo somente do comitê criado por Berthier:

De 1834 a 1838, os banquetes dos surdos-mudos foram organizados pelo Comitê dos Surdos-Mudos e posteriormente pela Sociedade Central dos Surdos-Mudos que, a partir de 1867, tornou-se Sociedade Universal dos Surdos-Mudos (1867-1887) 9. Essas associações não tinham exclusividade sob os banquetes e, em 1850, a Sociedade Geral de Educação do doutor Blanchet organiza, então, um banquete com duzentos e dezesseis convidados. Por sua vez, o Instituto de Paris também organizou um banquete em 1865 e outro é organizado pela Sociedade de Apoio Fraternal dos Surdos-Mudos em 1880. (BENVENUTO; SÉGUILLON, 2016, p. 65)

Notamos como esses momentos foram fundamentais para a criação de vínculos e formação de uma identidade surda. Não raro as associações organizadoras tinham divergências e havia certa rivalidade. As mulheres somente serão convidadas a partir de 1886, quando a recém criada Associação de Apoio Fraternal aos Surdos-mudos realiza um banquete. Os ouvintes só poderiam participar se convidados e devidamente apresentados por um dos membros das associações (BENVENUTO; SÉGUILLON, 2016).

³ Experimentamos grande dificuldade em precisar as datas de nascimento e morte das pessoas que mencionamos ao longo do texto. Por vezes, aparecem divergências ou dúvidas. Em relação aos surdos franceses seguimos as datas propostas no *Dictionnaire biographique des grands sourds en France: les silencieux de France (1450-1920)* escrita por Yann Cantin e Angélique Cantin (2017)

Acerca do perfil profissional dos participantes, de acordo com Benvenuto e Séguillon (2016) estavam presentes pessoas de todas as classes sociais e das mais diversas profissões. Com a popularização dos banquetes também nas cidades do interior eles começam a ser organizados. Os pronunciamentos eram feitos em língua de sinais e intérpretes traduziam para os ouvintes. O sentimento de nação surda parece ganhar fôlego nestes eventos.

A imprensa teve também papel importante, primeiro porque havia abertura dos jornais para noticiar eventos e reflexões dos surdos, depois porque os institutos começam a produzir seus boletins. Uma “imprensa surda” emergiu ofertando produções diversas como “A gazeta dos surdos-mudos”. Os congressos dos surdos se inserem nesse movimento mais amplo de aproximação e associação dos surdos, bem como dos institutos, colégios e orfanatos de surdos (BENVENUTO; SÉGUILLON, 2016).

Ao final do século XIX os surdos se tornarão uma preocupação para seus educadores. Muitas eram as dúvidas a serem discutidas e sanadas e os congressos apareceram como ocasião propícia para tal.

Pesquisas na rede mundial de computadores relatam a realização de um congresso de surdos em 1872, na cidade de Veneza. Ali, conforme informações de sites, se delineou que a forma de comunicação própria dos humanos era a oralidade e que se deveria orientar os surdos a aprenderem a ler lábios e falar. A inspiração darwinista se apresenta na proposição do que é próprio ao humano. Coincidentemente, este é o ano da publicação de “A expressão das emoções no homem e nos animais”. Assinalava-se uma compreensão de que a oralização oferecia mais vantagens para o desenvolvimento do intelecto, da moral e da linguística relacionados aos surdos.

Fizemos vasta busca mas não localizamos registros oficiais deste evento. O texto do Congresso de Milão (1880) não o menciona. Tampouco Marc Renard (s.d) em sua obra “Les Congrès internationaux pour les ou des sourds-muets au XIXe siècle” menciona esse congresso. Renard recorda que, inicialmente, aconteceram congressos de professores e mencionará um em 1873, ocorrido em Berlim.

A seguir refletiremos sobre os congressos oficialmente registrados aos quais pudemos acessar fontes, na sua maioria ainda sem tradução para a língua

portuguesa. O quadro abaixo permite uma sinopse dos congressos de surdos e seus organizadores.

Quadro 1 - Congressos de surdos no final do século XIX

Data	Cidade	Congresso	Organizadores
23-30/09/1878	Paris	Congresso Universal para o melhoramento do destino dos surdos-mudos	Professores ouvintes que ensinavam surdos
06-11/09/1880	Milão	Congresso internacional para o melhoramento do destino dos surdos-mudos	Professores ouvintes que ensinavam surdos
13-18/10/1883	Bruxelas	Congresso internacional para o melhoramento do destino dos surdos-mudos	Professores ouvintes que ensinavam surdos
10-18/07/1889	Paris	<i>Congresso internacional dos surdos-mudos</i>	Associações de surdos
18-23/07/1893	Chicago	Segundo Congresso internacional de surdos-mudos	Associações de surdos
19-21/08/1896	Genebra	Terceiro Congresso internacional de surdos-mudos	Associações de surdos
27-29/10/1898	Dijon	Congresso internacional dos surdos-mudos	Associações de surdos
06-08/08/1900	Paris	Congresso Internacional para Estudos de Questões de Educação e de Assistência de Surdos-Mudos - <i>seção dos ouvintes</i>	Professores ouvintes que ensinavam surdos
		Congresso Internacional para Estudos de Questões de Educação e de Assistência de Surdos-Mudos - <i>seção dos surdos</i>	Associações de surdos

Fonte: Própria com base nos documentos de cada congresso.

2 CONGRESSO DE PARIS (1878)⁴

Passado em Paris, de 23 a 30 de setembro de 1878, o “Congresso universal para a melhoramento do destino dos surdos-mudos” propôs que seria necessário combinar os métodos de ensino para surdos, envolvendo articulação com leitura labial e

⁴ Como os nomes dados aos eventos são bastante longos, optamos por padronizar os títulos fazendo apenas referência à cidade onde ocorreu e o ano: Congresso de nome da cidade (ano).

conservando-se os gestos para facilitar a comunicação entre professores e alunos (SOARES, 2014).

Uma marca dos congressos era fazer uso da movimentação em torno das “exposições universais” para atrair participantes. Inicialmente, como uma seção-particular dentro do Congresso dos cegos, o Congresso de Paris terá uma participação de uns 50 professores, sendo apenas dois surdos. Os congressistas discutiram sobre a organização de futuros congressos de surdos-mudos, decidindo que deveriam ocorrer a cada dois anos (RENARD, 2015).

O comitê organizador propôs discutir os seguintes temas: educação; ensino e caminhos abertos aos surdos-mudos. Os cinco momentos do congresso foram assim organizados em jornadas e estas subdivididas em debates:

1ª jornada: 1º - Sobre a necessidade de uma estatística geral; 2º - Psicologia do surdo-mudo;

2ª jornada: 3º - Sobre o papel da família no cuidado do jovem surdo-mudo; 4º - O jovem surdo-mudo pode ser admitido nas escolas de estudantes-ouvintes?.

3ª jornada: 1º - Métodos e procedimentos, sua unificação; 2º - Plano de estudos; 3º - livros escolares;

4ª jornada - 4º - Admissão dos dois sexos no mesmo estabelecimento; 5º - recrutamento de professores; 6º - estado atual do ensinamento; 7º - Quais são as causas que até agora têm impedido de alcançar resultados satisfatórios no ensino surdos-mudos?

5ª jornada: 1º - Como preparar e garantir a independência e manutenção dos surdos-mudos após a saída das instituições? 2º - Qual a proporção de surdos-mudos que, pelo seu trabalho, conseguiriam suprir suas necessidades? 3º - Como fazer desaparecer os mendicantes e vagabundos? (PARIS, 1878, p. 27-28 - tradução nossa)⁵

No plano de trabalho podemos ver a preocupação com a estatística; com a psicologia e seu aval acerca da capacidade dos surdos; com o controle das pessoas; com a definição de papéis da família, dos professores, dos jovens surdos; com as questões de método de ensino aos surdos; com o trabalho; com as questões morais. Encontramo-nos entre o desejo de guiar a conduta dos surdos, tendo, o adulto por guia, ao mesmo tempo, em que se configuram práticas que visam ao controle da conduta, à administração da vida dos surdos.

⁵ Os textos dos congressos com os quais trabalhamos não foram publicados imediatamente após o evento, contudo, por uma questão de praticidade e para se evitar ambiguidades, optamos por referenciá-los fazendo menção à cidade e ao ano da realização do evento. Desta forma: Cidade, ano de realização.

Florence Encrevé chama atenção para o fato de que os organizadores do evento são vinculados à Casa Pereira, instituição fundada por Jacob Rodrigues Pereira, prefigurando o que acontecerá em Milão (1880) (ENCREVÉ, 2008a). Este educador de surdos, ao longo de sua vida, preconizou o uso do método oral, apesar de fazer uso do alfabeto manual. A organização do evento está diretamente ligada a um conflito entre os ministérios da Instrução Pública e o do Interior. O diretor do Colégio Pereira vê então nesse clima a possibilidade de implementar uma reforma na educação de surdos e sugere a realização de um congresso por ocasião da Exposição Universal em Paris.

É neste contexto que a prática das estatísticas parece ganhar impulso como forma de se assegurar, via argumento comprobatório, um determinado encaminhamento. A prática não é em si nova, pois Ferdinand Berthier, em 1836, havia publicado *Histoire et statistique de l'éducation des sourds-muets*. Ao introduzir a apresentação de sua pesquisa estatística, Berthier aponta recorda os recenseamento realizados e afirma importância de dados estatísticos para se poder refletir sobre a educação de surdos, considerando-os como “complemento natural” (BERTHIER, 1836, p. 45).

Assim, o que encontramos no início do Congresso de Paris (1878) é um apelo à estatística. M. Grosselim, um dos congressistas, formula, já na abertura do evento, uma decisão aceita para encaminhamento:

O Congresso também expressa o desejo de que uma circular seja enviada aos prefeitos e professores de cada região para obter informação estatística necessária e chama a atenção das autoridades na seguinte tabela modelo, que ele considera cumprir as condições desejáveis. (PARIS, 1878, p. 40 - tradução nossa)

O formulário proposto tratava-se de uma ficha individual a ser preenchida com informações sobre o surdo-mudo e sua família. Sobre o surdo-mudo informaria sobre as causas da surdez, o estado de saúde mental, o estado intelectual, instrução, condições sócio-econômicas, profissão. Sobre os pais, as informações visavam a saber o grau de parentesco entre eles e a profissão. Indivíduo surdo e sua família estariam desta forma computados, possibilitando procurar causas da surdez, apontar metodologias, estabelecer relações. E em meio aos dois figura a escola. A instrução ocupa o centro daquilo que se irá posteriormente pautar.

Imagem 1 - Formulário modelo para estatística

Congrès universel pour l'amélioration du sort des aveugles et des sourds-muets - Paris 1878

Sourds-muets	Nom et prénom		
	Date de naissance		
	Lieu de naissance		
	Causes de surdité	de naissance	
		acquise	
	État de santé		
	État intellectuel	faible ou nul	
		moyen	
		élevé	
	Instruction	nulle	
en cours			
terminée			
École dans laquelle le sourd-muet est instruit :			
Condition pécuniaire et moyens d'existence	riche		
	aisé		
	pauvre		
Profession			
Parents	Nom et prénoms du père		
	Sa profession		
	Sa condition		
	Nom et prénoms de la mère		
	Sa profession		
	Lien de parenté entre le père et la mère		
	Ancêtres ou collatéraux sourds-muets		
<i>Observations :</i>			

41 [SOMMAIRE]

Fonte: Própria com base em Congresso de Paris, 1878, p. 41.

O formulário, portanto, tinha por referência a preocupação com a origem da surdez e uma possível causa a ser buscada na hereditariedade. Recordamos como nesse tempo havia evoluído a biologia e a preocupação em torno do casamento entre parentes. Isso pode ser confirmado quando o mesmo congressista Grosselim, após as discussões sobre as causas da surdez, elabora a seguinte moção aprovada por unanimidade:

O Congresso chama atenção do público para as consequências dos casamentos consanguíneos, infelizes do ponto de vista da saúde das

crianças nascidas dele, notadamente o surdo-mutismo que pode ser resultado disto. E expressa o desejo de que a atenção de todos os médicos seja colocada: 1º Sobre as causas da surdez; 2º No conselho a se dar às famílias para reconhecer a existência de enfermidade, seja para evitar as condições em que isso pode acontecer; 3º No tratamento a ser seguido para remover ou reduzir enfermidade. O Congresso também expressa o desejo de que uma cadeira de surdo-mutismo seja criada em escolas de medicina, ou pelo menos um número de lições seja dedicado a examinar a questão, a fim de difundir o conhecimento útil sobre as causas desta enfermidade, sobre os meios de preveni-la e o tratamento a que é suscetível. (PARIS, 1878, p. 52-53)

A intervenção médica é requerida como nova ação sobre a surdez. O apelo ao conselho às famílias se justifica nos argumentos racionais e não em causas morais ou religiosas. A busca pela causa, a ideia de que é possível e necessário desvendar o que escapa à normalidade, guia a decisão. Reside na medicina a resposta para o humano. Grosselim, o redator das duas formulações e quem ao longo dos debates apresenta argumentos favoráveis, era estenógrafo na assembleia dos deputados e membro de uma associação que propunha a educação dos surdos junto com outros estudantes “ouvintes-falantes”. A quem, ao fim e ao cabo, serviriam as estatísticas sobre os surdos? A que se destinavam?

Sobre o papel das famílias o Congresso de Paris (1878) decidiu:

O Congresso considera que o papel da família, na educação a ser dada ao jovem surdo-mudo, consiste nos cuidados mais atentos ao corpo e à mente; o primeiro a recorrer aos elementos de higiene, o segundo ao uso dos sinais naturais comuns aos seus semelhantes e que terá o efeito de iniciá-lo ao que o cerca e prepará-lo para as lições especiais do mestre. (PARIS, 1878, p. 73)

O corpo recuperado pela modernidade é agora o elemento a ser também administrado. Um corpo a ser higienizado, espaço para a prática da assepsia, incursão que parte do corpo e chega à mente. Compete também a família preparar o surdo para a convivência e o futuro aprendizado. Existe aí uma aposta na capacidade dos surdos, oriunda justamente da reflexão sobre a psicologia dos surdos-mudos. Note-se que o uso dos sinais é aceito como preparação para a educação.

Ao tratar sobre a instrução, os congressistas propuseram:

O Congresso considera muito útil para o desenvolvimento intelectual dos jovens surdos-mudos que estas crianças sejam admitidas na escola primária com os falantes-ouvintes até entrarem numa escola especial. (PARIS, 1878, p. 91)

Notamos que há uma preocupação com a escolarização dos surdos-mudos e que a prática de instruí-los junto a outras crianças é cogitada como paliativo. A escola especial é o lugar a eles destinado. Sobre a presença de homens e mulheres num mesmo estabelecimento, o Congresso vota que é preferível ficarem em instituições distintas (PARIS, 1878).

Após discutir sobre as causas dos resultados insatisfatórios no ensino de surdos, o Congresso, fazendo uso das estatísticas, reconhecendo progressos, mas também desafios do ponto de vista da manutenção, decidiu:

O Congresso, tendo anotado o número daqueles que recebem instrução e o número daqueles que não a recebem, considerando que, apesar dos progressos feitos até agora no ensino dos surdos-mudos, muitos deles permanecem excluídos do benefício da educação, e que o progresso ainda a ser obtido requer a assistência da iniciativa privada e das autoridades públicas, expressa o desejo de esforços de todos os lados para desenvolver os meios de educação, instrução apropriada para esta classe de deficientes. (PARIS, 1878, 147)

A ameaça oralista já se apresentava e nas discussões sobre os métodos foi recordado que na Alemanha os sinais haviam sido banidos, gerando resultados ruins ou quase nulos na aprendizagem dos surdos. Magnat, diretor da Escola Jacob-Rodrigues Pereire em Paris, afirma que combinando sinais com articulação se alcançam bons resultados (PARIS, 1878).

O Congresso, ao estilo de uma orientação positivista, vota uma resolução que pretende explicar e localizar as causas dos resultados insatisfatórios:

Na negligência de preparar as crianças para entrar na escola; No excesso de trabalho e fadiga imposto pelo professor, o grande número de alunos em uma classe; Do pouco tempo normalmente dado à sua educação; Na instrução geralmente inadequada do corpo docente, muito pouco preparado para sua difícil tarefa; No defeito muito frequente da falta de um método preciso aplicado por uma direção firme, benevolente, esclarecida e competente; Na ausência de reuniões gerais, como uma escola normal, o que poderia contribuir para o desenvolvimento e disseminação de métodos. (PARIS, 1878, p. 170-171)

E a resolução continua com o encaminhamento de uma possível solução:

Para remediar a maioria dessas desvantagens, e particularmente a falta de controle competente, o Congresso expressa o desejo de que o serviço público de educação dos surdos-mudos seja transportado do Ministério do Interior para o Ministério da Educação Pública. (PARIS, 1878, p. 171)

Compreendemos que a resolução aponta para uma reflexão ampla e complexa da educação ministrada aos surdos. Ao elencar causas, os congressistas mostram as dificuldades oriundas não só do método, mas também da formação docente inadequada, além de reflexões mais abrangentes sobre a educação. Ao submeter o ensino de surdos ao Ministério da Educação Pública desloca-se este grupo de estudantes, ou este público específico, de uma situação de certa marginalidade e ocultamento para uma de maior visibilidade e, possivelmente, maior controle pelo dispositivo escolar. Esta transferência, desejada desde 1876, conforme nota dos secretários do Congresso, indica também uma oportunidade de se conduzir a educação de surdos pela perspectiva da educação e não da de assuntos vinculados apenas à administração do país (PARIS, 1978).

O debate sobre os métodos levará à seguinte resolução que foi apresentada, votada com anuência até de defensores do método de sinais, mas que devido à controvérsias foi retomada noutra seção:

O Congresso, depois de deliberações cuidadosas, embora mantendo o uso da Mimetização Natural como auxiliar do ensino como o primeiro meio de comunicação entre o professor e o aluno, considera que o chamado método de articulação e envolvimento a leitura da palavra nos lábios, que visa tornar o surdo-mudo para a sociedade, deve ser decididamente preferido a todos os outros; o que, além disso, é justificado pelo uso cada vez mais geral desse método em todas as nações da Europa e mesmo na América. (PARIS, 1878, p. 196)

A resolução foi modificada e votada sob a seguinte forma:

O Congresso expressa a opinião de que o ensino por ele defendido, como aplicável à generalidade das crianças surdas-mudas, não pode ser adequado aos sujeitos cuja cultura intelectual tenha sido negligenciada ou completamente abandonada, é apropriado aplicar àqueles um ensinamento que, por meio de caminhos rápidos, por meio dos sinais comuns a todos os surdos-mudos, torne possível desenvolver suas faculdades tanto quanto possível. (PARIS, 1878, p. 198-199)

Durante uma das seções do congresso é longamente apresentado o relatório das atividades realizadas no Instituto Jacob-Rodrigues Pereira. São relatados os conteúdos de cada disciplina, os horários propostos, a metodologia utilizada. A história de França e a língua francesa ocupam grandes blocos temáticos. No caso da última, parece-nos que o objetivo era possibilitar aos surdos escrever na língua falada no país, confirmando a tese de governo linguístico propostas por Witchs (2018). Após essa reflexão a resolução aceita foi: “O Congresso expressa o desejo

de que os estudos sejam submetidos a um plano gradual, não apenas por causa da idade, mas especialmente por causa das faculdades intelectuais e do progresso das crianças” (PARIS, 1878, p. 234).

A questão dos conteúdos e dos métodos trazia consigo a exigência de recrutamento de professores. “O Congresso, entre os vários métodos de recrutamento de professores, expressa a opinião de que o melhor seria estabelecer uma classe de surdos nas escolas normais primárias para a formação de professores primários” (PARIS, 1878, p. 244). A resolução assume a um só tempo a questão do recrutamento e a da formação docente específica para o trabalho com surdos. A pedagogia, enquanto ciência que trata da educação, desenvolvia-se naquela época e as escolas normais eram espaços de formação metodológica para atuação junto aos estudantes.

O Congresso de Paris em sua última resolução, percebendo a necessidade de se discutir ainda mais a educação ministrada aos surdos e os métodos utilizados, propõe a realização de congressos anuais em todas as regiões da Europa e que destes se organizem comissões para participar dos congressos internacionais trianuais (PARIS, 1878). Então, nos questionamos: Seriam os congressos de surdos, com constante uso das estatísticas, das exposições temáticas, mais um mecanismo de controle dos surdos? Seriam os congressos de surdos ocasião para se praticar o pastorado e o biopoder? De que formas o Congresso de Paris (1878) prepara as bases para a opção oralista do Congresso de Milão (1880)?

3 CONGRESSO DE MILÃO (1880)

O “Congresso internacional para o melhoramento do destino dos surdos-mudos”, ocorrido em Milão, de 06 a 11 de setembro de 1880, é de todos os congressos de surdos o mais conhecido. Nele se definiu o oralismo como método preferido para a educação de surdos. O método oral puro, proposto inicialmente por Samuel Heinicke (1727-1790), primeiro educador a elaborar uma sistemática para ensino de surdos na Alemanha, teve ampla adesão. Recai sobre este congresso toda uma série de informações que necessitariam de maior aprofundamento, como por exemplo, a

pecha de que a partir dele se deu o obscurantismo da Língua de Sinais e seu extermínio.

Fato importante a ser mencionado é que no mesmo período, acontecem também em Milão dois outros congressos internacionais. Entre os dias 06 e 09 de setembro ocorre o Segundo Congresso Internacional de Otologia e nos dias 02 a 05 o Primeiro Congresso de Laringologia. Benvenuto (2010) analisa esta “não coincidência” e pondera que também entre os médicos não havia unanimidade em relação à compreensão de surdez e dos métodos a serem utilizados na educação dos surdos. A autora o exemplifica analisando o discurso do Dr. Fournié, médico assistente do Instituto de Paris (BENVENUTO, 2010).

Acerca dos participantes dos Congresso de Milão (1880) vale recuperar a fala de Gallaudet na seção dos ouvintes do Congresso de Paris (1900) ao criticar a decisão de exclusão de qualquer método diferente do oral puto:

Para mostrar o absurdo desta asserção, é só se reportar aos arquivos do Congresso: eles mostram que, dos 164 membros votantes, 87, ou seja, uma maioria absoluta, era de delegados italianos; que entre eles 46 pertenciam a duas escolas de Milão; que 56 eram delegados da França, o que daria a estes dois países sete oitavos do Congresso; que as escolas do Império Britânico não estavam representadas senão por 8 delegados; que os delegados Americanos, cujo número não era senão 5, representavam um contingente de alunos maior do que os outros 159 delegados juntos; que os 46 professores das duas escolas de Milão tinham a vantagem de dez vezes contra uma sobre as dos 5 americanos, que representavam 6.000 alunos; que para a Bélgica, Holanda, Suíça, Áustria, Alemanha, Dinamarca, Suécia, Rússia, Espanha e Portugal, país onde a instrução foi dada a milhares de alunos surdos-mudos, não havia senão 8 delegados. (CONGRESSO PARIS - OUVINTES, 2013, p.32)

Apesar de todo esse orquestramento dos organizadores que propiciará a decisão pelo método oral, a metodologia utilizada nos congressos sugere a preocupação investigativa. Previamente se formulam questões, os congressistas se inscrevem ou são convidados para apresentar relatórios e estudos sobre a elas e ao final dos debates procura-se responder à questão com a formulação de uma resolução. Os organizadores do Congresso de Milão apresentaram o seguinte roteiro:

1. Relate as vantagens do Método de Articulação em contraposição ao Método de Sinais e vice-versa (sobretudo levando-se em consideração o desenvolvimento mental e ressaltando sua importância no âmbito social).
2. Explique em que consiste o Método ‘Oral Puro’ e mostre a diferença entre este e o Método ‘Combinado’.
3. Defina exatamente o limite entre os chamados Sinais ‘Metódicos’ e os ‘Naturais’.
4. Qual é o meio mais natural e efetivo pelo qual os surdos-mudos poderão adquirir, sem dificuldade, sua

própria linguagem? 5. Quando e como a gramática deve ser usada no ensino da linguagem? Deve ser usada a do oralismo ou a de sinais? 6. Quando os alunos deverão fazer uso de manuais ou livros? Em que disciplinas devem ser suprimidos? (MILÃO, 1880, p. 3-4)

A cientificidade do século XIX exige que o congresso discuta os métodos, que se procure o de melhores resultados. A relação causa-efeito é procurada nas mínimas ações. Também se busca o vínculo dos argumentos com as questões biológicas. Discutir se um método é mais ou menos natural é por fim discutir sobre como a linguagem está intrinsecamente ligada ao corpo em evolução. Por de trás de todos os debates, talvez mais que uma questão de métodos opostos, se manifeste o desejo de compreender o surdo humano e como conduzi-lo adequadamente.

O Congresso de Milão foi encerrado aos gritos de “Viva la parola!”. Renard menciona que houve grande investimento da família Pereira, que tinha rivalidade com L’Apèe, no congresso, patrocinando a ida de vários irmãos de São Gabriel, todos oralistas (RENARD, s.d., p. 14).

Os textos dos relatórios apresentados no Congresso de Milão, elaborados pela Sociedade de formação de professores para surdos e difusão do sistema “alemão” no Reino Unido, demonstram que os inscritos tinham por objetivo legitimar o Método oral puro. Uma rápida consulta aos temas o demonstra, conforme quadro abaixo:

Quadro 2 - Textos lidos no Congresso de Milão

Texto	Autores
Desenvolvimento mental dos surdos com base no sistema “alemão”	Sra. John Ackers
Minha experiência com diversos métodos educacionais para crianças surdas de nascença	Susanna E. Hull
A educação dos surdos	Arthur A. Kinsey
Os surdos e os benefícios do sistema “alemão” na vida posterior	J. Ackers
A saúde dos surdos-mudos	E. Symes-Thompson
Fala e leitura labial para surdos: testemunho de um professor sobre o sistema “alemão”	David Buxton

Fonte: Própria com base em MILÃO, 1880, p. 53-159.

O Congresso ocorreu na Itália, com predominância de participação do Reino Unido, dificultando que tanto França quanto Estados Unidos, países em que a língua de sinais estava bastante consolidada, conseguissem se organizar para fazer frente à maioria dos congressistas. A crítica feita aos opositores franceses diz respeito à ausência de experiências com o Método oral puro o que lhes colocaria numa situação inferior para o debate, pois estariam rejeitando sem ter feito pesquisas rigorosas. A construção da verdade via linguagem lógica se manifesta.

O presidente do Congresso de Milão, Giulio Tarra, o manifestara logo na segunda sessão do dia 08 de setembro:

Deve-se renunciar o uso de sinais. No entanto, são permitidos poucos e simples gestos quando uma criança inicia a vida escolar. É na sala de aula que começa a “redenção” do surdo-mudo, que espera que seu professor o torne um ser humano, permitindo que o aluno aprenda a mover, durante a fala, seus lábios e não suas mãos, por meio de sinais. O Método Oral é possível, o Sistema Misto é impossível e ilógico. Para transformar um bebê surdo em um ser humano falante, dê a ele o que as nossas mães nos deram: a linguagem. O Sistema Misto é impossível, porque ao mover os dedos, as mãos, os braços, a cabeça e o corpo inteiro ao mesmo tempo que os lábios, o aluno se distrai. O método de sinais se opõe muito ao da fala. De todos os movimentos para expressão de ideias, o labial é o mais perfeito. (MILÃO, 2011, p. 24)

Os debates do congresso mostravam uma forte disputa entre os defensores do método oral puro, do método de sinais, do método combinado. Ao longo do congresso também foram realizadas visitas a escolas italianas de educação de surdos que faziam uso do método oral, possivelmente, como forma de convencer os franceses sobre a eficácia do método (ENCREVÉ, 2008b). A primeira seção teve duros embates entre Thomas Gallaudet, que fez o discurso em língua de sinais, e os defensores do método alemão. Os relatos de outros países mostram que havia práticas de se classificar e formar turmas distintas de surdos considerando-se suas possíveis habilidades para o uso da fala, do aprendizado escolar. Ao fim do debate foi decidido por 160 votos favoráveis e 4 contrários que:

I - O Congresso: Considerando a incontestável superioridade da linguagem oral sobre a de sinais na reintegração do surdo-mudo à sociedade, permitindo a mais perfeita aquisição de conhecimento, Declara: Que se deve dar preferência ao Método Oral ao invés do método de sinais para a educação e ensino do surdo-mudo. (MILÃO, 2011, p. 4) ,

O texto menciona dar preferência ao método oral e tem em vistas uma reintegração do surdo-mudo ao convívio social. A continuidade dos debates do congresso

mostrarão como o embate com a língua de sinais vai se delineando mais agressivamente, como se percebe na segunda resolução: “O Congresso: Considerando que o uso simultâneo da língua oral e da língua de sinais oferece prejuízo à fala, à leitura labial e à precisão de ideias, Declara: Que se deve dar preferência ao Método Oral Puro” (MILÃO, 2011, p. 30).

A preocupação com a instrução dos surdos faz com que noutra resolução se delegue aos governos a tarefa de providenciar educação para os surdos. Fica nítido como o próprio congresso fornece ao governo os elementos necessários para suas práticas de controle das condutas:

III - O Congresso: Considerando que um grande número de surdos e mudos não está recebendo o benefício da educação e que este fato se deve à falta de participação (impotência) das famílias e das instituições, Recomenda: Que os governos tomem as medidas necessárias para que todos os surdos-mudos possam receber educação. (MILÃO, 2011, p. 34)

A preocupação em relação ao aprendizado dos aspectos gramaticais fez com que a discussão sobre a metodologia usada no oralismo ganhasse certo rigor técnico, tendo como objetivo oferecer aos surdos a mesma educação dada aos ouvintes, como se nota na seguinte resolução:

IV - O Congresso: Considerando que o ensino de surdos, que utilizam o Método Oral Puro, deve assemelhar-se, o máximo possível, ao ensino daqueles que ouvem e falam, Declara: 1. Que o meio mais natural e efetivo, pelo qual os surdos que falam possam adquirir o conhecimento da linguagem, é através do método “intuitivo”, que consiste em expor primeiro pela fala e, posteriormente, pela escrita os objetos e os fatos que ocorrem diante dos olhos dos alunos. 2. Que durante o período inicial ou maternal o surdo-mudo deve ser conduzido à observação das formas gramaticais por meio de exemplos e de exercícios práticos e que, na etapa seguinte, ele deve ser auxiliado a deduzir as regras gramaticais, expressas com a máxima simplicidade e clareza, a partir desses exemplos. 3. Que os livros, escritos com palavras e numa linguagem conhecida pelo aluno, possam ser por ele manuseados a qualquer momento. (MILÃO, 2011, p. 36)

Sem que houvesse um maior debate sobre as questões ainda pendentes, mas intimados pelo tempo final do congresso, as demais resoluções foram votadas rapidamente:

V - O Congresso: Considerando que a carência de livros mais elementares que auxiliem o surdo-mudo no desenvolvimento gradual e progressivo da língua, recomenda: Que os professores, que utilizam o sistema oral, devam dedicar-se à publicação de obras especiais sobre o assunto. VI - O Congresso: Considerando os resultados obtidos através de diversas pesquisas sobre surdos-mudos, que tinham há muito tempo desistido de frequentar a escola, de todas as idades e condições, e que quando

questionados sobre vários assuntos, respondiam corretamente, articulando com bastante clareza e conseguindo ler os lábios de seus interlocutores com grande facilidade, declara: 1. Que os surdos-mudos, que aprenderam pelo Método Oral Puro, não esquecem os conhecimentos adquiridos, mesmo após terem deixado a escola, continuando a progredirem ainda mais pela conversação e pela leitura facilitadas. 2. Que, na conversa com pessoas ouvintes, os surdos-mudos utilizam exclusivamente a fala. 3. Que a fala e a leitura labial são desenvolvidas através da prática, sendo um conhecimento que não se perde. (MILÃO, 2011, p. 38-39)

Como o Método oral puro já havia sido proposto como ideal na instrução de surdos, as demais resoluções giram em torno de se organizar suficientemente as questões relativas à sua manutenção. Nas resoluções VII e VIII os congressistas definirão a idade escolar, o tempo de escolaridade, o número de alunos por sala, a classificação dos estudantes, a oralização dos ensinados com sinais, a gradual implantação da nova metodologia. Esquadrinhada dessa forma, a educação de surdos pertence a um gerenciamento da vida. A implementação do Método oral puro é ela mesma uma prática organizada para a condução dos sujeitos surdos:

VII - O Congresso: Considerando que a educação dos surdos-mudos por meio da fala requer exigências peculiares e considerando também que a experiência de professores para surdos-mudos é quase unânime, Declara: 1. Que a idade mais favorável para o ingresso de uma criança surda na escola é entre oito e dez anos. 2. Que o período escolar se deve estender, no mínimo, por sete anos. Entretanto recomendam-se oito anos. 3. Que nenhum professor consegue efetivamente transmitir ensinamentos pelo Método Oral Puro a uma classe com mais de dez alunos. VIII - O Congresso: Considerando que a aplicação do Método Oral Puro em instituições, nas quais ainda não está completamente implantado, deva ser prudente, gradual e progressiva, caso contrário estará fadada ao fracasso, Recomenda: 1. Que os alunos que ingressaram mais recentemente na escola devam formar uma classe à parte, na qual o ensino deva ser efetuado por meio da fala. 2. Que esses alunos iniciantes devam ficar completamente separados, até o término da escola, daqueles alunos adiantados, educados por meio da língua de sinais, sendo tardio o ensino pela fala. 3. Que a cada ano seja formada uma nova classe oralizada até que todos os alunos antigos, que aprendem por meio de sinais, tenham concluído a educação escolar. (MILÃO, 2011, p. 40-41)

Poderíamos já aqui indagar: Teria este congresso toda essa força de mudança nas práticas de educação de surdos? A existência de outros métodos foi realmente suplantada a partir de Milão? O que os escritos subsequentes nos permitem dizer sobre isso? Compartilhamos aqui do questionamento proposto por Solange Rocha: “De que maneira as resoluções do Congresso foram fortes o suficiente no sentido de criar o tão propalado projeto mundial (das instituições de surdos na Europa e Américas) para a Educação de Surdos por mais de um século?” (ROCHA, 2010, p.103). Posteriormente, retomaremos essas dúvidas.

4 CONGRESSO DE BRUXELAS (1883)

O “Terceiro Congresso Internacional para o melhoramento do destino dos surdos-mudos”, realizado em Bruxelas, de 13 a 18 de outubro de 1883, na sua carta convite apresentava seis questões temáticas para se discutir no congresso: 1) a formação de professores para atuar junto aos surdos; 2) a percepção da dificuldade de se encontrar professores que soubessem ensinar o método oral puro e quando se deveria usar o método mútuo; 3) se os surdos deveriam ser confiados a um único professor durante sua formação; 4) como se poderia organizar com mais sucesso a formação industrial dos surdos; 5) criação de obras e asilos para o benefício dos surdos; 6) a instituição e organização de comitês de patrocínios para as escolas de surdos (BRUXELAS, 1883). Outras proposições foram apresentadas. Mas, desejamos realçar de imediato que, poucos anos após o Congresso de Milão (1880) já se experimentavam questionamentos à decisão tomada sobre o uso do método oral puro, mas formalmente se definirá que o Congresso de Bruxelas não reverá a decisão tomada em Milão (1880).

Às questões propostas na carta convite, vários congressistas procuraram responder de forma oficial, deixando-nos um material peculiar quanto às suas argumentações. É o homem debruçando-se reflexivamente sobre o humano, procurando desvendar as causas de seus males, definindo estratégias para o seus modos de existir.

Quanto à formação de professores para surdos, o Congresso de Bruxelas confirma a necessidade, mas deixa a decisão para os futuros congressos. Como já se afirmara uma recusa a rever a decisão de Milão, a questão sobre o uso do método misto, embora refletida, é rechaçada. Em nossa leitura dos textos do Congresso de Bruxelas não foi possível identificar claramente as resoluções do evento em relação às questões propostas. As discussões tinham manifestações de posturas rivais, momentos de tensão e, talvez, em função desse quadro, a opção de não formalizar decisões, assumindo, portanto que o disposto em Milão (1880) é que vigorava.

5 CONGRESSO DE PARIS (1889)

Em Paris, no período de 10 a 18 de julho de 1889, se deu o “Congresso internacional dos surdos-mudos” que procurou discutir os efeitos das decisões tomadas no Congresso de Milão (1880). O congresso formulará um pedido formal para a restauração da linguagem gestual nas escolas para surdo-mudos. Abre-se após este congresso de Paris uma nova sequência dos congressos de surdos-mudos. O motivo, segundo Renard (s.d.), diz respeito à organização dos eventos. Os congressos de Paris (1878), de Milão (1880), de Bruxelas (1883) e de Paris (1900 - sessão dos ouvintes) foram organizados por educadores ouvintes. Os congressos de Paris (1889), Chicago (1893), Genebra (1896), Dijon (1898), Paris (1900 - Sessão dos surdos-mudos) foram organizados por associações de surdos-mudos.

No ano de celebração do centenário da Revolução Francesa e também do centenário de falecimento do Abade L'Apèe, a Associação de amigos dos surdos da França envia convites para surdos-mudos da Europa e América, solicitando que enviassem delegados para o evento. A iniciativa da associação foi acolhida com entusiasmo.

A primeira sessão debateu sobre o surdo-mudo na sociedade, sua situação moral e material nas diversas partes do mundo. Notamos que sobressai uma abertura de perspectiva, considerando-se os surdos na universalidade, mas contemplando-os em seus contextos próprios. Numa segunda sessão se refletiu sobre o surdo-mudo no trabalho e as profissões por ele exercidas. A emergência da questão do trabalho, já proposta no congresso anterior, é trazida pelos surdo-mudos como pedido pela criação de escolas profissionalizantes.

Noutra sessão se discute sobre o contexto familiar do surdo-mudo, casamentos e infância. Discute-se também em outro momento sobre o surdo-mudo e as leis de seus países. Houve uma sessão dedicada aos benfeitores dos surdo-mudos após a morte de L'Apèe.

Deste congresso também não se tem resoluções, mas uma declaração formal dos congressistas ao seu final. Nela pode se ler:

Considerando que qualquer sistema que tentamos substituir àquele do abade L'Apèe produziu resultados inferiores; O Congresso proclama a

infallibilidade do método do abade de L' Apèe, que, sem excluir o uso da palavra, admite que a linguagem mímica é o instrumento mais adequado para desenvolver a inteligência do surdo-mudo. O Congresso acredita que os alunos devem ser classificados em duas categorias: 1º aqueles que se tornaram completamente surdos-mudos por acidente ou que retiveram um remanescente de audição; 2º surdos-mudos de nascimento. O ensino da palavra será dado de acordo com as aptidões línguas individuais, mas sob nenhuma circunstância a língua de sinais será descartada. (PARIS, 1889, p. 90 - tradução nossa)

Esta manifestação clara do apreço à língua de sinais evoca a tradição francesa constituída sobre L'Apèe, retoma o aspecto de uma identidade linguística, estabelece vínculos entre os surdos. Todavia, é preciso chamar atenção para o fato de que se menciona que o método proposto por L'Apèe não excluía o uso da palavra. Portanto, não podemos considerar na leitura dos textos dos congressos que ao se referir aos sinais está se referindo a uma prática que conciliava também certa articulação da fala. Isso nos coloca diante da questão se, realmente, se pode afirmar que houve uma oposição entre oralismo e método de sinais.

Na mesma declaração os congressistas expressam o seguinte desejo:

1º Que escolas profissionais sejam criadas para os surdos, ou que o surdos-mudos completem sua aprendizagem fora das instituições; nenhum aprendiz deve sair sem saber o suficiente para poder suportar a concorrência (fazer o contrário seria dedicá-los à miséria); 2º Que as autoridades públicas, estendam a solicitude igualmente a todos os cidadãos, confiem aos surdos os trabalhos que possam preencher nas instituições ou nas administrações, e isso em nome da igualdade de justiça para todos. Como outros homens, os surdos-mudos têm o direito de existir. (PARIS, 1889, p. 90-91 - tradução nossa)

Acerca dos casamentos, o Congresso valorizou as uniões entre surdos mais que as uniões mistas, considerando que estas últimas teriam menos chance de felicidade. Diante das críticas sobre uma possível surdez hereditária devido aos casamentos entre surdos, o Congresso afirmou “dessas uniões, por vezes, nascem crianças surdas e mudas, não se pode dizer que esta é a verdadeira causa, especialmente uma vez que é impossível dizer por que os mesmos acidentes ocorrem em casamentos entre falantes” (PARIS, 1889, p. 91). Se o Congresso de Milão encerrou-se com gritos de “Viva la parole!”, o Congresso de Paris encerra-se com uma ufanista valorização de L'Apèe e uma aclamada "Viva a emancipação dos surdos-mudos!"

Enquanto grupo que se organiza, os surdos seguem ainda a inspiração de L'Apèe aos moldes de um mestre não só da valorização dos sinais, mas também espiritual.

Há, de alguma forma, um vínculo dos surdos com essa figura que os conduziu, guiou num horizonte de valorização de suas diferenças, mesmo que num processo de pastorado. A iniciativa dos surdos neste evento contrapõe as decisões dos ouvintes sobre eles e inaugura um momento em que desejam protagonizar seus processos de inserção social. Todavia, não seria este agrupamento mais um elemento na forma de conduzir os diferentes? Um congresso de surdos-mudos seria resistência ao domínio dos ouvintes, mas não se constituiria também como nova forma de condução?

6 CONGRESSO DE CHICAGO (1893)

O “Segundo Congresso internacional de surdos-mudos”, acontecido em Chicago, entre 18 a 23 de julho de 1893, se constitui surge como novidade por ter sido sediado fora da Europa. Ainda no alvorecer do “novo mundo”, muitos delegados de toda a parte do mundo se inscreveram, totalizando, 1500 participantes (RENARD, 2015).

Inicialmente são apresentados relatórios sobre as associações de surdos-mudos espalhadas pelo mundo; as obras missionárias junto a surdos-mudos; a imprensa de surdos-mudos; a situação social dos surdos-mudos e a questão dos matrimônios entre surdos-mudos. No compêndio do congresso essa parte é nomeada como sociológica. A segunda parte diz respeito às questões de industrialização e profissionalização dos surdos. Nela também serão incluídos os debates acerca do método para instrução dos surdos; a educação física, a educação superior e a educação artística destinadas aos surdos. Notamos que, diferente dos demais congressos, os relatórios não apresentam reivindicações, mas estabelecem uma clara demonstração de força da comunidade surda nos Estados Unidos, bem como ocasião das demais comunidades manifestarem seus avanços.

Este tom mais reflexivo do evento permitiu uma visão de conjunto da realidade dos surdos, não sucumbindo no embate entre oralismo e língua de sinais, por mais que tal questão transpareça. Dois relatórios apresentados chamam atenção pelos títulos. O primeiro é a comunicação feita por Henri Gaillard “Panorama sobre a evolução do mundo do surdo-mudo contemporâneo” em que proporá: “O trabalho de

emancipação dos surdos-mudos começou pelos ouvintes, mas, dado o progresso feito pelo mundo surdo-mudo, pode ser completado e acabado pelos próprios surdos-mudos” (CHICAGO, 1893, p. 162 - tradução nossa). Gaillard propunha que todas as nações pudessem aceitar que os surdos eram as pessoas mais indicadas para cuidar de outros surdos e que se constituíssem nos países comissões nacionais com participação efetiva dos surdos eleitos por surdos e com a outra metade indicada pelo governo. Por mais que se constitua como manifestação de força é próprio do projeto biopolítico capturar e absorver as organizações, assimilando com elas a produção de subjetividades e a condução das vidas.

O segundo relatório que destacamos é a comunicação do professor Victor-Gomer Chambellan intitulada “O método oral segundo experiência prática” realizada em mímica com interpretação de Renè Desperriers. Consideramos bastante clara a postura de contraconduta dessa atitude de Chambellan que havia publicado em 1884 o livro “A importância incontestável da linguagem mímica no ensino dos surdos-mudos de nascença”. A maioria das comunicações teve interpretação em língua de sinais como se pode observar nas atas (CHICAGO, 1893).

7 CONGRESSO DE GENEBRA (1896)

Em 1896, entre os dias 19 e 21 de agosto, em Genebra, ocorre o “Terceiro Congresso internacional de surdos-mudos”, apresentado nos seus anais como uma primeira batalha contra o método oral. Um jornal de Genebra publicou à época que no congresso que foi possível assistir a uma série de pronunciamentos em sinais e que ali se encontrava uma clara declaração de que este seria o único idioma possível aos que a natureza não concedeu os sons (GENEBRA, 1896).

Nas resoluções deste congresso, redigidas por Gaillard, encontramos uma postura um pouco diferente, pois se sugere uma preferência pelo método misto:

O Congresso, considerando que o sistema educacional combinado, usando fala, leitura labial e sinais, faz maior progresso na educação de surdos, desenvolve as faculdades intelectuais do surdo-mudo, manifesta o desejo de que o método misto seja preferido ao método oral puro. (GENEBRA, 1896, p. 35 - tradução nossa)

Adicione-se a isso a segunda e a décima resoluções:

Considerando que o ensino do desenho é necessário, no que diz respeito às aptidões naturais dos surdos-mudos, para dar-lhes uma boa e lucrativa profissão e elevá-los ao nível dos trabalhadores das artes, o Congresso é de opinião que o desenho industrial deve ser ensinado em escolas surdas-mudas, e por meio de sinais que iluminem ainda mais as explicações do professor. (GENEBRA, 1896, p. 35 - tradução nossa)

Dada a inegável utilidade da geometria elementar e geometria descritiva para os surdos-mudos, o congresso expressa o desejo de que essas ciências sejam ensinadas em todas as escolas surdo-mudas, sem exceção, e que cursos mútuos sejam estabelecidos nas principais cidades e dirigidos por professores surdos-mudos ou por professores falantes que conhecem o alfabeto surdo-mudo.(GENEBRA, 1896, p. 37 - tradução nossa)

Por parte dos congressistas era evidente o desejo de se superar Milão (1880). O fato de se mencionar tantas vezes o uso de sinais também mostra que, apesar da alardeada extinção do seu uso, os textos dos congressos não nos permitem tal conclusão. O impulso às artes e ao trabalho instruído em sinais é inequívoca expressão do valor dado a essa prática. Nesta segunda resolução aparece também a ideia de aptidões naturais aos surdos como se elementos biológicos interferissem diretamente nesta pessoa para além de sua deficiência.

Após o Congresso de Milão muitos professores surdos foram demitidos. Dusuzeau (1846-1917), grande liderança surda, por exemplo, fora aposentado automaticamente. Diante disso, uma das resoluções propõe:

Considerando que os professores surdos-mudos se dão bem, muitas vezes melhor do que ouvintes professores no ensino de jovens surdos-mudos, o Congresso expressa o desejo de que professores surdos-mudos sejam reintegrados em escolas das quais o método oral puro os excluiu, sejam eles empregados tanto na educação escolar como na educação manual. (GENEBRA, 1896, p.35-36 - tradução nossa)

Sob o argumento desta afinidade entre surdos se constitui também uma prática de resgate cultural. Com o receio de que as resoluções não ultrapassassem os espaços do congresso, foi criada uma comissão para fazer executar as resoluções e se responsabilizar pela organização dos próximos congressos internacionais (GENEBRA, 1896).

O desejo de que os surdos ocupem novos espaços sociais aparece na resolução de nº 5: “O congresso decide que um colégio nacional de surdos-mudos deve ser instalado em cada país, onde serão enviados os melhores alunos, de escolas comuns, que serão preparados para estudos superiores, abrindo as portas para carreiras liberais” (GENEBRA, 1896, p. 36 - tradução nossa).

A resolução seguinte reafirma esse propósito e critica as atuais práticas que, sem dúvida, tinha seus nexos no oralismo: “O congresso decide que as escolas terão que lutar contra o desenvolvimento de surdos-mudos vendedores ambulantes, que proporcionem uma melhor educação vocacional organizada com negócios melhores do que os atualmente ensinados” (GENEBRA, 1896, p. 36 - tradução nossa). O oralismo considerava grande sucesso que os surdos-mudos pudessem se tornar vendedores ou atendentes. Outra crítica ao oralismo aparece na resolução de nº 9: “O congresso é de opinião que, apesar do estabelecimento do método oral, é possível fornecer trabalho para os surdos-mudos reservando-lhes os lugares de supervisores e servidores nas escolas” (GENEBRA, 1896, p. 37 - tradução nossa).

Há uma crítica à política administrativa das escolas em França que, apesar da decisão do Congresso de Paris (1878), continuavam subordinadas ao Ministério do Interior. Tal situação, para os congressistas, estava em contradição com o princípio da educação gratuita e obrigatória. Por isso, o congresso emite o desejo de que as escolas francesas de surdos-mudos fossem anexadas ao Ministério da Instrução Pública (GENEBRA, 1896).

A preocupação moral que não estava tão evidente nos congressos anteriores reaparece e vinculada ao uso dos sinais. Uma das resoluções dispõe:

Considerando que, por meio da linguagem de sinais, somos muito mais capazes de moralizar os surdos-mudos e fazê-los entender as verdades da religião do que com a ajuda da palavra, o congresso é de opinião que é absolutamente necessário servir-se dos sinais para dirigir a educação moral dos surdos-mudos.(GENEBRA, 1896, p. 37 - tradução nossa)

A moral, enquanto mecanismo de subjetivação, associada aos aspectos religiosos demonstra uma preocupação com os corpos dos surdos, com suas práticas sociais, com suas capacidades de se adaptar à sociedade. A diferença é que agora o guia não é mais um diferente, um falante, o guia é o próprio surdo. A preocupação moral também se aproxima da caridade, mas também da biopolítica como se percebe noutra resolução:

O congresso decide que é necessário criar um movimento para chegar ao estabelecimento de casas de repouso para os surdos idosos e portadores de deficiências, que os tirará do isolamento e do tédio que aceleram o seu fim nos lares da audição. (GENEBRA, 1896, p. 37 - tradução nossa)

A vida que se estende é a vida a ser cuidada. O espaço de cuidado dos idosos e deficientes passa a ser pensado como um lugar de convívio entre os iguais. Se havia, algum movimento de segregação, há agora, por parte dos próprios surdos, um desejo de se afastar dos ouvintes, considerando que serão melhor atendidos em suas necessidades.

8 CONGRESSO DE DIJON (1898)

Nos dias 27, 28 e 29 outubro de 1898, o “Congresso Internacional dos surdos-mudos” teve lugar em Dijon e proposto por iniciativa dos surdos com apoio da Sociedade dos Surdos-mudos de Borgonha e em que se fez amplo uso dos gestos na comunicação. As atas afirmam que, várias vezes, pronunciamentos foram feitos com gestos muito claros e expressivos. Todavia, as atas também apontam as dissidências em função da oposição de métodos (DIJON, 1898).

Na carta convite foram apresentadas as questões que seriam discutidas no evento: “1º Da instrução do surdo-mudo; 2º Qual método a ser preferido: oral, mímica ou misto? 3º Sociedades de ajuda mútua dos surdos-mudos; 4º Da Federação das Sociedades de surdos-mudos da França” (DIJON, 1898, p. 14 - tradução nossa).

Novamente a questão do método está na pauta. A primeira resolução sintetiza parte da situação: “O método oral puro, atualmente em uso nas escolas surdas-mudas, será preservado, mas só será aplicado aos surdos capazes de tirar proveito disso” (DIJON, 1898, p. 41 - tradução nossa). Notamos que existe aqui uma dobra em relação à realidade do sujeito surdo. Mais que definir qual método a ser usado, é o surdo, que poderá dele usufruir, quem define a aplicação. Mas não nos equivoquemos. Essa postura não se difere da prática de fazer com que o próprio indivíduo conduza a sua vida. Estamos ainda num contexto de pastorado?

Em relação ao ensino, o Congresso de Dijon deliberou que, para os surdos de nascimento, se utilizasse um método que trabalhasse a escrita, os sinais, a leitura labial, permitindo que o surdo aproveitasse o melhor de cada qual (DIJON, 1898). Como forma de amenizar certa tensão, os congressistas escrevem uma nota sobre o valor do método criado pelo Abade L’Apèe.

As várias associações de surdos tiveram oportunidade de apresentar seus relatórios. Entre os surdos também não existia unanimidade ou uma concórdia inabalável. Por exemplo, Henri Gaillard (1866-1939) e Joseph Chazal tinham posturas distintas e a animosidade entre os dois se evidencia no evento, tendo simpatizantes de ambos. Como Chazal foi o secretário do congresso e num dos momentos do congresso oferece um relatório sobre o método usado em Dijon que, para surpresa de muitos, era o oral, os parisienses boicotaram o evento na esperança de que no Congresso de Paris, dois anos à frente pudessem resolver a questão do método (RENARD, 2015).

Esta situação que mostra certa divisão no grupo contribui para que se perceba a realidade da educação de surdos não como algo homogêneo, mas como um movimento que oscila, titubeia e procura, à duras penas, organizar-se dentro de uma sociedade.

E assim nos aproximaremos de mais um congresso...

Fizemos este retrospecto dos congressos para nos aproximarmos de nosso objeto de investigação que é o “Congresso Internacional para o estudo das questões de educação e de assistência dos surdos-mudos”, transcorrido em Paris, em 1900. Consideramos que este quadro dos congressos ajuda-nos a compreender melhor a situação que advirá. Além disso, o quadro dos congressos dialoga com o quadro maior do contexto do século XIX. Ao tomar cada um dos eventos, procuramos refletir como algumas das questões próprias daquele século neles se apresentam.

Do conjunto dos congressos, compreendemos que há dados de uma prática de pastorado presente na maneira como se pensa a vida do surdo, os seus guias, a figura do professor, as práticas pedagógicas, as questões de moral. Mas há também marcas biopolítica quando se pensa esse mesmo surdo como sujeito a ser notificado, objeto de estatísticas e práticas médicas e metodológicas que procuram definir seu papel na sociedade. Dos congressos propostos pelos ouvintes estão sempre em jogo, para além da eficácia dos métodos, uma forma de orientação sobre a vida de pessoas consideradas inábeis para administrar a sua própria história. Dos congressos organizados pelos surdos, podemos dizer que são manifestações de

resistência que vão, paulatinamente, se configurando também como formas de uma condução dos surdos pelos próprios surdos ou por parte daqueles que assumem o seu discurso.

Algumas questões ainda reverberam na atualidade como a formação de professores para atuar com surdos; os surdos professores; o melhor método a ser usado; as escolas especiais; o estudo junto com os outros ouvintes; a preocupação com a empregabilidade e formação profissional dos surdos; os cuidados morais que devem ser dados a eles; os paliativos para amenizar as situações de abandono; as políticas governamentais; as associações de surdos e suas novas configurações. Uma retomada da história dos surdos mostra como a relevância de alguns documentos foi capaz de balizar algumas práticas vigentes até hoje. Todavia, parece-nos que outros documentos, como é o caso do texto do Congresso dos Surdos de Paris (1900), foram olvidados. É preciso, pois avançar...

CAPÍTULO 6 - CONTEÚDOS E RESOLUÇÕES DO CONGRESSO DE SURDOS DE PARIS (1900)

Assaz o senhor sabe: a gente quer passar um rio a nado, e passa; mas vai dar na outra banda é num ponto muito mais embaixo, bem diverso do em que primeiro se pensou. Viver nem não é muito perigoso?

(Guimarães Rosa, 1994, p. 42)

Não tento descobrir um outro sentido que estaria dissimulado nas coisas ou nos discursos. Não, tento simplesmente fazer aparecer o que está muito imediatamente presente e ao mesmo tempo invisível. (FOUCAULT, 2016, p. 69)

Acompanhamos a realização dos vários congressos que antecederam o Congresso de Paris (1900). Neste percurso pudemos observar como foi se constituindo uma educação de surdos que mobiliza forças diversas, que contrapõe interesses, que se visibiliza sob duas tendências co-existentes, a saber, oralismo e língua de sinais e que provoca movimentos de contínua revisão das práticas. Também foi possível perceber como elementos de pastorado e biopolítica foram aí se delineando.

Queremos agora adentrar no Congresso de Paris, ocorrido nos dias 6, 7 e 8 de agosto de 1900, dentro do contexto da Exposição Universal de Paris. Para Foucault, as exposições universais se constituíram numa estratégia do poder burguês (FOUCAULT, 2001) que aliadas a outras instituições e mecanismos permite o exercício de um poder sem a identificação de um sujeito de domínio do poder.

O título dado ao evento indica seus principais objetivos: *Congresso Internacional para o estudo das questões de educação e de assistência dos surdos-mudos*. O Congresso se propunha a novamente discutir questões relacionadas aos métodos, inclusive, avaliando a decisão tomada em Milão (1880) e implementada de formas diferentes nos diversos países, bem como a discutir formas de assistência para aqueles que, para muitos, eram ainda objeto de comiseração.

O Congresso de Paris (1900) foi organizado em duas seções simultâneas: uma dos ouvintes e outra dos surdos. Quando da preparação do evento havia consenso entre

os organizadores de que não era possível conciliar as demandas de ouvintes e de surdos num mesmo debate. Diante disso, a escolha dos organizadores por uma abertura em comum e, em seguida, a realização das seções em separado (CONGRESSO PARIS – OUVINTES, 2013). Em 2013 foi publicado no Brasil a tradução da seção dos ouvintes, abrindo pois uma nova possibilidade de aproximação com as temáticas discutidas naquele acontecimento. O texto da seção dos surdos ainda não foi traduzido para a língua portuguesa e neste trabalho fizemos uso da versão francesa organizada por Henri Gaillard (1866-1939), vigoroso militante surdo francês.

No presente capítulo optamos por oferecer uma visão de conjunto dos conteúdos dos dois textos e analisar as resoluções que foram votadas no congresso, considerando o contexto a que pertencem, ou seja, se oriundas da seção dos ouvintes ou da seção dos surdos. Como os conteúdos das duas seções é bastante distinto, propomos uma síntese que procura elencar o que foi registrado das sessões dos respectivos congressos que aconteciam simultaneamente; dos trabalhos enviados para os congressos e também outros documentos que fazem parte dos anexos. Desde a organização do evento, há uma preocupação em se solicitar estudos e trabalhos a serem comunicados e se menciona a possibilidade de que façam parte de um anexo dos textos. Portanto, consideramos que também os anexos são, pois, uma parte integrante do monumento dos congressos e contemplar o que neles está proposto contribui para melhor compreensão do conjunto do evento.

1 A SEÇÃO DOS OUVINTES DO CONGRESSO DE PARIS (1900)

Queremos situar o leitor no Congresso de Paris (1900). Para tal, faremos agora uma síntese dos conteúdos tratados na seção dos ouvintes. Utilizaremos também de alguns quadros que auxiliam para melhor compreensão do evento. Algumas reflexões aqui apenas acenadas serão posteriormente retomadas.

A versão traduzida que utilizamos pertence à Coleção Histórica do INES, publicada em 2013. Trata-se de uma edição bilíngue que apresenta a tradução em língua portuguesa ao lado da fac-símile do texto francês do evento. Este relatório dos

trabalhos foi organizado e publicado pelos organizadores do congresso: Ladreit Lacharrière (1833-1903) (presidente) - médico do Instituto de Surdos de Paris; Gustave Baguer (1858-1919) (vice-presidente) - diretor do Instituto Departamental dos Surdos-Mudos de Asnières; Legay (secretário) - antigo chefe da Clínica Otológica; Saint Hilaire (tesoureiro) - médico do Instituto Departamental dos Surdos-Mudos de Asnières; e as senhoras Dra. Martha (secretária geral) e Renard - diretora de uma Instituição de Surdos-Mudos de Paris.

Acerca dos organizadores é preciso ressaltar que o presidente do congresso, doutor Jules François René Ladreit de Lacharrière (1833-1903), de formação protestante que discordava do pensamento caritativo destinado aos surdos, é o médico fundador da clínica otológica em 1867 anexa ao Instituto de Surdos de Paris. Esta clínica oferecia gratuitamente consultas médicas à população que desejasse tratar dos males do ouvido, desenvolvendo assim uma prática que procurava eliminar a surdez por considerá-la um empecilho à inteligência (ENCREVÉ, 2008). Isso é explicitado no verbete “Surdité” escrito por Lacharrière:

Em crianças, a surdez impede o desenvolvimento da linguagem e gera esquecimento. Ela impede o progresso da inteligência e coloca a criança em um estado de inferioridade que sempre será sentido. Se, de fato, a visão nos permite apreciar tudo o que tem uma forma, todas as idéias morais, as concepções da mente, são transmitidas para nós pelo sentido da audição. (LADREIT DE LACHARRIÈRE, 1884, p. 540, - tradução nossa)

Consideramos que a realização de um congresso sob a presidência de Lacharrière aponta para muitos dos direcionamentos já dados em Milão, possibilitando a retomada de suas resoluções vinte anos depois.

O documento da seção dos ouvintes apresenta as sessões dos dias 06, 07 e 08 de agosto, precedidas pelos discursos realizados na sessão comum de abertura. Apresenta a lista dos delegados dos conselhos gerais composta por representantes dos institutos de Côte D’Or, Creuse, Gironde, Marne Sena e Vosges, totalizando 06 participantes. Em outra lista, intitulada como “Delegados de potências estrangeiras”, são apresentados os nomes dos participantes oriundos de vários países. Por se tratar de um evento internacional em que as representatividades podem também nos ajudar a compreender o próprio congresso, no quadro abaixo listamos os países presentes e o número de participantes enviados:

Quadro 3: Potências estrangeiras e número de delegados em Paris (1900)

PAÍS	NÚMERO DE DELEGADOS
Alemanha	01
Áustria	01
Bélgica	02
Brasil ⁶	01
Dinamarca	01
Estados Unidos	03
Grã-Bretanha	01
Hungria	01
Itália	02
Japão	01
México	02
República do Equador	03
Romênia	01
Rússia	02
Suíça	01
Suécia	01
Total	24

Fonte: Própria com base em CONGRESSO PARIS - OUVINTES, 2013, p.23-24.

Consideramos importante assinalar que o número reduzido de delegados de países como Alemanha e Itália aponta, possivelmente, para certa resistência ao evento em função da possibilidade de nele se rever a decisão tomada em Milão (1880). Também é digno de nota a participação do Japão, de países recém reconhecidos como independentes, a exemplo da Romênia e do império Austro-Húngaro. Ainda sobre a lista, chama a atenção a participação de países da América Central e América do Sul, totalizando 06 congressistas.

Nos anexos, após o relatório das sessões, pode-se ler novamente a lista de delegados seguida de suas respectivas referências profissionais ou institucionais,

⁶ Consta nesta lista o nome do Dr. João Paulo de Carvalho (1854-1905) médico que presidiu o então Instituto de Surdos-mudos do Rio de Janeiro no período de 1896 a 1903.

totalizando 197 pessoas. Talvez, devido à grande popularidade de alguns dos participantes, alguns nomes estão incompletos ou não constando o sobrenome, dificultando o acesso à biografias. Pela análise desta lista pode se traçar certo perfil dos participantes.

Como neste trabalho interessa-nos, particularmente, as questões relativas ao pastorado e à biopolítica, optou-se por realçar no quadro abaixo alguns qualificativos dos participantes. Na impossibilidade de se determinar a função de alguns deles, é preciso informar que no item “Diretores” constam alguns dos médicos e, embora tenha se levantado o total de religiosos presentes, alguns deles também ocupavam cargo de direção ou de docência.

Por não se ter informações sobre a administração dos institutos não foi possível elencar quantos participantes eram de instituições privadas e quantos de instituições públicas. Consideramos que este seria um dado importante para se traçar certa compreensão da organização das instituições. Como qualquer quadro sua função é mais didática e ilustrativa, permitindo-nos visualizar de forma mais condensada as informações que constam na lista dos participantes. O critério de definição da função se deu a partir da própria lista apresentada na seção dos ouvintes.

Ao lançarmos mão deste artifício, de alguma maneira, também nos incluímos numa lógica biopolítica que tende a olhar para as realidades de modo a extratificá-las, seccionando profissões, criando oposições, definindo hierarquias. Apesar disso, apostamos no quanto um olhar sinóptico permite também analisar questões que passariam despercebidas caso optássemos por simplesmente copiar a lista dos participantes ou apenas retirar alguns exemplos.

O quadro a seguir é também uma provocação a compreendermos como em um evento de educação de surdos, em sua seção de ouvintes, vai se constituindo um modo de se pensar o outro, no caso o surdo, e quem são as pessoas que se dispõem a isso. Desta maneira, a representatividade profissional, e com ela o seu significado social, colaboram para nossa visão de conjunto.

Quadro 4: Perfil dos participantes

FUNÇÃO		Quantidade	Total
Diretores de institutos de educação de surdos	Leigos	31	49
	Religiosos	18	
Religiosos	Abades	09	58
	Superior geral	01	
	Vigário geral	01	
	Irmãos	14	
	Superioras	03	
	Freiras	31	
Professores de surdos	Leigos	39	57
	Religiosos	18	
Instrutoras de surdos			02
Médicos	Homens	09	10
	Mulheres	01	
Advogados			01
Políticos			01
Representantes de autoridades			01
Representantes da Liga de ensino			01
Representantes de comissões			04
Presidentes de associações			02
Inspetores			05
Jornalista			02
Sem função mencionada	Homens	13	25
	Mulheres	12	

Fonte: Própria com base em CONGRESSO PARIS - OUVINTES, 2013, p. 212-221.

Ao observarmos o quadro acima podemos compreender o quanto as instituições religiosas se responsabilizavam pela educação de surdos no final do século XIX. No Congresso de Paris (1900), 58 dos 197 participantes eram religiosos, totalizando cerca de 33,97% do congressistas. Destes 58 religiosos, 34 eram mulheres. O que

isso nos fala sobre as ideias de cuidado e assistência dos surdos?⁷ Acreditamos que se explicitam aí certos vínculos da educação de surdos com princípios caritativos, compreendidos também numa relação de gênero como se o “cuidar” e o “instruir/educar” os surdos, mesmo no meio religioso, fosse uma atribuição ao feminino.

Ao mesmo tempo, notamos o número ainda reduzido de médicos e a ausência de profissionais da psicologia. Todavia, os textos nos mostram que, apesar de estarem em número menor que o de religiosos, os médicos têm em Paris (1900) maior força de expressão e esta será aliada à educação. Do total de participantes tem-se que 59 pessoas estavam diretamente ligadas ao ensino de surdos.

Em relação aos diretores das instituições, parece-nos que o número maior de leigos já aponta para a mudança que estava se consolidando de uma passagem de administrações religiosas dos institutos de surdos para administrações seculares. Possivelmente, também está em jogo o interesse de grupos privados que poderiam servir-se deste novo nicho de atuação quando da saída dos religiosos, fazendo uso, inclusive do argumento de que os religiosos eram mais preocupados com a caridade que com a educação.

No que diz respeito aos professores, também o número de leigos é superior ao de religiosos. Como após Milão os professores surdos foram aposentados na maioria dos institutos, e como nesta lista constam apenas os participantes ouvintes, o quadro nos dá uma visão aproximada da realidade, sem contudo abarcar sua totalidade.

Ainda constam dos anexos a carta ao Ministro do Interior, o programa das sessões do congresso, as decisões e saudações votadas pelo congresso, os 20 trabalhos comunicados ou enviados ao congresso (estatísticas, projetos e reflexões mais elaboradas) e os trabalhos preparatórios. Consideramos que os trabalhos apresentados apontam para as questões candentes do Congresso. O quadro a seguir apresenta os títulos dos trabalhos comunicados, seus autores e o país de origem.

⁷ Acerca das relações entre “educação de surdos, religião e Congresso de Paris (1900)” encontra-se em andamento a pesquisa de mestrado em educação de Renato Celestino Guedes na UNIRIO.

Quadro 5: Seção dos ouvintes - Trabalhos apresentados, autores e países de origem

TRABALHO	AUTOR	PAÍS
Ensino da palavra falada nas escolas de surdos dos Estados Unidos - estatística	A. Graham Bell	Estados Unidos
Ensino da palavra - estatística	E. M. Gallaudet	Estados Unidos
História sucinta da instrução dos surdos-mudos na Croácia e na Eslovênia	Joseph Medved	Croácia
Sobre a educação de surdos-mudos: da obrigação na qual o Estado se encontra, por razões internas econômicas	Joseph Medved	Croácia
Estatística na Croácia e na Eslovênia	Joseph Medved	Croácia
Estatística dos surdos-mudos das comunidades rurais da Romênia de acordo com os distritos	Costiniu	Romênia
Surdos mudos das comunidades urbanas da Romênia (estatística)	Costiniu	Romênia
O que vale a oralização para os surdos	E. M. Gallaudet	Estados Unidos
Proposições sobre a educação secundária e superior dos surdos-mudos	E. Allen Fay	Estados Unidos
Quais os melhores procedimentos de articulação? - Resumo de respostas	G. Forchhamer	Dinamarca
Como o método oralista pode ser aplicado a todos os surdos-mudos - Qual deve ser o papel da escrita?	Camille Jenhot	Bélgica
Assistência aos surdos-mudos - Criação de sociedades tutelares e de inserção. Criação de asilos e de hospedarias	Pe. Stockmans	Bélgica
Educação de surdos-mudos na França	Marcel Mauduit	França
Proposição	Bezold	Alemanha
Projeto para o Congresso Internacional para o estudo de questões de educação e assistência de surdos-mudos	Bezold	Alemanha
O emprego da escrita entre jovens surdos-mudos	Karl Steinruck	Alemanha
A que conclusões levou o puro Método Oralista?	J. Heidsieck	Polônia
O internato e o externato para os surdos-mudos: a mistura dos alunos internos e externos numa mesma escola prejudica o progresso do ensino, a disciplina e a moral	Sbrocca	Itália
Os surdos-mudos considerados como anormais após o emprego exclusivo do método oralista puro	Meissonier	França
Resposta curta às questões colocadas pelo comitê de organização para o Congresso Internacional dos surdos-mudos de Paris	G. Pipetz	Áustria

Fonte: Própria com base em CONGRESSO PARIS - OUVINTES, p. 230-299.

Em relação ao quadro acima, podemos notar que há uma séria intenção de se questionar o método oral puro e sua real aplicabilidade aos surdos; apesar de, no decorrer do evento, se optar por uma reafirmação das decisões de Milão (1880). Dentre os trabalhos que criticam o método oral puro destaca-se o do francês Paul Meissonnier, diretor da Instituição de Surdos-Mudos, Gagos e Anormais de Avignon, que associa uso de tal método à classificação dos surdos como anormais. O uso das estatísticas, tanto por parte de defensores do método, como Graham Bell (1847-1922), ou de seus críticos, como Gallaudet (1837-1917), sugere uma nova forma de se estudar a realidade da educação de surdos e evidencia existir nos países recenseamentos que consideravam necessário contabilizar o número de surdos existentes. A estatística enquanto ciência do Estado, ciência do governo, vai ocupando lugar fundamental como forma de governo das populações (FOUCAULT, 2008).

Bastante peculiar é o uso que o representante da Croácia, Joseph Medved, faz da estatística para se exigir que o Estado assuma a educação de surdos. Em meio a isso, também se explicitam preocupações de cunho mais moralizante e ligadas ao aspecto da tutela e cuidado na velhice. Outro elemento, mencionado duas vezes, é o debate sobre a escrita.

Essa síntese dos conteúdos registrados da seção dos ouvintes coloca-nos em contato com o monumento Paris (1900), abrindo possibilidades para que seus congressistas nos falem, nos atravessem e nos perpassem com seus enunciados e suas deliberações.

2 ANÁLISE DAS RESOLUÇÕES DA SEÇÃO DOS OUVINTES

Após as apresentações dos estudos e seus debates - que, quase sempre, procuravam responder às questões propostas para o congresso -, o momento de votação das resoluções era, possivelmente, a grande ocasião para se consolidar formalmente o pensamento vigente daquele grupo.

Procuramos nesta etapa de nossa pesquisa nos aproximar de tais resoluções, considerando seus proponentes quando possível, sua inserção no conjunto do

evento e suas possíveis incidências para uma reflexão sobre o pastorado e a biopolítica na constituição da educação de surdos.

Como pudemos notar na caracterização dos congressistas ouvintes, houve uma participação bastante efetiva de professores e diretores de instituições. Isso terá implicações muito diretas na formulação das resoluções votadas no evento. Na seção dos ouvintes foram lidas publicamente as resoluções votadas em Milão, procurando assim dissuadir oponentes ao método oral de fazer proposições que sugerissem certa contradição com o evento de 1880 (CONGRESSO PARIS - OUVINTES, 2013).

2.1 Primeira resolução

O comitê organizador havia proposto como primeira questão do congresso: “Organização do ensino dos surdos-mudos nos diferentes países”. Colocava-se à essa questão a pergunta sobre a caracterização dos institutos que atendiam os surdos: “Os estabelecimentos de educação de surdos-mudos devem ser considerados como estabelecimentos beneficentes ou de instrução?” (CONGRESSO PARIS - OUVINTES, 2013, p. 223). Por isso, a primeira resolução de Paris (1900) foi a de suprimir a pergunta que se seguia por considerar que tal questão teria implicações políticas e governamentais para além daquilo que o congresso poderia definir. Por se tratar de um evento internacional, esse reconhecimento do que poderia ser específico de um congresso daquilo que dizia respeito às políticas parece-nos certo mecanismo deliberado de evitar atritos entre nações. Recordamos que uma das questões que subjaz também à discussão é a qual ministério deveriam pertencer as instituições que educavam surdos: se ao Ministério do Interior ou ao Ministério de Instrução Pública (CONGRESSO PARIS - OUVINTES, 2013).

2.2 Segunda resolução

A segunda resolução procura responder então à questão do ensino dos surdos. Percebemos uma preocupação com a progressão dos surdos na escolarização. Tal preocupação parece ter surgido da constatação de que entre os surdos havia diferenças muito grandes em relação ao processo de aprendizagem. Desta forma,

certa classificação dos surdos foi importante para se definir que alguns poderiam galgar outros patamares da escola, não sucumbindo-os à mera oralização ou tão somente aos primeiros anos de escolaridade.

O voto foi emitido nos seguintes termos: “Que nas escolas existentes alguns cursos superiores sejam criados para instrução secundária, e que uma seleção seja feita para neles inserir as crianças particularmente bem dotadas” (CONGRESSO PARIS - OUVINTES, 2013, p. 228).

Como mencionado, os congressistas se debruçaram sobre as resoluções votadas em Milão (1880), lendo-as publicamente, debatendo-as com a participação de defensores do método oral puro bem como opositores que trabalhavam com o método misto ou queriam uma predominância da língua de sinais. Tanto defensores como opositores fazem uso da palavra com base em argumentos estatísticos, relatos de experiências, e, até mesmo, tentativas de conciliação.

O direito à educação é a prioridade da resolução, todavia ele destina-se àqueles surdos classificados como “dotados”. Esta prática classificatória já se apresentava desde Milão e foi se consolidando à medida em que, para defender o ideal da oralização, se classificava os surdos que a este método não se adequavam como “idiotas, atrasados ou míopes (o que os impediria de fazer leitura labial)” (ENCREVÉ, 2008, p. 498 – tradução nossa). Foucault ao tratar da constituição dos anormais, detém-se sobre a classificação dos idiotas e na maneira como a educação é pensada como forma de adequá-los:

Nessa prática que foi absolutamente canônica para definir os métodos de educação dos idiotas, encontramos em toda a sua dimensão os mecanismos do poder psiquiátrico. A educação dos idiotas e dos anormais é o poder psiquiátrico em estado puro. (FOUCAULT, 2006b, p. 272)

Aplica-se, pois, aos surdos aquela classificação que se destinava também a outros inadequados sociais. Todavia, a impossibilidade da oralização será o critério classificatório, tendo na medicina a consumação de sua verdade.

2.3 Terceira resolução

A terceira resolução votada ficou assim determinada: “Considerando a incontestável superioridade da oralização sobre os sinais para integrar os surdos-mudos à

Sociedade, e dar-lhes um conhecimento da linguagem mais perfeito, declara: Manter as conclusões do Congresso de Milão” (CONGRESSO PARIS - OUVINTES, 2013, p. 228). Esta resolução ainda se subdivide em dois tópicos acerca dos livros didáticos que se complementam:

1º - Que os que trabalham em instituições e professores de surdos-mudos concentrem seus esforços no sentido do estabelecimento de livros escolares e material didático necessários ao ensino dos surdos-mudos; 2º - Que os livros e material assim formados numa escola possam ser adquiridos a preço de custo por outras escolas. (CONGRESSO PARIS - OUVINTES, 2013, p. 228)

A discussão sobre o método apontava para a necessária elaboração de novos materiais, inclusive, para se evitar práticas que sugeriam o total abandono do conhecimento da parte escrita e a dedicação exclusiva à oralização. Pela leitura do texto da seção dos ouvintes é possível perceber que não havia uma uniformidade na aplicação do método oral. No discurso de abertura, Lacharrière havia afirmado:

Outra causa da aplicação defeituosa do método oralista é a diversidade infinita dos processos pedagógicos que estão em uso. Cada professor, em seu zelo apostólico, acredita ter encontrado um procedimento e, porque é seu inventor, imagina que é melhor que todos os outros, e o aplica sem controle. (CONGRESSO PARIS - OUVINTES, 2013, p.11-12)

Desta maneira, a terceira resolução, juntamente com oitava, parece tentar sanar um problema didático e delimitar mais claramente uma uniformização do método oral. Os dois argumentos que sustentaram a resolução são a integração social e o conhecimento da linguagem dos ouvintes. Entendemos que tal decisão evidencia aquilo que Witchs (2018) analisa como uma forma de governo linguístico dos surdos a partir do mundo ouvinte.

Um fato que ajuda a compreender melhor o contexto em que essa resolução se encontra é que Itália, Alemanha e França almejavam por meio da unificação do idioma o fortalecimento como nação. O método oral se apresentava como fator que evitaria a existência da língua de sinais como uma outra língua nacional. No caso da França, o patriotismo exacerbou o uso da língua provocando mesmo uma reforma educacional (ENCREVÈ, 2008). “A linguagem está ligada não mais ao conhecimento das coisas, mas à liberdade dos homens” (FOUCAULT, 2000b, p. 401).

2.4 Quarta resolução

A quarta resolução foi consignada da seguinte forma: “Que os poderes públicos de diferentes países tomem as medidas necessárias e forneçam os recursos suficientes para assegurar, a partir da idade escolar, a instrução primária e profissional a todos os surdos-mudos” (CONGRESSO PARIS - OUVINTES, 2013, p. 228).

Os surdos são compreendidos como sujeitos a serem educados formalmente e esta tarefa deixa de ser um ato caritativo de algumas instituições, quase sempre religiosas, para se pleiteá-la como obrigação do governo. Ressaltamos que o texto considera a subvenção da educação, sugere uma idade escolar e anos obrigatórios, ao mesmo tempo em que foca na formação profissional.

Esta resolução soa estranha no que diz respeito à sua pretensão de implicação política nos contextos dos países participantes. Se na primeira resolução havia uma recusa a se propor uma decisão política, na quarta resolução espera-se determinar a questão da educação obrigatória. Quais seriam as motivações dessa resolução? Um comentário de Foucault sobre o contexto o período entre 1830 e 1840 parece adequar-se à situação de 1900:

Em outras palavras, não é para escolarizar as crianças ou porque não se consegue escolarizá-las que se coloca o problema de saber onde pô-las. Coloca-se o problema de saber onde pô-las, não em função da sua escolarização, da sua capacidade de se deixar escolarizar; coloca-se a questão de saber onde pô-las em função do trabalho dos pais, isto é, como fazer para que a criança idiota, com os cuidados que requer, não seja um obstáculo uma vez que os pais trabalham? (FOUCAULT, 2006b, p. 270)

Os “idiotas” não poderiam ser um empecilho ao desenvolvimento da sociedade. A questão da profissionalização emerge mais uma vez como determinante na educação que será, pois, obrigatória também em vistas ao trabalho.

2.5 Quinta resolução

Apesar da participação, aparentemente, pequena dos médicos no evento, a quinta resolução mostra como a medicina começa a ser uma aliada inseparável da educação de surdos. A medicina foi compreendida no fim do século XIX como o reflexo do ideal de progresso (ENCREVÉ, 2008). Além disso, parece existir um

desejo de se sanar a surdez e, por este motivo, tão logo seja diagnosticada mais rápido poderá o sujeito ser encaminhado pelo método oral a uma “integração social”.

Eis o texto da resolução: “Que por todos os meios de investigação o estado do surdo-mudo (e em particular a surdez psíquica) seja constatado à sua entrada na instituição” (CONGRESSO PARIS - OUVINTES, 2013, p. 229).

Segundo Encrevé (2008), os surdos passíveis de oralização eram aqueles não totalmente surdos, portanto a classificação se fazia necessária a fim de assegurar a admissão nos institutos de apenas aqueles com predisposição a serem oralizados. Os outros surdos passaram a ser classificados como “idiotas”. Desta maneira, o sucesso do método oral se baseava no diagnóstico médico:

Assim, para decidir se deve ou não admitir uma criança surda, é grande o risco de avaliar o seu nível intelectual em relação à sua capacidade de falar corretamente, isto é, mais ou menos ao seu grau de surdez. Os alunos que não são considerados aptos para usar o método oral são então incluídos na categoria de "idiotas" ou "semi-idiotas" e não são admitidos nas escolas para surdos. (ENCREVÉ, 2008, p. 475 - tradução nossa)

Foucault bem o mostrou que idiotas e retardados terão na pedagogia a terapêutica que lhes compreende como pertencentes a uma infância e necessitados dos mesmos cuidados que outras crianças (FOUCAULT, 2006b). O idiota e o retardo seriam aqueles retidos na infância.

Acerca da menção a surdez psíquica, em 1897, os médicos C. Astier e J. Aschkinasi haviam publicado *“Surdi-Mutité, surdité psychique: exercices acoustiques méthodiques”*. Nesta obra os autores procuram apresentar novas terapêuticas a serem utilizadas com os surdos. Os autores definem surdez psíquica da seguinte forma:

Aqui somos obrigados a abordar a segunda metade do nosso assunto e a usar o novo termo que acaba de ser enriquecido pela otologia: a surdez psíquica. Entendemos sob o nome de "surdez psíquica" uma paralisia do centro perceptor sem lesão apreciável; é, de certo modo, uma perda de educação, ou melhor, de capacidade auditiva. Não é surdez histórica, porque esta é uma condição mórbida bem definida, ligada à histeria geral. A surdez psíquica nunca é abrupta como a surdez histórica, nem sem alternativas. É capaz de mudanças, sempre relacionadas a mudanças barométricas, mas essas melhorias súbitas na surdez histórica, mesmo na hiperacusia, nunca são observadas. (ASTIER; ASCHKINASI, 1897, p. 12 – tradução nossa).

É o corpo meticulosamente conhecido que determina também as formas de se compreender as possibilidades educativas. Afinal, a finalidade da educação será a de docilizar os corpos:

A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos dóceis. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminuem essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar, e inverte por um lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada. (FOUCAULT, 2002, p. 119).

2.6 Sexta resolução

Na sexta resolução a importância do diagnóstico para a educação é também ressaltada indiretamente e faz pressupor certa classificação do corpo do surdo: “Que sejam dados, fora dos cursos comuns, exercícios especiais aos que conservaram certo grau de audição” (CONGRESSO PARIS - OUVINTES, 2013, p. 229). Evidencia-se também uma compreensão de que há possibilidades de diferentes formações de acordo com as diferenças entre os surdos.

Ladreit de Lacharrière, escolhido para presidir a seção dos ouvintes, é o renomado médico que realizou a revisão do Dicionário de Ciências Médicas de Dechambre, escreveu um longo artigo sobre o “*Ouvido*” e foi referência no Congresso Internacional de Otologia, ocorrido em Paris. Em 1882, conforme os *Annales des maladies de l’oreille et du larynx (otoscopie, laryngoscopie, rhinoscopie)*, Ladreit Lacharrière em uma palestra fez a apresentação do seu audiômetro. Acreditamos que, dezoito anos depois, essa criação de Lacharrière será usada para se mensurar cientificamente o grau de audição.

Foucault nos recorda de uma das preocupações do século XIX:

Uma consiste em querer neutralizar e como que polir a linguagem científica, a tal ponto que, desarmada de toda singularidade própria, purificada de seus acidentes e de suas impropriedades — como se não pertencessem à sua essência —, pudesse tornar-se o reflexo exato, o duplo meticuloso, o espelho sem nebulosidade de um conhecimento que, esse, não é verbal. É o sonho positivista de uma linguagem que se mantivesse ao nível do que se sabe: uma linguagem quadro, como aquela, certamente, com que sonhava Cuvier, quando atribuía à ciência o projeto de ser uma “cópia” da natureza;

em face das coisas, o discurso científico seria seu “quadro”; mas quadro tem aqui um sentido fundamentalmente diferente daquele que tinha no século XVIII; tratava-se então de repartir a natureza por uma tabela constante de identidades e de diferenças, para a qual a linguagem oferecia um crivo primeiro, aproximativo e retificável; agora a linguagem é quadro, mas no sentido de que, desprendida dessa trama que lhe dá um papel imediatamente classificador, mantém-se a certa distância da natureza, para cativá-la por sua própria docilidade e recolher finalmente seu retrato fiel. (FOUCAULT, 2000b, p. 410-411)

Por meio da classificação e do uso da tecnologia se pretende propor uma verdade inquestionável que servirá como base para outras práticas. O conhecimento do corpo como natureza mensurável possibilita definir o que se pode ou não esperar dessa realidade apreendida. Os surdos classificados quanto ao grau de audição são aqueles sobre os quais se pode traçar também o destino educacional.

2.7 Sétima resolução

A sétima resolução manifesta a preocupação com a inserção dos surdos no mundo do trabalho e certa estratégia para se suprimir a situação de empobrecimento dos surdos que culminava com uma velhice sob o cuidado de instituições. Diz o texto da resolução:

1º - Que as oficinas de aprendizagem profissional e uma tutela para a inserção dos antigos alunos sejam anexadas a cada estabelecimento; 2º - Que a beneficência privada e os poderes públicos encorajem sob todas as formas o estabelecimento das oficinas profissionais e as tutorias de inserção destinadas aos surdos-mudos. (CONGRESSO PARIS - OUVINTES, 2013, p. 229)

Compreendidos como parcela considerável de uma população, os surdos precisam ser colocados no trabalho. A aprendizagem profissional, mencionada na quarta resolução, é retomada ganhando como complemento a menção a possíveis ações em conjunto entre a beneficência privada e os poderes públicos.

Talvez, como nos sugere Foucault (2006b), era preciso tornar todos os indivíduos utilizáveis, não porque houvesse tanta demanda de emprego, mas justamente para assegurar uma reserva de trabalhadores. E poder público e beneficência privada somariam forças para tornar “todo mundo utilizável”.

Se a maioria dos institutos eram subvencionados com auxílio do governo, administrados por religiosos e os surdos eram destinatários da caridade, no contexto

do Congresso de Paris (1900), ao se contemplar esses sujeitos como capazes de trabalho, dá-se também uma nova configuração para o ato beneficente. A ele caberá, de alguma forma, administrar a vida do surdo que se instrui, aprende uma profissão, insere-se na sociedade e é compreendido como sujeito social.

2.8 Oitava resolução

A última resolução está claramente ligada à quinta e à sexta. Nela explicita-se o apelo para uma parceria biopolítica atuando na educação de surdos: “Que a ciência médica e pedagógica, os médicos e professores, prestem-se apoio mútuo para dar continuidade aos estudos de aperfeiçoamentos dos quais pode ser suscetível a educação física, intelectual e profissional dos surdos-mudos” (CONGRESSO PARIS - OUVINTES, 2013, p. 229). Se os surdos são o centro desta resolução, são também o objeto de controle de uma biopolítica que alicerçada na medicina, na ideia de um prolongamento da vida, estende sua ação sobre a educação e procura gerir antecipadamente, prognosticamente, a vida dos surdos.

No debate que antecedeu à formulação da oitava resolução, Ferreri (1862-1942), sacerdote, educador de surdos e diretor do Instituto de Surdos-Mudos de Milão, comenta sobre o diagnóstico da surdez-mudez:

Este estado patológico é, e ainda permanece, tão complexo, que precisa constantemente do olho esclarecido e amigável dos otorrinos e dos professores. Os progressos da escola moderna, de fato, certificaram que a surdez-mudez não é somente um estado patológico do qual a profilaxia e a etiologia se bastam nos conhecimentos das alterações anatomo-fisiológicas correspondentes, mas é também um estado de psicologia patológica. Ora este estado não poderia ser esclarecido convenientemente senão por experiências repetidas e por uma pesquisa constante e extensa que contasse com todos os meios que dispõe hoje a otologia moderna, unidas aos que a psicologia moderna experimental encontrou na evolução dos defeitos psíquicos nos idiotas e nos fracos de inteligência. (CONGRESSO PARIS – OUVINTES, 2013, p. 202)

Também no discurso religioso se inserem as implicações da medicina como se nota na explanação de Ferreri. Concordamos com Encrevé (2008) que o fato de a maioria das instituições de educação de surdos serem administradas por congregações religiosas sugeria aos médicos certo retrocesso. Era desejo da classe médica que houvesse uma laicização das escolas de surdos:

[...] a visão médica sobre surdos implica o desenvolvimento do oralismo. Os doutores desta última parte do século estimularão e favorecerão, assim, o desenvolvimento do oralismo, contra o método gestual, tão representativo para eles das antigas práticas religiosas a serem modernizadas. (ENCREVÉ, 2008, p. 272 – tradução nossa)

Como Foucault já o assinalara:

[...] é que com o capitalismo não se deu a passagem de uma medicina coletiva para uma medicina privada, mas justamente o contrário; que o capitalismo, desenvolvendo-se em fins do século XVIII e início do século XIX, socializou um primeiro objeto que foi o corpo enquanto força de produção, força de trabalho. O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade bio-política. A medicina é uma estratégia bio-política. (FOUCAULT, 2001, p. 47)

A pedagogia e sua forma de ensinar que circunscreve as pessoas em um espaço, que disciplina seus corpos, que os observa diuturnamente, encontra também na medicina, com seu caráter positivista, uma segurança sobre a verdade a ser anunciada e estabelecida.

2.9 Síntese das resoluções da seção dos ouvintes

Como vimos as deliberações da seção dos ouvintes reassumem as decisões de Milão (1880). A relevância do método oral puro permanece e foi subsidiada por uma argumentação consolidada na medicina e com o aval do Estado. Em apenas oito resoluções os ouvintes consideravam ter dado cabo de todas as questões propostas o programa do Congresso bem como das críticas ao método oral puro. Veremos agora como são apresentados no texto da seção dos surdos os debates e como foram emitidas as deliberações.

3 A SEÇÃO DOS SURDOS DO CONGRESSO DE PARIS (1900)

Após termos analisado a seção dos ouvintes e suas resoluções, faremos procedimento similar com a seção dos surdos. O texto da seção dos surdos utilizado nesta pesquisa é o do texto em francês editado por Henri Gaillard (secretário do programa do Congresso) e Henri Jeanvoine (secretário geral do Congresso), disponível para download no site da Biblioteca Nacional da França e trata-se de uma

fac-símile da versão impressa em 1900. O texto está organizado a partir de uma apresentação inicial das atas das reuniões em que se tem uma visão do conjunto das sete sessões e do que foi discutido entre os dias 06 a 08 de agosto de 1900.

Em uma das sessões do dia 07 de agosto os surdos reivindicam por um diálogo com os congressistas ouvintes. Há registros de muitos protestos contra o fato das seções serem separadas. Consta no texto que:

O senhor Watzulik aprova aqueles que gostariam de discutir com a audiência, mas ele reconhece que isso não é possível. Nós não deveríamos forçá-los, pois eles não deveriam nos forçar, aceitassem ou não nossas idéias, isso não importa. Depende de nós agir e nossa ação será muito mais eficaz se nós deixarmos os professores que se recusam a reconhecer seus erros e se nós nos dirigirmos às autoridades públicas e, especialmente, à imprensa, enviando-lhe frequentemente artigos ou comunicações. É na opinião pública que é preciso atacar. (CONGRESSO PARIS - SURDOS, 1900, p. XV - tradução nossa)

Esta fala de Albin-Maria Watzulik (1849-1930) sugere uma organização dos surdos que procura fazer uso de todos os recursos possíveis para alcançar seus objetivos, mas também reconhece a impossibilidade de um diálogo com os defensores do método oral puro. Gallaudet havia levado à seção dos ouvintes uma solicitação de plenária comum, mas seu pedido foi recusado sem sequer ser votado pelos congressistas (CONGRESSO SURDOS - OUVINTES, 2013).

Apesar de não se conseguir acessar a biografia dos surdos que apresentaram trabalhos no evento, pode-se perceber o quanto houve envolvimento para se produzir uma reflexão que dentro dos parâmetros acadêmicos daquela época fosse apresentada aos seus pares. O texto da seção de surdos não o precisa, mas podemos concluir que estes surdos se comunicaram por língua de sinais. Este fato nos ajuda a compreender que a própria apresentação em sinais constituiu-se como mecanismo para sua conservação. Possivelmente, os textos foram enviados com antecedência, como sugeria o convite, e, posteriormente, foram compilados em língua francesa, mas sua apresentação no evento foi comunicada em sinais.

A menção aos trabalhos se coaduna com o que é apresentado na sequência do texto. Ali pode se ler a transcrição de todos os discursos e trabalhos apresentados no congresso, organizada de acordo com as sessões. No quadro abaixo compilamos os trabalhos apresentados.

Quadro 6: Seção dos surdos - Trabalhos apresentados, autores e país de origem

TRABALHO	AUTOR	PAÍS
O método oral puro nos institutos de surdos-mudos alemães e seus resultados: meditação crítica	Albin-Maria Watzulik	Alemanha
Criação de oficinas nas instituições	Albert Vendrevert	França
O ensino do desenho nas escolas especiais	René Hirsch	França
O modo de se habituar com a gramática francesa	Ch. Périno	França
Correção da fala em surdos-mudos, em sua família	Le Mème	França
Um colégio nacional para os surdos-mudos	Victor Lagier	França
O ensino superior de surdos-mudos	Thomas-Francis Fox	Estados Unidos
Os surdos-mudos como professores	Duldley W. George	Estados Unidos
A utilidade de professores surdos-mudos	René Desperriers	França
Os surdos-mudos e o método oral	Marcel Mauduit	França
O método oral na Itália	Francesco Guerra	Itália
O método combinado na Suécia	G. Titze	Suécia
O método misto	Félicien Douard	França
O verdadeiro método	Henri Gaillard	França
Método oral e método de sinais	Ernest Dusuzeau	França
Estado atual do ensino em França	Louis Capon	França
Utilidade da palavra para os surdos-mudos: transferência das escolas nacionais para o Ministério de Instrução Pública; escolha dos diretores das ditas escolas entre os professores de carreira	J. Cochefer	França
Questão da transferência das instituições de surdos-mudos para o Ministério de Instrução Pública	Félicien Douard	França
Os surdos-mudos e a religião	E. Canteleux	França
Considerações sobre os surdos-mudos protestantes e o Instituto Santo Hipólito do Forte	Victor Lagier	França
As sociedades de surdos-mudos em França	Edmond Pilet	França
Os surdos-mudos fora da escola e na sociedade	Eugène Née	França
Lar de idosos para surdos-mudos	Henri Genis	França
O surdo-mudo à oficina e as dificuldades de sua admissão	Eugène Graff	França

Carreiras e profissões de surdos-mudos: assistência para o trabalho	Henri Gaillard	França
A aprendizagem de um ofício na escola	Warren Robinson	França
Vida prática e moral dos surdos-mudos	Louis Eymard	França
Do casamento de surdos-mudos de ambos os sexos em relação à sua condição física e educação moral	F. Micheloni	França
Os surdos-mudos diante da lei ou a condição civil dos surdos-mudos	Henri Jeanvoine	França
Reformas para o melhoramento social e intelectual dos surdos-mudos	Paul Bertrand	França
Da preparação necessária para a vida social	F. Aymard	França
O Escritório Volta de Washington	M. Sheridan	Estados Unidos
Direção dos trabalhos para os surdos-mudos	Carl Becker	Dinamarca
Um trabalho mútuo entre professores e alunos surdos-mudos é útil para o bem destes últimos?	Carl Becker	Dinamarca

Fonte: Própria com base em CONGRESSO PARIS - SURDOS, p. 23-235.

Notamos que houve uma abundância de trabalhos, manifestando uma resposta bastante organizada ao programa proposto pelo comitê do congresso, principalmente, por parte dos surdos franceses. Os trabalhos versam sobre questões metodológicas, com claras críticas ao método oralista; mas transpõem essa discussão para a reflexão em torno do ensino, particularmente, o profissionalizante; passando pela temática religiosa, familiar, social e do trabalho, explicitando a compreensão do surdo como um sujeito no mundo com direitos a serem respeitados. Em relação à questão profissional, os temas acenam para uma forte preparação do aluno surdo para assumir o trabalho e assegurar sua autonomia.

Em relação à religião, a apresentação do trabalho de Victor Lagier sobre a educação de surdos no Instituto Santo Hipólito do Forte corrobora para a retomada de Milão (1880). Este instituto protestante foi criado em 1856 e tinha por objetivos: acolher os surdos e cegos da França protestante e oferecer uma educação baseada na oralização para que os surdos pudessem ser inseridos na sociedade como cristãos e trabalhadores (BOUVIER apud ENCREVÉ, 2008). Fica clara a oposição aos institutos administrados por congregações católicas. Além disso, o protestantismo soava como mais condizente aos caminhos de progresso próprios do fim do século XIX.

Numa terceira parte são expostas as deliberações votadas no congresso e na sequência pode se ver a lista com os nomes dos participantes e suas respectivas cidades. Infelizmente, a lista não permite caracterizar o perfil dos surdos congressistas, pois não menciona a formação nem a atividade que desenvolviam. Em relação aos países participantes, os 219 congressistas estavam assim representados: 126 da França; 09 da Suíça; 46 da Alemanha; 05 da Áustria-Hungria; 06 da Itália; 04 da Bélgica; 11 da Dinamarca; 05 da Suécia e Noruega; 02 da Rússia; 01 da Grã-Bretanha e 04 dos Estados Unidos. Importante recordar que aqueles que aparecem como membros desta seção são surdos, demonstrando grande mobilização desta parcela da população apesar de todos os conflitos existentes entre as diversas associações (CANTIN, 2014).

O documento dedica algumas páginas às festas ocorridas durante o congresso. Narra o banquete de abertura, a recepção do presidente da seção dos ouvintes, a corrida de bicicleta organizada pelo Clube de ciclistas surdos-mudos de Paris, o banquete de encerramento, os passeios a Versalhes e à igreja de São Roque, a festa de despedida, a reunião da Sociedade de Apoio Fraternal dos Surdos-Mudos da França; o piquenique da União Francesa; breve comentário sobre a fotografia do evento.

Na parte dedicada ao histórico da organização do congresso os editores coletaram as atas das reuniões da equipe organizadora. Logo depois são apresentadas as correspondências trocadas durante os preparativos para o congresso.

Nos anexos são propostas as memórias que, devido ao curto espaço de tempo do congresso, não puderam ser apresentadas (CONGRESSO PARIS - SURDOS, 1900, p. 236). Mais uma vez frisamos o quanto os surdos se envolveram para discutir e apresentar suas demandas dentro das exigências de uma organização de congresso, pautada ainda pelo domínio da língua oral, mesmo que na sua formulação escrita.

O quadro a seguir nos ajuda a visualizar o que foi coletado como “memória” no congresso.

Quadro 7: Seção dos surdos - Memórias, autores e países de origem

MEMÓRIAS	AUTORES	PAÍS
Alguns erros do método oral na Alemanha e na Áustria	Louis Neubauer	Alemanha
Os surdos-mudos nas profissões judiciárias	Théodore Grady	Estados Unidos
Memória	Francesco Vitorucci	Itália
O consentimento dos governados	J.-S. Smith	Estados Unidos
Estado físico dos surdos-mudos em França	Fernand Aymard	França
Do papel social dos surdos-mudos na família e no mundo	Fernand Aymard	França
O alcoolismo e os surdos-mudos	Victor Lagier	França
Os surdos-mudos na Suíça	Jacques Ricca	Suíça
A situação moral e intelectual dos surdos-mudos na Bélgica	J. Hardy	Bélgica
Memória	G. Raeb	Bélgica
Os surdos-mudos na literatura americana	Laura C. R. Searing	Estados Unidos
A alta educação dos surdos-mudos nos Estados Unidos da América	Thomas-François Fox	Estados Unidos

Fonte: Própria com base em CONGRESSO PARIS - SURDOS, p. 317-380.

As “memórias curtas” apresentadas reforçam as reflexões dos trabalhos mais longos, como por exemplo, as críticas ao método oral puro, a preocupação com a vida social dos surdos, o progresso dos surdos na educação, as possibilidades de atuação profissional dos surdos. Há também certo desejo por parte dos próprios surdos de uma necessária adequação deles à vida social, como se nota na memória sobre o papel social dos surdos e na que discorre sobre o alcoolismo.

Essa visão de conjunto do documento nos auxilia a compreender como a constituição da educação de surdos estava sendo refletida no contexto daquele evento. Desta forma, acreditamos que as análises que faremos de pontos do texto estarão devidamente situadas na obra.

4 ANÁLISE DAS RESOLUÇÕES DA SEÇÃO DOS SURDOS

Após as apresentações, debates e proposições de moções, uma comissão se dedicou a organizar as resoluções para serem votadas pelos congressistas (CONGRESSO PARIS - SURDOS, 1900). Foram elencadas 20 proposições e destas apenas uma, a de número quatro e que versava sobre a continuidade do método oral, foi rejeitada. A seguir procuraremos analisar as outras 19 resoluções.

4.1 Primeira resolução

A primeira resolução, proposta por Gallaudet e todos os delegados estrangeiros foi assim votada:

O Congresso, considerando que os surdos-mudos não estão todos em um mesmo nível de habilidades intelectuais e físicas para a aquisição de fala e leitura nos lábios, expressa o desejo que o ensino dessas crianças não deve limitar-se à aplicação rigorosa de um único método, mas devemos escolher o método de acordo com a aptidão do aluno e fazer uso de todos os meios que possam contribuir para o melhor desenvolvimento intelectual e moral de cada indivíduo; O Congresso, considerando o valor da fala e da leitura nos lábios, expressa o desejo de que devamos ensinar a palavra a todas as crianças surdas-mudas quando entram na escola, e devemos continuar este ensino para todos os que o conseguem, e empregar a mímica para aqueles que não o conseguem. (CONGRESSO PARIS - OUVINTES, 1900, p. 236 - tradução nossa)

A resolução votada pelos surdos compreende que o ensino não pode ser vinculado apenas a um método, pois será a própria aptidão do surdo que deverá indicar o meio mais eficaz no seu processo de aprendizagem. Não há uma rejeição ao método oral, mas sim uma proposta de que a ele se somem outras metodologias tendo em vista assegurar o aprendizado. A oposição entre oralismo e língua de sinais, chamada no texto como mímica, só aparece ao final da resolução, apontando para a realidade daqueles que não conseguirão fazer uso da voz.

Pensamos que tal posicionamento só foi possível graças à consideração de que os surdos eram parte de um grupo maior de pessoas e foram também, de alguma forma, esquadrihados. Mais que desejar que simplesmente falem, parece-nos que o interesse dos surdos é de que possam ser eles mesmos. Teriam, portanto, contribuído para isso todas as estatísticas e práticas que procuraram delimitar esse sujeito, classificá-lo e moldá-lo? Teria a biopolítica implantada assegurado a

possibilidade de que fossem compreendidos numa outra esfera que não mais a da anormalidade?

4.2 Segunda resolução

A segunda resolução, proposta por Ernest Dusuzeau (1846-1917), complementa a anterior no que diz respeito ao uso do método oral:

Considerando a insuficiência do método oral puro, ao mesmo tempo, reconhecendo sua utilidade, o Congresso expressa o desejo de que o método oral e o método de mímica sejam combinados e que, conseqüentemente, o método misto seja restabelecido. (CONGRESSO PARIS - SURDOS, 1900, p. 237 - tradução nossa)

O pedido de restabelecimento do método misto por parte de um surdo, ao mesmo tempo em que proclama certa utilidade do método oral, aponta para uma iniciativa que procura não a eliminação de um dos métodos, mas a possibilidade de aproximações entre eles de acordo com as capacidades dos surdos. Temos então um reforço da proposição de Gallaudet.

4.3 Terceira resolução

A terceira resolução, proposta por Henri Gaillard (1866-1939), também complementa a primeira: “O Congresso dos Surdos-Mudos, admite a utilidade do método oral puro, mas exige a aplicação do sistema combinado como único meio de aperfeiçoar a educação dos surdos-mudos, mesmo com o método oral” (CONGRESSO PARIS - SURDOS, 1900, p. 237 - tradução nossa).

Não se nega a possibilidade do método oral, mas se acredita que somente o sistema combinado, que fazia uso também dos sinais, permitiria um desenvolvimento do educacional dos surdos. Henri Gaillard parece defender não um simulacro de educação que poderia se traduzir por uma prática oralizante, mas sim um processo em que os surdos possam ter acesso a um ensino de qualidade realizado pela mediação também dos sinais.

4.4 Quinta resolução⁸

A quinta resolução, proposta por Henri Jeanvoine, toca na questão do direito dos surdos à educação, na necessidade de formação profissional e retoma a possibilidade do uso da mímica por aqueles que não se adequarem ao método oral, insiste no acesso a outros níveis de ensino e assegura o lugar da formação religiosa para os surdos. A partir da ideia de igualdade de direitos propõe a empregabilidade de surdos nas diversas áreas e apela ao cuidado dos surdos inválidos ou carentes:

O Congresso expressa o desenho:

A - Do ponto de vista intelectual e profissional:

1º Que ensino seja, como para os ouvintes, obrigatório e gratuito para todos os surdos-mudos a partir de 8 anos de idade;

2º Que a educação profissional seja dada em paralelo ao ensino clássico, porque, geralmente, o ganha-pão dos surdos-mudos depende mais de suas capacidades manuais que de suas capacidades intelectuais;

3º Que os surdos reconhecidos inaptos para receber a instrução pelo método oral sejam ensinados pelo método do abade L'Epée, quer dizer o mimetismo e a escrita, e que esse ensinamento seja confiado a mestres surdos-mudos, que por suas enfermidades estão em melhores condições do que os mestres ouvintes para assimilar-se aos seus alunos;

4º Que escolas secundárias e superiores sejam estabelecidas por admitir os surdos-mudos de destaque capazes de seguir uma carreira nas ciências, nas letras e nas artes.

5º Que a instrução religiosa nunca seja removida do programa de educação dos surdos-mudos, porque se um homem pudesse mais do que outros precisar do conhecimento de Deus e da religião, esse seria o surdo-mudo.

B - Do ponto de vista social:

1º Que sempre e em todos os lugares os surdos-mudos sejam tratados como outros cidadãos; que, portanto, os portões das administrações estejam abertos aos surdos-mudos de acordo com suas habilidades e que sejam admitidos a empregos civis ao seu alcance;

2º Que asilos sejam criados para recolher todos os surdos-mudos inválidos e incapazes de obter o sustento necessário à existência. (CONGRESSO PARIS - SURDOS, 1900, p. 237-238 - tradução nossa)

Foucault considera como na biopolítica há uma campo de intervenção que se ocupa dos fenômenos universais ou acidentais num movimento de saída da assistência:

Será o problema muito importante, já no início do século XIX (na hora da industrialização), da velhice, do indivíduo que cai, em consequência, para fora do campo de capacidade, de atividade. E, da outra parte, os acidentes,

⁸ Recordamos que a Quarta resolução não será aqui analisada devido ao fato de ter sido rejeitada na plenária da Seção dos surdos. A proposição de Charles Périno era a seguinte: "Que se adote nas escolas de surdos-mudos o método oral, o único método pelo qual os surdos se familiarizarão naturalmente com a língua francesa para evitar de os aluno confundir com os sinais. Que o método oral esteja em vigor nas escolas de surdos-mudos, que tenha por base a escrita, vindo após a leitura dos lábios; Os pais devem ser informados de que, quando saem da escola, continuação do ensinamento da palavra para seu filho, e isso em família, é uma das primeiras necessidades. Que se dê às famílias as instruções necessárias para realizar esta tarefa a bom termo" (CONGRESSO PARIS - SURDOS, 1900, p. 237 - tradução nossa).

as enfermidades as anomalias diversas. E é em relação a estes fenômenos que essa biopolítica vai introduzir não somente instituições de assistência (que existem faz muito tempo), mas mecanismos muito mais sutis, economicamente muito mais racionais do que a grande assistência, a um só tempo maciça e lacunar, que era essencialmente vinculada à Igreja. Vamos ter mecanismos mais sutis, mais racionais, de seguros, de poupança individual e coletiva, de seguridade, etc. (FOUCAULT, 2005, p. 291)

4.5 Sexta resolução

A sexta resolução, proposta por René Desperriers, considera o surdo como o professor ideal para os surdos: “O Congresso, exprime o desejo de que os surdos-mudos sejam sempre chamados para a carreira de professores de surdos-mudos, sobretudo quando suas próprias habilidades aumentam devido à simpatia que sentem por seus próprios irmãos” (CONGRESSO PARIS - SURDOS, 1900, p. 238 - tradução nossa).

Esta resolução reafirma 3º propósito apresentado por Henri Jeanvoine na quinta resolução. Recordamos que após Milão (1880), muitos professores surdos foram demitidos, pois eram incapazes de trabalhar com o método oral (ENCREVÉ, 2008).

4.6 Sétima resolução

A docência por parte dos surdos é, em parte, também reforçada na sétima resolução, proposta por René Hirsch (1853-1932), gravador e desenhista, que apresentou o estudo “O ensino do desenho nas escolas especiais”. A abertura aos professores de arte ouvintes-falantes fica condicionada à capacidade destes de se comunicarem com os surdos:

O Congresso, expressa o desejo de que as ciências da arte sejam ensinadas em todas as escolas de surdos-mudos da França e que os cursos sejam organizados por professores artistas surdos-mudos ou ouvintes-falantes conhecedores dos surdos-mudos e que possam com eles se comunicar. (CONGRESSO PARIS - SURDOS, 1900, p. 238-239 - tradução nossa)

4.7 Oitava resolução

Victor Lagier, que havia apresentado os estudos sobre a criação de um colégio nacional para surdos, considerações sobre os surdos protestantes e um terceiro trabalho sobre alcoolismo, propôs a oitava resolução: “O Congresso, solicita a criação de um estabelecimento de formação superior na França onde serão enviados os melhores alunos das escolas comuns capazes de se destinarem frutuosamente às carreiras liberais” (CONGRESSO PARIS - SURDOS, 1900, p. 239 - tradução nossa). Nesta resolução se evidencia o rompimento com o pensamento de que o surdo seria capaz apenas de trabalhos manuais, o que justificava sempre a criação de oficinas profissionais, e sugere a elaboração, ainda incipiente, de que os surdos poderiam assumir quaisquer carreiras.

4.8 Nona resolução

Joseph Cochefer (1849-1923), que em 1879 fundara a Sociedade de Apoio Fraternal dos surdos da França, na sua proposta de resolução explicita a compreensão do surdo como cidadão, igual em direitos com relação aos demais membros da sociedade, procura assegurar a possibilidade do uso de sinais na educação. Posiciona-se sobre o direito à escolarização e analisa as potencialidades das escolas para surdos a partir de uma mudança na direção das instituições, colocando como diretores os professores de carreira. Recordamos aqui como muitas das instituições eram dirigidas por religiosos ou outras pessoas, não necessariamente professores. A nona resolução ganhou a seguinte formulação:

O Congresso expressa os desejos:

1° O Congresso, reconhecendo a utilidade do método oral, vota a manutenção da educação geral dos surdos-mudos, mas solicita a consideração de certas categorias para as quais ensinar por sinais é muito apropriado;

2° O Congresso, considerando que os surdos-mudos são cidadãos como os outros;

Considerando que eles têm o direito de serem tratados como ouvintes-falantes e reivindicar como eles os benefícios da assistência que a pátria prevê a todos os seus filhos através da instrução e da educação; considerando que a organização atual de suas escolas é defeituosa, e não responde ao plano elaborado pela Convenção Nacional de 1793; considerando que essas escolas produzirão todos os seus frutos apenas quando estiverem nas mãos de homens competentes e dirigidas por uma autoridade competente; o Congresso expressa o desejo de que doravante o governo chame exclusivamente professores de carreira para a direção de

nossas escolas nacionais. (CONGRESSO PARIS - SURDOS, 1900, p. 239 - tradução nossa)

Questionamo-nos se estava em jogo nessa proposição certa estratégia surda diante da hegemonia da seção dos ouvintes em relação ao método oral. Isso justificaria certa necessidade de publicamente se afirmar benesses do método oral. Sob o termo “categorias”, parece-nos sugerir que as classificações dos surdos pelos métodos de então, geralmente elaboradas por médicos ouvintes, são também aceitas por eles.

Cochefer ao exigir o tratamento cidadão em relação ao surdo cita a Constituição Francesa de 1793, instrumento que teve por objetivo estabelecer as garantias assumidas pela Revolução Francesa de 1788 que no seu artigo 22 da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão menciona o direito à instrução: “ A educação é a necessidade de todos. A sociedade deve promover com todo o seu poder o progresso da razão pública e tornar a educação acessível a todos os cidadãos”.

4.9 Décima resolução

A décima resolução, proposta por Félicien Douard, retoma a questão da transferência das escolas de surdos para o Ministério da educação (CONGRESSO PARIS - SURDOS, 1900). Esta transferência já solicitada em outros momentos aponta para a constituição de uma educação de surdos. As instituições que recebiam os surdos deixariam de ser consideradas estabelecimentos sob a jurisdição do Ministério do Interior e compreendidas como espaços de cuidado dos surdos e passariam ao *status* mesmo de escolas. Nesta resolução se apresenta então a mudança de compreensão de quem é o surdo para a sociedade. Não é ele o anormal a ser corrigido, mas agora o sujeito a ser educado.

Encrevé (2008) recorda que tal pedido de transferência transcorria desde Milão (1880). Entretanto, não se conseguiu a transferência e tão somente a promulgação da obrigatoriedade da educação de surdos. Acerca da rivalidade entre Ministério do Interior e Ministério da Instrução Pública, Encrevé pondera:

No entanto, isto é revelador da concepção de que os agentes do Ministério da Educação Pública têm da educação de surdos. No final, parece que a discussão entre os representantes do Ministério do Interior e do Ministério da Educação mascara uma comunidade de pensamento: a vontade de

impor o método oral puro. Os membros do Ministério da Educação desejam estabelecer as escolas de surdos e o Ministério do Interior mantém uma visão filantrópica da educação dos surdos, mas eles unem forças na implementação da reforma. Mas essa aplicação tem consequências importantes para os surdos, crianças e adultos, o que reforça sua dimensão simbólica com a atual comunidade surda. (ENCREVÉ, 2008, p. 471 – tradução nossa)

Consta nos anexos da Seção dos ouvintes do Congresso de Paris (1900) uma carta assinada por Ladreit de Lacharrière destinada ao Ministro do Interior. Nela pode se constatar que houve proibição por parte do Diretor da Assistência pública de que o corpo funcional das instituições nacionais de Paris, Brodeaux e Chambéry participassem do congresso (CONGRESSO PARIS - OUVINTES, 2013). Recordamos esse fato para explicitar a tensão permanente no congresso em relação à subordinação das escolas de surdos ao Ministério do Interior.

4.10 Décima primeira resolução

A décima primeira resolução, proposta por Marcel Mauduit (1873-1946), corrobora para a organização de uma educação voltada para os surdos, considerando-lhes o direito de acesso à escola:

O Congresso para o Estudo das Questões de Educação e Assistência para os Surdos-Mudos, reunido nas sessões de 06, 07 e 08 de agosto, no Palácio dos Congressos, considerando: - Que a situação dos surdos-mudos na França, do ponto de vista educacional, longe de ter melhorado, permaneceu estagnada; - Que milhares deles, por causa da falta de escolas especiais para o seu uso, vivem na ignorância; expressa o voto: Que o governo, se inspirando nos princípios humanitários que são a principal razão de ser de um governo republicano, complete o trabalho iniciado pela primeira República ao aplicar rigorosamente a lei sobre a instrução obrigatória, para crianças surdas-mudas a partir de seis anos e que tome a iniciativa de criar várias escolas regionais em centros onde existem grandes aglomerações. (CONGRESSO PARIS - SURDOS, 1900, p. 240 - tradução nossa)

Muitas das escolas especiais eram localizadas no interior e tinham características de internato, mas não atendendo às necessidades dos surdos. A resolução afirma uma percepção da realidade do surdo naquele momento e projeta nas escolas especiais uma possibilidade de concretização do que já está previsto legalmente. A instrução obrigatória aos seis anos e a ideia de escolas próximas aos centros parecem responder àquela necessidade sugerida por Foucault (2006b) de deixar os pais livres para o trabalho.

Ainda seguindo Foucault, recordamos que muitas das escolas organizadas como internato ou asilo submetiam seus alunos a trabalhos para a própria subsistência da instituição e também como forma de disciplinamento, tendo, às vezes, pouco tempo de estudos formais. Essa questão do pouco tempo de estudo foi criticada pelos surdos (CONGRESSO PARIS - SURDOS, 1900). Essas estruturas de escolas especiais, segundo Foucault, funcionavam sob o sistema bastante organizado de “subvenção coletiva-trabalho-produção-lucro” (FOUCAULT, 2006b, p.157). Quando um surdo propõe tal resolução, acatada em seguida por seus companheiros, parecemos que naquele momento estavam se submetendo à lógica disciplinar de uma nova forma de educação.

4.11 Décima segunda resolução

A décima segunda resolução, proposta por Eugène Graff (1862-1935), escultor surdo, mostra como no contexto de uma biopolítica a vida do surdo é gerenciada. Os trabalhos apresentados no Congresso apontaram como grande parcela dos surdos vivia na dependência de obras de caridade, não conseguindo se sustentar, e como os que passaram pelas escolas não estavam suficientemente preparados para algumas funções, denunciando limites da oralização.

A resolução procura garantir o acesso de surdos a empregos públicos, por meio da reserva de vagas para este grupo. Importante assinalar como esta resolução dada em 1900 inaugura também uma forma de in-exclusão dos surdos no trabalho. Questão que até a atualidade não está, sob o ponto de vista da legislação, devidamente compreendida e solucionada em diversos países. Desta forma se pronunciaram em Paris (1900):

O Congresso, considerando a dificuldade de admissão da maioria dos surdos-mudos nas oficinas da indústria privada, expressa o desejo de que o governo reserve aos surdos-mudos lugares em oficinas, fábricas, administrações pertencentes ao Estado, especialmente nos Correios e Telégrafos. (CONGRESSO PARIS - SURDOS, 1900, p. 240 - tradução nossa)

4.12 Décima terceira resolução

Os congressos de surdos são fruto dos movimentos de surdos na Europa. Depois dos banquetes iniciais em comemoração à morte do Abade L'Épèe, foram surgindo associações de surdos, sociedades, etc. A décima terceira resolução, proposta por Eugène Née (1863-1907), fortalece esse caminho e o vincula ao apoio do Estado.

No caso de Paris (1900), parece-nos que a busca pelo apoio se situava no nível das garantias legais:

O Congresso expressa o desejo: 1º Que, em todos os centros do país da França, sejam fundadas Sociedades, seções e subseções de Sociedades de surdos-mudos; 2º Que, pelos cuidados da Federação das Sociedades Francesas de Surdo-mudos, o governo francês, sempre que a ocasião se apresente, encoraja a formação desses grupos e efetivamente os proteja. (CONGRESSO PARIS - SURDOS, 1900, p. 240 - tradução nossa)

Enquanto parcela da população a ser administrada pelo Estado, os surdos procuram garantir a legitimidade de suas organizações, entretanto, no contínuo risco do jogo de aproximação de suas demandas com as práticas do Estado. Recordamos que na atualidade o desafio da relação entre movimentos sociais e Estado permanece muito vivo, sempre se podendo ter ações de cooptação dos movimentos por parte do Estado.

4.13 Décima quarta resolução

O texto da décima quarta resolução também se insere nessa perspectiva de movimentos sociais dos surdos. Há uma exortação a que os surdos se organizem em sociedades de trabalhadores surdos que visem a protegê-los. Edmond Pilet, propositor da resolução, que já havia apresentado o estudo sobre as sociedades de surdos na França, explicita o desejo de muitos surdos de ter o apoio de seus familiares por formar organizações locais. Duas referências religiosas estão presentes no texto: uma sobre a ausência de caridade sentida pelos surdos; outra na sugestão de um axioma. Vejamos a resolução:

Os surdos-mudos de diferentes países do mundo reunidos no Congresso em Paris, em 8 de agosto de 1900, considerando: que a utilidade das sociedades surdos-mudos é incontestável; que qualquer tendência adversa na formação dessas sociedades é contrária ao interesse dos surdos-mudos, mesmo quando o ensino da fala teria, por impossível, alcançado o grau

desejado da perfeição; que é de extrema importância desenvolver sociedades de surdos-mudos em condições muito sérias, para propagar o mesmo espírito de mutualidade em toda a França através da Federação das Sociedades; que os trabalhadores honestos surdos-mudos, ansiosos para formar uma sociedade para eles, susceptível de lhes oferecer vantagens, muitas vezes desistem, devido a esse fato de que nenhuma marca de caridade venha a apoiá-los. Expressam os desejos: que os pais e os amigos de jovens surdos-mudos, os encorajem a fazer parte da sociedade local, os incitem assim à prática do axioma: "Ajude-se a si mesmo, o céu irá ajudá-lo!". (CONGRESSO PARIS - SURDOS, 1900, p. 241)

4.14 Décima quinta resolução

A décima quinta resolução, proposta por Albert Vendrevert (1869-?), pede a vinculação da Federação das Sociedades Francesa de Surdos-Mudos ao Conselho Superior de Mutualidade. E sugere a acolhida de ouvintes-falantes que tenham interesse em auxiliar os surdos:

O Congresso expressa o desejo: 1º Que a Federação das Sociedades de surdos-mudos de França faça parte do Conselho Superior de Mutualidade; 2º Que assegure a concordância das personalidades ouvintes-falantes que se interessem pelo desenvolvimento dos surdos-mudos. (CONGRESSO PARIS - SURDOS, 1900, p. 241)

Talvez, distanciando-se da ideia de certo fechamento por parte dos surdos, os congressistas sugerem a colaboração dos ouvintes nas questões em que pudessem colaborar para a melhoria da realidade dos surdos.

4.15 Décima sexta resolução

Na décima sexta resolução, proposta por Henri Genis (1835-1928), podemos observar como a manutenção da vida dos surdos não é mais pensada como uma atividade de responsabilidade individual, mas sim uma atribuição do Estado que contemple a coletividade:

O Congresso vota os propósitos:
 1º - Que seja criado na França uma casa de aposentadoria especial para os surdos-mudos de ambos os sexos idosos ou inválidos, à custa do Estado;
 2º - Uma petição será enviada pelo Congresso ao Ministro do Interior, aos senadores e aos deputados, amigos e protetores dos surdos-mudos;
 3º - A Federação das Sociedades Francesas dos Surdos-Mudos será convidada pelo Congresso a se ocupar ativamente da pronta realização da idéia de se criar uma casa de idosos e estabelecer relações com todas as Sociedades de Mútua-ajuda ligadas aos surdos-mudos para que contribuam

na arrecadação dos fundos necessários à manutenção dos residentes da casa de idosos de uma maneira bem definida. (CONGRESSO PARIS - SURDOS, 1900, p. 241-242 - tradução nossa)

A responsabilização do Estado pela vida dos surdos ocorre no contexto de todo um movimento social em que as famílias são compreendidas como elemento essencial na sociedade, mas que a assistência social pode também disciplinar e, em alguns casos, suplantam a família (FOUCAULT, 2006b).

A tática da intervenção política se justifica no contexto dos “banquetes dos surdos” quando se procurava pela proximidade com políticos se encaminhar determinadas demandas dos surdos e também a candidatura de surdos como Ferdinand Berthier.

4.16 Décima sétima resolução

A décima sétima resolução, proposta por Henri Gaillard, mostra a preocupação em adequar o estudo com a aprendizagem profissional, mas ressaltando o tempo específico de dedicação escolar. Também pondera que a aprendizagem profissional deve se dar fora da escola, mostrando assim a possível abertura para a empregabilidade dos surdos. Essa empregabilidade não se restringe aos aspectos técnicos de oficinas, como pareciam ser comuns, mas abre-se agora para questões administrativas e de postos em serviços públicos:

O Congresso dos Surdos-mudos emite o desejo:

1º - Que a educação profissional seja apoiada tanto quanto possível em todas as escolas e que os estudantes sejam colocados, uma vez completado o seu tempo de estudo, nas oficinas comuns no âmbito da sociedade civil (em geral), onde seu aprendizado será mais prático e melhor relacionado às habilidades individuais;

2º - Que, enquanto aguarda-se uma escola de ensino secundário, se criem, na medida do possível, classes onde as disciplinas comerciais e administrativas serão ensinadas aos sujeitos mais dotados para a carreira de funcionário;

3º - Que uma agência de surdos-mudos (assessoria de colocação, recomendações e informações), seja instituído, seja pelo Conselho Municipal de Paris na Bolsa do Trabalho, seja pelo Ministério do Comércio na Agência do Trabalho;

4º - Que um subsídio retirado dos fundos do Pari-Mutuel seja concedido pelo Governo da República em vista das necessidades desta agência no caso de ser a Federação das Sociedades francesas dos surdos-mudos que tomaria a iniciativa de sua criação.

O Congresso, além disso, chama a atenção benevolente dos senhores Senadores, Deputados e Conselheiros Municipais sobre a importância das questões da empregabilidade dos surdos-mudos, os únicos capazes de inseri-los na vida social.(CONGRESSO PARIS - SURDOS, 1900, p. 242 - tradução nossa)

A empregabilidade do surdo novamente aparece vinculada ao acesso à educação. e, mais uma vez, a menção aos políticos indica o desejo por parte dos congressistas surdos de pressionar os mecanismos legais para assegurar o acesso aos direitos. Por se sentirem à parte da sociedade é que esperam das autoridades públicas uma ação que possa favorecer a integração do surdo. Não mais se parece esperar ações oriundas da religião.

4.17 Décima oitava resolução

Na décima oitava resolução, proposta por J. Hirn, se apresenta uma deliberação que diz respeito a uma possível universalização da língua de sinais. O proponente sugere às associações de surdos que cataloguem os sinais mais usados para serem posteriormente socializados para que uma comissão internacional pudesse elaborar uma padronização da língua, criando também no futuro um alfabeto internacional. O texto foi aprovado sob a seguinte formulação:

Considerando a imensa utilidade que representa uma uniformidade generalizada da linguagem mímica em todos os países do mundo, uniformidade que gradualmente levaria à adoção de uma linguagem única e universal, o Congresso propõe às Associações locais de surdos-mudos as seguintes medidas:

1º Dentro de cada Associação, um Comitê Especial será responsável pela elaboração de uma coleção de sinais usados por seus membros; esta coleção incluiria, em primeiro lugar, a reprodução gráfica dos sinais;

2º Cada país enviará ao próximo Congresso Internacional de surdos-mudos um ou mais representantes muito conscientes de diferentes sistemas de linguagem utilizados em seus respectivos países e a quem caberia indagar em que medida os governantes estarão dispostos a subsidiar uma Comissão Internacional Geral para o estudo posterior da questão;

3º Caberia a esta Comissão Internacional que se encontraria, quer conjuntamente em cada um dos congressos internacionais de surdos-mudos, quer separadamente, introduzir gradualmente e sucessivamente, uma uniformidade cada vez maior entre os sistemas nacionais para a adoção dos sinais mais característicos de cada idioma. Estes sinais adotados e aprovados pela Comissão seriam então comunicados pelo processo cinematográfico para todas as associações locais;

4 ° Ademais a Comissão se encarregaria de preparar manuais da linguagem universal assim adotada.

5 ° A esta mesma Comissão poderia, ser mais tarde, confiada a tarefa de elaborar um alfabeto internacional para o uso dos surdos-mudos.
(CONGRESSO PARIS - SURDOS, 1900, p. 242-243 – tradução nossa)

Consideramos essa resolução como uma manifestação de proteção da língua mímica. Ao sugerir o registro de sinais, ao se contemplar as diferenças culturais e,

ao mesmo tempo, propor uma língua universal para os surdos, explicita-se o desejo de fortalecimento dessa camada populacional e uma formulação que diz respeito também à cultura. Uma língua traduz muito de uma cultura que, no caso dos surdos, não se restringia a um território. Recordamos que a ideia de língua universal já havia sido proposta em relação à língua oral com a criação do esperanto pelo médico Luíz Zamenhof e divulgada a partir de de 1887 (SUTTON, 2008).

4.18 Décima nona e vigésima resoluções

Na décima nona resolução o Congresso solicita a criação de um cargo de inspetor, a ser ocupado por um professor de carreira e conhecedor da realidade dos surdos, para realizar a supervisão e controle exclusivo da educação nas escolas de surdos-mudos.

A vigésima resolução, proposta por Victor Lagier, trata de felicitações aos conselhos gerais de surdos pelo envio de delegados ao evento (CONGRESSO PARIS - SURDOS, 1900).

4.19 Síntese das resoluções da seção dos surdos

Nas vinte resoluções apresentadas pelos surdos, das quais 19 aprovadas, se manifesta de forma contundente um olhar sobre a educação de surdos a partir da compreensão daqueles que antes eram vistos como objeto, mas ali se manifestam como sujeitos que desejam determinar os melhores caminhos para serem educados.

A educação entendida como um direito de toda pessoa é que move os surdos a exigirem um tratamento igualitário no que tange ao acesso, à permanência e à qualidade do que seria ofertado. A valorização dos sinais e a clara solicitação de que se contemplasse primeiro o usuário e não o método, demonstram que pela educação também se desejava assegurar a proteção da linguagem mímica, mas também sua ascensão à condição de língua.

5 Síntese das resoluções das duas seções

Como o evento não teve um momento em comum para que tanto surdos quanto ouvintes pudessem apresentar as resoluções votadas, acreditamos que os grupos tenham saído com propostas ainda não dialogadas ou aproximadas. Já que a organização da seção dos ouvintes parece ter sido assumida por professores de surdos, enquanto a da seção dos surdos foi assumida pelas associações de surdos, o embate no cotidiano tenderia a permanecer. Na décima sétima proposição dos surdos fica evidente a organização das associações de surdos para pressionar políticos para aderirem às suas deliberações. E na décima oitava aparece a confiança de que num próximo congresso internacional seja sanada a questão da universalização e uniformização da língua de sinais.

No quadro a seguir apresentamos uma síntese dos temas das resoluções. Como as votações se deram em separado e não houve um momento de plenária dos dois congressos, notamos a grande disparidade entre algumas das resoluções votadas por um grupo em relação ao outro. Devido a isso não é possível também fazer um quadro comparativo ou paralelo, mas apenas um que permite visualizar o que foi deliberado em cada seção. Algumas das resoluções dos surdos repetem temáticas e foram devidamente sinalizadas quando ocorrem a primeira vez.

Na seção dos ouvintes explicita-se um desejo de reafirmar as decisões de Milão (1880), enquanto na seção de surdos aparece um pedido pelo retorno ao método misto. As preocupações com a empregabilidade e tutela dos surdos são mais esmiuçadas nas deliberações dos surdos, enquanto uma ênfase médica se evidencia nas deliberações dos ouvintes.

Quadro 8: Síntese dos temas das resoluções

SEÇÃO DOS OUVINTES	SEÇÃO DOS SURDOS
2ª Res.: Criação de cursos superiores para inserção dos surdos bem dotados.	1ª Res.: Escolha do método de acordo com a aptidão do surdo; Utilização tanto do método oral quanto da mímica.
3ª Res.: Manutenção das decisões de Milão (1880); Organização e comercialização de livros e materiais didáticos para ensino dos surdos.	2ª e 3ª Res.: Restabelecimento do método misto.

4ª Res.: Instrução primária e profissional para todos os surdos em idade escolar subvencionada pelo governo.	5ª Res. : Instrução gratuita e obrigatório para todo surdo a partir de 8 anos (11ª Res.); Ensino profissional (17ª Res.); Uso da mímica para os surdos inaptos para a oralização; Preferência de professores surdos para ensinar a mímica aos alunos surdos; Criação de escolas secundárias e superiores para formação de surdos; Valorização da educação religiosa; Empregabilidade dos surdos (17ª Res.); Criação de asilos para os idosos e inválidos (16ª Res.).
5ª Res.: Constatação da surdez logo na entrada da instituição;	6ª Res.: Que os surdos se tornem professores.
6ª Res.:Oferta de exercícios especiais aos que conservaram algum grau de audição.	7ª Res.: Inserção da disciplina de artes em todas as escolas com professores artistas surdos.
7ª Res.: Inserção de oficinas profissionais e tutelas de ex-alunos nos estabelecimentos com apoio da beneficência privada e do poder público.	8ª Res.: Criação de um centro de formação francês para preparar os surdos mais aptos à carreira liberal; 12ª Res.: Reserva de vagas para surdos nas oficinas do governo;
8ª Res.: Apoio mútuo entre medicina e pedagogia.	9ª Res.: Considerar os surdos como qualquer outro cidadão; Selecionar professores de carreira para serem diretores dos estabelecimentos.
	10ª Res.: Transferência das escolas de surdos para o Ministério da Instrução.
	13ª e 14ª Res.: incentivo à criação de sociedades de surdos.
	15ª Res.: Participação da Sociedade Francesa de Surdos-Mudos no Conselho Superior de Mutualidade; Apoio dos ouvintes interessados no desenvolvimento dos surdos (16ª e 17ª Res.).
	18ª Res.: Uniformização da linguagem mímica; Coleção de sinais de cada Associação; Criação de uma comissão internacional com apoio do governo; Adoção dos sinais mais característicos de cada idioma; Preparação de manuais da linguagem universal; Criação de um alfabeto internacional para o uso dos surdos-mudos.
	19ª Res.: Criação do cargo de inspetor dos estabelecimentos de surdos-mudos.
	20ª Res.: Felicitação aos conselhos gerais pelo envio de delegados ao congresso.

Fonte: Própria com base em CONGRESSO PARIS - OUVINTES, 2013, p. 228-229; CONGRESSO PARIS - SURDOS, 1900, p. 236-244.

Para se começar uma leitura do pastorado e da biopolítica em Paris (1900)...

O presente capítulo procurou apresentar os textos do Congresso de Paris (1900), considerando suas peculiaridades, sua organização de duplo congresso, posto que aconteceram seções distintas para surdos e ouvintes. Inicialmente, procedemos uma retomada dos conteúdos dos monumentos de cada seção. Isso permitiu-nos conhecer melhor as diversas questões que permearam o evento e suas possíveis incidências naquele objeto específico que é a educação de surdos.

Os quadros relacionados aos temas refletidos em Paris (1900) já nos deram uma visão panorâmica daquilo que depois se consignou como resoluções. Sobre estas nos detivemos, procurando compreender como foram elaboradas, seus propositores (quando possível) e seus vínculos com outras questões tratadas no Congresso. As resoluções, bastante distintas entre surdos e ouvintes, nos apresentam uma mudança na forma de se compreender o surdo e seu lugar na sociedade e, conseqüentemente, o novo papel da educação e de seus métodos.

Ao lançarmos no próximo capítulo um olhar mais direcionado ao pastorado e à biopolítica presentes em Paris (1900) desejamos compreender como a educação de surdos recebeu os influxos diversos de um tempo que transitava da controle individual do outrora anormal surdo para a condução dos surdos como parte de uma população que deve viver, ser protegida e constantemente acompanhada pela medicina e educação.

CAPÍTULO 7 - PASTORADO E BIOPOLÍTICA NO CONGRESSO DE PARIS (1900)

Só se pode viver perto de outro, e conhecer outra pessoa, sem perigo de ódio, se a gente tem amor. Qualquer amor já é um pouquinho de saúde, um descanso na loucura.

(Guimarães Rosa, 1994, p. 438-439)

Se pudéssemos chamar de “bio-história” as pressões por meio das quais os movimentos da vida e os processos da história interferem entre si, deveríamos falar de “biopolítica” para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana. (FOUCAULT, 2018, p. 154)

A partir das leituras do conjunto de material das duas seções do Congresso de Paris (1900) procuraremos agora analisar como elementos de pastorado e de biopolítica se apresentavam naquele evento. Recordamos que, foram justamente as leituras dos textos que nos permitiram perceber tais elementos e se chegamos a eles foi também porque, diante da multiplicidade de dados que poderiam ser abordados em uma análise dos textos, foram o pastorado e a biopolítica aqueles que se nos explicitaram como mais atrativos e com potencial de diálogo com as atuais questões que rodeiam a educação de surdos.

Foucault considera que depois do século XVII o poder sobre a vida se consolida sobre o corpo como máquina, formando as disciplinas anátomo-políticas e por volta da metade do século XVIII sobre o corpo espécie, formando uma biopolítica da população (FOUCAULT, 2018).

Neste sentido, enquanto poder sobre a vida, desde o título do evento consideramos que se problematiza a relação entre pastorado e biopolítica, pois tratou-se de um congresso para estudo das questões de educação e de assistência de surdos-mudos. Tal questão ocupou o início da seção dos ouvintes. Se, por um lado, a educação evoca a constituição de uma prática biopolítica, por outro, a assistência ainda se mantém claramente vinculada a princípios do pastorado. Entretanto, numa e noutra se podem também problematizar elementos assimilados e incorporados, numa relação em que pastorado e biopolítica se alternam, se rivalizam, mas também

se complementam como maneira de se conduzir e governar a vida dos surdos, quer seja na sua individualidade ou na sua condição de parcela da população.

Por uma questão didática e para se manter fiel ao espírito mesmo dos escritos das duas seções - que foram redigidos por grupos distintos -, optamos por uma análise por seções.

O PASTORADO PRESENTE NA SEÇÃO DOS OUVINTES DO CONGRESSO DE PARIS (1900)

No discurso do presidente da seção de ouvintes, Dr. Lacharrière, são feitas várias críticas à assistência destinada aos surdos. Questionando a solidariedade que subjaz à beneficência, Lacharrière, sugere que em nome da caridade ou zelo apostólico se negligenciou o acesso a direitos para os surdos. Essas críticas apontam para a existência de práticas que mantinham vínculos estreitos com o pastorado e, naquele dado momento histórico, eram colocadas em questão. Lacharrière associa a caridade destinada aos surdos com mendicância: “É necessário que a criança não seja educada com o pensamento de que deve à caridade sua vida intelectual. A ideia de caridade evoca a de mendicância que a todo custo deve ser afastada de sua mente” (CONGRESSO PARIS - OUVINTES, 2013, p. 9).

Entretanto, considerando que a grande parte das instituições eram administradas por grupos religiosos e que também os professores e outros profissionais comungavam dos ideais ali vivenciados, podemos entender como o representante da Hungria, Etienne de Kanocz, apela em seu argumento para o “amor ao próximo”:

Mas sobretudo, o que mais me toca, é que vejo aplicar por toda a França as palavras do Evangelho: “Ame seu próximo como a si mesmo”, Na realidade, a grande questão social, «o progresso e a pobreza» não pode ser resolvida senão pela fraternidade, pelo amor ao próximo que são tão vivos na França. (CONGRESSO PARIS - OUVINTES, 2013, p. 25)

A essa ideia de amor ao próximo se coaduna uma compreensão de que é preciso aliviar os sofrimentos dos surdos considerados como infortunados. Um dos participantes, senhor Baguer, insiste na necessidade de se transitar da assistência para a instrução e nisso expressa sua compreensão sobre a beneficência:

Sabemos bem que todas as escolas de anormais devem seu início, sua criação a um impulso do coração; mas sabemos também que após terem recolhido as crianças surdas, a beneficência deveria dar um lugar cada vez mais importante à pedagogia, à educação. Acreditamos que a criança, do momento em que atinge a idade da razão até o dia em que chega ao seu desenvolvimento completo, deve ser educada, educada sem parar. E acreditamos que o aspecto exclusivamente caritativo dado a certas escolas, predispõe muitos surdos-mudos a se verem destinados a ser perpetuamente assistidos. O educador tem por fim último, por objetivo supremo, tornar-se cada vez mais inútil àqueles a quem orienta para a independência individual, para a integração social; a beneficência, orientada mais pelo sentimento do que pela razão, não pode ter o mesmo ideal. (CONGRESSO PARIS - OUVINTES, 2013, p. 40-41)

Embora seja fala de um opositor à prática de pastorado atuante junto aos surdos, ela nos aponta como a assistência estava associada, segundo Baguer, a certa irracionalidade, esfera dos sentimentos, enquanto a necessária educação de surdos se basearia na racionalidade. Ademais, Baguer critica a experiência da assistência como uma futura acomodação à condição de assistido, de conduzido.

Ao serem conduzidas as ovelhas esperam do pastor todo o cuidado:

Mas essa salvação que deve ser assegurada ao rebanho tem um sentido muito preciso nessa temática do poder pastoral. A salvação são, antes de mais nada e essencialmente, os meios de subsistência. Os meios de subsistência abundantes e a alimentação garantida são os bons pastos. O pastor é aquele que alimenta e que alimenta diretamente ou, em todo caso, que alimenta conduzindo a boas campinas, depois certificando-se de que os animais de fato comem e são alimentados adequadamente. O poder pastoral é um poder de cuidado. Ele cuida do rebanho, cuida dos indivíduos do rebanho, zela para que as ovelhas não sofram, vai buscar as que se desgarraram, cuida das que estão feridas. (FOUCAULT, 2008, p. 170)

É próprio do pastorado zelar pela ovelha na integridade de sua vida. A beneficência praticada nos institutos de surdos criava essa expectativa. Aliás, o uso do termo beneficência no Congresso parece ter gerado várias discussões, como se pode ler na exposição de Norden:

A palavra «beneficência» que acaba de ser empregada não me agrada. Se a palavra quer dizer que o mestre e a instrutora devem instruir, de todo seu coração, os surdos-mudos ao vir em seu auxílio, posso aprovar esta palavra, porque estão fazendo obra de caridade. No entanto, se a palavra quer dizer que a instrução dada aos surdos-mudos não é senão facultativa e somente um favor, não posso aprovar, pois os surdos-mudos têm todo direito de exigir instrução. Se, num país esta instrução não é obrigatória para os surdos-mudos, como na Suécia, Noruega, Dinamarca, etc., este país não deu o que deve aos surdos-mudos. Eis a razão porque não estou satisfeito com o emprego desta palavra beneficência. (CONGRESSO PARIS - OUVINTES, 2013, p. 44)

Possivelmente, essa postura era aceita por parte dos participantes, pois o questionamento sobre o que vinha sendo realizado até então se evidencia na fala do Dr. Jousset:

Os surdos-mudos podem entrar em casas de educação graças à caridade pública, mas quando saem, somos obrigados a vir em seu auxílio. Nestas condições, há um verdadeiro interesse em fazê-los passar da assistência à instrução, para devolvê-los em seguida à assistência? (CONGRESSO PARIS - OUVINTES, 2013, p. 41)

Esse questionamento parecia ecoar para além da Europa, pois o representante do México, Daniel Garcia, comenta acerca das escolas especiais destinadas aos surdos:

Caso os surdos-mudos sejam realmente bem dotados, as Escolas especiais não são necessárias, já que existem Escolas públicas; mas se é necessário instalar Escolas especiais é porque os surdos-mudos têm uma inferioridade física ou intelectual em relação aos que falam, e daí o que quer que seja feito não poderia colocá-los no mesmo nível dos que falam; as Escolas especiais são, por conseguinte, inúteis. (CONGRESSO PARIS - OUVINTES, 2013, p. 66)

Oscar Claveau (1826-1904), inspetor geral honorário de serviços administrativos, ao comentar sobre a necessidade da educação obrigatória dos surdos, reconhece como as práticas caritativas ainda se impunham a despeito de mudanças na legislação: “Nada mais interessante do que constatar que estas correntes estabelecidas por condutas caridosas são mais fortes e vivazes do que todos os possíveis regulamentos” (CONGRESSO PARIS - OUVINTES, 2013, p. 151). O pastorado foi secularizado e assumido pela economia política de Estado (BARTOLOMÉ RUIZ, 2016).

Gaston Bonnefoy, doutor em direito e advogado da corte de apelações, reconhece o lugar das instituições que possam assegurar aos surdos um bem-estar após a saída da idade escolar. Na sua abordagem do tema, a mescla entre pastorado e biopolítica no uso de argumentos exemplifica bem o debate sobre a assistência:

[...] sendo decidido que existiria lugar para obras humanitárias pós-escolares, uma segunda questão se coloca: «Quais serão as atribuições destas obras?» Creio, senhoras e senhores, que sobre este ponto uma lei francesa de primeiro de abril de 1898 sobre as sociedades de assistência mútua pode nos dar imensos serviços. Não a seguiremos integralmente. Nós arrumaremos as atribuições na ordem que nos parecer melhor; faremos acréscimos se houver necessidade; e chegaremos por aí, creio eu, a alguma coisa de prático. O 1º artigo desta lei é assim concebido: «As sociedades de assistência mútua são associações de previdência que se propõem a atender um ou mais dos seguintes fins: 1º Assegurar a seus membros participantes e suas famílias assistência em casos de doenças,

lesões e deficiências; 2º Constituir para eles pensões de aposentadoria; 3º Contratar em seu benefício seguros individuais ou coletivos em caso de vida, de morte ou de acidentes; 4º Cobrir as despesas funerárias e contratar seguros para os descendentes, viúvas, viúvos e órfãos dos membros participantes; Poderão adicionalmente criar em proveito de seus membros cursos profissionalizantes, escritórios gratuitos de empregos e acordos de seguro desemprego.» A primeira atribuição de nossas associações beneficentes para surdos-mudos deve ser esta. Inserção do surdo-mudo, vigilância. A Associação terá a vantagem de centralizar os pedidos e ofertas de emprego. O mecanismo de vigilância poderia ser igual ao que funciona na Associação da qual faço parte. (CONGRESSO PARIS - OUVINTES, 2013, p. 192)

Estão presentes uma visão de fragilidade do surdo com a conseqüente necessidade de se ampará-lo por toda vida. A “obra humanitária”, na nomenclatura de Bonnefoy, se destina a assegurar aos surdos pós-escolares uma proteção. Não é mais a religião a assumir essa função de forma caritativa, mas é o Estado que se organiza para salvaguardar a vida dos surdos. As instituições beneficentes estariam, portanto, destinadas a inserir o surdo no mundo e não mais a protegê-lo do mundo. Todavia, essa inserção seria feita sob constante vigilância das instituições.

Foucault recorda que a vigilância do pastor se traduzia em práticas que visavam a controlar o rebanho:

O pastor conta as ovelhas, conta-as de manhã, na hora de levá-las à campina, conta-as à noite, para saber se estão todas ali, e cuida delas uma a uma. Ele faz tudo pela totalidade do rebanho, mas faz tudo também para cada uma das ovelhas do rebanho. É aqui que chegamos ao célebre paradoxo do pastor, que adquire duas formas. Por um lado, o pastor tem de estar de olho em todos e em cada um, *omnes et singulatim*, o que vai ser precisamente o grande problema tanto das técnicas de poder no pastoral cristão, como das técnicas de poder, digamos, modernas, tais como foram introduzidas nas tecnologias da população de que lhes falava. *Omnes et singulatim*. (FOUCAULT, 2008, p. 172)

As manifestações por parte dos religiosos presentes ao evento, demonstram o quanto os surdos eram compreendidos como objeto de proteção. Irmão Médéric, diretor da Instituição de Surdos-Mudos de St. Jean-de-la-Ruelle-Orléans, que menciona também ter participado de um congresso de cegos, retoma em sua fala a ideia do pastor que deve proteger as ovelhas e guardá-las de todo o mal: “[...] busquemos somente o bem de nossos protegidos e não nos preocupemos senão com os meios de realizá-lo” (CONGRESSO PARIS - OUVINTES, 2013, p. 44). O pastorado é uma prática de bem-fazer:

Sendo o poder pastoral, a meu ver, inteiramente definido por seu bem-fazer, ele não tem outra razão de ser senão fazer o bem, É que, de fato, o objetivo essencial, para o poder pastoral, é a salvação do rebanho. Nesse sentido,

pode-se dizer, é claro, que não se está muito distante do que é tradicionalmente fixado como o objetivo do soberano - a salvação da pátria -, que deve ser a *lex suprema* do exercício do poder. (FOUCAULT, 2008, p. 170)

Pe. Amédée Stockmans (1844-1922), Superior Geral dos Irmãos da caridade, discute a questão da tutela de surdos. No trabalho que apresenta durante o Congresso, Pe. Stockmans procura delinear a inferioridade do surdo em relação às demais pessoas: “A despeito da melhor das boas vontades do mundo e dos métodos mais aperfeiçoados, jamais chegaremos a desenvolver a inteligência do surdo-mudo no mesmo nível que se desenvolve a das pessoas que falam” (CONGRESSO PARIS - OUVINTES, 2013, p. 180). De acordo com sua argumentação, as crianças ouvintes se encontrariam numa condição de captar todos os estímulos à sua volta e os surdos necessitariam de escolas especiais para se desenvolverem.

A visão de fragilidade do surdo fica muito explícita na seguinte expressão de Pe. Stockmans:

Do ponto de vista moral, a proteção do surdo-mudo se impõe com força maior ainda. Pela razão mesma que o seu julgamento é incompleto, é fraco, por não poder se prevenir contra todos os riscos, contra todos os perigos que o cercam, outros devem pensar por ele e se ocupar dele, outros devem lhes servir como orientadores, com ajuda, conselhos, e como protetores durante todo o curso de suas existências.(CONGRESSO PARIS - OUVINTES, 2013, p. 181)

Foucault analisa a relação pastor-rebanho e considera a questão dos perigo a que constantemente as ovelhas estão expostas, exigindo do pastor arriscar-se por elas:

O mérito do pastor não se deve ao menos em parte ao seguinte: que as ovelhas são rebeldes, que estão expostas ao perigo, que estão sempre a ponto de cair? E o mérito do pastor, que fará sua salvação, será precisamente o de ter lutado sem cessar contra esses perigos, buscando as ovelhas desgarradas, de ter lutado até contra seu próprio rebanho. Por isso, são Bento diz: “Se seus subordinados são indóceis, é então que o pastor será absolvido”. (FOUCAULT, 2008, p. 227)

A própria salvação do pastor depende, pois de sua capacidade de lançar-se na proteção, defesa e salvação das ovelhas. Pe. Stockmans descreve toda uma organização da tutela de surdos:

I. Em cada instituição de surdos-mudos, será criada uma Tutela que terá por atribuições: 1º Orientar as famílias pobres sobre a melhor maneira de começar a educação de suas crianças surdas-mudas; 2º Identificar os surdos-mudos em idade escolar e ajudar os pais a obter a admissão de suas crianças em um Instituto especial; 3º Proteger o surdo-mudo quando de sua saída do Instituto, encontrar trabalho e meios de ganhar dignamente a vida; 4º Vigia-los, dar a eles conselhos, encorajamento salvaguardar sua inteligência e sua moralidade, ir em seu auxílio em diversas circunstâncias

da vida e, quando necessário, chamá-los ao dever. 5º Dar a eles ajuda em caso de doença ou infortúnio; assisti-los diante de tribunais; ajudá-los na administração e na guarda de seus bens se vierem a ser ameaçados ou comprometidos; 6º Enfim, instituir nos estabelecimentos reuniões periódicas para antigos alunos, destinadas a conservar e a desenvolver os benefícios da educação moral e religiosa que receberam. Eis o vasto programa a ser realizado pela Tutela. (CONGRESSO DE PARIS - OUVINTES, 2013, p. 182-183)

As atividades da tutela sugerida por Stockmans visariam assegurar aos surdos uma proteção eficaz que se estenderia desde o nascimento à velhice. O pastor é aquele que tem várias funções sobre o rebanho (FOUCAULT, 2008). A proposição de Pe. Stockmans, embora não acolhida nas deliberações do Congresso, permite-nos compreender como se faziam presentes ideais caritativos em transição. As forças de um novo jogo de verdades impunham também uma ressignificação de antigas práticas. Mas o ideal do pastor que zela permanece...

O discurso religioso assimilado traduz-se também no discurso sobre as práticas pedagógicas mesmo quando se argumenta em favor de abandonar a prática de assistência. O senhor Perini, professor de uma instituição de surdos-mudos de Milão, ao defender as vantagens do método oral, faz uso recorrente de uma compreensão do papel do professor bastante espiritualizada: “O mestre que ama sua arte deve se aprofundar nos seus estudos como se aprofundaram aqueles educadores franceses que estiveram no Congresso de Milão onde, por razões e por provas reais se converteram ao método oralista puro” (CONGRESSO PARIS - OUVINTES, 2013, p. 105).

Reconhecendo a dificuldade de se aplicar o método, Perini recorre à caridade do professor: “A fadiga, como se vê, não é pequena; mas instruir os surdos-mudos, querer restaurar sua natureza defeituosa, é uma obra de caridade e esta virtude dá ao educador a energia necessária para cumprir sua tarefa” (CONGRESSO PARIS - OUVINTES, 2013, p. 106). “A ovelha, a pessoa que é dirigida, deve viver sua relação com o pastor como uma relação de servidão integral. Mas, inversamente, o pastor deve sentir seu encargo de pastor como um serviço, e um serviço que faz dele o servidor das suas ovelhas” (FOUCAULT, 2008, p. 237).

De acordo com Perini, o método oral permitiria ao surdo acessar as verdades: “E estas verdades são as sobrenaturais que, fazendo abstração do bem que trazem

aos pobres surdos-mudos, alargam grandemente o horizonte de suas ideias” (CONGRESSO PARIS - OUVINTES, 2013, p. 107). Perini ainda exemplifica:

Só a criação do mundo, quanta matéria ela não oferece ao professor da fala! Se na Instituição à qual pertença, não houvesse ensino de religião, eu não poderia senão falar dela para precisamente elevar os alunos às regiões que a teologia nos conduz, a fim de completar neles a educação da mente e do coração. Não devemos ser somente gramáticos, logísticos e literatos, mas também educadores, pois a educação, como diz o Padre Girard, faz parte do curso da língua materna. Assim como uma mãe, devemos dirigir as nobres tendências de nossos alunos e cultivar neles o amor pelo bem e pelo justo, conduzi-los em suma em direção a tudo que tenha energia e vida. (CONGRESSO PARIS - OUVINTES, 2013, p. 107)

Foucault retoma um comentário rabínico sobre a justificativa de Deus escolher Moisés para pastorear seu povo:

É que, quando era pastor no Egito, Moisés sabia perfeitamente fazer suas ovelhas pastarem e sabia, por exemplo, que, quando chegava nurna campina, devia mandar primeiro para lá as ovelhas mais jovens, que só podiam comer a relva mais tenra, depois mandava as ovelhas um pouco mais velhas, e só depois mandava para a campina as ovelhas mais velhas, as mais robustas também, as que podiam comer a relva mais dura. Assim, cada uma das categorias de ovelhas tinha efetivamente a erva de que necessitava e alimento suficiente. Era ele que presidia essa distribuição justa, calculada e pensada do alimento, e foi então que Jeová, vendo isso, lhe disse: "Já que sabes ter piedade das ovelhas, terás piedade do meu povo, e é a ti que eu o confiarei". (FOUCAULT, 2008, p. 170)

A imagem do professor que tal qual pastor se sacrifica pelo rebanho, que deve cuidar de suas ovelhas, também aparece na exposição de Metzger: “Nossa função é apesar de tudo muito bela, muito trabalhosa e muito difícil. Ela não cessará de exigir um devotamento, um sacrifício, um dom de si que ultrapassarão, na maior parte dos casos, a medida daquilo que somos capazes (CONGRESSO PARIS - OUVINTES, 2013, p. 114). O tema do sacrifício do pastor é analisado por Foucault da seguinte maneira:

E, depois, de maneira ainda mais intensa, no problema do sacrifício do pastor em relação ao seu rebanho, sacrifício dele próprio pela totalidade do rebanho, sacrifício da totalidade do rebanho por cada uma das ovelhas. Queria dizer o seguinte: o pastor, nessa temática hebraica do rebanho, o pastor deve tudo ao seu rebanho, a ponto de aceitar sacrificar-se pela salvação do rebanho. Mas, por outro lado, como precisa salvar cada uma das suas ovelhas, será que ele não vai se ver na situação em que, para salvar uma só ovelha, vai ser obrigado a descuidar da totalidade do rebanho? (FOUCAULT, 2008, p. 172)

A senhorita Pauline Wagemster, em seu trabalho sobre livros escolares para surdos-mudos, faz uma defesa de que tanto a aula como o próprio professor são o melhor livro a ser conhecido e apreendido pelos surdos. Desta maneira, o professor assume

aquele lugar do possuidor da verdade, daquele que no seu próprio corpo inscreve a verdade a ser transmitida. Foucault assinala que o pastorado se relaciona com a salvação, a lei e a verdade, tendo o pastor a tarefa de professar e ensinar a verdade (FOUCAULT, 2008).

Edward M. Gallaudet (1837-1917), logo no início do congresso, insiste sobre a busca pela verdade e critica o apego a votos ou resoluções e nem imposições (CONGRESSO PARIS - OUVINTES, 2013). Considerarmos que o tema da verdade funciona como certa dobradiça em relação à biopolítica. No pastorado, a verdade é revelada, ela se traduz na compreensão daquilo que já nos foi generosamente dado por Deus e pode ser acessado pela busca interior e pelo diálogo com o superior num processo de direção da consciência (FOUCAULT, 2008).

Com Foucault, acreditamos que:

O pastorado é, portanto, um elo de formação e transmissão da verdade. O conhecimento do pastor - essa familiaridade com as coisas, onde a antecipação e a vigilância se misturavam - torna-se na Igreja Cristã um conhecimento muito mais preciso e complexo, com regras e métodos; é isso no relatório do pastor para as ovelhas, a verdade tornou-se uma operação decisiva, na forma dupla de uma conformidade doutrinária que deve ser conhecida e tornada conhecida, e segredos individuais que devem ser descobertos, que é, eventualmente, uma questão de punição e correção, que deve, em qualquer caso, ser levada em conta. (FOUCAULT, 2018c, p. 395)

Na biopolítica, essa verdade não se dá na relação com o transcendente nem tampouco pode ser facilmente acessada pela interioridade e no diálogo de discernimento espiritual ou da direção de consciência; a verdade é dada pelos fatos comprovados, sobre princípios científicos, sob os auspícios da razão. A verdade parece, pouco a pouco, assumir-se como realidade autônoma que se impõe sobre um grupo e determina suas ações, nem sequer dependendo da adesão de todos, mas, ao mesmo tempo, sendo útil para punir e corrigir. A verdade é um regime de verdades que se instaura:

Um saber que chamamos científico é um saber que supõe, no fundo, que haja verdade em toda parte, em todo lugar e em todo tempo. Ou seja, mais precisamente: para o saber científico, há momentos em que se apreende mais facilmente ou mais seguramente a verdade; há instrumentos para descobri-la onde ela se oculta, onde ela está recuada ou escondida. Mas, como quer que seja, para a prática científica em geral, sempre há verdade; a verdade está sempre presente em toda coisa ou sob toda coisa, a propósito de tudo e de qualquer coisa pode-se colocar a questão da verdade. (FOUCAULT, 2006b, p. 301-302)

A BIOPOLÍTICA PRESENTE NA SEÇÃO DOS OUVINTES DO CONGRESSO DE PARIS (1900)

Em maior profusão podemos ler nos textos do congresso a presença de práticas biopolíticas que estavam sendo constituídas. Tal como fizemos na parte anterior, procuraremos selecionar nos discursos, trabalhos e exposições, aquelas argumentações que nos coloquem em contato com a constituição de uma biopolítica na educação de surdos.

No discurso de abertura do Congresso, o Dr. Lacharrière expõe suas críticas à assistência destinada aos surdos:

Se proclamei, senhoras e senhores, que a criança não podia dever sua educação ao assistencialismo ou à caridade, não quis falar senão do filho do operário dotado de boa saúde; mas a doença atinge todas as idades, o desemprego a prepara, e a imprevidência ou a impossibilidade de economizar fazem a velhice miserável. A assistência e a caridade são os únicos meios, para os ricos, de honrar suas fortunas. Fazer o bem é também consolo para aqueles que não são felizes. Estas questões humanitárias são então a ordem do dia para todos os países, e todos os tempos. Vosso Congresso muito menos deve negar que ainda resta muita coisa a fazer pelos surdos-mudos, para não dizer tudo está por fazer. (CONGRESSO PARIS - OUVINTES, 2013, p. 13)

Notamos como há uma mudança na compreensão da própria surdez. A questão da saúde ocupa um lugar privilegiado, procurando-se esquadrihar o que causa as doenças. A crítica à caridade praticada pelos ricos sugere a necessidade de um rompimento da prática, pois Lacharrière afirma que, em relação aos surdos, “tudo está por fazer”. Tal crítica é reforçada ao falar das instituições de apoio aos surdos: “Melhor administradas, elas deveriam fazer menos caridade e revelar mais as forças vivas daqueles aos quais têm a missão de se ocupar” (CONGRESSO PARIS - OUVINTES, 2013, p. 14).

Gaston de Bonnefoy, em vários momentos, manifesta sua compreensão de que nos surdos a inteligência está adormecida e somente a educação poderia despertá-la:

Por mim, resolveria a questão no sentido de Estabelecimento de instrução e não de beneficência. Com efeito, não é reconhecido hoje em dia, e isto unanimemente, que o surdo-mudo não é um idiota e que a grande diferença entre eles reside no fato de que em um, no idiota, a inteligência está extinta e extinta no mais das vezes para sempre, no outro, ao contrário, ela não está senão adormecida e não sai deste sono senão pela educação. (CONGRESSO PARIS - OUVINTES, 2013, p. 46.)

Sendo assim o rompimento com a caridade se faz necessário. O surdo continua a ser pensado pela ótica dos ouvintes, mas agora como sujeito diante do qual os profissionais precisam fazer uma escolha:

Esta questão de saber se os estabelecimentos de educação de surdos-mudos devem ser considerados como estabelecimentos beneficentes ou, ao contrário, de instrução, não é perigosa para ninguém. Ela leva a observar, assim, que nos encontrarmos na presença de surdos-mudos, se os fizemos indivíduos suscetíveis de desenvolvimento intelectual ou, pelo contrário, homens que precisam receber mais caridade do que educação. (CONGRESSO PARIS - OUVINTES, 2013, p. 73)

A pressuposta inferioridade dos surdos devido à enfermidade poderia ser administrada pela educação. A perspectiva de Bonnefoy perpassa a questão da empregabilidade dos surdos, mas em dado momento sugere que seja feita numa “solidariedade da enfermidade”:

Tudo o que podemos fazer é, e não seria muito, recomendar entre os surdos-mudos o emprego de serviços uns dos outros ao invés de recorrer aos dos que ouvem e falam. Assim, por exemplo, que os surdos-mudos com necessidade de empregadas domésticas, jardineiros, operários, contratem de preferência empregadas domésticas, jardineiros e operários surdos-mudos, ao invés de pessoas que falam e ouvem. Em uma palavra, praticar-se-ia a solidariedade da enfermidade. (CONGRESSO PARIS - OUVINTES, 2013, p. 194)

Não seria esta “solidariedade” uma forma de fácil controle da população surda? Não estaria aí o desejo de determinar o que lhe é ou não permitido fazer no campo do trabalho? Bonnefoy ainda sugere a parceria com a iniciativa privada para a ajuda securitária aos surdos. Para Bonnefoy, iniciativa privada e poder público poderiam se unir numa intencionalidade de favorecer aos surdos uma proteção eficaz (CONGRESSO PARIS - OUVINTES, 2013).

Contudo, Bonnefoy também ponderou ao longo do Congresso que os surdos precisam da instrução obrigatória para contribuir com o desenvolvimento da prosperidade do país, pois assumiriam postos de trabalho. Há uma lógica economicista que sugere sair da assistência e passar à instrução:

Pela instrução obrigatória então se diminuem as despesas do Estado em relação aos surdos-mudos, porque diminuem as hospitalizações e os seguros, aumenta-se o número de produtores, e pela potência produtora do Estado, avivamos, em terceiro lugar, a inteligência de pessoas que seriam consideradas, sem ela, anormais entre seus cidadãos; creio então, que vós não hesitareis um só instante em votar o princípio da instrução obrigatória para surdos-mudos. (CONGRESSO PARIS - OUVINTES, p. 151).

Outra temática que se relaciona com a perspectiva biopolítica é da ciência. A valorização da ciência está presente na argumentação de Gariel, professor da Faculdade de Medicina de Paris e da Escola de Ponts et Chaussées. Ele sugere fazer uso de métodos científicos para se aperfeiçoar o método oral:

Considero que oralizar a quem não fala é prestar-lhe um grande serviço; mas para obter este resultado não poderíamos, desde já, recorrer aos métodos científicos cuja eclosão é a glória do nosso século; e, se estes métodos não são ainda suficientemente práticos para entrar no domínio da educação, não seria útil pesquisar os meios de atingir este resultado. (CONGRESSO PARIS - OUVINTES, 2013, p. 21)

Embora não apareça numa formulação de questionamento, notamos que a fala de Gariel só pode ser compreendida como uma pergunta retórica que tem por pressuposto a impossibilidade de se pensar o futuro do método oral sem a contribuição da ciência. Mas também a educação só poderia ter sentido se pensada a partir da ciência.

A ideia de certa classificação dos surdos está presente em vários momentos da seção dos ouvintes. Esta classificação se faz útil para se organizar a educação a ser ofertada aos surdos. Por isso, da inteligência adormecida a ser despertada se passa à compreensão de que há surdos com níveis distintos de inteligência e que a oferta da instrução obrigatória precisa contemplar tal hierarquia.

A inteligência também fica associada à capacidade de se aprender o método oral, ao mesmo tempo, que é vista como um resultado do aprendizado de tal método, como podemos ler na afirmação de Claveau, inspetor geral honorário de serviços administrativos: “Os surdos-mudos verdadeiramente inteligentes, que foram educados pela fala, são capazes de seguir os cursos dos que ouvem, e eu poderia vos citar alguns exemplos; para eles, então, não há nenhuma necessidade de criar escolas especiais [...]” (CONGRESSO PARIS - OUVINTES, 2013, p. 64). Assim tínhamos um sistema bastante simples: os mais aptos para oralização são os inteligentes e depois de oralizados são tão inteligentes quanto os ouvintes.

Para um dos congressistas, senhor Emile Grègoire, diretor adjunto do Instituto provincial dos Surdos-Mudos de Brabant, se para os oralizados não se fazem necessárias instituições especializadas, para os outros ainda são a solução, pois nessa decantação os alunos surdos com menos dificuldades de aprendizagem eram direcionados aos institutos em que a oralização era determinante:

Conviria estabelecer instituições para os retardados e subsidiar pelo poder público as já existentes, e às quais são impostos enormes sacrifícios pecuniários. Desta forma, veríamos estes estabelecimentos se multiplicarem e não aceitaríamos senão surdos-mudos inteligentes para o bem de todos, surdos-mudos ou anormais. (CONGRESSO PARIS - OUVINTES, 2013, p. 125)

Gallaudet também faz menção a certa classificação dos surdos no que diz respeito à capacidade mental, todavia sua assertiva se direciona a uma maneira de compreender o melhor método a ser usado com cada surdo, opondo-se à definição de um único método:

As capacidades mentais e físicas das crianças surdas-mudas estão longe de ser as mesmas; nada é mais claro para qualquer pessoa inteligente e imparcial que as tenha observado. É impossível fazer com que todos tenham os meios necessários para a aplicação de um método único. O método deve ser adaptado à criança. Em seguida, lógica e naturalmente, para dar a todos os surdos-mudos a melhor educação possível é preciso empregar um sistema combinado, ou misto. (CONGRESSO PARIS - OUVINTES, 2013, p. 91)

Se no pastorado as práticas se direcionam ao sujeito, na sua individualidade; na biopolítica, elas se destinam à população, à coletividade. Assim, a escolha por um único método poder ter se baseado na expectativa de atingir o maior grupo não se importando com as idiossincrasias. Um dos argumentos era o da empregabilidade dos surdos.

Possivelmente, é a questão do trabalho, em uma Europa em expansão industrial, que orienta muitas das falas que aproximam instrução e trabalho. Também em relação ao trabalho se pensa certa hierarquização condicionada a uma prévia classificação da inteligência do surdo como se nota no argumento de Lacharrière:

Nós nos ocupamos com os indivíduos mais destacados de vossas Escolas; é preciso não esquecer daqueles cuja natureza dotou bem menos, daqueles a quem chamamos «retardados». Para eles não deveríamos nos preocupar com a criação de escolas agrícolas onde seria dada uma educação intelectual muito sumária, desenvolvendo mais suas forças físicas? (CONGRESSO PARIS - OUVINTES, 2013, p. 68)

Questionado pela afirmação de que surdos retardados das cidades voltariam a elas e permaneceriam sem emprego, Lacharrière continua:

Falei de Escolas agrícolas porque foram as primeiras que me passaram na cabeça, mas não me oponho que se formem oficinas para as crianças das cidades. Tudo o que desejo, senão por uma seleção, é que as crianças retardadas sejam separadas das outras porque atrapalham o trabalho, e que seja dada a elas a educação apropriada à sua debilidade intelectual, ao invés de deixá-las em salas de aula onde não podem fazer progressos. (CONGRESSO PARIS - OUVINTES, 2013, p. 68)

O processo de segregação se baseia em questões que ainda na atualidade permeiam muitos dos debates entre os opositores à inclusão. Subjaz uma perspectiva que pensa a educação de forma homogênea e simultânea, não reconhecendo os tempos específicos do aprendizado.

Consideramos, então, que há um movimento para constituição de uma educação destinada ao trabalho. Novamente, é a questão da classificação da inteligência que dispara a possibilidade ou não de educação. Lacharrière, embora não tenha alcançado sucesso, tentou provocar os congressistas a definir mais claramente tal processo:

A seleção destas crianças geralmente não é feita muito cedo e infelizmente as instituições francesas, não vejo senão a de Chambéry, não possuem um anexo agrícola. Em qual idade vós pensais que esta seleção deve ser feita? - falo unicamente do ponto de vista dos retardados. (CONGRESSO PARIS - OUVINTES, 2013, p. 68)

Camile Jenhot, professor do Instituto Real de Surdos-Mudos de Woluwe-Saint-Lambert (Bruxelas), faz a leitura de um estudo em que vão se explicitando tanto a compreensão sobre os surdos quanto a questão do trabalho:

Integrar o surdo-mudo à sociedade, não é somente colocá-lo em condição de compreender seus semelhantes e de se fazer compreender por eles. É de capital interesse para ele sair da Instituição em posse de um trabalho que tenha sido aprendido, seja no interior do próprio estabelecimento, seja fora dele, mas sob seu controle. O conhecimento deste trabalho fará com que tenha uma colocação na sociedade, e que se sinta útil, longe de ser uma carga. Ora, que profissão o faremos abraçar? Evidentemente aquela que tiver mais a ver com seus gostos e aptidões. Mas é preciso não esquecer: o surdo-mudo, geralmente frágil e inconstante, pode ser e é muitas vezes explorado. É então muito importante para evitar que ele caia muito facilmente no precipício aberto sob cada um de seus passos, afastá-lo dos grandes centros; lá ele será muito facilmente entregue aos seus inimigos e corruptores. O melhor seria então escolher para ele um estado do seu país em que pudesse fazer o curso, e o mais que possível perto de seus pais. Esta obrigatoriedade se impõe principalmente do ponto de vista moral. Mais do que qualquer outro, o surdo-mudo tem necessidade de estar sob a proteção e a tutela de seus pais; eles são para ele guias indispensáveis. (CONGRESSO PARIS - OUVINTES, 2013, p. 144-145)

Neste estudo notamos mais uma vez como permanecem as questões de tutela em relação aos surdos por considerá-los como seres fragilizados. Não bastaria, pois, para Jenhot, apenas a instrução, mas deveria a ela se somar uma ação eficaz das famílias. A ideia de proteção está presente na argumentação e fundamenta não só a possibilidade de busca de trabalho, mas também a condição do surdo de pessoa a ser guiada.

O papel da família está sugerido na argumentação de Frédéric Nordin, diretor do Instituto de Surdos-Mudos de Wenesborg (Suécia). Nela se explicita uma visão da infância aplicada à condição específica dos surdos, retratando a escola como o lugar de todo o saber para os surdos:

Desde a sua entrada na escola, ou seja, por volta dos sete anos, as crianças que ouvem já possuem a linguagem e a compreendem. Infelizmente, não é o que acontece com a criança verdadeiramente surda-muda. Até esta idade ela não aprendeu nada e na sua entrada para a escola ela não sabe nada. (CONGRESSO PARIS - OUVINTES, 2013, p. 174-175)

Ferreri, diretor do *Jornal l'Educazione de Sienne* (Itália), parece compartilhar dessa compreensão sobre a escola. A sua crítica à fragilização dos surdos aponta também para uma crítica aos ricos. A educação passa a ocupar o lugar da assistência, sendo também compreendida como uma nova proteção concedida aos surdos:

A própria ideia de assistência pressupõe seres fragilizados, que precisam imperiosamente do melhor auxílio possível da parte dos que foram bem dotados pela natureza ou pela fortuna. Nada mais verdadeiro para o surdo-mudo que vive no seio de uma sociedade civil. A insuficiência comum a todos os homens no período da infância irá se prolongar para a criança surda-muda até o dia em que o educador possa integrá-lo à sociedade, após havê-lo reabilitado pela instrução. Isto no mais favorável dos casos. Mas se, por infelicidade, o surdo-mudo não encontrar, no início de sua adolescência, uma mão segura que o conduza à luz de obra educativa apropriada, então sua insuficiência durará toda a vida, pois não haverá para ele esperança de sair das trevas que circundam sua mente, já que não conhece sua língua materna. Com efeito, a criança normal pode se desenvolver como indivíduo já consciente, sob a única influência da linguagem nacional, viva. E quando pensamos em enviá-la para a escola, já está em plena posse dos meios que a levarão ao estado de cidadão útil para a sociedade e para ele mesmo. (CONGRESSO PARIS - OUVINTES, 2013, p. 185)

Neste contexto se pode entender o trabalho de D'Ostrogradsky, diretor da Instituição Imperial de Surdos-Mudos de São Petersburgo, que trata da formação dos professores. Se no passado os professores poderiam apenas exercer uma vocação, marcadamente caritativa, em relação aos surdos; na discussão de Paris (1900) exige-se uma formação dos professores que concilie não só os aspectos práticos mas também os teóricos. D'Ostrogradsk propõe um roteiro de formação bastante pormenorizado:

Nestes cursos devem ser tratados os seguintes artigos:

1. – O método de ensino de sua própria língua.
2. – O método da geografia, particularmente o traçado e o manuseio dos mapas. Somente então se pode contar com uma apropriação e uma distinta compreensão dos conhecimentos geográficos para as crianças surdas-mudas, se o próprio professor conhece suficientemente o ensino da parte geográfica.

3. – O método da aritmética, embora não exija do professor de surdos-mudos uma ciência acadêmica especial, demanda que se dê a ele a possibilidade indispensável de expandir sua visão sobre matemática mais do que é dada na escola normal.
4. – A fonação é indispensável para a compreensão distinta da existência dos sons, da transição e da possibilidade de substituição de um pelo outro – em geral o desenvolvimento da parte da língua que produz o som.
5. – O conhecimento, juntamente com o aporte de informações, da física e da química, sabendo fazer experiências a este respeito com o objetivo de simples amostragem;
6. – As noções sobre psico-fisiologia, com uma atenção toda especial sobre a particularidade do caráter do homem, da disposição de seu espírito e de sua alma, indicando que tendência causa a perda de audição em geral, e da fala em particular.
7. – O ouvido, com seus órgãos num estado normal e patológico sem detalhes médicos especiais. O restabelecimento da audição.
8. – A história do ensino de surdos-mudos;
9. – Estudos práticos dos aspirantes sobre crianças surdas-mudas, sob direção de um orientador especialista experimentado. Supõe-se um curso de dois anos; 1º ano com todas as ciências teóricas, uma hora por semana cada matéria; 2º ano somente a prática. Conhecer as pessoas que sofrem de surdez psíquica em diversas fases, sob a orientação de um médico de psiquiatria, mediando as definições de surdez sob o enfoque de um médico otorrino. No momento da passagem de um curso ao outro e ao final dos dois cursos, os aspirantes farão exames sobretudo o que foi tratado. Os que terminarem com sucesso receberão um certificado dando direito ao ensino de surdos-mudos. Quem não tenha passado por curso semelhante e não tenha recebido um certificado, não terá direito a tratar com surdos-mudos. (CONGRESSO PARIS - OUVINTES, 2013, p. 207-208)

Na proposição de D'Ostrogadsky podemos perceber como há certa sugestão de um currículo formativo para os profissionais que atuarão junto aos surdos. Neste "currículo" se evidenciam uma compreensão do corpo como realidade a ser conhecida, perscrutada, administrada. Os professores não devem dominar apenas os conteúdos, mas também o funcionamento dos corpos de seus alunos. Tal domínio a ser adquirido empiricamente seria supervisionado por especialistas da área médica. A ideia de exame do candidato à docência sugere o nascimento de aleturgias. Talvez, a parceria entre pedagogia e medicina, votada na oitava resolução do congresso, esteja aí melhor explicitada como verdadeira subordinação da educação aos princípios clínicos.

Após termos contemplado os elementos de pastorado e biopolítica presentes na seção dos ouvintes, desejamos percebê-los na seção dos surdos.

O PASTORADO PRESENTE NA SEÇÃO DOS SURDOS DO CONGRESSO DE PARIS (1900)

O tema do surdo frágil e necessitado de auxílio também se faz presente na seção dos surdos, todavia em poucas ocorrências. Possivelmente, em função da clara preocupação em se manifestar oposição ao método oral e procurar mobilizar os participantes para o retorno ao método misto, uma forma bastante diversa de ver a própria realidade e a educação a eles direcionada se explicita. Realmente, foram dois congressos sob um mesmo nome!

A ênfase não está colocada sobre a condição do surdo a ser cuidado, mas muito mais em suas potencialidades para ser educado. Há uma constante crítica ao que foi ofertado até então aos surdos, como se vê no trabalho de Watzulik:

Muitos professores parecem acreditar que, de fato, alcançaram sucesso com seus alunos. Essa opinião é destruída pelo fato de que um grande número de surdos-mudos não está em posição de avançar com o que recebeu da educação pública. Alguns deles mal têm o suficiente para viver. (CONGRESSO PARIS - SURDOS, 1900, p. 24 - tradução nossa)

Na fala acima, Watzulik, representante alemão no Congresso, expõe o desapontamento dos surdos com a escolarização que nos últimos vinte anos era ofertada com base no método oral. Entretanto, parece que sua crítica diz respeito à educação pública e não somente ao método oral. O empobrecimento dos surdos estaria diretamente relacionado ao ensino que tiveram acesso nas escolas públicas administradas por grupos religiosos.

Victor Lagier recupera a situação do surdos num passado recente, talvez, reconhecendo a importância do método oral para certa aquisição de direitos:

Na época em que os surdos-mudos eram tratados como párias, a única coisa que podiam pedir era pena, e ainda não davam a eles sempre. Hoje, graças a Deus, tudo mudou. Por lei e pelos princípios da Revolução, nós nos tornamos cidadãos em pé de igualdade com os outros e, falando, não estamos mais condenados a reivindicar somente piedade e compaixão. (CONGRESSO PARIS - SURDOS, 1900, p. 39 - tradução nossa)

A imagem utilizada por Lagier é contundente: párias. Os surdos sob a condição de assistência do governo eram objeto de caridade. O artista traz ainda um elemento novo: “Em outros países, ou para ser mais preciso, nos países protestantes, os surdos-mudos são tratados no mesmo nível que os outros. Reconhece-os bem, toda aptidão” (CONGRESSO PARIS - SURDOS, 1900, p. 41 - tradução nossa). Expõe-se

aí uma crítica ao catolicismo que trabalhava com os surdos desde uma perspectiva de piedade.

Noutra exposição do Congresso, enviada pelo italiano Guerra, há uma comparação também interessante. A decisão pelo método oral é criticada como similar a um processo de escravização:

É uma verdadeira tirania, uma tolice, obrigar indiscriminadamente todos os surdos-mudos como tantos escravos condenados a falar à força, constrangidos a isso pelas deliberações injustas e desumanas do Congresso de Milão! E, por esta razão, do nosso lado, olhando para o céu e invocando o nosso amado pai L'Épée, vemos a esfera luminosa no meio da qual está escrito em letras de ouro: Caridade e Humanidade. Protestamos, portanto, com toda a nossa força contra essas deliberações e também contra as do recente Congresso de Roma de 1899, porque elas são prejudiciais para nós de todos os pontos de vista, e fazemos votos sinceros de que os congressistas as condenem e repilam solenemente como um poderoso veneno!!! (CONGRESSO PARIS - SURDOS, 1900, p. 76 – tradução nossa)

Também sobressai na crítica de Guerra o apelo à caridade e humanidade, referenciadas no abade L'Épée. Para os surdos do congresso a imagem de L'Épée era um ícone que traduzia seus ideais por ter inaugurado uma forma de com eles se comunicar e ter se dedicado a propor uma caminho de educação que lhes seria acessível. Caridade e humanidade eram as motivações, de inspiração religiosa, que fomentaram durante anos também as práticas de assistência.

Bartolomé Ruiz nos ajuda a compreender o quão paradoxal é o poder pastoral:

Como todas as formas de poder, o poder pastoral se legitima porque atende aspectos positivos das demandas do cuidado e da necessidade dos outros. Porém, como todas as formas de poder, suas técnicas são paradoxais: podem ajudar, mas também podem manipular; podem cuidar, mas também podem criar dependência; podem orientar, mas também podem submeter às vontades. O poder pastoral não é intrinsecamente bom ou ruim, ele é paradoxal. A condição paradoxal do poder pastoral perpassa todas as suas técnicas de governo, incluída a prática do cuidado. (BARTOLOMÉ RUIZ, 2016, p. 24)

Assim, não se deve estranhar a manifestação de algumas contradições como se pode ler em outros registros do evento. Na memória escrita por Raeb, presidente e tesoureiro de uma sociedade de surdos, há uma afirmativa que nos coloca em contato com a realidade que muitos surdos experimentaram nos internatos:

Em alguns, até mesmo a acomodação dos alunos pode ser comparada à das prisões, onde os surdos-mudos são irritados e intratáveis, e os inspira com desgosto pelo estabelecimento e pelo ensino. O surdo-mudo, por sua enfermidade, já está isolado de outras pessoas; nos estabelecimentos se completa seu isolamento por todas as medidas possíveis, tanto para o

interior como para o exterior. Portanto, ele aprende com desgosto e aguarda com expectativa o momento da partida. (CONGRESSO PARIS - SURDOS, 1900, p. 362 - tradução nossa)

Embora as instituições se prestassem a ofertar assistência, segundo Raeb, em muitos casos os surdos experimentavam desgosto até mesmo para com a educação que lhes era destinada, pois os estabelecimentos eram marcados pela privação da liberdade.

À ideia de enfermidade parece somar-se a de infortúnio. Os surdos manifestam como eram vistos pelos ouvintes, mas também como foram assumindo uma identidade enquanto grupo que se considera, a partir de Ferdinand Berthier, composto por irmãos. A compreensão de “irmãos no infortúnio” está presente nas falas dos surdos (CONGRESSO PARIS - SURDOS, 1900). Talvez, aqui possamos ver algum sinal daquela compreensão de rebanho que se autoprotege e que tem também em algumas pessoas a figura viva do pastor a assegurar-lhes os seus direitos.

Os surdos do Congresso não descartam a utilidade de estabelecimentos de assistência mantidos pelo governo. Inclusive, a preocupação com asilos e suporte para os doentes é manifestada como podemos ler na solicitação de Henri Genis (1835-1928), presidente da Associação de Amigos dos Surdos-Mudos. Nela também se explicita como muitos surdos chegavam à velhice:

Sabemos como é difícil, por causa de sua enfermidade, para a maioria de nossos irmãos, a luta pela vida - sabemos quanto - depois de uma dolorosa existência, dedicada a um trabalho muitas vezes não muito bem pago, apesar da coragem que eles trazem com eles, tendo o complicador do desemprego frequente, o fim de sua carreira é miserável, quando as forças os abandonam, eles não podem mais trabalhar; eles não sabem onde descansar seus velhos membros fatigados, de modo que a sua enfermidade natural, coloca-os em condições particularmente infelizes que a outros menos favorecidos da sociedade. (CONGRESSO PARIS - SURDOS, 1900, p. 174 – tradução nossa)

Henri Genis solicita que o congresso delibere pela criação de uma casa de idosos capaz de acolher surdos dos dois sexos. Utilizando do argumento da solidariedade, exemplifica a situação dos surdos na velhice:

Como o judeu errante, o destino implacável grita-lhes: "Caminhe, ande!". E eles andam, os idosos e enfermos, eles andam nas estradas, tropeçam nas calçadas, deitados em lugares inomináveis, eles andam como párias - estendendo a mão. Eles vagam de escritório de caridade a escritório de caridade, dormindo em abrigos de mendigos quando este não é um depósito, ainda isolados e mais infelizes do que os seus colegas de

infortúnio com os quais eles não podem nem falar, nem suavizar seu sofrimento pela troca de palavras consoladoras. Eles encaixam em hospícios, ou ainda, exaustos, em hospitais, e onde quer que vão, eles se encontram isolados no meio de outros infelizes, por quem eles nem podem ser compreendidos. (CONGRESSO PARIS - SURDOS, 1900, p. 174 – tradução nossa)

Foucault pondera que a questão da velhice já despertara, desde o início do século XIX, a preocupação, pois trata-se do indivíduo fora de atividade:

E e em relação a estes fenômenos que essa biopolítica vai introduzir não somente instituições de assistência (que existem faz muito tempo), mas mecanismos muito mais sutis, economicamente muito mais racionais do que a grande assistência, a um só tempo maciça e lacunar, que era essencialmente vinculada à Igreja. Vamos ter mecanismos mais sutis, mais racionais, de seguros, de poupança individual e coletiva, de seguridade, etc. (FOUCAULT, 2005, p. 1)

Canteleux, antigo professor do Instituto de Arras, no seu relatório sobre os surdos e a religião, expressa a compreensão de que a religião, no caso o catolicismo, contribuiria para frear determinadas paixões nos surdos. Entretanto, quando os surdos saem das instituições parecem retroceder ao estágio anterior à fé:

Pode-se dizer que, em geral, os surdos-mudos têm fé; mas quando deixam as escolas, não ouvem mais o dever e a religião, gradualmente esquecem as instruções religiosas que recebem e estão cercados de maus exemplos, de modo que não podem controlar suas paixões como se dominam os cavalos de fogo, e eles se tornam as vítimas inconscientes dos eventos que acontecem sob suas vontades. (CONGRESSO PARIS - SURDOS, 1900, p. 117 – tradução nossa)

A partir de um referencial religioso o congressista assinala aquela preocupação com as “paixões” que, como Foucault (2018a) bem o analisara, faz parte da crescente preocupação com o sexo, típica do século XIX, ramificando-se em determinações morais.

O texto enviado por J. Hardy, representante de uma sociedade mútua da Bélgica, aponta para as falhas de uma postura indulgente em relação aos surdos:

Geralmente, o surdo-mudo considera que as pessoas que se dedicam a sua intenção o fazem por obrigação e dever, pela força de estarem acostumadas a ele, concluindo que não é obrigado a qualquer reconhecimento para com elas. Este hábito de ser continuamente objeto de uma incompreensão abnegada, faz com que ele assuma como um ato voluntariamente colocado e uma negligência séria em relação a ele qualquer esquecimento ou desatenção por parte dessas pessoas. (CONGRESSO PARIS - SURDOS, 1900, p. 359 – tradução nossa)

Essa discussão encontra-se na parte do relatório que discorre sobre aspectos morais dos surdos na Bélgica. De alguma maneira, ela nos coloca na percepção de

que entre os próprios surdos aconteciam críticas a certas posturas de dependência que não mais eram condizentes com o lugar que naquele momento passavam a almejar. As instituições religiosas foram marcadas por uma centralização na decifração do eu e suas práticas tinham por objetivo fazer surgir não uma simples verdade revelada exteriormente, mas aquela verdade do sujeito sobre si (FOUCAULT, 2014).

A crítica ao método oral puro que, tal qual a cama de Procusto moderna (CONGRESSO PARIS – SURDOS, 1900), violenta o surdo se constitui no eixo central das discussões da seção dos surdos. Este método assumido em muitas instituições significou a imposição de mais uma barreira ao aprendizado da maioria dos surdos. Não percebemos ao longo do texto da seção dos surdos uma fragilização ou inferiorização do surdo, vitimizándolo em relação aos ouvintes. Talvez, a questão da assistência dissesse mais respeito aos professores de surdos que aos próprios surdos que viam na restauração do método misto ou combinado um resgate da autonomia. Importante assinalar que ao longo do texto, para além daqueles aqui comentados, não há discursos que evoquem aspectos religiosos do cuidado ou que enfatizem uma prática caritativa para com os surdos.

A BIOPOLÍTICA PRESENTE NA SEÇÃO DOS SURDOS DO CONGRESSO DE PARIS (1900)

Os surdos reunidos em Paris mostram-se bastante afeiçoados com o uso das estatísticas como elemento que corrobora suas argumentações e as valida naquele evento. Encontramos no texto da seção de surdos estatísticas referentes ao número de surdos de diversos países; profissões desempenhadas pelos surdos; associações de surdos e seus progressivos avanços; quantitativo de instituições privadas e públicas; localização dos surdos nas áreas urbana e rural (CONGRESSO PARIS - SURDOS, 1900). Através delas se procura comprovar, principalmente, os equívocos cometidos após a implantação do método oral puro e o número grandioso de surdos sem acesso à escolarização.

Consideramos o uso das estatísticas como uma marca bastante concreta do quanto se vai constituindo uma biopolítica que não tem mais os surdos numa condição de anormalidade, mas como um grupo específico a ser supervisionado, orientado,

encaminhado, protegido e, naquele momento, educado. As estatísticas mapeiam as morbidades, controlam possíveis deslocamentos, localizam intensidades. As estatísticas quantificam os fenômenos (FOUCAULT, 2001)

Para os surdos, estava bastante evidente que um dos motivos do pouco acesso ao ensino se devia aos processos de seleção que, geralmente, aceitavam apenas os surdos com “restos de audição” e mais capazes de serem oralizados. A co-existência de métodos é recordada e se procuram bases científicas para afirmar a necessidade de retorno ao método misto ou combinado. Ao mesmo tempo se delineiam nas participações dos congressistas uma compreensão de que a linguagem mímica ou gestual adquire caráter de língua (CONGRESSO PARIS – SURDOS, 1900).

Importante notar que também na seção de surdos há congressistas que defendem a oralização e criticam os defensores do uso de sinais como superficiais e sem base científica, como podemos ler na exposição de Mauduit:

Os surdos-mudos inteligentes que têm apenas o bem de seus irmãos no infortúnio devem defendê-lo e apoiá-lo contra a influência nefasta de alguns poucos desorientados que pretendem se fazer os porta-vozes dos surdos-mudos franceses para pedir a recuperação da mímica. Se nos dermos ao trabalho de estudar minuciosamente e imparcialmente as queixas desses adversários, é fácil perceber que eles não se baseiam em observações sérias e científicas. [...] Mesmo nos casos menos brilhantes, o oral não faz mais mal do que os outros sistemas de ensino (escrita ou sinais), mesmo admitindo que não faz melhor. Nem faz milagres; é apenas em muitos aspectos infinitamente superior aos seus predecessores. Como instrumento de pensamento, como meio de desenvolver a inteligência, nada pode ser comparado à fala. Pela palavra, o surdo-mudo retorna à Humanidade! (CONGRESSO PARIS - SURDOS, 1900, p. 62 - tradução nossa)

A postura de Ernest Dusuzeau (1846-1917) parece-nos responder à proposição de Mauduit, pois, não só supõe a co-existência dos métodos, critica as pretensões do método oral e ainda assinala certa dependência deste em relação ao gestual:

Senhores, partidários do método oral, vocês não hesitarão em confessar que nunca serão capazes de chegar a nada sem a ajuda do método mímico. Acredito que a palavra para surdos-mudos é um luxo, um suplemento de instrução que facilita suas relações cotidianas com o mundo exterior. Quanto ao ponto de vista puramente utilitarista, do ponto de vista de sua instrução pessoal e moral, não é de modo algum de uso imediato. É necessário, para a educação do surdo-mudo, colocar-se a primeira ao seu alcance, empenhando-se em empregar seus meios naturais, e é só depois de tê-lo feito a concessão deste instrumento para desenvolver sua inteligência e suas faculdades, que ele tem o direito de exigir dele o estudo da linguagem universalmente difundida que Deus lhe recusou: "a Palavra". (CONGRESSO PARIS - SURDOS, 1900, p. 88 - tradução nossa)

A seção dos surdos está caracterizada pela insistência na defesa dos direitos dos surdos em relação aos demais cidadãos. Percebemos dois movimentos que se complementam. Inicialmente, se defende uma emancipação do surdo e, em seguida, se descreve o surdo como pessoa capaz das mais diversas atividades. Há certo rompimento com aquele discurso de enfermidade e, mesmo quando excepcionalmente retomado, a ênfase recairá não mais sobre o indivíduo, mas sobre a ação do Estado em relação a ele.

A cidadania não está dada pelo marco legal. Ela é uma conquista que se efetiva pelo acesso aos benefícios, como se pode ler na exposição de Micheloni, representante de Roma: “Os surdos são cidadãos pela Lei, mas isso não se verifica, nem se torna verdadeiro se lhes forem negados os benefícios mais importantes e necessários à sociedade” (CONGRESSO PARIS - SURDOS, 1900, p. 212 - tradução nossa). Ou ainda na expressão de J.-S. Smith, professor da Escola de Surdos-Mudos de Faribault – Minnesota, que retoma o texto da Declaração de Independência dos Estados Unidos da América:

Todos os homens são criados iguais, dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, entre os quais figuram a vida, a liberdade e a busca da felicidade. Para assegurar esses direitos, entre os homens se instituem governos, que derivam seus justos poderes do consentimento dos governados. Sempre que uma forma de governo se dispõe a destruir essas finalidades, cabe ao povo o direito de alterá-la ou aboli-la, e instituir um novo governo, assentando seu fundamento sobre tais princípios e organizando seus poderes de tal forma que a ele pareça ter maior probabilidade de alcançar-lhe a vida e a felicidade. (CONGRESSO PARIS - SURDOS, 1900, p. 332 - tradução nossa)

Lagier critica a distância entre o legislado e aquilo que é vivenciado quando reflete sobre a empregabilidade dos surdos e denuncia que algumas profissões não são acessíveis:

Quer dizer, senhores, que, se a Revolução nos sujeitou aos mesmos deveres dos outros cidadãos, e chamados a usufruir dos benefícios da educação, como nossos irmãos ouvintes, gozamos dos mesmos direitos que eles? Infelizmente não, carreiras liberais lhes são negadas; as profissões mais lucrativas são proibidas para eles. Nós somos despedidos! (CONGRESSO PARIS - SURDOS, 1900, p. 39 - tradução nossa)

Ao argumento de Lagier sobre os direitos que deveriam ser iguais para ouvintes e surdos, recordamos Foucault (2018b) quando sugere que é próprio dos governos não respeitar os direitos.

Henri Jeanvoine insiste na obrigatoriedade do ensino e compara a disparidade da realidade em relação ao tratamento dispensado aos surdos:

A instrução é gratuita e obrigatória para todos os cidadãos, não é obrigatória para os surdos-mudos. O pai ou tutor não pode deixar de enviar seu filho ou aluno ouvinte-falante para as escolas, o mesmo não se aplica ao pai ou guardião de um surdo-mudo que lhe permite enfraquecer na ignorância. Os surdos-mudos pagam o imposto. Em tempos de guerra, eles podem se envolver como voluntários e fazer o tiro ou pelo menos servir como portadores de macas, e, mesmo assim se continua a tratá-los como quantidade insignificante. Essas irregularidades são óbvias e não é sem razão que digam que o surdo-mudo é ainda um fora da lei. (CONGRESSO PARIS - SURDOS, 1900, p. 210 - tradução nossa)

O mesmo Jeanvoine ao propor ações para o melhoramento da situação dos surdos também aproxima a questão dos direitos iguais e do acesso aos bens públicos:

Que sempre e em toda parte os surdos-mudos sejam tratados como outros cidadãos; que, conseqüentemente, as portas das administrações sejam abertas aos surdos-mudos de acordo com suas capacidades e que sejam admitidos a empregos civis ao seu alcance. (CONGRESSO PARIS - SURDOS, 1900, p. 211 - tradução nossa)

Neubauer, representante da Alemanha, sintetiza a questão em seu trabalho de forma lapidar: “Instruir para a vida e não para a escola deve ser o objetivo de todo ensino, o dos surdos-mudos e de todos os outros” (CONGRESSO PARIS - SURDOS, 1900, p. 322 - tradução nossa).

Ainda sobre este tema, trazemos uma última citação que recoloca o papel do surdo na defesa dos direitos dos surdos. Trata-se da argumentação de Henri Gaillard na defesa dos professores surdos:

Não se preocupe! Para mim, mais acostumado ao contato dos homens, mais dotado de agudeza observante, para mim que medi as profundezas de todas as desgraças do infortúnio, não tenho medo de repetir o que já disse antes: é necessário que os surdos-mudos lutem de maneira enérgica para ter o direito de se ocupar eles mesmos dos surdos-mudos, eles devem impor às autoridades públicas o dever de ouvir suas demandas de preferência a todo o resto. Nestes tempos de livre discussão, de livre exame, de livre adoção ou de livre recusa, nesta era de melhor ação solidária, seria um crime excluir surdos-mudos de seus direitos e deveres como cidadãos que estão interessados em seus próprios assuntos. Seria anti-humano, monstruoso, negar-lhes o poder de saber o que precisam, explicar o efeito sobre eles do ensino de seus professores, a aplicação de métodos, e desejar tal e tal melhoria. (CONGRESSO PARIS - SURDOS, 1900, p. 180-181 - tradução nossa)

O posicionamento de Gaillard vai de encontro ao que era praticado simultaneamente na seção dos ouvintes em que em nome da melhoria da educação dos surdos não se ouviam os principais destinatários das deliberações, nem se apresentavam claramente os motivos de opção pela imposição do método oral.

É no surdo considerado como capaz que os congressistas refletem. Por isso, algumas de suas exposições procurarão explicitar esse novo lugar assumido pelo próprio surdo. Gaillard assim o manifestou: “Os surdos-mudos estão nas mesmas condições que os falantes: capacidade, trabalho, serviço, intervenção pessoal em todos os assuntos, eleição, pagamento de impostos, fundação de um jornal, indústria, criação de uma obra, etc” (CONGRESSO PARIS - SURDOS, 1900, p. 107 - tradução nossa)

O protagonismo daqueles que defenderam os surdos e suas causas é declarado, reconhecendo a fundamental importância de ações no passado que permitiram aos surdos serem no fim do século XIX considerados como cidadãos: “Então, senhores, é graças a esses defensores eloquentes que os surdos-mudos puderam votar nas eleições, contrair matrimônio, fazer um contrato, um testamento, uma doação entre vivos, herdar, vender, alienar, etc.” (CONGRESSO PARIS - SURDOS, 1900, p. 208 - tradução nossa).

Mesmo reconhecendo que há uma prática que cria uma classificação da inteligência dos surdos, ou melhor, fazendo uso, inclusive dela, para mostrar seus equívocos, os surdos se recolocam como pessoas a serem ensinadas e não como desprotegidos a serem constantemente amparados quer seja pela família ou pela religião ou pelo Estado. Cochefer, presidente da Federação de Associações Francesas de Surdos-Mudos, sintetiza tal classificação da seguinte maneira:

Nesse caso, seria necessário, em minha opinião, estabelecer três categorias distintas de sujeitos, categorias estabelecidas da seguinte forma: 1º Aqueles cujo trato vocal e nervos sensoriais estão no estado normal (geralmente são sujeitos que perderam a audição acidentalmente); 2º Aqueles a quem a natureza não deu a fala necessária (são sempre surdos-mudos por nascimento); 3º Aqueles com retardo intelectual ou instabilidade mental. Para assuntos da primeira categoria, o ensino por fala pura é obrigatório. Quanto à segunda, por meio de grandes esforços será capaz de pronunciar algumas palavras inteligíveis, o ensino pelo método misto seria preferível. Quanto aos do terceiro, o método exclusivo de sinais com imagens e atividades de coisas cotidianas poderia ser usado de maneira útil para a instrução deles. (CONGRESSO PARIS - SURDOS, 1900, p. 103 - tradução nossa)

Evidencia-se que, para Cochefer, independente da classificação, todos os três níveis poderiam ter acesso à instrução. O que sugere é que, de acordo com o estudante, se defina a melhor forma de se educá-lo. Assim, mais que uma supressão do método oral, os surdos manifestam o desejo de que cada um seja compreendido na sua singularidade e, a partir dela, se ofereça uma instrução metodologicamente

coerente com suas aptidões. Apesar de Gaillard valorizar o método oral e propor o sistema combinado, aquele em que se utilizaria o melhor de cada um dos métodos, seu uso da possível classificação corrobora nossa percepção de que, independente do nível, o que se deseja é instruir todos os surdos:

De fato. O grande erro dos mestres, de ontem e de hoje, foi pensar que o aluno foi feito para o método predileto dos professores. Isso não é natural. O método deve ser feito para o aluno. Se o aluno é inteligente, ele precisa de um método inteligente, isto é, superior, um pouco complicado. Se o aluno estiver atrasado, um método igualmente inteligente é necessário, mas inferior ao primeiro e especialmente fácil. (CONGRESSO PARIS - SURDOS, 1900, p. 82 - tradução nossa)

Bertrand, representante da Normandia, partilha do mesmo pensamento: “Contudo, o melhor seria que o professor fosse capaz de ensinar um ou outro dos três métodos de acordo com as disposições inatas e os meios do aluno” (CONGRESSO PARIS - SURDOS, 1900, p. 218 - tradução nossa).

É curioso notar que a exemplo do que os ouvintes do Congresso afirmavam de que o surdo tinha uma inteligência a ser desperta, os congressistas surdos lançam mão dessa ideia invertendo-a e colocando o método oral como o fator que adormece a inteligência dos surdos: “Além disso, é quase um crime privar a criança surda-muda de sua língua natural: seus sinais. Outra é deixar a inteligência jovem dormir, o que, ao contrário, deve ser desenvolvido cedo!” (CONGRESSO PARIS - SURDOS, 1900, p. 88 - tradução nossa). Nesta frase de Dusuzeau faz-se essencial apontar o uso do termo “língua” (em francês “langue”). Ainda sobre o método oral, Micheloni o diz de forma semelhante: “[...] o oral puro faz o surdo-mudo falar simplesmente, enquanto o método misto o faz pensador e falante” (CONGRESSO PARIS - SURDOS, 1900, p. 213 - tradução nossa). Watzulik ainda o faz de forma mais enfática:

Exorto os professores alemães a não tratar a boca como o essencial, mas sim considerar o desenvolvimento intelectual como a lei exclusiva e superior da inteligência. A língua mímica destina-se a despertar e animar a mente; o olho, como mediador da inteligência, deve compreender facilmente tudo o que o mestre exhibe, mas ele não deve ser atormentado de maneira alguma. Naturalmente, a palavra deve ser ensinada, mas nunca às custas da mente. (CONGRESSO PARIS - SURDOS, 1900, p. 25 - tradução nossa)

A instrução obrigatória e por, no mínimo, 8 anos, é defendida ardorosamente pelos congressistas que concluem que os surdos têm o mesmo direito de estudo que os ouvintes e ainda que têm direito ao mesmo ensino. Na compreensão de Bertrand, secretário-intérprete da Associação de Surdos-Mudos da Normandia, isso seria

essencial para garantir a integração do surdo na sociedade: “A educação do surdo-mudo não deve diferir da do ouvinte-falante. Ele precisa ser perfeitamente bem educado para obter uma situação social mais facilmente e se comunicar mais facilmente com seus companheiros, isto é, a Sociedade” (CONGRESSO PARIS - SURDOS, 1900, p. 216 - tradução nossa).

Compreendemos que os debates dos surdos não visam apenas assegurar o acesso ao ensino obrigatório. Inspirados, principalmente, pelas práticas do Instituto Gallaudet dos Estados Unidos, os surdos pleiteiam ainda o ensino técnico e o ensino superior, abrindo possibilidades de novas carreiras para os surdos. No trabalho enviado por T.-F. Fox pode se ler:

Mas entramos na era da educação técnica, e com os surdos-mudos, nos cursos superiores, o estudo da ciência será a melhor linha de pesquisa, na natureza dos pensamentos, e substituirá os estudos clássicos. É um desejo entre os surdos-mudos de obter uma educação mais técnica, e essa solicitação já foi levada em consideração para o Colégio Gallaudet. Já existe um departamento técnico e faz operações práticas, com os alunos seguindo os cursos de engenheiros civis, outros de química, e quase podemos antecipar o tempo em que este departamento terá sua cota total de homens jovens buscando cursos especiais de floricultura, arquitetura, mecânica e ciências aplicadas. (CONGRESSO PARIS - SURDOS, 1900, p. 376 - tradução nossa)

A situação na França ainda estaria distante desse contexto norte-americano, e isso aparece no pronunciamento de Lagier: “Muitos jovens surdos-mudos, com um cérebro borbulhando de inteligência, incapazes de ascender por falta de educação superior, são obrigados a vegetar no primeiro patamar, onde, na maioria das vezes, encontram apenas desânimo e miséria” (CONGRESSO PARIS - SURDOS, 1900, p. 43 - tradução nossa).

Henri Gaillard também critica a situação da educação francesa destinada aos surdos:

Quando o surdo-mudo completou seu tempo de estudo, em média de sete a oito anos, eles consideram que sua missão acabou, o que é realmente cruel; o que tornaria desejável a completa supressão das escolas de surdo-mudo, a fim de deixá-los na extraordinária felicidade da ignorância. Para que serve dar instrução e educação se, cedo ou tarde, por indiferença social, essa instrução e educação servirão apenas para mostrar aos surdos-mudos que sua condição deve permanecer inferior; que todos os seus esforços, como os de seus mestres para libertá-lo do infortúnio de seu destino, devem permanecer improdutivos; que ele é o homem mais irremediavelmente condenado no universo. (CONGRESSO PARIS - SURDOS, 1900, p. 191 - tradução nossa)

Ao tratar da aprendizagem de uma profissão se propõe uma forma de se organizar o ensino para surdos. Consideramos que há nas discussões dos congressistas uma preocupação em relação aos currículos praticados nas escolas. Isso mostra como educação e currículo são diretamente impactadas pelos contextos econômicos, especificamente, pelo processo de industrialização (CONGRESSO PARIS - SURDOS, 1900). Aymard retrata isso:

A negligência por parte dos diretores em relação às crianças surdas no que diz respeito à preparação industrial e ao perigo social do rebaixamento de pessoas instruídas, tais como os inconvenientes que o senhor Alban Watzulik apresentou no Congresso de Genebra, as quais mostram que não pensamos o suficiente naqueles cujo dever é preparar os jovens para uma luta que deve ser séria, mas que nunca deve ser estéril ou decepcionante. Aqui a sociedade o abandona; ela não preparou nada para ele. Ele precisa de uma profissão para viver: bem! Ele deve aprender como pode. Seria mesmo necessário que ele encontrasse os meios para desenvolver suas forças morais e intelectuais: bem! É para ele se prover; é para seu pai, para quem ele é um fardo, às vezes, muito pesado, para alimentá-lo, se puder, até que ele chegue no momento de se sustentar para sua subsistência. (CONGRESSO PARIS - SURDOS, 1900, p. 224 - tradução nossa)

O modelo norte-americano apresentado por Thomas-Francis Fox sugeria um currículo que abarcasse o ensino-aprendizagem de linguagens, matemática, ciências naturais, história, filosofia e ciências políticas (CONGRESSO PARIS - SURDOS, 1900). Gaillard enfatizará a aprendizagem das ciências físicas:

Começaria um sólido ensino das ciências físicas, adequado às necessidades de cada profissão. Estas escolas práticas, que devem satisfazer maravilhosamente as necessidades do nosso tempo, têm um caráter essencialmente democrático; que permite ao filho do mais modesto agricultor ou pobre trabalhador entrar nele sem sacrifícios pesados, levando-o aos doze ou treze anos, uma vez completado o ensino primário, mantendo-o por três ou quatro anos apenas. Surdos-mudos podem abandonar a escola em uma idade em que o conhecimento adquirido e suas forças físicas lhes permitem aproveitar ao máximo os elementos de que dispõem. (CONGRESSO PARIS - SURDOS, 1900, p. 227 - tradução nossa)

A tônica dada é de uma educação para o trabalho, como Gaillard o expressa:

Só que, como nunca podem ser ensinados nas escolas, é fácil concluir que o interesse do surdo-mudo é sair da escola com educação primária suficiente e a absoluta liberdade de escolher o tipo de profissão que irá servi-lo e ajudá-lo a ser um cidadão útil para seus concidadãos. Disso resulta muito facilmente um princípio a ser observado para e pelos surdos-mudos: é impossível indicar quais são os negócios mais adequados para eles; pois que todos os ofícios podem sê-lo, de acordo com os indivíduos e suas inteligências e de acordo com as circunstâncias e seus ambientes natais. (CONGRESSO PARIS - SURDOS, 1900, p. 189 - tradução nossa)

A profissionalização do surdo ocupa grande parte dos debates, ao mesmo tempo que são feitas muitas críticas à dificuldade de acesso ao trabalho. Nesse sentido

entra em cena a defesa do retorno dos professores surdos demitidos por ocasião da implantação da deliberação de Milão (1880). Parte da argumentação pelo readmissão dos professores surdos se baseia na condição de “irmãos de infortúnio” e por “conhecerem a alma do surdo” (CONGRESSO PARIS - SURDOS, 1900, p. 98). As carreiras artísticas e na área do judiciário também são incentivadas, manifestando um posicionamento de que os surdos podem ocupar quaisquer postos de trabalho na sociedade.

Bartolomé Ruiz alerta para como a biopolítica toma a vida humana na sua utilidade, podendo também dela desfazer-se caso não seja mais útil:

O poder biopolítico utiliza-se da técnica pastoral do cuidado da vida, porém com intencionalidade de torná-la produtiva e eficiente. Caso contrário, quando a vida não mais ofereça produtividade, o cuidado tornar-se-á abandono. Foucault registrou magistralmente este paradoxo numa espécie de aforismo, ao afirmar: o poder soberano faz morrer e deixa viver, o biopoder faz viver e deixa morrer. (BARTOLOMÉ RUIZ, 2016, p. 21)

Acreditamos que os elementos aqui recordados exemplificam suficientemente como se foi constituindo uma prática biopolítica em relação aos surdos, considerando-os como população a ser educada, conservando-se ali sedimentos do pastorado.

Para se iniciar um fechamento...

Neste capítulo procuramos apresentar como elementos de pastorado e biopolítica se evidenciaram no Congresso de Paris (1900). Como o Congresso se deu em duas seções, optamos por analisar os elementos explicitados ou não nos textos de cada grupo. Essa opção, acreditamos, nos conduziu ao encontro daquelas pessoas que, imbuídas de diversas motivações, queriam refletir sobre a educação de surdos. Os monumentos permitiram-nos ouvir novamente aquelas vozes e mãos que sinalizaram e dar-lhes hoje um significado.

Parece-nos que as questões de pastorado são muito mais evidentes e recorrentes na seção dos ouvintes. Ali a ideia de melhoramento da assistência aos surdos, possivelmente, justificada pela grande participação de religiosos, se anuncia como uma tendência em movimento não para uma ruptura, mas para um aprofundamento que se dará nas práticas biopolíticas que almejam, pelo encontro entre pedagogia e medicina, definir as formas de condução da vida dos surdos.

O texto da seção do surdos nos colocou diante de uma população bastante organizada, determinada a se posicionar politicamente a partir de uma identidade e disposta a fazer implementar seus interesses na área da educação. Consideramos bastante importante o fato de na seção dos surdos a ênfase se encontrar diretamente ligada à educação, com poucas assertivas ligadas a uma visão do surdos como dependente ou enfermo. A quase nula discussão sobre os aspectos ligados à medicina, sugere-nos que, dentre os surdos, havia uma clara resistência ao que era discutido na seção dos ouvintes.

Contudo, mesmo não fazendo uso dos mesmos elementos na argumentação, também entre os surdos foi possível encontrar elementos que esboçam a constituição de uma biopolítica que se dá pela educação. A preocupação com o trabalho, o reconhecimento dos direitos e a luta por igualdade em relação aos ouvintes são expressão de que também ali, dentre os surdos, o que estava em jogo era a elaboração de uma maneira de poder viver em sociedade a partir das novas exigências que ela impunha indiferentemente a todas as pessoas.

A quantidade grandiosa de material acessado, possivelmente, não foi aqui, em hipótese alguma, esgotada, abrindo perspectivas para futuras pesquisas que possam avançar na escuta e interpretação do que foi vivido em Paris (1900). Encerramos este capítulo recordando o que Solange Rocha tão bem nos alerta:

Por fim, para que as narrativas históricas sobre os tempos pretéritos não fiquem prejudicadas pelas nossas intenções do tempo presente, penso que devemos, sobretudo, evitar nutrir expectativas relativas ao que passou. Um devir para o passado é uma armadilha para nos perdermos dele ou nele. Para enfrentarmos os processos históricos é preciso, primeiramente, reconhecê-los. Devemos nos despir da tentação do **se**. (ROCHA, 2010, p. 142 – negrito e itálico da autora)

CONSIDERAÇÕES FINAIS SOB O PESAR DE A VIDA SER BREVE E O TEMPO AVASSALADOR

Vento que vem de toda parte. Dando no meu corpo, aquele ar me falou em gritos de liberdade. Mas liberdade – aposto – ainda é só alegria de um pobre caminhozinho, no dentro do ferro de grandes prisões. Tem uma verdade que se carece de aprender, do encoberto, e que ninguém não ensina: o beco para a liberdade se fazer. Sou um homem ignorante. Mas, me diga o senhor: a vida não é cousa terrível? Lengalenga. Fomos, fomos.

(Guimarães Rosa, 1994, p. 432)

Assim, para mim, o papel da escrita é essencialmente um papel de colocação a distância e de medida de distância. Escrever é se situar nessa distância que nos separa da morte e daquilo que está morto. Ao mesmo tempo é aquilo em que essa morte vai se manifestar em sua verdade, não em sua verdade oculta e secreta, não na verdade daquilo que ela foi, mas nessa verdade que nos separa dela e que faz com que não estejamos mortos, com que eu não esteja morto no momento em que escrevo sobre essas coisas mortas. (FOUCAULT, 2016, p. 71-72)

Gabriel Garcia Marques, no conto “O afogado mais bonito do mundo”, narra a história de um corpo encontrado por crianças à beira-mar. A comunidade se reúne sobre ele e, diante daquele corpo inerte, toda uma vila se debruça e arrisca dizer algo sobre sua vida. Não importa se realmente aquela tenha sido a vida do falecido, mas importa como aquele corpo foi capaz de dar vida a homens e mulheres de todas as idades e fazê-los ressignificar as próprias vidas. Talvez, tenhamos encontrado um corpo... ou vários corpos... Sobre ele nos debruçamos admirados, surpresos, sentindo aquele corpo como novidade. Aquilo que elaboramos ao tocar neste corpo é apenas um fragmento de tudo o que ele representa ou significa.

Dividimos essas considerações em duas partes: a) retomada dos capítulos; b) aberturas para possíveis pesquisas. A divisão é apenas didática, pois os dois momentos estão de várias formas interligados.

a) Retomada dos capítulos:

No primeiro capítulo propusemos que este texto fosse também uma reescrita de minha pessoa. Ao longo dessas páginas nos aproximamos de Foucault e retomamos

com ele, como na modernidade, o homem ao ocupar o centro da reflexão inaugura uma nova etapa, mas carrega consigo marcas do momento anterior. Pastorado e biopolítica nos colocaram em contato com práticas que assujeitam, que controlam, que esquadriham o humano num compasso em que economia, biologia e linguagem assumem novos postos.

A revisão de literatura nos colocou diante de um dilema. Avançar ou não em uma pesquisa sobre um tema que não tem muitas produções acadêmicas? Arriscamos e nos detivemos sobre documentos, alguns sem tradução para a língua portuguesa, que nos permitiram refletir sobre a constituição da educação de surdos. A composição de um quadro com o contexto do século XIX tinha por finalidade permitir-nos compreender como os documentos do evento haviam captado a atmosfera reinante.

Com nossa escolha metodológica por uma pesquisa de cunho monumental, dispomo-nos a buscar fontes pouco consultadas. Acreditamos que tal intento foi assim uma experiência arqueogenealógica. Talvez, tenhamos descrito coisas por demais e nem sempre as analisamos com a devida profundidade que exigiam. As fontes nos mostram muitas demandas para pesquisa. A historiografia sobre o surdos contém muitas obras, hoje disponibilizadas pela rede de computadores, que nos impulsionam na investigação sobre a educação de surdos. A cada nome descoberto se abria uma nova possível frente de pesquisa e procuramos nos manter com certa coerência diante de nosso propósito.

A aproximação com os diversos congressos de surdos, num recorte temporal que compreende o período entre 1878 e 1898, nos colocou diante de duas décadas em que muitas questões eram continuamente retomadas, principalmente, as relativas aos métodos de educar os surdos. Todavia, mais que isso, acreditamos que nossa hipótese de que nesses eventos se evidenciam práticas de pastorado e de biopolítica parecem se confirmar. Este “entre” dos congressos nos interessou. Não é uma verdade fechada, acabada, inabalável. É tão somente uma leitura dos eventos. Uma leitura e muitas pequenas traduções de fragmentos. Uma leitura possível que, como toda escrita-leitura, pode ser questionada, indagada. Mais que a verdade, o movimento dado foi o essencial. A experiência da escrita com suas agruras e prazeres foi também o que nos constituiu.

O monumento das duas seções do Congresso de Paris (1900) exigiram uma apresentação que situasse os conteúdos apresentados nos registros textuais. Conseguimos nos aproximar da organização do evento, percebendo os liames complexos que culminaram em um congresso dividido em duas seções. Além disso, pudemos sintetizar os principais estudos apresentados no congresso e suas possíveis implicações em cada uma das seções. Essa visão mais panorâmica do Congresso de Paris (1900) conduziu-nos à análise das resoluções das distintas seções.

Contrastam o número reduzido de deliberações da seção dos ouvintes com as vinte deliberações dos surdos. Enquanto os ouvintes propunham uma manutenção das decisões de Milão (1880), procurando esmiuçar maneiras de se implementar o método oral puro; os surdos reivindicavam a possibilidade de uma metodologia que considerasse em primeiro lugar o sujeito surdo e suas potencialidades. Não percebemos uma simples oposição entre oralização e língua de sinais, mas uma complexa postura dos surdos que, ao recuperarem a possibilidade do método combinado, procuram delinear a constituição de um lugar social que escapasse a uma tutela ouvinte, produzindo uma identidade surda que passando pela questão linguística alcança diversas áreas: educação, trabalho, família, sociedade, arte. Como as deliberações dos surdos ainda não foram traduzidas, consideramos que nossa pesquisa possibilitará ulteriores desdobramentos em torno do que ali se apresenta.

O capítulo em que nos dedicamos a refletir sobre o pastorado e a biopolítica no Congresso de Paris (1900) tivemos a oportunidade de analisar as principais discussões ocorridas e discutir como se encontram nesse “entre” lugar de passagem do pastorado à biopolítica. Parece-nos ter sido de fundamental importância que os ouvintes optassem por um rompimento com a assistência prestada aos surdos, quase sempre de marca religiosa, e se iniciasse - ou desse continuidade - um processo de compreensão do surdo não como objeto de benevolência, mas como pessoa a ser integrada à sociedade, mesmo que pelo viés oralizante. A seção dos ouvintes parece-nos sugerir um rompimento mais abrupto com o pastorado e uma adesão irrestrita e, um tanto acrítica, à biopolítica. Inegável como a medicina teve aí papel preponderante.

Em relação à seção dos surdos, compreendemos que foram poucos os elementos de pastorado percebidos. A concepção de “irmandade surda”, herdada de Ferdinand Berthier, alavancou não uma postura de comiseração entre iguais, mas de constituição de práticas que tinham por objetivo valorizar o surdo na sua singularidade, tendo a língua de sinais como elemento importante e potencializador para a educação, fazendo uso dos mecanismos legais para assegurar aos surdos o acesso, a permanência e a qualidade da educação, não só básica, mas também em nível superior. Consequência dessa virada que toca diretamente na educação, na formação de professores surdos, na reorganização curricular, é a possibilidade de empregabilidade dos surdos. Notamos, pois, que há na seção dos surdos muitos elementos da instauração complexa da biopolítica. Talvez, embora não percebido pelos surdos, encontrava-se ali a consecução de mais uma possibilidade de o Estado controlar suas vidas, suas práticas, suas histórias, não mais como apenas indivíduos, mas como população surda.

Ao iniciarmos esta pesquisa não tínhamos noção do quanto a questão do pastorado viria a se tornar tão atual. Absorvido por novas maneiras de se expressar, encontramos-nos no fim de 2018 em um Brasil em que a prática de condução da vida, supostamente por se deter uma verdade, consolidou-se num projeto de recusa a uma série de valores democráticos. Foucault tinha razão que o poder era essa rede dispersa e não algo condensado diante do qual pudéssemos nos opor numa postura de luta contra o inimigo. O rebanho parece-nos ter sido conduzido sob a propaganda de uma mudança, de segurança, de proteção, salvação. Os pastores da antiguidade, ao assumirem uma missão divina de serem neste mundo o agir concreto da divindade, assumiam também que neles se encontravam também a lei. Salvação, lei e verdade foram nos últimos meses ecos que ressoaram em escolhas, oposições, antagonismos. E a religião ganhou novo impulso, possivelmente, a nos alertar que diante de tantos pastores atuando em nossa sociedade, estamos em um novo processo de pastorado em que consciências vão sendo orientadas. E por se ter um pretense acesso à verdade, o pastor pode também ensinar. Salva, legisla, ensina...

Diante do tão declamado versículo bíblico que conduziu o candidato de extrema direita, recordamo-nos de uma canção religiosa da década de 1980, entoada por Pe. Zezinho. Nela, acreditamos, se expressa melhor aquilo que o texto de Jo 8,32 pode sugerir a qualquer pessoa:

A Verdade vos libertará. libertará
A verdade vos libertará, libertará

Não temais os que matam o corpo
Não temais os que armam ciladas
Não temais os que vos caluniam
Nem aqueles que portam espadas
Não temais os que tudo deturpam
pra não ver a justiça vencer
Tende medo somente do medo
De quem mente pra sobreviver
Tende medo somente do medo
De quem mente pra sobreviver

A Verdade vos libertará. libertará
A verdade vos libertará, libertará

Não temais os que vos ameaçam
Com a morte ou com difamação
Não temais os poderes que passam -
Eles tremem de armas na mão
Não temais os que ditam as regras
Na certeza de nunca perder
Tende medo somente do medo
De quem cala ou finge não ver
Tende medo somente do medo
De quem cala ou finge não ver

A Verdade vos libertará. libertará
A verdade vos libertará, libertará

Não temais os que gritam nas praças
Que está tudo perfeito e correto
Não temais os que afirmam de graça
Que vós nada trazeis de concreto
Não temais o papel de profetas
Que o papel do profeta é falar
Tende medo somente do medo
De quem acha melhor não cantar
Tende medo somente do medo
De quem acha melhor não cantar

A Verdade vos libertará. libertará
A verdade vos libertará, libertará

Neste jogo de poder que conclamava pela primeira vez elementos virtuais em um processo eleitoral, também os surdos se viram como rebanho à espera de uma condução, de uma verdade libertadora. Se a internet se tornou um veículo grandioso de comunicação para esta parcela da população, também por ela foi feita uma aproximação, nascida talvez de uma simpatia inicial pela proximidade familiar da esposa do então candidato a presidente. Acordos assinados, promessas feitas, conquistas descontextualizadas, gerando entre os surdos também um sentimento de insegurança. Encerramos a noite do domingo de 28 de outubro de 2018 assistindo a

uma oração de agradecimento em rede nacional de televisão e na tela podia se ver a futura primeira dama com uma camisa com referências à Libras. Ao lado do eleito uma intérprete. O que este conjunto nos fala? O que nos faz questionar sobre as relações entre os surdos e a política? Como em cada um de nós, diuturnamente, se faz necessário buscar uma liberdade que nos conduza à verdade no cuidado de si, do outro e do mundo? Há um longo caminho a percorrer, que por ora demonstra-se difícil... Mas “onde há poder, há resistência” (FOUCAULT, 2018a, p. 104). E não residiria, talvez, no próprio espaço virtual uma nova possibilidade de se pensar resistências e contracondutas? O que isso poderia ensinar aos movimentos surdos e aos movimentos sociais em geral?

As questões biopolíticas não foram abandonadas. Ao contrário, elas se revelam agora numa articulação complexa que exige de cada um de nós um cuidado com o corpo, objeto de um insano desejo de controle e posse. Pelos nossos corpos, conduzidos por uma proposta de prolongamento da vida, se inscrevem inúmeras práticas em que se decide furtivamente a morte. Não por ingenuidade as pautas contrárias à diversidade sexual, à legalização do aborto e outras que passam pelos corpos retrocedem ao limite do preconceito e de formulações fascistas. Para onde caminhará o novo rebanho? Pela salvação, pela lei, pela verdade é permitido matar. Mas também pelo bem do rebanho se pode imolar o pastor...

Daquilo que investigamos resta-nos a certeza de que há mais ainda por perguntar e que não desejamos outorgar aqui uma verdade. Os monumentos por nós trabalhados nos colocaram em contato com inúmeros questionamentos e, por este motivo, se fechamos agora uma etapa, outras poderão se delinear.

b) Aberturas para possíveis pesquisas

Gostaríamos agora de sinalizar uma série de questões que nossa pesquisa percebeu, mas que, por não serem o objeto específico de nossa análise, não foram abordadas em profundidade e abrem novas frentes de trabalho, pesquisa e estudo com o monumento Congresso de Paris (1900), particularmente, a seção dos surdos.

Há uma abundância de material histórico sobre a educação de surdos à espera de pesquisadores que se disponham a deles se aproximar para dialogar, problematizar, investigar. Especificamente, chamamos atenção para os textos dos congressos que abordamos aqui e se encontram entre Milão (1880) e Paris (1900) que podem nos ajudar na elaboração de uma discussão sobre a formação histórica da língua de sinais. Tais monumentos estão disponíveis na rede mundial de computadores e são de fácil acesso quando se sobrepõe a barreira do idioma. Há ainda muitas obras de surdos ou educadores de surdos que podem nos fornecer pistas para uma nova mirada histórica.

Dizemos isso a nível internacional, mas não nos esquecemos do acervo do INES que no Brasil, tem uma ampla gama de material a ser analisado. Acreditamos que, em função de uma determinada abordagem da educação de surdos e por uma questão de militância - necessária num momento - a ênfase foi dada a outras questões, deixando o aspecto histórico sem muito aprofundamento e, por vezes, se repetindo algumas afirmações sem a necessária compreensão do que as embasou ou do que as pode ainda colocar em xeque, conduzindo hoje a desconstruções. Portanto, há um fazer arqueogenalógico extremamente frutuoso.

Ainda no enfoque histórico, são comuns as sínteses que apresentam a compreensão de surdez e de surdo ao longo da história, todavia, chamou-nos a atenção nos textos de Paris a possibilidade de se refletir sobre uma definição de surdo. Tal definição não surge espontaneamente, mas é construção de uma verdade sobre o ser surdo numa determinada época, carregando em sua concepção inúmeros elementos de seu tempo. Ao considerarmos como o século XIX foi decisivo na elaboração das ciências *psi*, acreditamos ser importante essa pesquisa sobre como ouvintes, particularmente os médicos, classificaram o surdo, determinando biologicamente o seu estar na sociedade como alguém a ser corrigido, emendado. Tal concepção não anula nem inferioriza aquelas outras que surgem pelos próprios surdos ou por outros profissionais que, apesar da pressão biopolítica, ousaram olhar o surdo e compreendê-lo a partir dele mesmo e de sua diferença linguística. Tanto a pesquisa histórica mais ampla quanto essa da concepção de surdo poderiam dar outras oportunidades de reflexão, por exemplo, a estudantes de Letras-Libras, bacharelado ou licenciatura.

Uma escrita da história dos surdos que subsidiasse pesquisas poderia contribuir para ampliar os olhares sobre as problemáticas discutidas em relação à educação dos surdos. Ao longo de toda a pesquisa sentimos a carência de obras que tratassem das biografias de surdos que exerceram função primordial, por exemplo, nos congressos entre Milão (1880) e Paris (1900). A impossibilidade de se datar precisamente nascimento e falecimento de algumas pessoas mencionadas nos textos e a escassez de dados biográficos, impossibilitam uma leitura do evento com mais clareza. Por exemplo, os conflitos entre surdos ou entre associações de surdos que possuíam visões distintas sobre aspectos como educação, sociedade, política, passaram aqui despercebidas. Outro exemplo, o fato de ter uma médica participando ativamente na seção dos ouvintes, mas apenas citada como Dra. Martha impede-nos de aprofundar outras incidências de sua prática para a vida dos surdos. Ao mesmo tempo nos perguntamos se esse anonimato não é também uma forma de se evitar que o monumento se limite a um documento. Ao sinalizarmos essa questão apontamos também para o presente em que as histórias de vida de muitos surdos tendem a se perder por não serem registradas. Quais são os surdos que marcaram no passado e os que atualmente têm escrito a história da educação de surdos no Espírito Santo e no Brasil?

Consideramos que diante do que foi levantado neste trabalho outra frente de pesquisa diz respeito aos manuais e currículos praticados na educação de surdos. Estes monumentos também aguardam pessoas ávidas por investigar como determinadas concepções de surdos incidiram na criação de materiais específicos, procurando problematizar como se deu a implicação entre conceito e material a ser usado com os surdos. Esses manuais também terão muito a dizer sobre o currículo praticado e o que se esperava do surdo como egresso escolar. Se atualmente as questões de currículo causam-nos muita preocupação devido à políticas que tendem a negar as especificidades e camuflam as realidades dos educandos, uma abordagem sobre os currículos vivenciados pelos surdos no final do século XIX pode nos ajudar a compreender o que deles se esperava no passado, mas também muito do que deles se espera hodiernamente.

No decorrer da reflexão sobre o Congresso de Paris (1900) notamos que a relação entre língua de sinais e religião apresenta-se como um nicho temático. Particularmente, pensamos no vínculo entre língua de sinais e protestantismo. Em

Paris (1900), os depoimentos dos protestantes sugerem uma postura diante do surdo que contribuiu para autonomia deste sujeito, escapando da postura caritativa mais associada ao catolicismo. Pensamos que a visão de homem típica do protestantismo do final do século XIX que o considerava como um partícipe da glória de Deus contribuiu para se olhar o surdo como um sujeito capaz de trabalhar e assim também acessar às benesses divinas. Recordamos que no Brasil, nos meios protestantes se proliferou mais que no seio do catolicismo, se proliferaram ministérios para atendimentos de surdos, impulsionando a conservação e aprendizado da língua de sinais. Uma análise histórica poderia nos ajudar a compreender como no protestantismo enlaçado com a oralização se conservou e, posteriormente, se disseminou a língua de sinais.

Outra questão que apenas insinuamos, mas que carece de aprofundamento é que a oralização, naquele momento histórico, foi muito importante para o rompimento com a assistência e, conseqüentemente, permitiu a autonomia do surdo. Embora, pareça contraditório, parece-nos que a proibição oficial do uso de sinais desencadeou um processo de compreensão do surdo que, a um só tempo, fortaleceu a língua de sinais, rompeu com o assistencialismo, produziu uma nova identidade surda que comportou-se, em vários momentos, como resistência e como contra-conduta. Por mais que a decisão pela oralização tenha uma visão classificatória dos surdos, naquele momento histórico, parece-nos ter sido ela um deflagrador de um novo surdo.

A concepção de língua aplicada à língua de sinais também se apresenta como questão a ser pesquisada no monumento de Paris (1900), seção dos surdos. A pesquisa de Gabriel Nascimento (2018) já toca nesta questão ao utilizar o texto da seção dos ouvintes. A aproximação com estudos da área da linguística poderiam nos ajudar a elucidar como no final do século XIX a linguagem gestual era compreendida e se, apesar do uso do termo linguagem, ali não estariam elementos que permitiriam afirmar a existência de uma língua de sinais, bastante difundida, com elementos comuns nos diversos países, com vocabulário específico, não se restringindo a uma manifestação gestual das línguas orais.

Ainda nesse sentido, questionamo-nos acerca do uso da escrita por parte dos surdos. Os textos por nós trabalhados sugerem tratar-se da escrita do idioma oral

dominante, todavia, perguntamo-nos sobre a apropriação dessa escrita e seus usos por parte dos surdos. Perguntamo-nos também sobre uma possível escrita de sinais e, novamente, consideramos relevante que se analisem documentos em que constam registros de sinais. Por detrás, dessa aparente dispersão, talvez se encontrem dados que possibilitem também repensar os atuais usos da escrito prescritos aos surdos e as metodologias utilizadas para ensiná-los a escrever seja na o idioma dominante ou a língua de sinais.

A formação de professores para atuar na educação de surdos, independente de serem surdos ou ouvintes, exige também essa retrospectiva histórica. Alguns comportamentos disseminados em meio aos surdos parecem advir de um longo passado e carregam consigo impressões, preconceitos, arbitrariedades, jogos de poder. Um currículo para formar o professor de surdos merece certa atenção e dispara as indagações sobre o processo e as aleturgias a ele concernentes na constituição de um docente para surdos. E, sem dúvida, aqui dialogam as formações pregressas dos professores, o essencial conhecimento de língua de sinais, nem sempre dado academicamente, mas validado comunitariamente. Em Paris (1900) pareceu-nos forte a retomada do surdo professor como aquele que conhecedor da realidade do surdo é a pessoa que mais se adequa à função. Para além, dessa questão, já discutida por Daniel Carvalho (2016), poderia se fazer um sério levantamento sobre como naquele contexto do final do século XIX se configura um modo de ser professor de surdo e com quais questões atuais dialoga.

Há no Congresso de Paris uma preocupação muito intensa com a questão do acesso ao trabalho por parte dos surdos. A argumentação remete ao empobrecimento e mendicância dos surdos, bem como à sua condição de deficiente e os riscos de uma velhice miserável. Possivelmente, naquele contexto em que era preciso formar levas para atender às novas indústrias, a questão do preparo do surdo para o trabalho evocasse a educação como esta mediação: educar o surdo para trabalhar. Percebemos pelo alto número de ocorrências que remetem ao trabalho que este tema sugere um debruçar mais demorado, uma leitura atenta e uma análise que contemple o sentido do educar e do trabalhar para o surdo. O monumento de Paris (1900) sugere o acesso a toda e qualquer profissão, mas também solicita a reserva de vagas para surdos nos órgãos públicos. Na presente precarização do trabalho, em que por meios legais se institui contratos de prestação

de serviços e práticas análogas à escravidão, que as possibilidades de aposentadoria se esvanecem, possivelmente, um estudo sobre trabalho e educação de surdos que partisse da análise de documentos - alguns caracteristicamente “monumentos” - tem muito a contribuir em tempos de neoliberalismo, com um capitalismo em transição sem ainda se delinear o que se nos advirá.

No contexto neoliberal quanto menos o Estado intervir no mercado, melhor para todos. Desta forma, o Estado, aos poucos, também deixa de assumir suas responsabilidades para com os cidadãos, imputando a eles mesmos a solução de seus problemas. As sociedades de proteção do surdos e casas de aposentadoria, mencionadas nos textos, mostram que ao final do século XIX grande parcela dos surdos ainda experimentava necessitar da intervenção do governo e, na ausência desta, as sociedades de proteção passavam a desempenhar o papel que era do Estado. Uma reflexão sobre a organização e funcionamento dessas sociedades pode permitir também uma compreensão de velhas práticas que tendem a eufemisticamente se manifestar na atualidade.

A parceria entre público e privado, sugerida no texto de Paris (1900) aponta para como os problemas sociais tendem a ser compreendidos no contexto neoliberal. A iniciativa do governo para educar os surdos soava ali como uma obrigação e o apoio da iniciativa privada ganhava contornos de caridade. Em relação à educação de surdos viveu-se uma transição da pertença às instituições privadas para a administração pública, configurando-se no acesso a um direito. Em todo o mundo têm se manifestado movimentos que tendem a sugerir o fracasso da administração pública e uma necessária intervenção da administração privada que se apresenta com salvação de todos os males. Problematizar essas questões no passado pode nos ajudar a perceber o que temos também construído em nossas políticas.

Paris (1900) parece-nos fazer o movimento de saída da assistência para uma forma de educação. Apesar do curto tempo decorrido, há muitas iniciativas atuais que têm retornado ao assistencialismo. Inclusive, algumas com apoio de grupos fundamentalistas. O assistencialismo fundamentalista encontra adesão de muitas pessoas que enxergam na omissão do Estado a possibilidade de mais uma vez associar vínculo de fé com práticas que mascaram as mazelas sociais. O

assistencialismo como marca também de políticas de extrema direita parece ganhar novo influxo com os novos fundamentalismos.

Por fim, nessas possíveis novas frentes de pesquisa, caberia um estudo sobre os movimentos dos surdos nos primeiros anos do século XX. Consideramos ter contribuído para um resgate histórico, motivando outros a dar sequência nessa seara. Após Paris (1900) outros congressos nacionais ou internacionais tiveram lugar na história. De 1904 a 1937 foram realizados nove congressos (RENARD, 2015) e seria bastante interessante analisar como as decisões de Paris foram encaminhadas. Este olhar bastante focado na situação dos surdos na Europa precisaria ainda buscar aproximações com realidades de outros continentes. Como tais congressos incidiram nas práticas de educação de surdos no Brasil? Como se deu a recepção desses eventos? A partir de 1951, com a criação da Federação Mundial de Surdos durante o Congresso de Roma, dezessete congressos já aconteceram. O próximo está previsto para 23 a 27 de julho de 2019 em Paris (RENARD, 2015). O que estes congressos mais contemporâneos têm a nos dizer?

Ter em mãos um monumento que faz vir ao hoje homens e mulheres, particularmente os surdos, foi carregar nas mãos uma preciosidade. Esta joia a nós confiada - mas que também pode ser por tantos outros polida, esmerilhada, tocada e interferida -, foi manuseada com uma postura de profundo respeito aos que nos antecederam com pesquisas históricas e aos sujeitos surdos a quem diretamente se referem. Pastorado e biopolítica foram apenas duas ferramentas nesta arte de ourivesaria ou lapidaria que permitiram ampliar ângulos, aproximar elementos, levantar a poeira que enrijece olhares. Ao final deste percurso, olhamos esta raridade monumental no desejo de que ela continue a nos permitir entrever os surdos como sujeitos que se constituem nas múltiplas relações que estabelecem e que nos questione continuamente sobre o que realizamos com eles e em nome deles. *“As seções de surdos e de ouvintes no Congresso de Paris (1900): problematizações sobre o pastorado e a biopolítica na educação de surdos”* é mais um esforço por questionar o que sabíamos, aquilo que, geralmente afirmamos, o que apontamos como esperanças futuras. Enfim, *“Viva a experiência de ler-escrever-traduzir-sinalizar-refletir-produzir no prazer de investigar!”*

REFERÊNCIAS

1 TEXTOS DOS CONGRESSOS DE SURDOS

LA ROCHELLE, E. **Congrès Universel pour l'amélioration du sort des aveugles et des sourds-muets**. Paris: Imprimerie Nationale, 1879. Fac-símile organizada pela Edition du Fox, domínio público disponível para download em: <http://www.2-as.org/editions-du-fox/>.

MILÃO, **Atas do congresso de** - 1880. Rio de Janeiro: INES, 2011. (Histórica, 2)

PARIS. **Congresso Internacional para estudo das questões de educação e de assistência de surdos mudos**. Rio de Janeiro: INES, 2013. (Histórica, 5)

GAILLARD, H. **Le Second Congrès International des Sourds-muets - Chicago - 1893**. Fac-símile organizada pela Edition du Fox, domínio público disponível para download em: <http://www.2-as.org/editions-du-fox/>.

GAILLARD, H. **Troisième Congrès International des Sourds-muets - Genève - 1896**. Fac-símile organizada pela Edition du Fox, domínio público disponível para download em: <http://www.2-as.org/editions-du-fox/>.

FORNARI, P. **Compte-rendu du Congrès International pour l'amélioration du sort des sourds-muets tenu à Milan du 6 au 11 septembre 1880**. Fac-símile organizada pela Edition du Fox, domínio público disponível para download em: <http://www.2-as.org/editions-du-fox/>.

FRANCK, A. **Rapport au Ministère de l'Inérieur et des Cultes sur le Congrès de Milan**. Fac-símile organizada pela Edition du Fox, domínio público disponível para download em: <http://www.2-as.org/editions-du-fox/>.

CHAZAL, J. **Le Congrès International des Sourds-muets - Dijon - 1898**. Fac-símile organizada pela Edition du Fox, domínio público disponível para download em: <http://www.2-as.org/editions-du-fox/>.

CYRILLE, F.; HOUDIN, A. **Troisième Congrès International pour l'amélioration du sort des sourds-muets**. Fac-símile organizada pela Edition du Fox, domínio público disponível para download em: <http://www.2-as.org/editions-du-fox/>.

LA ROCHELLE, E. **Congrès Universel pour L'amélioration du sort des aveugles et des sourds-muets - Paris - 1878**. Deuxième partie: Congrès pour l'amélioration du sort des sourds-muets. Fac-símile organizada pela Edition du Fox, domínio público disponível para download em: <http://www.2-as.org/editions-du-fox/>.

CHAMBELLAN, V-G. **Congrès International des sourds-muets de 1889**. Fac-símile organizada pela Edition du Fox, domínio público disponível para download em: <http://www.2-as.org/editions-du-fox/>.

GAILLARD, H. **Congrès International pour l'Etude des Questions d'Assistance et d'Education des Sourds-Muets**. Compte rendu des débats e relations diverses. Paris: Imprimerie d'ouvriers sourds-muets. Disponível em: [Source gallica.bnf.fr/Bibliothèque Nationale de France](http://Source.gallica.bnf.fr/Bibliothèque Nationale de France).

2 DE MAIS OBRAS

ANDRADE, M. de S., *at al.* A história da educação no século XIX. **Cadernos de Graduação - Ciências Humanas e Sociais**, Aracaju, v. 1, n.14, p. 175-181, out. 2012

ASTIER, C.; ASCHKINASI, J. **Surdi-Mutité, surdité psychique**: exercices acoustiques méthodiques. Bar-sur-Aube: Typographie et Lithographie A. Leboi, 1897.

BARTOLOMÉ RUIZ, C. O poder pastoral, as artes de governo e o estado moderno. **Cadernos IHUideias**, São Leopoldo: UNISINOS, ano 13, n. 241, v. 14, 2016.

BENVENUTO, Andrea. L'autre Milan 1880: le congrès international d'otologistes et l'instruction physiologique. **La nouvelle revue de l'adaptation et de la scolarisation**, Paris, n. 49, jan.fev.mar. 2010

_____; SÉGUILLON, D. Primeiros banquetes dos surdos-mudos no surgimento do esporte silencioso 1834-1924: por uma história política das mobilizações coletivas dos surdos. **Revista Moara**, Ed. 45, pp. 60-78, jan./jun. 2016.

BERNHARDT, J. Química e Biologia no Século XIX. In: CHÂTELET, F. **A filosofia do mundo científico e industrial**: de 1860 a 1940. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983. (História da Filosofia: ideias e doutrinas, v. 6)

BERTHIER, F. **Histoire et statistique de l'éducation dès sourds-muets**. Paris: Chez l'Auter, 1836.

BERWICK, R. C.; CHOMSKY, N. **Por que apenas nós?**: linguagem e evolução. São Paulo: Unesp digital, 2017.

BONDARENCO, Freire Priscila. **Da realização do congresso de Milão à publicação do ALMANAK dos amigos dos surdos (1880 a 1888)**. (99.f.). Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em Educação, Maringá, 2017.

CÂMARA, L. C. **A invenção da educação dos surdos: escolarização e governo dos surdos na França de meados do século XVIII a meados do século XIX**. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas. Programa de Pós-graduação em Educação, Campinas, 2018.

CAMBAÚVA, Lúcia G.; SILVA, Lúcia C.; FERREIRA, Walterlice. Reflexões sobre o estudo da História da Psicologia. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 3. n. 2, pp. 207-227, dez. 1998.

CAMBI, Francisco. **História da pedagogia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.

CANDIOTTO, C. A genealogia da ética de Michel Foucault. **Educação e Filosofia**. Uberlândia, v. 27, n. 53, p. 217-234, jan./jun. 2013.

CANTIN, Y. **Les Sourds-Muets de la Belle Epoque, une communauté en mutation**. Thèse. Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales. Centre de Recherches Historiques. Paris, 2014. 395 f.

_____; CANTIN, Angélique. **Dictionnaire biographique des grands sourds en France: les silencieux de France (1450-1920)**. Paris: Archives & Culture, 2017.

CARVALHO, D. J. **Não basta ser surdo para ser professor: as práticas que constituem o ser professor surdo no espaço da inclusão**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Espírito Santo. Programa de Pós-Graduação em Educação, Vitória, 2016.

CASTRO, E. **Introdução a Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. (Filô/Margens)

COSTA, P. R. **Estatística**. 3. ed. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2011.

DORES, Clarissa F. das. **A escolarização de surdos e o congresso de Milão [manuscrito]: eclosão da normalização para oralidade**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Mariana, 2017.

DOSTOIÉVSKI, F. **Os irmãos Karamazov**. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1970.

DRUMOND, Andrea H. **Escola bilíngue para surdos: constituição de práticas que configuram um espaço bilíngue**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Espírito Santo. Programa de Pós-Graduação em Educação, Vitória, 2017

DUCHESNEAU, F. A filosofia anglo-saxônica de Bentham e William James. In: CHÂTELET, F. **A filosofia do mundo científico e industrial: de 1860 a 1940**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983. (História da Filosofia: ideias e doutrinas, v. 6)

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. (Tópicos)

_____. **Educação e sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2011.

ENCREVÉ, Florence. **Sourds et société française au XIXe siècle**. Thèse (Doctorat d'histoire). École doctorale "Pratiques et théories du sens". 595 f. Université Paris. Saint-Denis, 2008a.

_____. Réflexions sur le Congrès de Milan et ses conséquences sur la langue des signes française à la fin du XIXe siècle. **Le Mouvement Social**, n° 223, p. 83-98, 2008b.

FILHO, K. P. A política das identidades como pastorado contemporâneo. In: CANDIOTTO, C.; SOUZA, P. de. **Foucault e o cristianismo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. (Estudos Foucaultianos, 10).

FISCHER, Rosa M. B. A paixão de trabalhar com Foucault. In: COSTA, Marisa V. **Caminhos investigativos I**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007a.

_____. Verdades em suspenso: Foucault e os perigos a enfrentar. In: COSTA, Marisa V. **Caminhos investigativos II**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007b.

FITZMYER, J. A. **A Bíblia na Igreja**. São Paulo: Loyola, 1997.

FRANCO, Monique. Educação superior bilíngue para surdos: o sentido da política inclusiva como espaço da liberdade: primeiras aproximações. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 15, n. 1, p. 15-30, jan.-abr. 2009.

FOUCAULT, M. **O belo perigo**. Rio de Janeiro: Autêntica, 2016.

_____. **A arqueologia do saber**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000a.

_____. "A casa dos loucos". In: _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

_____. "O nascimento da medicina social". In: _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

_____. "A governamentalidade". In: _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

_____. **Conversa com Michel Foucault**. Repensar a política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.

_____. **O nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 8.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000b.

_____. O que é um autor? (1969). In: _____. **Estética**: literatura e pintura, música e cinema. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. (Ditos e escritos, III)

_____. Outros espaços (1984). In: _____. **Estética**: literatura e pintura, música e cinema. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. (Ditos e escritos, III)

_____. A Linguagem ao infinito (1963). In: _____. **Estética**: literatura e pintura, música e cinema. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. (Ditos e escritos, III)

_____. Pierre Boulez, a Tela atravessada. In: _____. **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. (Ditos e escritos, III)

_____. Gerir os ilegalimos. In: POL-DROIT, R. **Michel Foucault, entrevistas**. São Paulo: Graal, 2006a, pp.41-52.

_____. **História da loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1978. (Estudos)

_____. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1977.

_____. **O poder psiquiátrico**: curso dado no Collège de France (1973-1974). São Paulo: Martins Fontes, 2006b.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **História da sexualidade 1**: a vontade do saber. 7. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018a. (Biblioteca de Filosofia)

_____. **A hermenêutica do sujeito**: curso dado no Collège de France (1981-1982). São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. **Malfazer, dizer verdadeiro**: função da confissão em juízo: curso em Louvain, 1981. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018b. (obras de Michel Foucault).

_____. **Histoire de la sexualité 4**: Les aveux de la chair. Paris: Gallimard, 2018c. (Bibliothèque des Histoires)

GALVÃO, B. A. A ética em Michel Foucault: do cuidado de si à estética da existência. **Intuição**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 157-168, jun. 2014.

GERALDINI, Janaína R. As ciências humanas na arqueologia de Michel Foucault. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 41, n. 1 e 2, p. 123-139, abr./out. 2007.

HILL, R. W.; WISE, G.; ANDERSON, Margaret. **Fisiologia animal**. Porto Alegre: Artmed, 2012.

LADREIT DE LACHARRIÈRE, J. F. R. Surditè. In: _____ **Dictionnaire encyclopédique des sciences médicales paru sous la direction de Dechambre**. 1884, Tome 13, 3e série, pp. 540-565. Disponível em: <http://www.biusante.parisdescartes.fr/histoire/medica/resultats/index.php?do=page&cote=47118x092x02&p=1>. Acesso em: 01 de set. 2018.

_____. Clinique otologique: des moyens d'appécier la sensibilité auditive - nouvel audiomètre. Conférence du 15 juin 1882. In: LADREIT DE LACHARRIÈRE, J. F. R.; KRISHABER, M. **Annales des maladies de l'oreille, du larynx (otoscopie, laryngoscopie, rhinoscopie) et des organes connexes**. Paris: G. Masson, 1882. Disponível em: <http://www.biusante.parisdescartes.fr/histoire/medica/resultats/?p=3&ote=90158x1882&do=page>. Acesso em: 10 jun. 2018.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1990. (Repertórios)

LOPES, Maura C. **Surdez & Educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. (Pensadores & Educação / Temas & Educação)

MADIGAN, M. T. *et al.* **Microbiologia de Brock**. 14. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

MARTIN, O. Da estatística política à sociologia estatística. Desenvolvimento e transformações da análise estatística da sociedade (séculos XVII-XIX). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 41, p. 13-24, 2001.

MARTINA, G. **História da Igreja de Lutero a nossos dias: a era contemporânea**. São Paulo: Loyola, 1997.

MISIAK, H. **Raíces filosóficas de la psicología**. Buenos Aires: Troquek, 1964.

MOREIRA, H.; CALEFF, L. G. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

NASSER, E. O materialismo e o destino da filosofia no século XIX. **Dissertatio**: Revista de Filosofia, Pelotas, v. 41, p. 31-46, 2015.

NETO, J. L. F. Pesquisa e metodologia em Michel Foucault. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 31, n. 3, p. 411-420, jul./set. 2015.

NETO, O. C. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NETO, P. L. da C. Notas introdutórias sobre a publicação das obras de Marx e Engels. **Revista Crítica Marxista**, Campinas, n. 30, pp. 49-65, 2010.

NIETZSCHE, F. **Assim Falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

NOGUEIRA, Fernanda dos S. **Intérprete educacional cosmopolita: práticas heterotópicas na relação com a comunidade surda**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Espírito Santo. Programa de Pós-Graduação em Educação, Vitória, 2018.

NOGUERA-RAMIREZ, C. E. **Pedagogia e governamentalidade ou da modernidade como uma sociedade educativa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. (Estudos Foucaultianos)

OLIVEIRA, S. Filosofia, corpo e arte: um convite à conversação. **Redescrições**, ano 3, n. 01, 2011, p. 30-41.

OLMO, Katiúscia G. B. **Educação bilíngüe em diário: políticas e práticas constituídas na educação dos surdos no município de Linhares no Estado do Espírito Santo**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Espírito Santo. Programa de Pós-Graduação em Educação, Vitória, 2018.

PENHA, Nilma M. da. **Surdo professor**: formação por meio da filosofia e da constituição de um espaço pedagógico. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Espírito Santo. Programa de Pós-Graduação em Educação, Vitória, 2017.

PIMENTA, Brígida M. **Encontros surdo-surdo(s) como espaço de produção de uma comunidade**: a potência dos encontro(s)-amizade(s). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Espírito Santo. Programa de Pós-Graduação em Educação, Vitória, 2017.

QUADROS, Ronice M. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e de língua portuguesa**. Programa Nacional de apoio à educação de surdos. Brasília: MEC; SEESP, 2004.

RAGO, Luzia M. As marcas da pantera: Foucault para historiadores. **Resgate**: Rev. Interdiscip. Cult., v. 4, n. 5, p. 22-32, jan./dez.1993.

RENARD, M. **Les Congrès Internationaux pour les ou des sourds-muets au XIX^e Siècle**. Essarts-le-Roi: Editions du Fox, 2015.

ROCHA, Solange M. da. **Memória e história**: a indagação de Esmeralda. Petrópolis: Arara Azul, 2010. (Caderno Acadêmico; 1)

ROSA, J. G. **Grande sertão**: veredas. 1. ed. São Paulo: Nova Aguilar, 1994.

SANTOS, J. C. da C. **A formação do tradutor-intérprete de língua brasileira de sinais como intelectual específico**: o trabalho de interpretação como prática de cuidado de si. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Espírito Santo. Programa de Pós-Graduação em Educação, Vitória, 2016.

SANTOS, Silvana A. dos. **Tradução/interpretação de língua de sinais no Brasil**: uma análise das teses e dissertações de 1990 a 2010. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução. Florianópolis, 2013

SARMENTO, Kelly da S.; AMARAL, Margareth M. R. O. Antes e depois do Letras-LIBRAS: análise comparativa entre a situação profissional dos alunos do bacharelado do IFRN no primeiro e último semestre do curso. **Anais do III Congresso Nacional de Pesquisas em tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa**. Florianópolis, 2012. Disponível em: http://www.congressotils.com.br/anais/anais/tils2012_formacao_sarmento.pdf. Acesso em: 25 de out. 2017.

SCHULTZ, D.; SCHULTZ, S. E. **História da psicologia moderna**. São Paulo: Cultrix, 2000.

SENA, T. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais, DSM - 5 Estatísticas e ciências humanas: inflexões sobre normalizações e normatizações. **INTERthesis**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 96-117, jul./dez. 2014.

SILVA, J. R. da. **Resistências surdas**: quando as narrativas dos tradutores e intérpretes de Libras e Português nos contam as histórias. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Espírito Santo. Programa de Pós-Graduação em Educação, Vitória, 2018.

SILVA, Morena D. P. da. **Marcas eugênicas na educação de surdos no século XIX.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Campinas, 2015.

SOARES, Maria A. L. **A educação do surdo no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2014.

SUTTON, G. **Concise encyclopedia of the original literature of Esperanto: 1887-2007.** New York: Mondial, 2008.

VIEIRA, Eliane T. de B. **Práticas de hipervalorização de diferentes modos de ser surdo no contexto educacional do Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS) no Estado do Espírito Santo.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Espírito Santo. Programa de Pós-Graduação em Educação, Vitória, 2016.

WEBER, M. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WITCHES, P. H. **A educação de surdos no Estado Novo:** práticas que constituem uma brasilidade surda. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Vale dos Sinos - UNISINOS - Programa de Pós-Graduação em Educação, São Leopoldo, 2014.

_____. **Governo linguístico em educação de surdos:** práticas de produção do Surdus mundi no século XX. 208 f. Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Leopoldo, 2018.